



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



GABRIEL DOS SANTOS GONZAGA

**O ATLÂNTICO NEGRO COMO
ESPAÇO COSMOTÉCNICO: MEMÓRIA,
HISTORICIDADE E TECNOLOGIA NA
ASSOCIAÇÃO SATÉLITE PRONTIDÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

GABRIEL DOS SANTOS GONZAGA

**O ATLÂNTICO NEGRO COMO ESPAÇO COSMOTÉCNICO: MEMÓRIA,
HISTORICIDADE E TECNOLOGIA NA ASSOCIAÇÃO SATÉLITE PRONTIDÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Turin

RIO DE JANEIRO

2025

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

G642 Gonzaga, Gabriel dos Santos
 O Atlântico Negro como Espaço Cosmotécnico: memória,
 historicidade e tecnologia na Associação Satélite Prontidão
 / Gabriel dos Santos Gonzaga. -- Rio de Janeiro : UNIRIO,
 2025.
 328

 Orientador: Rodrigo Turin.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do
 Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

 1. Memória. 2. Historicidade. 3. Tecnologia. I. Turin,
 Rodrigo, orient. II. Título.

GABRIEL DOS SANTOS GONZAGA

**O ATLÂNTICO NEGRO COMO ESPAÇO COSMOTÉCNICO: MEMÓRIA,
HISTORICIDADE E TECNOLOGIA NA ASSOCIAÇÃO SATÉLITE PRONTIDÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Turin

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Turin
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Barbosa Pereira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Giane da Silva Vargas
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Pedro Telles da Silveira
Universidade de São Paulo (USP)

*Às ancestrais e às suas herdeiras,
À Karla, e também a Tomás
E a todas nós que estamos de passagem
Dedico esta história*

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho, esforcei-me para dar vazão às vozes da coletividade que permitem, em geral, que textos como este existam. No caso de ter falhado com esse compromisso, escrevo os nomes de pessoas sem as quais jamais teria escrito esta história.

Agradeço a Elisa Faller e Tomás Faller dos Santos Gonzaga, vocês são o amor que jamais imaginei ter. Agradeço aos meus pais, Luiz e Marli, meus irmãos Matheus e Samara, e à família Zanatta Faller, Sibeles, os Leonardos, Caroline, Regina e Paulo por todo suporte e por perdoarem minhas ausências. Também agradeço a Tininha, Belchior e Brumilda, nossas companheiras.

Agradeço à família que escolhemos: Gabriela Seibel e Kássia Arezi, pela vigília e pelo cuidado que se dispuseram com Tomás e conosco.

Agradeço à toda comunidade da Associação Satélite Prontidão, em especial à família Guterres Alves, Karla, Richard, Amanda e Guilherme. Também às minhas amigas do Memorial da ASP, Jane Mattos, Sônia Oliveira, Ana Aguilhera, Agatha Rolim, Vanessa Souza e Cássio Henrique Silva. Além delas, também Zila Teresinha, prof.^a Iara Bitencourt Neves, à juventude e toda velha guarda. E ao Movimento Clubista. Espero ter escrito uma história à altura da vida e da luta de vocês.

Agradeço às amigas pelo apoio, carinho e por todas as conversas que, em vários casos, alteraram as rotas deste trabalho: Sarah Tolfo, Laura Scotte, Ketlyn Alves, Nicole Borin, Vicente Detoni, Juliano Schualtz, Marcos Heckler, Rafael Moscardi, Allan K. Pereira, Stuardo Turckheim, Nádia Brasil e Alex Sandro Malaquias.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Turin, por sua amizade, seu entusiasmo e zelo com a construção deste trabalho.

Agradeço às professoras da banca pela leitura, diálogo e muitas palavras de incentivo: Pedro Telles, Fernanda Oliveira, Giane Vargas, Ana Carolina Pereira, Pedro Caldas e Keila Grinberg. Também às professoras importantes para a minha formação: Arthur Avila, Marcello Assunção, José Rivair, Renata Dal Sasso e Marcus Rosa.

Agradeço a todas as minhas alunas, alunos e alunas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa Lobos, de Porto Alegre, por me ensinarem de modo generoso e paciente a não temer ou tolerar o silêncio.

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, pelo acolhimento e suporte financeiro no tempo desta pesquisa.

Não apenas consentir com o direito à diferença, mas, antes, com o direito à opacidade, que não é o encerramento em uma autarquia impenetrável, e sim a subsistência em uma singularidade não redutível. *Opacidades podem coexistir, confluir, tramando tecidos cuja verdadeira compreensão estaria na textura dessa trama, e não na natureza dos componentes.* Talvez por um tempo, devêssemos renunciar a essa antiga obsessão em chegar ao fundo das naturezas. Haveria grandeza e generosidade em inaugurar um movimento como esse, cujo referente não seria a Humanidade, mas a divergência exultante das humanidades. [...] Pude, portanto, conceber a opacidade do outro para mim, sem repreendê-lo por minha opacidade para ele. *Não preciso “compreendê-lo” para me solidarizar com ele, para construir com ele, para amar o que ele faz.*

Édouard Glissant¹

¹ GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 220–223. Destaques nossos.

RESUMO:

Esta tese é resultado da intersecção entre minhas inquietações sobre os limites do trabalho historiográfico e os Clubes Sociais Negros no Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. Essas associações foram fundamentais para a sobrevivência das comunidades negras e para a elaboração de discursos sobre a negritude, especialmente no período pós-abolição, no século XX. Nesses espaços de socialização — e, de fato, de segurança — pessoas negras resistiram e responderam às políticas de silêncio e invisibilidade sustentadas pelo poder racial da branquitude. Hoje, vivendo outro momento histórico, os Clubes Sociais Negros seguem lutando pelo direito à memória e ao patrimônio. Diante disso, perguntei-me: o que pode ser feito no campo da historiografia? Como desenvolver um trabalho de história e memória junto a essas associações, considerando suas situações atuais? Como pensar a composição de suas historicidades? Durante quatro anos, vivi e trabalhei com a Associação Satélite Prontidão (ASP), um clube social negro centenário de Porto Alegre, que atualmente enfrenta grandes dificuldades para manter suas portas abertas. Nesse universo, envolvi-me com o projeto do Memorial da ASP — um museu comunitário conduzido durante muito tempo pela professora negra Karla dos Santos Guterres Alves, que se tornou uma grande amiga. Minha experiência etnográfica me revelou outros agentes na composição da historicidade da ASP e dos clubes negros — como as tecnologias digitais e as mudanças climáticas — que desafiaram minhas perguntas iniciais. Com o apoio de metodologias e teorias acadêmicas, especialmente a etnografia da historicidade e a filosofia da técnica, esta tese apresenta os resultados dos anos de investigação, reflexão e especulação junto às minhas companheiras do Memorial da ASP. Dela emergem três contribuições principais: uma perspectiva técnica sobre a memória negra; a formulação do conceito de “tecnologias quilombolas”; e uma releitura do Atlântico Negro de Paul Gilroy como um espaço “cosmotécnico”, inspirada na obra de Yuk Hui. Cada uma dessas dimensões é demonstrada a partir dos registros da minha experiência de campo, reelaborados aqui como uma única narrativa.

Palavras-chave: Atlântico Negro; Etnografia da Historicidade; Memória; Filosofia da Técnica; Raça e Racialização; Clubes Sociais Negros; Associação Satélite Prontidão.

ABSTRACT:

This thesis emerges from the intersection between my personal inquiries into the limits of historiographical work and the experiences of Black social clubs in Rio Grande do Sul, southern Brazil. These associations have been essential to the survival of Black communities and the development of discourses around Blackness, particularly in the post-abolition 20th century. Within these social—and indeed safe—spaces, Black people resisted and responded to the politics of silence and invisibility sustained by the racializing power of whiteness. Today, in a different historical moment, Black social clubs continue to struggle for their rights to memory and cultural heritage. This context led me to question what can be done within the field of historiography. How can one produce historical work with and about these associations, considering their current situation? How can their historicity be composed? Over four years, I lived and worked with Associação Satélite Prontidão (ASP), a century-old Black social club in Porto Alegre currently facing significant challenges to reopening. Immersed in its world, I became involved with the Memorial da ASP project—a community museum long led by Black professor Karla dos Santos Guterres Alves, who became a dear friend. My ethnographic experience revealed other agents shaping the historicity of ASP and Black clubs—such as digital technologies and climate change—which complicated my initial research questions. Through academic methodologies, particularly the ethnography of historicity and the philosophy of technology, this thesis presents the outcomes of years of investigation, reflection, and collaboration with my comrades at the Memorial da ASP. Three key contributions emerge: a technical perspective on black memory; the conceptual development of "Quilombola technologies"; and a reinterpretation of Paul Gilroy's Black Atlantic as a "cosmotechnical" space, drawing on the work of Yuk Hui. Each of these is demonstrated through my fieldwork records, reworked here into a singular historical narrative.

Keywords: the Black Atlantic; Ethnography of Historicity; Memory; Philosophy of Technic; Race and Racialization; Black Social Clubs; Associação Satélite Prontidão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localizações históricas da Associação Satélite Prontidão (ASP).	49
Figura 2 – Bairros de Porto Alegre na virada do século XIX.	51
Figura 3 – Antiga sede da ASP na Aparício Borges, no bairro Glória.	52
Figura 4 – Sede atual da ASP, na Rua Alberto Rangel, no bairro Rubem Berta.	53
Figura 5 – Primeiros integrantes do Memorial da ASP, em 2018.	60
Figura 6 – Prof. ^a Karla ao lado de parte do acervo do Satélite Prontidão, 2022.	70
Figura 7 – Seleção do acervo da ASP, 2022.	71
Figura 8 – Flayer de divulgação da segunda edição do Café com Memórias.	76
Figura 9 – Equipe do Memorial da ASP com comunidade prontista durante a segunda edição do Café com Memórias.	76
Figura 10 – Rainha dos Solteiros da ASP de 1961.	79
Figura 11 – Rainha da ASP Clarice Rodrigues, de 1976.	80
Figura 12 – Miss Simpatia, Rainha da ASP e Miss Primavera, de 1987.	81
Figura 13 – Equipe do Memorial da ASP durante o Café com Memórias, 2022.	85
Figura 14 – Aniversário comemorado na ASP, 16 de setembro de 1973.	88
Figura 15 – Evento na ASP, 29 de setembro de 1984.	88
Figura 16 – Postagem no <i>Instagram</i> da Associação Satélite Prontidão.	91
Figura 17 – Imagem da Estatueta do Troféu Zumbi.	102
Figura 18 – Boletim Informativo da ASP, 1999.	102
Figura 19 – Ofício “Troféu Zumbi dos Palmares ano de 1995”.	105
Figura 20 – Dona Stela discursa durante solenidade do Troféu Zumbi de 1995.	106
Figura 21 – Entrega do Troféu Zumbi a Dona Stela.	106
Figura 22 – Boletim Informativo da ASP, 1998.	107
Figura 23 – Premiação de Maria da Graça, 1998.	107
Figura 24 – Dia de trabalho no Memorial da ASP, 2022.	114
Figura 25 – Logo do Memorial da ASP.	114
Figura 26 – Apresentação de estágio de Ana Aguilhera no Memorial da ASP, 2024.	155
Figura 27 – Apresentação de estágio de Ana Aguilhera no Memorial da ASP, 2024.	155
Figura 28 – Coluna A Nossa História.	161
Figura 29 – Coluna A Nossa História.	162
Figura 30 – Coluna A Nossa História.	163
Figura 31 – Fachada da Sociedade Cultural e Beneficente União (SCBU).	178

Figura 32 – Richard durante fala no X Encontro de CSNs do RS.	178
Figura 33 – Jane Mattos e Richard durante X Encontro dos CSNs do RS.	179
Figura 34 – Presidentas reunidas durante o X Encontro de CSNs do RS.	187
Figura 35 – Cena do documentário Meu Chão (2021).	196
Figura 36 – Adinkra Sankofa grafitado na parede do SCB União .	222
Figura 37 – Jacqueline Gonçalves e Sérgio Rosa no X Encontro de CSNs do RS.	228
Figura 38 – Impacto das enchentes e municípios atingidos.	233
Figura 39 – Centro de Porto Alegre inundado pelas águas do Guaíba, 2024.	242
Figura 40 – Resgate de refugiados das enchentes em Porto Alegre, 2024.	243
Figura 41 – Destruição no bairro Sarandi, de Porto Alegre, 2024.	243
Figura 42 – Prontistas no Centro de Distribuição Rede das redes, na ASP.	244
Figura 43 – Princípio sociogênico.	259
Figura 44 – Ontogênese do escravo-máquina.	268
Figura 45 – O Antropoceno e a Era das Plantações.	276
Figura 46 – O Atlântico negro e a Era das Plantações.	284
Figura 47 – Flyer de inauguração do, do Memorial da ASP.	288
Figura 48 – Inauguração do Memorial da ASP, 2024.	289
Figura 49 – Homenagem à Prof. ^a Dr. ^a Karla dos Santos Guterres Alves, 2024.	289
Figura 50 – Richard, Ana e Cássio na Inauguração do Memorial da ASP., 2024.	290
Figura 51 – Gabriel e Jane na Inauguração do Memorial da ASP, 2024.	290
Figura 52 – Inauguração do Memorial da ASP, 2024.	291
Figura 53 – Inauguração do Memorial da ASP, 2024.	291
Figura 54 – Ação do Memorial da ASP no Chá do Reencontro, 2024.	292
Figura 55 – Camile Conceição, atual rainha da ASP, no Memorial da ASP, 2024.	293
Figura 56 – Rainha de 1980, Miriam Machado Pinto, no Memorial da ASP, 2024.	294

LISTA DE SIGLAS

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)
Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)
Associação Satélite Prontidão (ASP)
Centro Universitário Franciscano (UFN)
Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)
Clubes Sociais Negros (CSNs)
Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC)
Critical Technocultural Discourse Analysis (CTDA) [Análise Crítica do Discurso Tecnocultural]
Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE)
Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos (MEOT), livro de Gilbert Simondon
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)
Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Tradição de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAÉ)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
Intergovernmental Panel on Climate Change [Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas] (IPCC)
Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Organização Não-Governamental (ONG)
Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)
Rede Brasileira de História Pública (RBHP)
Rio Grande do Sul (RS)
Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
Sociedade Cultural e Beneficente União (SCBU)
United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)
[Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE SIGLAS	12
NOTAS SOBRE UMA TEORIA SITUADA	15
1. Introdução	15
2. Etnografia	20
3. Historicidade	24
4. Tecnologia	28
5. Os capítulos	32
Capítulo 1	
O SATÉLITE PRONTIDÃO AINDA EXISTE?	36
ARQUIVO, MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DE UM CLUBE SOCIAL NEGRO	
1. Introdução	36
1.1 A História Pública e a Localidade	39
1.2 Desaprender a violência racial	42
2. O Satélite Prontidão	46
2.1 O Memorial da ASP e a Informante Nativa	54
2.2 As Oficinas de História e Memória Negra	63
3. Arquivo e Memória da Associação Satélite Prontidão (ASP)	67
3.1 A feminização do arquivo negro: a ética do cuidado e os espaços seguros	68
3.2 Juventude negra e espaços digitais	82
3.3 Silenciamento, dívida e a questão do reconhecimento	92
4. Conclusão: a inocência do pesquisador branco	108
Capítulo 2	
CLUBES SOCIAIS NEGROS, TECNOLOGIAS QUILOMBOLAS:	115
RETOMANDO O DEBATE CONCEITUAL	
1. Introdução	115
2. Por uma Cosmopolítica da Memória	119
2.1 Técnica e Memória	121
2.2 Algoritmo e Recursividade	128
2.3 Cosmotécnica e Tecnodiversidade	133
3. Engenharia reversa das tecnologias quilombolas	139
3.1 Historicidade Quilombola	142
3.2 Fugitividade e Recuperação da Imagem	146

3.3 A invenção da Nossa História: examinando os Boletins Informativos da ASP com as companheiras	151
4. Conclusão: um adeus a minha amiga	165
Capítulo 3	
ANCESTRALIDADES EM REDE:	167
O MOVIMENTO CLUBISTA, O DIGITAL E A LUTA PELO PATRIMÔNIO	
1. Introdução	167
2. O Encontro, a Rede e o Conceito nos Clubes Sociais Negros	174
2.1 O momento ontoepistemológico clubista: Pós-Abolição e associativismo	180
2.2 A realidade histórica das redes negras	199
3. Tecnicidades concorrentes: a rede clubista e o digital	191
3.1 A digitalidade clubista	196
3.2 As respostas do IPHAN: a historicidade e o excesso dos clubes negros	211
4. Conclusão: a invenção do tempo ancestral	220
Capítulo 4	
O ATLÂNTICO NEGRO COMO ESPAÇO COSMOTÉCNICO:	229
FRAGMENTAR AS TECNOLOGIAS QUILOMBOLAS NA ERA DAS PLANTAÇÕES	
1. Introdução	230
2. Alienação, Tecnicidade e Racialidade	245
2.1 Raça, Racismo e Tecnologia	247
2.2 A Ontogênese do Escravo-Máquina	253
3. O Atlântico negro como espaço cosmotécnico	265
3.1 O Antropoceno na Era das Plantações	268
3.2 Fragmentar as Tecnologias Quilombolas	276
4. Conclusão: a inauguração do Memorial da ASP	285
PALAVRAS FINAIS SOBRE O COMEÇO	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	303

NOTAS SOBRE UMA TEORIA SITUADA

A experiência que anda de boca em boca é a fonte onde todos os narradores vão beber.

Walter Benjamin²

Escreve-se com base em apenas uma coisa: a experiência própria. Tudo depende de que o escritor extraia dessa experiência, de modo implacável, até a última gota, doce ou amarga, o que ela pode render. Esta é a única ocupação real do artista: recriar, com base na desordem da vida, aquela ordem que é a arte.

James Baldwin³

Tudo acontece nas vésperas de 2022, ano de eleição, de enfrentamento da esquerda ao bolsonarismo e da intensa luta pela retomada da lei das cotas. [...] Por conta disso, talvez seja importante estar em Porto Alegre.

Anotação no caderno de campo⁴

1. Introdução

Talvez duas epígrafes soem contraditórias para a leitora⁵: a narradora bebe nas experiências transmitidas de boca em boca, segundo Benjamin, mas lhe resta apenas a própria experiência para escrever, nas palavras de James Baldwin. Bom, posso somente dizer que boa parte do meu trabalho depende de acreditarmos, eu e você, leitora, que esses dois enunciados podem conviver sem uma contradição lógica. É possível que a experiência do Outro seja a minha, e, ao mesmo tempo, que elas, a de um e de outro, sejam irreduzíveis entre si. Assim, aquilo que sobra à escritora, à arte da ficção, é a mediação que preserva essas duas opacidades, estabelecendo entre elas uma relação. Para contar a minha história, preciso que a leitora renuncie a qualquer aspiração de chegar ao fundo dos temas e dos objetos, especialmente, ao terreno profundo e distante do passado, que aceite de bom grado a trama na superfície e do tempo presente. Acima

² BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992 [1936], p. 28.

³ BALDWIN, James. Nota autobiográfica. In: **Notas de um filho nativo**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2020 [1955], p. 33.

⁴ Anotação no caderno de campo, no dia 22 de dezembro de 2021, após a primeira visita na Associação Satélite Prontidão.

⁵ Ao longo da tese, opto por universalizar o gênero feminino. Faço isso por várias razões: porque no campo etnográfico que subsidia este trabalho, as mulheres negras são a esmagadora maioria das minhas interlocutoras; porque a maioria do desenvolvimento desta tese se deve a bibliografia do pensamento de mulheres negras, com destaque a Maria Beatriz Nascimento; e porque escrevo em diálogo com Karla dos Santos Guterres Alves, minha professora no campo etnográfico, a quem devo parte dos méritos deste trabalho.

de tudo, que aceite o valor científico em reconhecer as divergências entre mundos, e o valor ético da diplomacia entre essas singularidades. Parafraseando Baldwin, sei que tenho muitas responsabilidades com a leitora, mas nenhuma é maior do que resistir e fazer o meu trabalho.⁶ Quero ser honesto e um bom escritor, nada mais.

Esta tese investiga como a historicidade é trabalhada em espaços negros, a partir da experiência de campo, nos anos de 2022 a 2024, na Associação Satélite Prontidão (ASP), um clube social negro de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil. Historicidade pode ser didaticamente compreendida como o modo que um grupo, sociedade ou cultura organizam e compreendem suas temporalidades. Meu trabalho retoma as questões com as quais Paul Gilroy encerrou o último capítulo da sua obra magistral *O Atlântico negro*: “como as culturas expressivas negras praticam a recordação? Como sua recordação é organizada socialmente? Como esta recordação ativa está associada a uma temporalidade distintiva e disjuntiva dos subordinados? Como essa temporalidade e historicidade são construídas e publicamente destacadas?”.⁷ Um dos meus objetivos ao mobilizar novamente essas questões é investigar e, dentro do possível, elaborar relações práticas entre a teoria da história, em uma perspectiva disciplinar, e a problemática vivida pelas pessoas negras em seus esforços de fazer do passado um artifício para seus projetos políticos e comunitários antirracistas. Com efeito, isso situa esta tese em um paradigma mais descritivo do que a hermenêutica diaspórica de Gilroy, sem deixar de se aproveitar dessa tradição crítica.

Minha opção metodológica pela etnografia e minha própria paixão por compartilhar o trabalho com minhas amigas e amigos me obrigaram a enfatizar essas questões que, nos capítulos seguintes, tornaram-se muito mais modestas do que as pretensões teóricas de Paul Gilroy. As perguntas foram constantemente reelaboradas à medida que passei de uma dimensão para outra do problema gerado pelo encontro entre minha curiosidade intelectual e a convivialidade dos clubes negros.⁸ Essas instituições, muitas centenárias, foram criadas entre o fim do século XIX e o início do XX por africanas livres e seus descendentes com diferentes finalidades, mas sempre buscando a produção de comunidades negras. Atividades de lazer, educação e solidariedade são

⁶ BALDWIN, op. Cit., 2020, p. 35.

⁷ GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012

⁸ Para Ivan Illich, a convivialidade é associada às ferramentas que estabelecem práticas de cuidado mútuo nas comunidades, e, ao mesmo tempo, limitam suas abrangências, evitando a institucionalização e monopólio dessas práticas. O cuidado da saúde institucionalizado pela classe médica é um dos exemplos mobilizados por Illich. Ver ILLICH, Ivan. **Tools For Conviviality**. London: Fontana/Collins, 1975.

destacadas nas trajetórias clubistas, com destaque para a organização das festas e desfiles no carnaval.

Por conta do caráter situado deste trabalho, outros componentes que não estavam previstos nessas questões iniciais passaram a fazer parte da problemática geral: é possível que os Clubes Sociais Negros consigam ditar normativas temporais e espaciais a partir do trabalho com seus próprios acervos? Afinal, como isso pode se tornar viável, simbólico e materialmente, nessas instituições? Além disso, qual é a relevância do trabalho de memória dos clubes negros no atual estágio da luta antirracista? Especialmente, como os clubes se comportam diante das tecnologias digitais, que se tornaram agentes importantes nas questões raciais contemporâneas? E, por fim, qual é o papel dos clubes diante das mudanças climáticas anunciadas, na última década, sob o nome de Antropoceno?

Na maior parte do tempo, não consigo fazer mais do que um exercício descritivo de como essas dúvidas infiltraram a realidade vivida dos clubes negros, ao menos no Rio Grande do Sul. Elas se tornaram determinantes na historicidade dessas entidades, justamente por revelarem momentos de contingência nos quais a vitalidade, a pertinência e o reconhecimento dessas instituições entraram em disputa. No entanto, com sorte, essa simples narração dos fatos, além dos poucos prognósticos que a acompanha, pode ter serventia para quem segue firme e com ternura na luta pela proteção da memória negra e dos espaços seguros. Mas devo dizer que, por limitações e pelos meus interesses acadêmicos, os capítulos apresentam uma descrição de como a matéria-prima do trabalho historiográfico, isso é, a historicidade, se comporta. Considero-a em termos formais e materiais, abordada fora das regiões imaginadas pela disciplina, considerando a realidade racial contra a qual os clubes negros insurgiram (e seguem insurgindo) no período após a abolição da escravatura.

Imagino que essa perspectiva interesse a certos campos historiográficos que pensam maneiras de fazer do conhecimento algo menos invasivo e opressivo, menos exclusivo e narcísico, que gira excessivamente em torno de perguntas concentradas em seu eixo. Na maior parte das vezes, penso no público clubista, aquele que conheci e que está na vanguarda dos trabalhos de memória negra, e no público acadêmico, ou como parte de um mesmo público, ou, no mínimo, enquanto aliados de um mesmo projeto. Ainda assim, as alianças não apagam diferentes perspectivas que tendem a enfatizar mais ou menos alguns pontos de um objeto.

Uma vez que as problemáticas desta tese partem do encontro e da relação, a leitora me cobra que eu fale sobre mim (mais do que eu mesmo gostaria). No momento que escrevo estas linhas, tenho 31 anos e recentemente me tornei pai pela primeira vez. Sou um homem branco, bissexual e nordestino, natural da Bahia, casado com uma mulher, Elisa, e professor de história na rede pública municipal de Porto Alegre. Também sou apaixonado por boxe, futebol e corrida, além de literatura. Mas isso já é falar demais. O ponto mais importante é que minha formação acadêmica foi permeada por um crescente interesse nas teorias críticas pós-colonial, decolonial e afro-diaspórica. Isso ocorreu por conta de um sincero tédio com a formação acadêmica tradicional, na qual, em geral, não encontrava diálogo com meus próprios anseios, gerados de outros espaços de formação política em que vivi.⁹ No início, me debrucei sobre os textos da crítica da colonialidade, ou da crítica da racialidade, visando encontrar lições para o campo acadêmico da teoria da história. Na verdade, buscava um eixo moral no qual orientar minha prática na pesquisa, nas salas de aula e alhures. À medida que me aprofundei nesses discursos, senti a necessidade de partir para a prática e dialogar diretamente com aquilo que (inicialmente) imaginava como estando “fora”. Com esse propósito, dialoguei com o campo da História Pública, objeto de crítica teórica no capítulo um.

Minha percepção sobre tudo isso mudou neste trabalho, e tento demonstrar que uma simples oposição entre a perspectiva hegemônica e a subalterna não dá conta de descrever as realidades dos clubes negros. Em parte, isso demandou um jogo de escalas, gradativamente descrito da localidade ao planetário. Em outra, foram necessários exercícios constantes de mediação e de uma conceituação sobre as operações que ligam essas entidades entre si, entre suas singularidades e o comportamento geral do Atlântico negro. Da necessidade de mediação, surgiu o conceito de tecnologias quilombolas, que elaborei com minha amiga Karla dos Santos Guterres, minha interlocutora no Satélite Prontidão. Desdobro esse conceito no capítulo dois deste trabalho. Nos capítulos três e quatro, apresento desenvolvimentos aplicados à realidade clubista. Abordo tanto a centralidade das tecnologias digitais para a configuração de uma historicidade comum

⁹ Talvez, possa situar a leitora sobre o fato de que minhas primeiras experiências políticas advieram dos levantes de 2013 e da mobilização de ocupações universitárias e secundaristas, durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Esse período certamente influenciou meu apreço por organizações horizontalizadas e descentralizadas — o que, curiosamente, diverge da estrutura vertical dos clubes negros.

para os clubes negros, quanto a posição do Atlântico negro na transformação do planeta no Antropoceno.

Não elegi os clubes negros como objeto de pesquisa. Espero que minha escrita não refigure essas entidades enquanto simples objetos. Na verdade, existe um conhecimento endógeno desde sempre, e essa produção, agora, é inseparável daquilo que chamamos de ciência. Isso fica mais óbvio quando me volto ao campo do Pós-abolição no capítulo três. Muitos clubes se esforçam para serem reconhecidos como partes do circuito de memória, história e cultura negra promovido pelo Estado e pelo Mercado. Isso também ocorre com outras tecnologias quilombolas, de modo que quando falo em fuga e resistência quilombola, não me refiro a um binarismo de termos. Acontece que esses esforços têm causas e efeitos na historicidade negra e na composição do acervo, como observei na ASP. Quando elaborei o projeto de pesquisa, minha intenção era investigar a produção audiovisual da memória negra, no momento em que ela toma espaços digitais e compõe repositórios nas redes. Por questões de estabilidade financeira e tantas outras que fugiram muito ao meu controle, permaneci em Porto Alegre e passei a reelaborar a pesquisa. Desse modo, foram relações próximas, de amizade, que me levaram ao Satélite Prontidão e ao Memorial da ASP, um programa de museu comunitário liderado, durante alguns anos, por Karla. A plataforma, portanto, estava pronta quando cheguei. Ainda assim, eu não tinha previsões sobre o que faria naquele espaço, se isso teria um retorno para a minha tese ou se eu conseguiria retornar algo para ASP.

A leitora deve estar se perguntando: então, o que de fato fui fazer ali? Em termos científicos, fui fazer etnografia, cartografar diferentes historicidades e disputas pelo tempo, espaço e memória em uma região urbana e periférica da capital gaúcha. Em termos melhores do que esses, construí alianças, fiz companheiras, estabeleci relações frutíferas. Enfatizo isso ao longo de toda a tese, especialmente na primeira cena, no capítulo um, quando narro meu encontro com Karla e o Memorial da ASP, e minha progressiva imersão na “família prontista.”¹⁰

¹⁰ Dentre os termos nativos utilizados na ASP, a ideia de família é bem relevante para compreender que existe uma intenção original de fazer dos clubes negros lugares de recomposição da vida negra. Por isso, o tropo da família é bem presente, e denota relações de poder parental e de gênero no interior da comunidade negra e da ideia de negritude. Outros clubes estabelecem relações semelhantes, como demonstro ao longo da tese. Essas tensões foram enfatizadas e deslocadas pela organização de mulheres negras, que cada vez mais ascendem à liderança dos clubes negros. A ascensão das mulheres negras é um dos fatores na reestruturação da historicidade negra, tanto na ASP quanto em outros clubes.

Entretanto, a leitora ainda solicita alguma objetividade desta pesquisa: uma redução temática, espacial e temporal; alguma precisão das fronteiras no pensamento. Tento balizar minhas descrições, reflexões e conclusões na ideia de relação. O pensamento da relação, como diz Glissant, é em um só tempo a relação do pensamento. Ou, ao se estabelecer uma pergunta de investigação, ao colocá-la em xeque na realidade clubista, estou estabelecendo uma relação que envolve a mim, minhas companheiras, a ASP, os clubes negros, a historicidade e a memória gaúcha e tantas outras implicações que foram incluídas ou excluídas desta pesquisa. Isso depõe sobre a natureza ontoepistemológica da minha investigação: quer dizer, o entrelaçamento entre os modos de ser (ontologia) e de conhecer (epistemologia) em questão nos clubes negros. À medida que essa realidade ontoepistemológica foi sendo desvelada na historicidade da ASP e dos clubes negros, fez mais sentido para mim falar da essência de mediação das tecnologias quilombolas. Em grande medida, essas tecnologias organizam a realidade negra, antagonizando com a racialidade das formas técnicas modernas, e buscam modos de conservação, superação ou inclusão, dependendo de como são geridas.¹¹

Nesta introdução, situo os termos centrais da metodologia de campo, de recolhimento de informações, observação e descrição, utilizados de modo não-linear nos anos de pesquisa: a dizer, etnografia, historicidade e tecnologia. Não desenvolvo aqui as consequências teóricas desses termos porque elas retornam nos capítulos subsequentes. Desse modo, divido as problemáticas sobre as tecnologias quilombolas em fases, que vão desde uma abordagem da localidade até uma apreensão da perspectiva de rede. Para além de tudo isso, dos pilares teóricos e metodológicos da pesquisa, existe minha vontade de contar a história que vivi na Associação Satélite Prontidão, e espero que essa narrativa também possa ser escutada ao longo deste texto.

2. Etnografia

Meu trabalho, e também minha formação, insere-se em uma conjuntura onde emergem histórias alternativas sobre a modernidade ocidental e não-ocidental, ao mesmo tempo, se complexifica a crítica sobre as ferramentas ontoepistemológicas do sujeito e da ciência. Existe no campo da teoria da história um movimento aquecido pela reestruturação do conhecimento histórico em bases pós e decoloniais. Em conjunto,

¹¹ Sobre a organização enquanto mediação de relações, me inspiro no trabalho sobre teoria da organização política de Rodrigo Nunes. Ver NUNES, Rodrigo. **Nem horizontal, nem vertical: uma teoria da organização política**. São Paulo-SP: Ubu Editora, 2023.

várias produções aplicam forças centrípetas na axiomática¹² da episteme historiográfica, com especial atenção à crítica pós-colonial.¹³ No Brasil, alguns conceitos surgiram com esse mesmo intuito: as “historicidades democráticas”,¹⁴ “historicidades periféricas”,¹⁵ “culturas de passado”¹⁶ e “regimes de historicidade potenciais”¹⁷ são alguns exemplos. A utilização desses termos no plural já é um indício do movimento dispersivo e de fragmentação que caracteriza esses projetos de reforma epistemológica na historiografia. Embora não filie meu arsenal analítico a eles (nenhum deles está tratando diretamente de realidades negras, racializadas, ou mesmo da intersecção dessas historicidades com as tecnologias digitais), são tipos de leitura e interpretação que considero semelhantes ao que me propus. Outro ponto importante é que sigo a pesquisa no campo etnográfico, enquanto essa possibilidade é somente sugestiva nesses conceitos.

A maioria dos recursos que utilizo na reconstrução, descrição e, dentro do possível, interpretação da realidade clubista negra advém de materiais etnográficos: anotações de campo nos períodos de dezembro de 2021 a dezembro de 2024, advindas da observação participante no Memorial da ASP; entrevistas com interlocutoras

¹² Por axioma, entendo a operação de fundo de uma epistemologia que, no geral, auxilia na evidenciação de um objeto sem precisar ser comprovado. Algo semelhante à como Michel Foucault se refere ao discurso, as normas que regem a emergência de um determinado enunciado. Ver FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. No mesmo sentido, Mario Rufer se refere à temporalidade como o impensável da historiografia: “a história não “pensa” o tempo como a matemática não “pensa” o número: opera com ele” [Tradução livre de “La historia no “piensa” el tiempo como la matemática no “piensa” el número: opera con él”]. RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, v. 14, n. 28, p. 11–31, 2010, p. 14. Em termos técnicos, o axioma retoma a essência do funcionamento da máquina ou do pensamento técnico, como diz Gilbert Simondon. Ver SIMONDON, Gilbert. **Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

¹³ CHAKRABARTY, Dipesh. **Al Margen de Europa: pensamiento pós-colonial y diferencia histórica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008; SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 173–189, 2013. Sobre o pensamento pós-colonial, ver LOOMBA, Ania. **Colonialism, Postcolonialism**. London: Routledge, 2004; MELLINO, Miguel. **La Crítica poscolonial: descolonização, capitalismo y cosmopolitismo en estudios poscoloniales**. Buenos Aires: Paidós, 2008; MEZZADRA, Sandro (org.). **Estudios Postcoloniales. Ensayos fundamentales**. Madrid: Traficante de Sueños, 2008; YOUNG, Robert J. C. **White mythologies: writing history and the West**. 2. Ed. London: Routledge, 2005.

¹⁴ PEREIRA, Mateus Henrique De Faria; BIANCHI, Guilherme; ABREU, Marcelo Santos De. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279–315, 2018.

¹⁵ SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão Dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique De Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161–186, 2017.

¹⁶ NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de Tláloc. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Eds.). **A História (In)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 211–243.

¹⁷ TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703–724, 2023.

principais e paralelas; conversas informais com a comunidade clubista; materiais oriundos do acervo da ASP; documentos e vestígios da presença clubista nos espaços digitais; e fotografias registradas por mim no campo.

O método etnográfico tende a uma totalidade sobre determinada cultura ou grupo,¹⁸ e é nesse sentido, da transição da experiência de uma singularidade para uma totalidade textual, que a prática etnográfica deixa de ser um artifício simplesmente metódico e passa a mobilizar e modificar significantes teóricos.¹⁹ A antropologia simétrica, especialmente no Brasil, levou essa afirmação adiante com o perspectivismo ameríndio e o multinaturalismo de Eduardo Viveiros de Castro.²⁰ Esse movimento teórico, frequentemente chamado de giro ontológico, é comprometido com a descrição das “condições de autodeterminação ontológica dos coletivos”,²¹ além de uma elaboração conceitual que dê conta dessa tarefa — “[...] é comprometer-se com o projeto de elaboração de uma teoria antropológica da imaginação conceitual sensível à criatividade e reflexividade inerentes à vida de todo coletivo, humano e não-humano”²². Busquei na antropologia simétrica o auxílio para os exercícios especulativos conceituais que realizei junto a minhas companheiras no Memorial da ASP. Assim como ocorre frequentemente no campo etnográfico, essa atitude teórica adensou o “pacto etnográfico” que firmei com o Satélite Prontidão e minhas interlocutoras. Como descreve o antropólogo Bruce Albert, passei a ser reeducado pelo grupo naquilo que fundamentou minha prática historiográfica.²³ Em boa parte do período da pesquisa, representei a ASP em eventos e audiências públicas, assim como publicações e apresentações de trabalho em que defendi a importância da memória clubista negra, de modo que o material que analiso pode ser considerado o pilar e o produto do pacto firmado.

¹⁸MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129–156, 2009.

¹⁹ PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014.

²⁰ Embora o conceito de Antropologia Simétrica seja atribuído a Bruno Latour, sua prática é igualmente presente na obra de Eduardo Viveiros de Castro. Ver VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora; n-1 editora, 2018.

²¹ Ibid., p. 25.

²² Ibid.

²³ ALBERT, Bruce. *Postscriptum*: Quando eu é um outro (e vice-versa). In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo–SP: Companhia das Letras, 2015, p. 512–556.

Ao contrário do modelo dedutivo-interpretativo da análise documental historiográfica, as monografias etnográficas são de caráter indutivo-descritivo.²⁴ Esse método pressupõe a não separação entre sujeito e objeto, tão desgastada pela crítica antropológica desde a metade do século passado. Porém, tudo, de repente, é passível de se tornar uma experiência de campo: existem tantas vertentes da etnografia quanto se é possível imaginar.²⁵ Isso só ressalta que o campo é somente uma metáfora da produção do estranhamento em relação ao fenômeno que se procura delimitar. Seja uma viagem a uma ilha isolada (espero que isso ainda seja possível), seja um passeio de ônibus pelas zonas turísticas da cidade, comum na chamada “etnografia em casa”, o mais importante é a “artificialização” do que costuma passar como “paisagem natural”. Melhor ainda quando o campo vira a lente contra o olhar que o inaugurou, desvelando a singularidade ontoepistemológica do sujeito antropológico.

Esse foi o impacto da crítica da colonialidade e da antropologia na historiografia: parafraseando Viveiros de Castro, a história é a anamorfose discursiva da prática temporal e espacial de um povo²⁶ (a cristandade europeia).²⁷ Boa parte do que ocorreu na teoria da história nas últimas décadas advém do impacto da afirmação dessa crítica²⁸, que fluiu em monografias específicas chamadas de “etnografias da historicidade”. Esse termo foi cunhado por Charles Stewart e Eric Hirsch,²⁹ que buscam incentivar experiências de campo que descrevam noções de tempo não-lineares, em divergência com o tempo moderno progressivo e unidirecional. Para os autores, a historicidade se refere à relação que os indivíduos estabelecem entre passado, presente e futuro, extratos sempre organizados entre experiência e expectativa, na semântica

²⁴ DURÃO, Susana. Intimidade na pesquisa etnográfica: a diferença da antropologia In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Pensar com método**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 201.

²⁵ Inclusive, as memórias pessoais, como demonstra a antropologia ex post facto, elaborada por Igor José de Renó Machado. MACHADO, Igor José de Renó. **A memória como um campo etnográfico: antropologia ex post facto**. Rio de Janeiro-RJ: Papéis Selvagens Edições, 2023.

²⁶ VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., 2018, p. 24. No original, “[...] ela [a antropologia] é uma anamorfose discursiva das etnoantropologias dos coletivos estudados”.

²⁷ Essa é a hipótese levantada pela analítica da colonialidade, de Aníbal Quijano. Ver QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO, 2020, p. 325–370; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117–142.

²⁸ Refiro-me, por exemplo, à centralidade da obra de Marshall Sahlins para o conceito de “regimes de historicidade”, do historiador François Hartog. HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²⁹ HIRSCH, Eric; STEWART, Charles. Introduction: Ethnographies of Historicity. **History and Anthropology**, v. 16, n. 3, p. 261–274, 2005; ver também STEWART, Charles. Historicity and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 45, n. 1, p. 79–94, 2016.

temporal proposta pelo historiador Reinhart Koselleck.³⁰ Desse modo, a temporalidade é traduzida segundo os modos em que um passado incorporado às formas culturais (experiência) se relaciona com as expectativas em relação ao futuro.

Stewart e Hirsch retomam e dão continuidade ao trabalho da antropologia histórica, de Marshall Sahlins, além de, mais recentemente, Jean e John Comarrof e Michel-Rolph Trouillot.³¹ Segundo os autores, o crescimento de interesse pelas historicidades não-europeias caracterizou um “giro histórico” na antropologia. Algo semelhante segue ocorrendo na teoria da história nos últimos anos, com a incorporação do campo etnográfico nas reflexões críticas da disciplina. Esta tese segue o caminho aberto por pesquisas anteriores e contemporâneas no Brasil,³² visando contribuir com os esforços de reestruturação disciplinar.³³ Nelas todas, ressoou a síntese de Sahlins para explodir o conceito moderno de história a partir das experiências culturais: várias culturas, várias historicidades.

3. Historicidade

Toda etnografia é uma teoria, ou é o teórico que permite que a observação participante seja traduzida em comportamentos generalizados de um dado cultural ou situacional. Nas minhas anotações, destaquei passagens que conotam a temporalização e

³⁰ Ver KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

³¹ COMARROF, Jean; COMARROF, John. Etnografia e imaginação histórica. **Proa — Revista de Antropologia e Arte**, Trad. Iracema Dulley; Olivia Janequine. v. 1, n. 2, p. 1–73, 2010; SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. São Paulo: Zahar, 1990; TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: o poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

³² Entre as pesquisas que incorporam o campo etnográfico nas reflexões teóricas, destaco BIANCHI, Guilherme. **Historicidades em deslocamento**: tempo e política entre os Ashaninka da Amazônia peruana e os Misak dos Andes colombianos. 253f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020 e PEREIRA, Ana Carolina B. **Na transversal do tempo**: natureza e cultura à prova da história. 245f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013. Além desses, algo próximo de uma “etnografia em casa” é o trabalho de Vicente Detoni sobre grupos monarquistas de extrema-direita. DETONI, Vicente da Silveira. **A pós-vida do Império do Brasil**: movimentos monarquistas e políticas do tempo no ocaso da Nova República (2013–2022). 259f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

³³ Entre os esforços de reestruturação da disciplina, está a crítica que, ironicamente, se nomeou de “indisciplina”. Sobre isso, ver ÁVILA, Arthur. **A História no Labirinto do Presente**: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Mil Fontes, 2021 e ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Eds.). **A História (in)Disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019. Para críticas sobre a indisciplina, ver GONZAGA, Gabriel. A Indisciplina como ferramenta, ou como arma. **ArtCultura**, v. 24, n. 44, p. 292–298, 2022. MUDROVIC, Maria Inês; AVELAR, Alexandre de Sá; RODRIGUES, Lidiane Soares. **Rebeldia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’**. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021.

a espacialização das experiências negras clubistas, especialmente no Satélite Prontidão. Posteriormente, elas foram traduzidas para um esquema explicativo derivado do embate entre o conceito exógeno de historicidade e a resistência dos clubes à fixação ontoepistemológica. Minha interpretação, portanto, é um desdobramento da trama entre essas opacidades estruturais: de um lado, o manuseio conceitual da categoria histórico por políticas acadêmicas, do patrimônio ou do mercado da diversidade; de outro, as organizações clubistas e suas estratégias de agenciamento a favor de demandas próprias. No capítulo um e três, utilizo esse padrão para pensar, respectivamente, a historicidade na ASP e a/na composição da rede de clubes negros.

Seguindo Stewart, a historicidade tem sido tematizada e debatida especificamente na filosofia da história, com destaque para a tradição da fenomenologia alemã que vai de Husserl, Heidegger, Arendt, Gadamer, até chegar na hermenêutica de Koselleck. Especialmente Martin Heidegger formulou as bases para as reflexões sobre a historicidade que lhe sucederam. Em *Ser e Tempo*, o filósofo vinculou a historicidade ao comportamento do *Dasein* (ser-aí, também frequentemente traduzido para “homem” ou “humano”) diante da temporalidade.³⁴ Para Heidegger, a temporalidade poderia ser própria ou imprópria, a depender do modo com o qual o *Dasein* se encontra diante do mundo. Em sua forma mais própria, o *Dasein* está em angústia diante da finitude, e reconhece assim uma temporalidade estática que se temporaliza conforme adentra o mundo. Heidegger também foi importante para as reflexões sobre a tecnologia moderna, sendo visto como um crítico do progresso técnico e da cibernética³⁵ (a *Gestell*, também traduzida como enquadramento ou composição), e por isso também é uma referência para a discussão que proponho no capítulo dois sobre as tecnologias quilombolas. Por fim, a associação de Heidegger ao nazifascismo incentivou debates sobre até que ponto sua filosofia era comprometida com uma metafísica racial³⁶. Considero esse ponto importante no sentido de pensar as questões ontoepistemológicas envolvidas na mobilização do conceito de historicidade.

³⁴ Não assimilo a filosofia heideggeriana, mas também não a rejeito. Apenas reconheço os pontos nos quais as críticas da diáspora africana e da filosofia da técnica atingiram Heidegger, especialmente em *Ser e Tempo*. A partir disso, pude seguir adiante na tese com outros compromissos, sem esquecer que um refinamento filosófico é igualmente necessário para que algumas afirmações deste trabalho possam, de fato, avançar. HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

³⁵ HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375–398, 2007. Para uma leitura didática da tecnologia em Heidegger, ver RUDIGER, Francisco. Humanismo, arte e tecnologia segundo Heidegger. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 7/9, p. 433–451, 2011.

³⁶ Para uma visão ampla dessa crítica de Heidegger, ver BEINER, Ronald. **Dangerous minds: Nietzsche, Heidegger, and the return of the far right**. Philadelphia: PENN, University of Pennsylvania Press, 2018.

A historicidade, na acepção de Heidegger, foi apropriada e tornada um dos principais recursos das disputas internas da historiografia em relação à sua proximidade com outras áreas, como a antropologia e as artes, à evidenciação factual e ao tipo de impressão estética do texto. Entre as alcunhas criadas nessas disputas, estão o empiricismo, o reducionismo analógico (a incapacidade de lidar com a realidade das fontes em outras dimensões, especialmente após a ampliação proporcionada pela visão computacional)³⁷ e o realismo ontológico, como é chamada a incapacidade criativa das historiadoras de se desvencilhar de uma narrativa reducionista e conformista da realidade. No campo da história da historiografia, no Brasil, Valdei Araújo alçou a analítica da historicidade, de inscrição heideggeriana, à metodologia do campo.³⁸ Em relação a esse movimento de área, mobilizo duas interpretações críticas à analítica de Araújo: por um lado, buscando dar conta das realidades clubistas negras, recorro à filosofia da diáspora africana; por outro, com objetivo de incluir nas observações a intrusão do digital após a pandemia da Covid-19, me ancoro na filosofia da técnica.

Dito isso, mantenho ao longo dos capítulos duas compreensões distintas sobre historicidade que, a princípio, instauram uma contradição, mas no sentido de oposição real. Como explica o filósofo Rodrigo Nunes, oposição real e oposição lógica exigem formas diferentes de mediação. Na oposição lógica, quando ambos os termos se excluem mutuamente, é necessário que um terceiro os reúna em uma síntese: “por meio de um terceiro termo que simultaneamente os cancela e conserva em uma unidade superior, é possível, a partir desse momento, predicar os dois termos anteriormente incompatíveis de um mesmo sujeito”.³⁹ Porém, quando a situação é de uma oposição real, em que duas forças igualmente afirmativas coexistem em direções contrárias (a exemplo de um corpo sendo empurrado em direções opostas), não existe uma solução lógica, abstrata e absoluta: “[...] a oposição real não é uma oposição entre conceitos, mas entre forças ou tendências reais. E ao passo que dois conceitos que se negam

³⁷ A respeito da crítica do reducionismo analógico, ver KLEINBERG, Ethan. **Historicidade espectral:** teoria da história em tempos digitais. Vitória: Mil Fontes, 2020 e SILVEIRA, Pedro. **História, técnica e novas mídias:** reflexões sobre a história na era digital. 273f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

³⁸ ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013. Identifico esse mesmo procedimento analítico como ação prévia à curadoria histórica proposta por Araújo anos depois. Meu trabalho aqui pode ser pensado como uma aproximação a sua ideia de curadoria apenas mediante o deslocamento da sua base heideggeriana. Ver ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História: O(A) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil:** ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

³⁹ NUNES, op. cit., 2024, p. 97.

logicamente não produzem nenhuma realidade, mas somente entidades impossíveis como “círculo quadrado”, forças opostas podem se misturar dos mais variados modos e nas mais variadas proporções”.⁴⁰ Mediar, nesse caso, não envolve uma síntese, mas uma equação que considera uma díade de termos opostos e um objetivo determinado — seja ao equilíbrio, seja a eliminação de um dos termos pelo seu contrário. A questão, para Nunes, que está pensando nas organizações políticas, é que a mediação não pode ser resolvida de maneira abstrata. A meu ver, isso também se aplica às tentativas anteriores na historiografia de pensar a democratização da disciplina e a pluralização das historicidades como oposições lógicas, que exigem a produção de novos conceitos. Em muitos dos casos, é preferível que a díade produzida entre historicidades contraditórias se mantenha a fim de manter a opacidade dos grupos envolvidos e a tensão formada (uma energia potencial) siga em operação. Demostro isso no capítulo três, quando oponho a ancestralidade dos clubes negros à categoria de historicidade da política do patrimônio histórico.

Em uma primeira apreensão, entendo a historicidade como parte do arsenal analítico-racial do sujeito moderno, conforme explicado pela filósofa Denise Ferreira da Silva.⁴¹ Nesse sentido, como argumenta Silva, a historicidade compõe a episteme interpretativa hegemônica nas ciências humanas desde a metade do século XX. Ela pressupõe a transparência do Outro-racial para o entendimento produzido pelas humanidades e seus descritores favoritos: a sequencialidade (o padrão nomológico de explicação causal-linear); a determinabilidade (a delimitação espacial e temporal); e a separabilidade (a redução ou isolamento do objeto). Isso posiciona o Outro-racial, quando compreendido pelo arsenal analítico-racial, diante da obliteração, ou simplesmente diante da morte. Para Silva, essa é uma operação central para a ontoepistemologia moderna, de modo que ela persistiu mesmo após os ciclos críticos do pós-estruturalismo e do pós-colonialismo. Traduzido em força real, esse conceito de historicidade exige que os Clubes Sociais Negros se adéquem à categoria de patrimônio para serem reconhecidos. No entanto, isso implica a singularização dessas entidades, o descolamento de uma realidade em rede que é, na verdade, a condição de existência. Para descrever essa realidade pré-individual dos clubes negros, utilizei o conceito de quilombo, da historiadora Maria Beatriz Nascimento, que desdubro no capítulo dois.

⁴⁰ Ibid., p. 99.

⁴¹ SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus** — Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro-RJ: Editora Cobogó, 2022.

A segunda concepção de historicidade parte da crítica da filosofia da diáspora, especialmente de Paul Gilroy e Édouard Glissant.⁴² Essa acepção é melhor compreendida como uma contra-historicidade, que estabelece um sentido para a diáspora enquanto uma lógica interna da modernidade ocidental que contrapõe forças centrípetas a centrífugas, heterogêneas a homogêneas, dispersivas a centristas. A exemplo das díades descritas por Glissant, a quem o Atlântico negro paga tributos, como continentes e arquipélagos, raízes e rizomas, a analítica e a poética.⁴³ A contra-historicidade do Atlântico negro tem como operação principal espacializar o tempo linear e unidirecional do Ocidente, recorrendo ao que o historiador Fernando Baldráia chamou de “espacialidade fractal”,⁴⁴ um padrão contingente que submete o tempo à paisagem,⁴⁵ e se comporta como uma espécie de longa duração. É necessariamente uma desobediência do anacronismo, considerado o pecado capital do historicismo. Em relação aos clubes negros, a lógica espacial da diáspora os situa enquanto parte dos territórios negros, conceito elaborado pelo movimento negro ativista e acadêmico do Rio Grande do Sul. A um só tempo, os clubes negros são produtos e condições de possibilidade desses territórios, uma vez que, como Karla e eu compreendemos, constituem-se como tecnologias quilombolas.

4. Tecnologia

A tecnologia se tornou um dos temas centrais desta tese não por acidente, mas por uma questão conjuntural. No Brasil, os estudos sobre raça, racismo e tecnologia cresceram nos últimos anos, com destaque para o período de pandemia da Covid-19. Paralelamente, cresceram os estudos e ensaios que buscam alternativas para o pensamento tecnológico no século XXI, uma vez que é cada vez mais notável o poder das *Big Techs* no chamado capitalismo de plataforma.⁴⁶ Discuto essa conjuntura mais

⁴² Embora Silva critique severamente Gilroy como parte da episteme interpretativa e de uma aposta mal sucedida da crítica pós-colonial nas várias historicidades, entendo, novamente, que Gilroy jamais se filiou a qualquer discurso de superação da modernidade ocidental. O Atlântico negro reconhece e mantém as oposições reais em díades, indicando o caminho de mediações. Não por menos, Gilroy se mantém um humanista, apesar do desgaste do termo nas últimas décadas.

⁴³ GLISSANT, op. cit., 2021.

⁴⁴ BALDRAIA, Fernando. **Time Between Spaces: the Black Atlantic and the Recent Brazilian Historiography of Slavery**. 330f. Tese de Doutorado, Universidade Livre de Berlim, Berlim, 2017.

⁴⁵ Uma das melhores expressões literárias dessa espacialidade fractal é, provavelmente, o romance histórico *O Quarto Século*, de Glissant. GLISSANT, Édouard. **O Quarto Século**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁴⁶ Para uma crítica geral nesse sentido, ver MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

atentamente no capítulo quatro. Nos demais, a tecnologia é um dos elementos centrais das minhas anotações etnográficas.

Quando conheci Karla e passei a compor a equipe do Memorial da ASP, o Satélite Prontidão recém havia atravessado os anos aterrorizantes da pandemia. A comunidade prontista buscava forças para retornar seus encontros e, para tanto, encontraram suporte na memória e nas ferramentas digitais. Essa realidade, descrita no capítulo um, se repetiu em outros clubes negros, como desenvolvi no capítulo três. Dessa forma, não foi possível ignorar que os espaços clubistas se estendiam na dimensão digital e que essas tecnologias eram uma aposta das comunidades negras para o futuro. O digital trouxe o pensamento tecnológico dos clubes negros à superfície, desvelando uma antiga relação entre essas organizações e as redes técnicas. Outras autoras e autores destacaram a cumplicidade entre os clubes e as linhas férreas, a imprensa e a blogosfera, na era da internet 2.0 (início dos anos 2000). De tal modo, qualquer apreensão ontoepistemológica da historicidade nos clubes negros precisa lidar, hoje, com sua existência *online* e *offline*.⁴⁷

Recorri à filosofia da técnica para desenvolver a questão principal desta tese em intersecção com as tecnologias digitais. Como dito antes, as reflexões de Heidegger são centrais na perspectiva fenomenológica da técnica e na relação com a historicidade. Contudo, outros autores tornaram-se mais importantes para mim, uma vez que submetia a questão da técnica aos clubes negros e ao conjunto cultural moderno do Atlântico negro. De modo geral, reconheço na recente interação crítica clubista negra com a tecnologia a erosão daquilo que Bernard Stiegler chamou de “inconsciente tecnológico”⁴⁸. Stiegler estabeleceu as bases da relação entre a tecnologia e a historicidade, e da característica central de orientação. Para o filósofo francês, a memória é temporalidade concreta, e é ela que, uma vez que é exteriorizada no espaço,

⁴⁷ Para tanto, recorri a bibliografias que também se utilizam da observação participante para pensar a tecnologia. Ver BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcízio (Orgs). **Griots e Tecnologias Digitais**. São Paulo–SP: LiteraRUA, 2023; CESARINO, Leticia. **O Mundo do Averso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022; FANON, Frantz. *Aqui la Voz de Argelia*. In: **Sociología de una Revolución**. Gualaquaychú: Tolemia, 2012, p. 44–71; NEMER, David. **Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021; RHUKUZAGE, Serge Katembera. **Mobilização e cidadania: o ciberativismo na África francófona**. 263f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021; RISAM, Roopika; JOSEPHS, Kelly Baker (Orgs.). **The digital Black Atlantic**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2021. SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020; TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaira, 2022.

⁴⁸ STIEGLER, Bernard. **Technics and Times 1: the fault of Epimetheus**. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.

que organiza a relação do *Dasein* com o mundo, que temporaliza o ser.⁴⁹ A crítica de Stiegler à abordagem heideggeriana é crucial para o desenvolvimento teórico desta tese. Porém, não é o suficiente, uma vez que situo a problemática nos espaços negros. Se a questão encarada na etnografia da historicidade é garantir a opacidade do Outro-racial, estabelecer o antagonismo com as concepções de historicidade da ontoepistemologia do sujeito moderno, como afirma Denise Ferreira da Silva, e protegê-lo da obliteração, então é crucial que se encontre outras formas de pensamento técnico.

Falar em várias historicidades implica considerar a existência de várias tecnologias. Para sedimentar esse caminho, desenvolvi o conceito de cosmotécnica do filósofo chinês Yuk Hui, para uma abordagem sobre a memória negra, o modo com que sustento o conceito de tecnologias quilombolas, elaborado no âmbito do Memorial da ASP por mim e Karla. A intenção de Hui é deslocar o discurso hegemônico da tecnologia ocidental e abrir espaço para outras realidades tecnológicas poderem emergir. Isso, segundo Hui, exige compreender a axiomática central das máquinas, especialmente do digital, estabelecida pelos círculos intelectuais da cibernética.⁵⁰ Para o filósofo chinês, não basta um exercício de diferenciação formal da tecnologia. É preciso estabelecer analogias entre pensamentos técnicos a fim de assegurar a sobrevivência de mundos díspares.

Obviamente, existe um limite sobre o qual é possível desdobrar esse projeto na situação dos clubes negros. O conceito de tecnologias quilombolas tem intenções menores: reafirmar as operações centrais dos clubes negros; advertir sobre os riscos entre a relação dos clubes negros e as plataformas digitais; defender que os clubes, pensados como tecnologias, são sustentações de modos comunitários alternativos, chamados por Maria Beatriz Nascimento de modos quilombolas.⁵¹ Além disso, as tecnologias quilombolas afirmam tanto a diferenciação concreta das memórias negras quanto a necessidade de alicerçar o direito à memória em sustentações materiais próprias às comunidades negras — por exemplo, o crescente movimento de museus comunitários no interior dos clubes negros. A cosmotécnica coloca, a meu ver, a possibilidade de uma cosmopolítica da memória: várias tecnologias, várias memórias.

⁴⁹ Para uma apresentação didática de Stiegler na historiografia, ver MARTÍNEZ CLEVES, Felix Raul. La farmacia de Bernard Stiegler: pensar la memoria y abrir la historia para que la vida merezca ser vivida. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 77–101, 2022.

⁵⁰ Hui trabalhou essa história filosófica em HUI, Yuk. **Recursivity and contingency**. London; New York: Rowman & Littlefield International, 2019.

⁵¹ NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita Por Mãos Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Hui também é importante por auxiliar na elaboração de um pensamento planetário, um modo de passar da afirmação da localidade para a problemática das mudanças climáticas sem reafirmar fronteiras imunológicas ou identidades absolutistas. Segundo Hui, para haver pensamento planetário, são necessários três pilares: a biodiversidade (várias naturezas), a tecnodiversidade (várias técnicas) e a noodiversidade (várias ontoepistemologias).⁵² Assegurados esses pilares, Hui propõe o pensamento planetário enquanto uma diplomacia epistemológica, rejeitando o globalismo triunfante do Ocidente. Em suma, a política da tecnodiversidade exige uma fragmentação ainda mais intensa e extensa, a partir de outras realidades cosmológicas.

Os clubes negros já possuem relações com outros modos de conceber a natureza, principalmente orientados pela religiosidade afro-riograndense, mas é possível que novos eventos introduzam a questão do regime climático nas agendas clubistas, interferindo assim na historicidade e nos seus trabalhos de memória. Infelizmente, essa dimensão da experiência etnográfica no Satélite Prontidão ficou sub notificada por meu excesso de atenção à memória e à tecnologia e pouco para as consequências da pandemia para a política climática e para a pauta do racismo ambiental. No entanto, essa desatenção foi severamente interferida após as enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul. No capítulo quatro, exploro as consequências das enchentes na ASP a fim de defender que o conceito de tecnologias quilombolas pode favorecer um reposicionamento dos clubes negros nos anos vindouros. Me aliando a Hui e demais autoras que trabalham o nexo entre a tecnologia moderna e a racialidade, defendo que as tecnologias quilombolas são modos de reverter a racialidade das máquinas e, com isso, introduzir outras noções de natureza e humanidade no Antropoceno. Ou, como nomeei, as mudanças climáticas em continuidade com as colônias escravagistas, a Era das plantações.

Para finalizar essas notas iniciais sobre a teoria situada que desenvolvi nesses anos de imersão na realidade clubista negra, acredito que uma das principais lições que assimilei nos anos de tese é a necessidade de passar do pensamento teórico abstrato para um pensamento concreto. Para isso, tanto a ênfase na técnica é crucial, quanto o modelo de raciocínio analógico que trabalhei nos capítulos seguintes. Ao invés de afirmar absolutamente aplicações de conceitos, busco formas de mediação entre forças reais em relação. Para tanto, a filosofia de Gilbert Simondon foi um auxílio especial e

⁵² HUI, Yuk. **Machine and sovereignty: for a planetary thinking**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2024.

consideravelmente rigoroso. Além de auxiliar na mediação analógica entre as realidades clubistas e seus múltiplos antagonismos, e na escalada da abordagem da localidade para uma generalização, Simondon também fundamenta minha perspectiva sobre a tecnologia. Sigo seu trabalho sobre a ontogênese dos objetos técnicos,⁵³ segundo o qual as máquinas podem ser pensadas em níveis de complexidades: elemento, indivíduo e conjunto. Em sequência, cada um desses níveis subsume o anterior em uma nova realidade técnica. Em um grau mais avançado, os objetos são constituídos por redes a partir da integração entre os conjuntos. O mais importante é que, nesse processo evolutivo, os objetos conservam em si uma tecnicidade, uma dimensão em potencial que se mantém disponível nas fases seguintes para uma nova concretização.

No caso dos clubes negros, observo que uma tecnicidade preta⁵⁴ se mantém entre suas realidades particulares e a composição da rede, na ocasião da luta pelo reconhecimento enquanto patrimônio. Observo isso tanto nas suas agências e organizações políticas consolidadas, quanto na produção intelectual comum no âmbito da memória e das pesquisas historiográficas do pós-abolição. É esse excesso que possibilita que os clubes possam ser compreendidos em suas singularidades locais e em totalidade, sem que haja contradição nesses termos, como afirmo no capítulo três. No capítulo quatro, defendo que essa tecnicidade preta pode reverter a racialidade na tecnologia digital e servir como orientação espaço-temporal. Nesse sentido, as tecnologias quilombolas podem retomar o Atlântico negro, de Paul Gilroy, enquanto um modo de mediação entre a localidade e a realidade planetária da Era das Plantações. Tudo isso, contudo, é muito mais prescritivo do que descritivo, uma vez que serão os próximos anos que determinarão como os clubes irão incorporar as mudanças climáticas em suas lutas por reconhecimento e sobrevivência. Meu texto, portanto, se mantém aberto e inacabado, fato esse que é mérito e fraqueza.

5. Os capítulos

No capítulo 1, conto sobre minha aproximação com a Associação Satélite Prontidão (ASP) e o início do trabalho no Memorial da ASP, entre 2021 e 2022. A partir da minha inserção na ASP e a interlocução da prof.^a Karla dos Santos Guterres Alves, descrevo a comunidade prontista tomando a perspectiva do seu acervo. O encadeamento

⁵³ SIMONDON, op. cit., 2020b.

⁵⁴ Sobre estética e tecnicidade preta, ver MOTEN, Fred. **Na quebra: a estética da tradição radical preta**. Trad. Matheus Araujo dos Santos. São Paulo–SP: N-1 Edições, 2022.

entre a memória prontista, sua comunidade, o entorno e o público externo — como o poder público, as universidades ou o mercado — inserem a historicidade do Satélite Prontidão em uma arena complexa e frágil, interna e externamente, que inclui a minha própria posição enquanto pesquisador branco em um espaço da negritude. Entre os pontos cruciais da elaboração dessa historicidade estão: a emergência do pensamento das mulheres negras e da ética do cuidado, com consequências para a elaboração do arquivo; a relação geracional entre mais velhas, também chamadas de *griôs*, e as mais jovens, com especial atenção ao componente tecnológico; e as dificuldades enfrentadas com o endividamento da instituição e a luta pelo reconhecimento frente ao poder público e à própria comunidade negra, de modo geral. Neste capítulo, também desenvolvo uma crítica às limitações da História Pública para trabalhar a localidade dos espaços negros, por sua incompreensão sobre os padrões ontoepistemológicos raciais, que acaba com uma crítica à minha própria inocência enquanto pesquisador branco, notável no início da minha entrada na “família prontista.”

No capítulo 2, apresento e sustento o conceito de tecnologias quilombolas, pensado por mim e Karla para a primeira exposição do Memorial da ASP, e visando uma oportunidade de captação de recursos para o projeto. Essas conversas entre mim e Karla ocorreram entre setembro de 2022 e o início de 2023. Continuo preocupado com a questão da localidade, mas enfatizo que falar em tecnologias quilombolas pressupõe uma relação conjuntural com outras influências regionais e planetárias em relação à tecnodiversidade e à memória negra. Primeiro, elaboro um nexos entre memória e técnica, de modo que, quando apresento a proposta da cosmotécnica do filósofo Yuk Hui, enfatizo as consequências da tecnodiversidade para as políticas de memória. Em um segundo momento, me utilizo da abordagem de Hui e descrevo as operações centrais das tecnologias quilombolas: a fuga, o encontro e a recuperação da imagem. Complemento essa descrição com um evento fora da cena etnográfica, ocorrido em 2024, quando houve a primeira apresentação de estágio de educação patrimonial no Memorial da ASP, elaborado com os boletins informativos que circularam na ASP nos anos 1990. Tristemente, concluo o capítulo narrando o adoecimento e a morte da professora Karla dos Santos Guterres Alves, que infelizmente nos deixou em julho de 2023. Assim, encerrou-se minha interlocução com Karla em vida e iniciou-se a movimentação da equipe do Memorial da ASP em torno de sua memória.

No capítulo 3, narro os acontecimentos posteriores ao falecimento de Karla, bem como minha aproximação e amizade com seu marido e presidente da Associação

Satélite Prontidão (ASP), Richard Evandro Guterres Alves. Entre meados de 2023 e ao longo de 2024, Richard se tornou meu principal interlocutor na “família prontista”, principal representante do projeto do Memorial da ASP e defensor do direito à memória. Em setembro de 2023, Richard viajou à Santa Cruz do Sul para participar do X Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros, sediado pela Sociedade Cultural e Beneficente União, clube negro da região do Vale do Taquari, no interior do estado. Nessa ocasião, Richard foi escolhido como presidente da Comissão Executiva dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, responsável pela organização do XI Encontro das entidades. Como convidado de Richard, pude acompanhar o evento e estender minhas anotações iniciais a respeito das realidades clubistas. Desse modo, o capítulo está organizado quase que inteiramente em torno dos dias do X Encontro, tomando alguns ganchos para descrever a composição da rede clubista em escala nacional e regional, tendo em vista o protagonismo gaúcho na formação do movimento. Reconstituo a emergência da organização em rede dos clubes negros a partir da luta pela patrimonialização dos clubes, enfatizando a centralidade da dimensão digital, com a criação de uma blogosfera clubista nos anos 2000. Por fim, defendo que a apropriação do digital pela rede clubista tanto possibilitou quanto foi condicionada pelo conceito de clubes negros, de modo que favoreceu a (re)produção de uma historicidade comum, chamada de ancestralidade. Essa historicidade comunga com as organizações em suas particularidades como parte de uma totalidade: mais do que um, menores do que dois. Desse modo, a noção de ancestralidade antagoniza com a política do patrimônio histórico, como demonstro, e busca agenciar o Estado, o Mercado e as universidades em prol da sustentabilidade clubista.

No capítulo 4, narro o caminho da equipe do Memorial da ASP para a abertura da sua primeira exposição, processo que consolidou o projeto, seus integrantes e a pauta da memória prontista. O espaço expositivo recebeu o nome de Karla, ressaltando o quanto sua memória nos orientou nessa caminhada. Essa história ocorreu ao longo de 2024, tendo sido atravessada por um evento que (re)acendeu a problemática das mudanças climáticas entre os clubes negros do Rio Grande do Sul: as enchentes de maio de 2024, que inundaram quase todo o território gaúcho. A catástrofe intensificou a pauta do racismo ambiental entre os clubes negros, com participação intensa das entidades no auxílio da comunidade negra. No entanto, a proximidade com esses fatos faz desse capítulo mais prescritivo do que descritivo. Procuro especular sobre a pertinência do conceito de tecnologias quilombolas para a inserção da problemática do novo regime

climático nas realidades clubistas negras. Para tanto, desloco a visão do Ocidente de Yuk Hui a partir da centralidade da racialidade no Atlântico negro. A meu ver, a tecnodiversidade deve considerar o nexo entre a tecnicidade moderna e a racialidade. Reimaginando o Atlântico negro como um espaço cosmotécnico, quero indicar que as tecnologias quilombolas fazem a mediação entre modernidade e diáspora, com intenção de reverter a realidade racial. Nessa abordagem, reforço a perspectiva planetária e humanista de Paul Gilroy a partir da integração de outras modalidades de pensamento técnico.

Na íntegra, esses capítulos contam a história do meu encontro com a Associação Satélite Prontidão (ASP). Em 2025, a vida seguiu e novos acontecimentos integraram essa narrativa. No entanto, ainda é cedo para transformá-los em capítulos. Mesmo assim, a parte que cabe à leitora é válida, é uma história de perseverança, muitas ansiedades e laços de amizade. Como disse Baldwin, nessas páginas extraí o que pude da minha experiência, cada gota, doces e amargas.

Capítulo 1

O SATÉLITE PRONTIDÃO AINDA EXISTE?⁵⁵

ARQUIVO, MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DE UM CLUBE SOCIAL NEGRO

Nosso viver depende da capacidade de conceituar alternativas, muitas vezes improvisadas.

bell hooks⁵⁶

Dado o papel da tecnologia da história na produção de crimes imperiais, as reivindicações de reparação devem ser reconceitualizadas não como uma forma de história alternativa, mas como uma forma de *nenhuma história*. A história não é apenas uma disciplina acadêmica ou uma profissão nem um mero gênero de narração. Como forma e corpo de conhecimento, mas acima de tudo como uma tecnologia de controle [*rule*], a história é uma invenção imperial que foi central ao exercício da violência imperial muito antes de ter sido institucionalizada no século XIX como disciplina acadêmica. [...] Nada pode escapar às mandíbulas da história.

Ariella Azoulay⁵⁷

Olha, isso é muito sério, tu pensar um lugar de memória imaterial. Memória negra. Então, se a gente quer constituir um patrimônio, um lugar de memória, essa memória tem que tá organizada, ela tem que tá constituída. Tem que haver um processo ali dentro do próprio clube que dê legitimidade pra que ali seja um lugar de memória.

Karla dos Santos Guterres Alves⁵⁸

1. Introdução

Narrar uma situação é narrar uma relação. Isso exige uma poética, como escreve o poeta martinicano Édouard Glissant,⁵⁹ que permita o encontro sem diluição. A relação, quando verdadeiramente respeitada, preserva a opacidade dos indivíduos. As personagens sobre as quais escrevo são mais do que a minha descrição e menos do que o objeto que abordo aqui: a Associação Satélite Prontidão (ASP). Neste capítulo,

⁵⁵ Este capítulo foi construído a partir da reelaboração do material etnográfico trabalhado na Associação Satélite Prontidão (ASP) nos anos de 2021 a 2022. Partes desse material foram originalmente publicadas como uma monografia, ver GONZAGA, Gabriel. **O Satélite Prontidão ainda existe?** Etnografia, arquivo e a poética da historicidade quilombola. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Outra versão reduzida do relato de campo foi publicada nos anais do IV Encontro de Pesquisa em Teoria da História e História da Historiografia (EPETH). GONZAGA, Gabriel. Notas sobre uma teoria situada: a Associação Satélite Prontidão (ASP) e as Tecnologias Quilombolas (TQs). In: LONGONI, G.; NICOLAZZI, F. (Eds.). **Anais do EPETH — Encontro de Pesquisa em Teoria da História e História da Historiografia**. Porto Alegre: L3 Soluções em tecnologia ltda., 2024, p. 115–121.

⁵⁶ hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 287

⁵⁷ AZOULAY, Ariella. **História Potencial**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2024, p. 233.

⁵⁸ Entrevista concedida pela prof.ª Dr.ª Karla dos Santos Guterres Alves, em 05 de março de 2022.

⁵⁹ GLISSANT, op. cit., 2021.

recupero a experiência de campo na ASP entre os anos de 2021 e 2022, momento em que trabalhei junto ao projeto do Memorial da ASP, coordenado pela professora Karla dos Santos Guterres Alves. Tomo proveito dessa vivência para problematizar minha inserção no clube, bem como as ferramentas práticas e teóricas empregadas nesse estágio. Para isso, adentro discussões no campo da teoria da história e da História Pública. A escolha ocorre por questões conjunturais: no tempo da minha prática, esses dois polos direcionaram questões práticas e epistemológicas da relação entre a historiadora e o público. Tomei notas desses debates para direcionar a minha ação junto à ASP, contrapondo essa bibliografia à literatura da teoria crítica da raça e da filosofia da diáspora africana.

Este capítulo une meus registros etnográficos da ASP com uma reflexão prática e teórica: como trabalhar com a história e a memória de um clube social negro (CSN)? Dessa problemática, extraí a noção de “risco”, ou seja, a possibilidade das ferramentas ontoepistemológicas⁶⁰ que utilizo sobreescreverem a localidade que abordo. Para tanto, na minha prática no campo etnográfico, estabeleci “limites” para os exercícios de extração de dados, categorizações e análises. Como alternativa, abri minha descrição para que fosse atravessada por outras vozes, às vezes consonantes com meus relatos, às vezes não, a depender do tempo e da intensidade da minha inserção na comunidade prontista e clubista negra. Limite e risco são termos que trago da ética da convivialidade de Ivan Illich,⁶¹ filósofo crítico das instituições modernas, que afirmou que todo conhecimento deve ser constrangido por limites a fim de avaliar seus riscos para a localidade e frear as expectativas do sujeito hegemônico. Esses riscos, apontados por diversas autoras, são, em si, raciais, como argumento neste capítulo. Embora eu busque equilibrar essa situação com a noção de opacidade, de Glissant, essa tensão não foi diluída em nenhum momento na minha experiência e neste texto.

Ao longo da história, utilizo alguns conceitos que estão presentes na minha prática e retornam enquanto argumento teórico. Refiro-me diversas vezes à memória e ao arquivo. Por memória, não estou pensando nos temas proeminentes dos estudos da memória social (lugar de memória; memória coletiva; memórias subterrâneas), mas sim

⁶⁰ Compreendo por ontoepistemologia o cruzamento entre os modos de produção de conhecimento (epistemologia) e os modos de concepção de sujeito e mundo (ontologia). Esta tese está afiliada a uma dimensão ontoepistemológica, desde a concepção da sua problemática central até a resolução dos seus argumentos. Por isso, boa parte das autoras e dos autores citados segue essas premissas, a exemplo de Denise Ferreira da Silva, Fred Moten, Stefano Harney, Ariella Azoulay, Lewis Gordon, Maria Beatriz Nascimento, Édouard Glissant, entre outras e outros.

⁶¹ ILLICH, op. cit., 1975

no campo fenomenológico da inscrição da experiência humana. Nesse sentido, distancio-me de Bergson⁶² ao trabalhar a composição material da memória, e não necessariamente a relação do corpo com a duração. Arquivo, por sua vez, é utilizado nos termos clássicos, como “lei do que pode ser dito”, definido assim pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida⁶³. Abordo arquivo e memória em suas consequências materiais, observando sua composição como resultado de uma operação de poder (racial e em resposta a esse). O arquivo negro, ou o arquivo diaspórico, possui especificidades que me esforço para delinear. Trata-se de um “arquivo vivo”, como escreve Stuart Hall,⁶⁴ que deriva do pressuposto da impossibilidade dessa inscrição. Essa dinâmica, que remete às travessias da vida negra, apresenta-se como enfrentamento ao silenciamento e ao esquecimento.

Historicidade, por outro lado, é um termo difícil de ser elaborado. Sigo a etnografia da historicidade, debatida na introdução deste trabalho, provocando um desajuste em relação à vida negra. No campo etnográfico, busquei identificar e reagir à historicidade, sem, com isso, categorizar e explicar a própria ASP (trata-se dos limites sobre os quais falei anteriormente). Apresento a situação na qual o Satélite Prontidão é colocado no tempo histórico diante do seu inevitável desaparecimento (descrevo os dispositivos de silenciamento na burocracia do Estado, o não-reconhecimento e a dívida). Assim, o trabalho com a historicidade corre o risco de reificar esse *telos* (do desaparecimento) como significação de um presente multicultural pós-racial.⁶⁵ Muitas vezes, a historicidade é uma ameaça à ASP e aos demais Clubes Sociais Negros. Escrever a história pode significar enredar uma trama que leva ao fim dessas entidades. Por isso, cada vez mais as intelectuais oriundas dos CSNs disputam a historicidade no terreno da historiografia, em especial, no campo do Pós-Abolição.⁶⁶

Pensando nisso, e na minha própria posição no Memorial da ASP, elegi a opacidade como horizonte no trabalho de campo, pensando em um antagonismo à transparência do sujeito moderno ocidental, explicada pela filósofa Denise Ferreira da

⁶² BERGSON, Henry. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁶³ DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁶⁴ HALL, Stuart. Constituting an archive. **Third Text**, London, v. 15, n. 54, p. 89–92, mar. 2001.

⁶⁵ Esse argumento é elaborado por Allan Kardec Pereira em sua tese sobre as rebeliões em Ferguson, nos Estados Unidos. PEREIRA, Allan Kardec. **Impróprios para a História: rebelião, tempo e antinegitude em Ferguson (2014-)**. 249f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

⁶⁶ Retomo essa discussão no capítulo 3 deste trabalho.

Silva.⁶⁷ Por transparência, entendo as estratégias de delimitação, evidenciação, categorização e explicação que objetificam o outro racializado, colocando-o em posição de ser compreendido pelo sujeito moderno. Em vez da transparência, sigo a opacidade, e apresento a ASP na construção da sua própria história no campo material, da composição do arquivo negro e dos acontecimentos (uma abertura em potencial) que levam à inscrição da experiência.

1.1 A História Pública e a Localidade

A História Pública apareceu como um movimento não categórico, frequentemente descrito como uma arena de diálogos, experimentações, construções horizontais e de intervenções das historiadoras no espaço público. Em uma definição recente, o historiador Ricardo Santhiago a descreve como uma “[...] plataforma de ação na qual diferentes sujeitos e diferentes saberes se encontram, se somam, se estranham, se conflitam, permitindo que uma história complexa, potente e diversa emergja, apenas para ser novamente colocada em questão, tantas vezes quanto necessário”.⁶⁸ Partindo dos Clubes Sociais Negros (CSNs), questiono se a História Pública pode garantir a autonomia ontoepistemológica da localidade. Há nas definições dessa “plataforma de ação” uma preocupação com o risco de sobrescrever o local? Existe uma noção forte de localidade entre as praticantes da História Pública? É nesse sentido que posso incorporar essas discussões na ASP, sem desconsiderar sua opacidade.

A História Pública surgiu com esse nome no movimento estadunidense dos anos 1970, que visava responder à crise do mercado de trabalho para as historiadoras. Contudo, em uma experiência anterior, esteve ligada à Nova Esquerda britânica, nos anos 1960, com as chamadas *History Workshops* (Oficinas de História) e o desejo de socializar a produção histórica.⁶⁹ Segundo Santhiago, o movimento americano caminhou para a especialização, o pragmatismo e a absorção das demandas do mercado — a partir da atividade em museus e empresas de consultoria.⁷⁰ O caminho

⁶⁷ SILVA, op.cit., 2022.

⁶⁸ SANTHIAGO, Ricardo. Quantas perguntas mais? In: RODRIGUES, Rogério Rosa; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (Orgs.). **História Pública em movimento**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021, p. 203.

⁶⁹ Apesar da associação com a “História vista de baixo”, a *History Workshop* foi contemporânea aos *Cultural Studies* (Estudos Culturais), capitaneados por Raymond Williams e Stuart Hall. Ambos os movimentos demonstram um desejo de romper com as fronteiras disciplinares. LEAL, Bruno. *History Workshop: a história próxima das massas*. Café História, [s.l.], 31 de dez. 2018. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁷⁰ SANTHIAGO, Ricardo. História Pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.

adotado no Brasil, desde o início do movimento em 2011, por outro lado, não formulou uma subdisciplina. Segundo Santhiago, a prática historiadora é originada em uma cultura, e assim descreve a posição das historiadoras brasileiras como periférica, embora privilegiada pelo que chama de “prática epistemologicamente democrática”, de perfil cosmopolita.⁷¹ Rejeitando a uniformidade americana, Santhiago avaliou haver muitas histórias públicas brasileiras. Elas não são um fim em si, mas um meio.⁷² Disso, segundo o autor, surgiu um “diálogo polifônico” com a disciplina histórica, perspectivas teóricas variadas e com diferentes sujeitos.

Pensando no risco que representa um sujeito branco em um espaço negro, como na minha experiência etnográfica na ASP, considero que Santhiago não englobou, entre os encontros propiciados pela História Pública, situações de desumanização. Sua definição de História Pública, talvez excessivamente celebrativa, não considerou os componentes operativos da violência racial que atua na produção do público da história e nos modos de sua recepção. Cabe atentar à maneira como a história encontra o público. Para Santhiago, são quatro as modalidades de trabalho com o público: a história feita *para* o público; *com* o público; *pelo* público; e história *e* público⁷³ (este último é o trabalho de autorreflexividade). Santhiago apresentou dois termos que se mantêm estáveis independentes das condições locais: haja o que houver, teremos história e teremos público. Desse modo, o autor trabalhou o “movimento” em uma “função paralela”: “[...] evitar que a questão dos *vários públicos da história*, que perpassa toda a atividade historiadora, da pesquisa à escrita, fique encoberta.”⁷⁴

Para Santhiago, não se trata de uma produção nova, mas de um espaço autônomo para a comunicação constante no ato de pesquisa:

O que vem acontecendo é que a circulação da expressão “História Pública” está suscitando *que práticas e reflexões anteriores sejam revistas à luz desse conceito*; que a preocupação com a publicização de resultados de pesquisa passe a constar de maneira programada na agenda de um número maior de historiadores.⁷⁵

O que se pretende é a criação de um espaço de embate, para que velhas reflexões possam abrir novas soluções, mais horizontais e participativas. Segundo Santhiago, a

⁷¹ SANTHIAGO, Ricardo. Pode se falar de uma História Pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

⁷² Ibid., p. 329.

⁷³ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, vários significados: alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO, Juliana Almeida; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 28. Destaque nosso.

⁷⁴ Ibid., p. 30. Destaque do autor.

⁷⁵ Ibid. Destaque nosso.

História Pública é um nome para aquelas práticas que antes estavam sem nome e outras que agora podem dividir a mesma arena: os trabalhos com memória e patrimônio, a história oral, a história digital, a divulgação científica, a discussão sobre a indisciplin⁷⁶, a teoria da história e muitas outras.

Talvez o espírito cosmopolita que anima o autor não lhe proporcione a reflexividade que apregoa para o campo. Santhiago deseja que se retorne ao “local, ao regional, ao nacional”, sem renunciar a nenhuma outra experiência ou idioma.⁷⁷ Seu cosmopolitismo, no entanto, não questiona a produção da espacialidade e da temporalidade nas quais a História Pública se insere, ao escalonar essas divisões territoriais. É ainda mais expressivo quando se percebe que nenhuma definição apresenta ou explora dimensões de poder, alienação ou dominação. Essas condições limítrofes para o próprio conceito de história ainda não entraram na arena construída pelo movimento. Por isso, aparenta uma concepção de prática historiadora liberal, que reconhece conflitos em seu nome, mas não problematiza relações de dominação nem condições de emancipação.⁷⁸ Muito provavelmente por isso, não encontramos a violência racial como um problema.

As propositoras da História Pública são sucessoras do debate na história oral. Esse é o campo de pesquisa de várias de suas praticantes, como o caso de Santhiago, da prestigiada historiadora dos lugares de memória da escravidão, Hebe Mattos, e de Michael Frisch, historiador americano responsável por cunhar o conceito de “autoridade compartilhada”.⁷⁹ Para Frisch a noção de autoria é sempre dialógica — pressupondo dois sujeitos plenamente reconhecidos. Nada é dito, porém, sobre quando o contexto — racial e/ou colonial — pressupõe uma relação fundada em uma violência que não permite a entrada no campo do reconhecimento. Em uma situação atravessada pela

⁷⁶ Embora restrita a debates disciplinares e a discussões bibliográficas, a indisciplin^a é uma das agendas da teoria da história que repercute as aberturas provocadas por outros modos de viver e produzir conhecimento na historiografia. Por isso, forneceu uma contribuição incontornável para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador e, conseqüentemente, para este trabalho. Sobre a indisciplin^a, ver ÁVILA, op. cit., 2021. Escrevi sobre o contexto desse debate a partir da minha observação como discente em seminários que inflaram a agenda. No texto, proponho a (des)apropriação dessa temática. Ver GONZAGA, G. A indisciplin^a como arma, ou como ferramenta. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 28, n. 44, pp.-292-298, 2022.

⁷⁷ Ibid., p. 35.

⁷⁸ Me refiro à dimensão da ontoepistemologia que envolve o conhecimento histórico, quando está condicionado a jogos de poder que prefiguram sua aparição e se mantêm no âmbito de suas operações. Essa problemática é um avanço em relação à discussão teórica influenciada pelo giro linguístico, como em Michel De Certeau e Hayden White. Entre as autoras que sigo, destacam-se Michel-Rolph Trouillot, Ariella Azoulay, Sanjay Seth e Mario Rufer.

⁷⁹ FRISCH, Michael. A História Pública não é uma via de mão única, ou de *shared authority* à cozinha digital. In: MAUAD, SANTHIAGO, ALMEIDA, op. cit., 2016.

racialidade, a própria concepção de público, como produção do mundo comum, está colocada em questão.

A historiadora Renata Schittino colaborou com uma das coletâneas da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), trabalhando a noção de espaço público, recorrendo à Hannah Arendt e Jürgen Habermas.⁸⁰ Schittino defendeu o compartilhamento da história nesse mundo comum sem considerar o que é possível quando esse comum não está disponível — ao se cobrir o rosto do Outro com um véu e falar em seu nome, apresentá-lo como um problema.⁸¹ A questão do público se apegue a uma narrativa de fundo ainda mais poderosa: a das luzes, da modernidade e da civilização. Nesse ponto, a definição apresentada por Schittino, mesmo que não necessariamente aceita por todas as praticantes da História Pública, ajuda a pensar uma situação de conflito entre “tradições de raciocínio”,⁸² na qual a História Pública encontra, na localidade, limites e riscos para sua prática. São nesses termos que compreendo minha entrada no Memorial da ASP.

De toda forma, insistir em uma definição de público enquanto o comum corre o risco de responder ao desejo de salvar os valores “democráticos”, “cosmopolitas” e “progressistas” de um ocidente que se encontra em apuros em meio às lutas decoloniais. Ou, como avalia o historiador afro-britânico Paul Gilroy, de se filiar a um discurso civilizacionalista.⁸³

1.2 Desaprender a violência racial

A História Pública, ao ignorar esses espaços-limite de extrema violência racial, recupera a História como um signo civilizador. Um Clube Social Negro (CSN) não é uma instituição que possa facilmente servir ao propósito de um espaço público habermasiano. É um lugar que sofre constantes violências raciais que impossibilitam a reprodução da memória negra. O não reconhecimento como um patrimônio (embora hoje o movimento clubista busque o registro dessas instituições no regime de preservação e proteção do Estado),⁸⁴ sua desvalorização por parte do poder público,

⁸⁰SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da História. In: MAUAD, SANTHAGO, ALMEIDA, op. cit., 2016.

⁸¹MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

⁸²SETH, op. cit., 2013.

⁸³GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 17–34, 2018.

⁸⁴Ver ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 221f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Alguns clubes são reconhecidos como patrimônio em esferas municipais

além da precariedade em meio a dívidas e dificuldades de manutenção de suas infraestruturas, demonstra uma condição na qual a horizontalidade e o diálogo não são possíveis antes que se assegure a autonomia. Do contrário, meu trabalho na ASP incorporaria o clube como um “problema negro”. Não é possível atrelar ao racismo todo o destino da ASP, mas se deve reconhecer que o sistema racial opera e interpela essa instituição, que ainda produz uma realidade e uma sociabilidade alternativa para pessoas negras. Desvelar esse sistema é condição para que um conceito de localidade, em sentido antropológico, possa existir.

Nos últimos anos, um debate intenso se instalou na teoria crítica da raça a respeito da impossibilidade ontológica do ser-negro. Frank Wilderson III tem persistido na condição não-análoga da violência antinegra, nomeadamente por ela não possuir uma justificativa de fundo, ou algo semelhante à luta pela terra contra o nativo, ou pelo controle da reprodução sexual no caso do gênero.⁸⁵ É importante atentar ao tipo de negatividade que o afropessimismo, movimento crítico de Wilderson, traz ao enfatizar o papel da antinegitude na constituição da noção de humanidade:

A história e a redenção são a trama da narrativa. Pode parecer provocativo, mas a história e a redenção (e, portanto, a própria narrativa) são inerentemente antinegros. Sem a presença de um ser que é, de início, irredimível (um ser que é universalmente ofendido, que naturalmente não pertence a si mesmo, e que está aberto à violência crua), a história e a narrativa não teriam a base de sua coesão. Sem o negro, ninguém seria capaz de saber como é um mundo sem redenção — e se não é possível conceber a ausência de redenção, então a redenção também seria inconcebível.⁸⁶

Segundo Wilderson, a História — incluo a História Pública — oferece ao negro a narrativa como meio de redenção no tempo. O problema é que é o negro (desumanizado) que permite a temporalização da condição humana, a narrativa e, por fim, a própria História. Mesmo que eu não esteja disposto a concordar com todas as conclusões de Wilderson, uma vez que recuso enxergar a ASP por meio dessa negatividade,⁸⁷ não posso ignorar essa violência fundante do humanismo europeu, me arriscando a continuar reproduzindo um mundo de pessoas-normativas e pessoas-problemas. O negro, para o afropessimismo, ainda ocupa o lugar da “morte social”, descrito por Orlando Patterson na estrutura das sociedades escravistas.⁸⁸ Indo

ou estaduais, a partir do poder legislativo. No entanto, esses títulos não atribuem nenhuma reparação ou garantia.

⁸⁵ WILDERSON III, Frank. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2020.

⁸⁶ *Ibid.*, 127.

⁸⁷ Para uma crítica ao afropessimismo, ver MOTEN, F. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In: BARZAGHI; PARTENIANI; ARIAS, op. cit., 2021.

⁸⁸ PATTERSON, Orlando. Autoridade, alienação e morte social. In: **Escravidão e Morte Social**. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 64–119. Essa aplicação não é consensual. Patterson manifestou sua discordância

além, as afropessimistas afirmam que a violência antinegra é o que produz o mundo social. Nesse caso, é comum a articulação de uma retórica escatológica: conclamar um fim do mundo como o conhecemos (e do modo como conhecemos o mundo).

Diversos intelectuais negros brasileiros vêm aderindo a esse pessimismo a respeito das possibilidades de diálogo e aliança minadas pela intensidade da violência antinegra. O sociólogo Osmundo Pinho⁸⁹ e o historiador Fernando Baldraia⁹⁰ são dois exemplos que tomo para desenvolver esse argumento. Diferentemente das “historiadoras públicas”, essa intelectualidade encara o contexto colonial como um “mundo compartimentado”, seguindo as palavras de Fanon.⁹¹ Ela toma o “mundo em comum” por algo que só pode ser construído após lidar com a reparação dos processos de desumanização — dentre os quais estão massacres, encarceramentos e destruição do arquivo e da memória negra.

Pinho deseja balancear o pessimismo afro-americano com a ancestralidade da cultura africana no Brasil. Para não cair nas ilusões de inocência com que a cultura brasileira é produzida, Pinho mobilizou a categoria do “cativeiro”, ou seja, “[...] a condição, mediada pela passagem do meio e pela transposição atlântica no porão do navio negreiro, a que foram conduzidos sujeitos e saberes africanos, ancestrais”.⁹² O cativeiro media a condição da morte social e a produção de um novo mundo baseado na ancestralidade. Para Maria Beatriz Nascimento,⁹³ a historicidade quilombola tem início com a fuga do cativeiro que permite o surgimento desse mundo ancestral, que leva adiante a memória da escravidão. Por isso, Pinho repreendeu as pessimistas: não há vazio, porque há suplemento:

Não há nenhum vazio. Onde ele porventura poderia estar, está o suplemento Signo-África, como discuto mais adiante. As conexões, ligações e reinterpretções históricas deixaram rastros palpáveis ademais. Na

em relação aos afropessimistas. WRITER, Liz Mineo Harvard Staff. Harvard professor reflects on the Kerner Report, 50 years on. Disponível em <<https://news.harvard.edu/gazette/story/2018/03/harvard-professor-reflects-on-the-kerner-report-50-years-on/>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁸⁹ PINHO, Osmundo. **Cativeiro: antinegitude e ancestralidade**. Salvador: Segundo Selo, 2021.

⁹⁰ BALDRAIA, Fernando. Epistemologies for Conviviality, or Zumbification. **Mecila Working Papers Series**, São Paulo, n. 25, 2020. Disponível em: <https://mecila.net/wp-content/uploads/2021/01/WP_25_Fernando_Baldraia.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁹¹ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UJFJ, 2005, p. 54.

⁹² PINHO, op. cit., 2021, p. 23.

⁹³ Escrevo com base em um conjunto de escritos de Maria Beatriz Nascimento recentemente reeditados. NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. São Paulo: Ubu Editora, 2023; NASCIMENTO, op. cit., 2021; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018; RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

linguagem, nas formas institucionais, em categorias simbólicas, na devoção aos orixás, na celebração corporal de diferentes modalidades de música negra e/ou efetivamente africana.⁹⁴

Falar em suplemento africano⁹⁵ significa que, após a violência racial, há um mundo africano-diaspórico. A História Pública necessita dessas mediações entre o cativo e a ancestralidade, consciente, no entanto, de que a desumanização faz parte da sua intertextualidade. Como fazer história com o público quando a própria disciplina trata de anular a possibilidade desse público existir?

Ao não reconhecer essa violência fundante do mundo racializado, a historiadora pública pode incorrer no que Baldráia chama de “inocência branca” (um conceito buscado em Gloria Wekker), que reduz a si tudo o que é bom, belo e justo, estando sempre em um alto grau ético e moral, guiando uma luz para os outros.⁹⁶ Essa inocência, Baldráia nos explica, une em uma mesma cena a escrita e a violência, permitindo sua analogia entre Hegel e a polícia:

Assim, parece que os escritos de Hegel, a ação policial nas favelas brasileiras, bem como a negação sociológica do terror da escravidão, todos participam na mesma configuração geral da dominação. Para reformular, pode-se dizer que o caminho que liga a mão do filósofo iluminista quando ele escreve à mão do policial quando ele atira opera também, senão sobretudo, através de *uma atitude intelectual comum*.⁹⁷

Essa atitude intelectual análoga à violência racial é um risco no qual a historiadora pública incorre ao ignorar que sua própria disciplina é oriunda desse mundo cortado e colabora com a segregação e a manutenção do véu, como diz a historiadora árabe-judia Ariella Azoulay.⁹⁸ Ir ao público, o movimento de Santhiago, quer dizer, encontrar a impossibilidade do mundo comum. É preciso sair da inocência.

Meu trabalho na ASP teve o objetivo de auxiliar nas demandas por memória e história do clube, encarando a realidade racial e buscando fugir da inocência com a qual se age e pela qual se reativam os signos civilizacionais da epistemologia historiográfica. Por isso, a “inocência branca” também é uma categoria com a qual avalio meus escritos

⁹⁴ Ibid., p. 49.

⁹⁵ “Suplemento” é uma categoria que Pinho se apropria do filósofo francês Jacques Derrida.

⁹⁶ BALDRAIA, op. cit., 2020, p. 15.

⁹⁷ Tradução livre de “Thus, it seems that Hegel’s writings, police action in Brazilian favelas, as well as the sociologist’s denial of the terror of slavery, all participate in the same general configuration of domination. To rephrase, one can say that the path that leads from the hand of the Enlightenment philosopher when he wrote to the hand of the policeman when he shoots runs also, if not above all, through a common intellectual attitude”. Destaque nosso. Ibid., p. 16.

⁹⁸ AZOULAY, op. cit., 2024. O conceito de História Potencial, de Azoulay, aponta para um desenvolvimento ontoepistemológico que intenta a reversão da violência que concretizou o passado enquanto passado (a temporalidade moderna e seu conceito de história) e o desaprender de práticas que ontologizaram a violência enquanto condição do outro habitar o arquivo histórico. Em especial, quando falarmos do arquivo da ASP, retornaremos a Azoulay.

no caderno de campo. Acredito na necessidade de uma prática que comporte a relação por meio daquilo que Lewis Gordon chama de “suspensão teleológica da disciplina”: a vontade de ir além das disciplinas na produção do conhecimento, de levantar questões apesar dos ditames disciplinares.⁹⁹ Ou, para retomar Azoulay, o desaprendizado das práticas ontoepistemológicas imperiais, que recorre a verbos como “desfazer” e “reverter”.¹⁰⁰ Ao invés da história *com* o público, segui Azoulay em um desaprendizado *com* as companheiras:¹⁰¹

Desaprender com os companheiros envolve questionar nossos hábitos de estudar o mundo compartilhado por meio de conceitos e categorias políticos, consultando prateleiras das bibliotecas dedicadas a certos filósofos preferidos ou indo atrás de documentos redigidos por políticos entre quatro paredes e mais tarde armazenados em arquivos imperiais. Desaprender com companheiros significa não mais privilegiar os relatos dos agentes imperiais, inclusive dos estudiosos, e em vez disso recuperar outras modalidades de compartilhar o mundo e as muitas recusas latentes em pronunciamentos públicos, reivindicações diversas e aspirações reprimidas.¹⁰²

Meu processo de desaprendizagem da violência racial foi colocado em prática entre os anos de 2021 e 2022, quando ingressei no Memorial da ASP, projeto da Associação Satélite Prontidão (ASP).¹⁰³ Neste capítulo, demonstro o desenvolvimento desta prática a partir das minhas anotações no caderno de campo, memórias pessoais, entrevistas e peças do acervo da ASP, focando em situações que, retroativamente, revelaram aspectos importantes para o problema da localidade nos trabalhos de história e memória da ASP.

2. O Satélite Prontidão

No dia 19 de novembro de 2020, nas vésperas do Dia da Consciência Negra, João Alberto Freitas, homem negro de 40 anos, foi espancado até a morte por

⁹⁹ GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e de(s)colonização do conhecimento. *Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 110–126, 2017, p. 119.

¹⁰⁰ AZOULAY, op. cit., 2024, p. 28.

¹⁰¹ Apesar de seu trabalho ter sido publicado originalmente em 2019, só tive contato com Azoulay após a tradução de três capítulos da obra publicada em 2024 pela editora Ubu. Imediatamente, identifiquei boa parte da minha prática na Associação Satélite Prontidão (ASP) com sua proposta de História Potencial e suas práticas de desaprendizado. Minha releitura do caderno de campo foi inspirada pelas discussões de Azoulay. Ver AZOULAY, Ariella Aïsha. **Potential history: unlearning imperialism**. London; Brooklyn, NY: Verso, 2019.

¹⁰² AZOULAY, op. cit., 2024, p. 35–36.

¹⁰³ O objetivo deste capítulo não é demonstrar um método ou uma correção teórica desenvolvida pelo pesquisador branco (ou não branco) estrangeiro, mas destacar o potencial contido na memória negra para reverter a violência racial. O desaprendizado, nesse sentido, é algo que acomete o pesquisador que trabalha com os outros e que, em um processo de autorreflexividade, se desamarra das ferramentas ontoepistemológicas da disciplina histórica. Desaprender, rebobinar, reverter — verbos utilizados por Ariella Azoulay —, como acredito, podem descrever operações que já fazem parte da ASP e que se estendem ao conhecimento histórico quando situado.

seguranças de uma unidade da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre. A data comemorada em todo o país teve contribuições importantes da história negra do Rio Grande do Sul na sua idealização e disseminação. As ruas da cidade foram tomadas não por festejos, mas por vozes exigindo justiça por João Alberto. Juntei-me à multidão em frente ao supermercado, cena que se repetiu em todo país e afetou a política racial no Brasil. Os desdobramentos desse dia foram vários, entre os quais a eleição de um grupo de vereadores e vereadoras negras em Porto Alegre, de diferentes partidos, apelidados de “Bancada Palmares”. Várias delas, emergentes na política, cresceram em visibilidade desde então.¹⁰⁴ Outros desdobramentos foram os acordos de indenização entre o poder público e o Carrefour, que acabaram dividindo posições no movimento negro.¹⁰⁵ No dia 21 de novembro, na Associação Satélite Prontidão, acontecia uma assembleia-geral para eleger a nova diretoria, comandada por Richard Guterres Alves, esposo de Karla dos Santos Guterres Alves, que se tornaria diretora de pesquisa e acervo. A presidenta prontista, Karina Gonçalves de Souza, em seus minutos finais no cargo, solicitou um minuto de silêncio e denunciou o assassinato racista de João Alberto.¹⁰⁶ Em 2020, resolvi seguir caminho na pesquisa de doutorado em História. Um ano depois, meu caminho se cruzaria com o de Karla e Richard, e com o Satélite Prontidão.

Cheguei à Associação Satélite Prontidão (ASP) por meio de relações próximas. Encontrei o clube graças à mediação da minha amiga Amanda Guterres Alves, em novembro de 2021. Estava, pelo segundo ano consecutivo, isolado pela pandemia da Covid-19. Desse contexto, relembro a pandemia e a violência racial como dois pontos centrais do campo etnográfico ao longo dos anos, a retomada das atividades presenciais após o confinamento pandêmico fez parte da temporalidade do movimento clubista, que voltou a se reunir após décadas de articulação em defesa dos CSNs. O tempo da pandemia tentou capturar os CSNs na (re)produção do tempo histórico — um tempo que não é mais marcado pelo progresso, mas sim pelas catástrofes ambientais.¹⁰⁷ De

¹⁰⁴ Me refiro a personalidades como Mateus Gomes (atualmente deputado estadual pelo PSOL), Karen Santos (vereadora reeleita em Porto Alegre pelo PSOL), Daiana Santos (deputada federal pelo PCdoB), Laura Sito (deputada estadual pelo PT) e Bruna Rodrigues (deputada estadual pelo PCdoB).

¹⁰⁵ Ver o manifesto da Coalização negra por direitos COALIZÃO Negra por Direitos. “Não em nosso nome! Nota sobre o TAC Carrefour — caso Beto Freitas”. Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/06/18/nao-em-nosso-nome-nota-tac-carrefour-beto-freitas/>> Acesso em 13 jul. de 2024.

¹⁰⁶ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Satélite Prontidão – ASP de Eleição e Solenidade de Posse. Porto Alegre, 2020. Acervo da ASP.

¹⁰⁷ Esse diagnóstico está presente em vários comentários. Ver DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Há mundo por vir?** ensaio sobre os medos e os fins. 2ª edição. Desterro: São Paulo,

fato, foram os anos mais difíceis desde a organização do movimento clubista, em meados dos anos 2000. Entrelaçado a esse tempo pandêmico, a violência racial (re)produziu a espacialidade urbana em que confinou a população negra a espaços de morte social: foram as pessoas negras as mais afetadas por essa necropolítica.¹⁰⁸ Visto desse ponto de vista, é nítido que a pandemia foi reconfigurada, no Brasil, como um evento racial.¹⁰⁹

Minha primeira viagem à ASP foi realizada com um carro de aplicativo (Uber), que, assim como em tantas outras vezes, utilizei para ir ou voltar da sede do clube. A ASP está localizada na zona norte de Porto Alegre, no bairro Rubem Berta, um dos bairros com maior concentração populacional da cidade,¹¹⁰ reconhecido pelo grande contingente de população negra. Saindo do Rubem Berta, não basta mais do que uma linha de ônibus para se locomover para o centro histórico e econômico, ao passo que, para outras localidades, são necessárias ao menos duas linhas com quase uma hora e meia de viagem (como frequentemente era o meu caso). A sede atual é a terceira localização histórica da comunidade prontista. No início do século XX, outras formações do clube realizaram eventos no Centro Histórico e na Cidade Baixa, e, a partir dos anos 1950, na zona sul.

SP: Cultura e Barbárie; ISA, Instituto Socioambiental, 2017; FISHER, M. **Realismo Capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020; HUI, Yuk. Cem anos de crise. In: HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

¹⁰⁸ VIEIRA, Lidianie Dias. Covid-19 e a população negra: desigualdades no contexto da pandemia. **UFRGS — Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 16 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/covid-19-e-a-populacao-negra-desigualdades-no-contexto-da-pandemia/>>. Acesso em: 13 de jul. 2024

¹⁰⁹ SILVA, Denise Ferreira da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. In: **Histórias afro-atlânticas**. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP, 2018. p. 407–411.

¹¹⁰ Há dados disponíveis no 50º Anuário Estatístico. Ver PORTO ALEGRE. Anuário Estatístico. 50ª Edição — 2020. Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, 2021. Disponível em: <http://lproweb.proccempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/anuario_estatistico_pmpa_2020.pdf> > Acessado em 20 set. 2022.



Figura 1 — Localizações históricas da Associação Satélite Prontidão (ASP).¹¹¹

Após o segundo ônibus, restam apenas poucos minutos e algumas voltas labirintantes até o desembarque na esquina da Rua Alberto Rangel, em frente a um restaurante e churrascaria famosa na vizinhança. Várias vezes, durante os trabalhos no Memorial da ASP, almocei ali. Mais alguns segundos de caminhada e se encontra a sede do Satélite Prontidão, um edifício com três andares e pinturas castigadas pelo clima. Para qualquer estrangeiro, é possível passar despercebido, ou dar como um prédio deserto. Foram os efeitos da pandemia que paralisaram as atividades do clube entre 2020 e meados de 2021. De toda forma, não é fácil abordar a localidade e descrever sua relação com o entorno, como acontece no relato etnográfico. A ASP revela sua localidade pela memória. Esse é um ponto central para os CSNs de maneira geral. Nesse sentido, historicidade e localidade são análogas (pode-se observar a figura 1 para apreender a complexidade de regionalização da comunidade prontista).

Em Porto Alegre, as questões sobre a ambiguidade da localidade negra atravessam a luta política antirracista em uma das capitais mais espacialmente

¹¹¹ Regiões de atuação do Satélite Prontidão ao longo dos anos. Reproduzido de ALVES, Karla dos Santos Guterres. Um Clube Social Negro em um Programa de Extensão: Associação Satélite Prontidão, Resistência e Ancestralidade. **Viver IFRS**, v. 1, n. 10, p. 133–138, 2022.

segregadas do país.¹¹² Segundo pesquisadoras dos chamados Territórios Negros,¹¹³ uma extensa rede de sociabilidade negra existiu (e existe) em áreas que hoje compõem os bairros centrais da cidade (marcadas em azul e vermelho na figura 1).¹¹⁴ Existiram também bairros negros, rasurados no processo histórico, como o Areal da Baronesa, a Ilhota e a Colônia Africana. Os processos de reformas e gentrificação (e racismo ambiental)¹¹⁵ que transformaram a paisagem da zona central — incluindo o aterramento das margens do Rio Guaíba e da canalização dos arroios e riachos que cortavam a cidade — resultaram na formação dos atuais bairros periféricos, como a Restinga, na zona sul, e o Rubem Berta.¹¹⁶ Os CSNs fizeram parte da composição dessas redes de sociabilidade e da paisagem negra de Porto Alegre, de modo que as retêm em suas memórias e conseguem reverter a violência racial da realidade urbana.¹¹⁷

O Satélite Prontidão é produto e produtora das realidades alternativas criadas por essa Porto Alegre invisibilizada, negada e embranquecida pelas representações

¹¹² Como analisado pelo economista Leonardo Silveira Ritta, a segregação histórica em Porto Alegre se comporta semelhante aos recortes de classe, raça e gênero. Comunidades mais pobres, com maior concentração de população negra e de mulheres estão afastadas do Centro Histórico e das principais infraestruturas de transporte, saúde e educação. RITTA, Leonardo Silveira. **Há segregação espacial urbana em Porto Alegre?** Um estudo preliminar. 49f. Monografia (Bacharelado em Economia) — Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

¹¹³ Conceito criado pelo antropólogo Iosvaldyr Bittencourt no contexto de mapeamento da ocupação histórica negra em Porto Alegre. Ver BITTENCOURT JUNIOR, I. C. Os percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: BITTENCOURT, JUNIOR, I. C.; SOUZA, V. V.; VILASBOAS, I. S. (EDS.). **Museu de Percorso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Do autor, 2010; BITTENCOURT JUNIOR, I. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.). *Leiras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2010. No início da minha formação, trabalhei com mediação museal nos chamados Territórios Negros. Consistia em um percurso didático realizado com turmas escolares nas áreas centrais da cidade. Incluía desde áreas renomeadas, como o Museu do Percorso do Negro, até áreas não oficialmente reconhecidas, como o Parque Farroupilha, conhecido popularmente como Redenção. Na época, escrevi sobre algumas problemáticas desses lugares. Ver GONZAGA, Gabriel. Territórios negros: patrimônio, diáspora e tempo. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 7, n. 2, p. 54–72, 2015.

¹¹⁴ Sobre a sociabilidade negra na Cidade Baixa, ver ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884–1918)**. 309f. Tese de Doutorado—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Para uma exposição fotográfica dessa sociabilidade negra, ver o belíssimo livro de fotografia SANTOS, Irene. (ED.). **Negro em Preto e Branco: história fotográfica da População Negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Do autor, 2005.

¹¹⁵ Minha leitura da crise ambiental é embasada pela filosofia da diáspora africana. Ver FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

¹¹⁶ VIEIRA, Daniela Machado. **Territórios negros em Porto Alegre–RS (1800–1970)**. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

¹¹⁷ Esse é o argumento da antropóloga Gesline Giovana Braga em seus trabalhos sobre os CSNs do Paraná. O desenvolvimento da pesquisa no *Memorial da ASP*, especialmente a partir da necessidade de responder às redes sociais digitais, apontou a necessidade de reflexão sobre a naturalidade imaterial dos espaços negros. Ver BRAGA, Gesline Giovana. “Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 6–24, 2019.

históricas oficiais do Estado. Essa localidade está na memória e nos potenciais do arquivo negro.

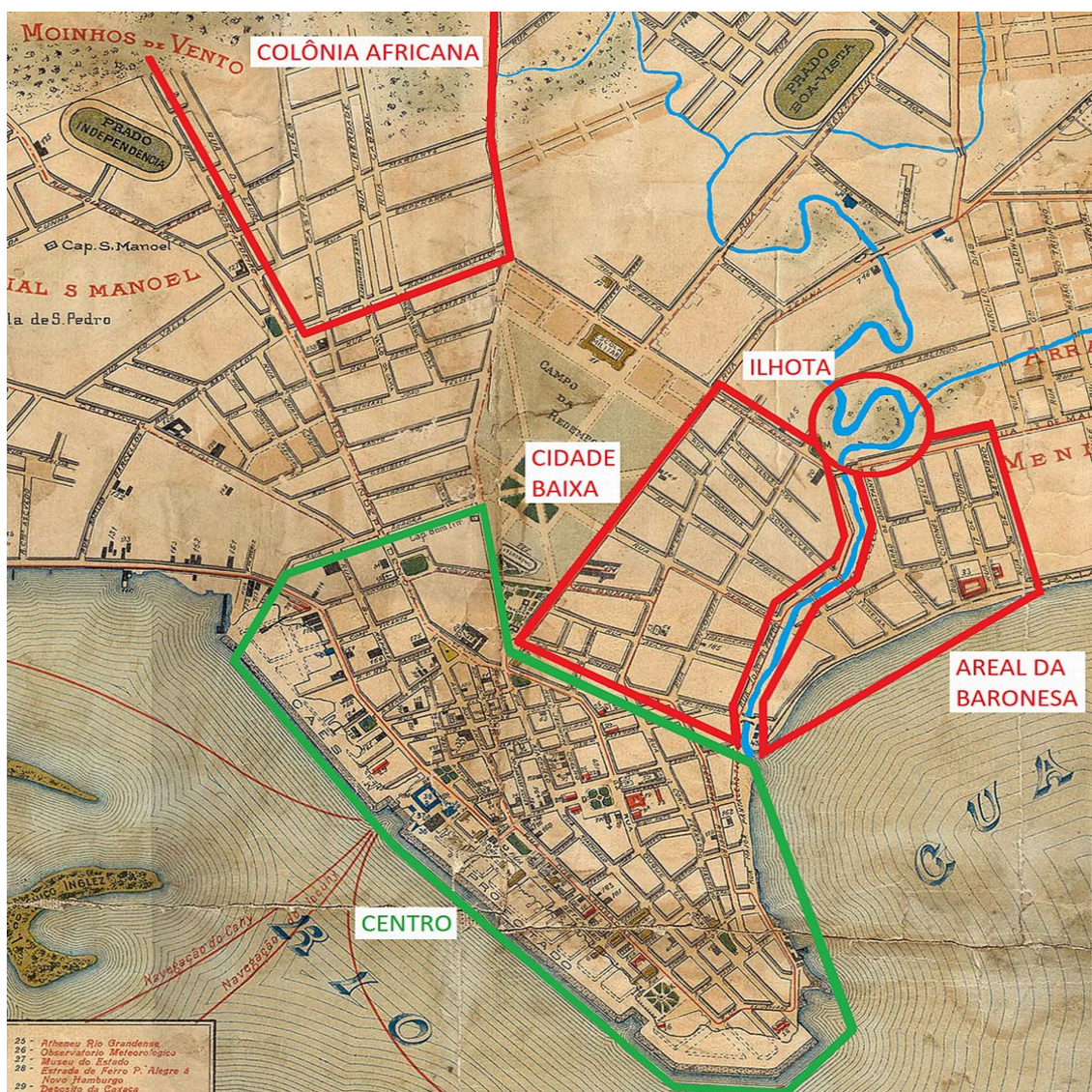


Figura 2 — Bairros de Porto Alegre na virada do século XIX.¹¹⁸

¹¹⁸ Reproduzido de XAVIER, Regina Célia Lima.; BOHRER, Felipe Rodrigues. **Africanos, afrodescendentes: imagens de Porto Alegre**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.



Figura 3 - antiga sede da ASP na Aparício Borges, no bairro Gloria.¹¹⁹

¹¹⁹ Acervo da ASP.



Figura 4 - sede atual da ASP, na Rua Alberto Rangel, no bairro Rubem Berta.¹²⁰

¹²⁰ Acervo da ASP.

2.1 O Memorial da ASP e a Informante Nativa

Antes das conversas com Amanda, não conhecia muito além de pequenas histórias sobre os Clubes Sociais Negros (CSNs) de Porto Alegre, sobre especialmente a Sociedade Floresta Aurora.¹²¹ Havia aceitado ajudá-la com seu projeto de dissertação e aproveitei o momento para perguntar mais sobre a vida do clube, sua história e seu momento atual. Na época, Amanda estava vinculada à Juventude ASP, um grupo que se formou durante a pandemia, e reativou o departamento dedicado aos jovens. Os integrantes estavam desenvolvendo um documentário para contar a história do Satélite Prontidão na comemoração dos seus 120 anos, em 2022.¹²² Meu primeiro interesse de pesquisa foi sobre esse grupo, mas rapidamente mudou quando comecei a participar das reuniões do Memorial da ASP.

O Memorial é um projeto coordenado pelo Departamento de Acervo e Pesquisa da Associação Satélite Prontidão (ASP), dirigido, na época, pela doutora em pedagogia Karla dos Santos Guterres Alves, professora no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul (IFRS) e mãe de Amanda. Além do Memorial, Karla também dirige a Afroteca, uma biblioteca comunitária com temática africanista e afro-brasileira. Apesar de meu interesse ter se concentrado no Memorial, ambos os projetos estão implicados e possuem uma longa vida no clube. Quando conheci Karla, graças a Amanda, no final de 2021, ela me contou sobre as dificuldades que enfrentava no trabalho com a memória do clube, sobre os efeitos da pandemia e os planos para 2022. O seu principal objetivo era concretizar um antigo desejo: um espaço físico para o Memorial da ASP.

¹²¹ A Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, também conhecida pela comunidade prontista como “coirmã”, é reconhecida como a associação negra mais antiga do país, com 150 anos completados em 2022. Foi também o primeiro CSN com o qual tive contato, muito embora virtualmente, trabalhando no Satélite Prontidão. Em 2022, ajudei Karla a redigir um pequeno texto sobre a relação das duas instituições chamado “Satélite Prontidão e Floresta Aurora: parceria clubista centenária”, não publicado. Karla escreveu comigo essas linhas: “Falar da Associação Satélite Prontidão e da Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora é falar de Clubes Sociais Negros com histórias centenárias, com atuação ativa na sociedade porto-alegrense e reconhecimento social. Seguindo o antropólogo Bittencourt Júnior, entendemos que os Clubes Sociais Negros são “Territórios Negros Urbanos” de Porto Alegre, uma vez que se trata de espaços de sociabilidade e de construção de singularidades históricas afro-brasileiras. As atividades que comungam esses dois clubes são parte dos processos diaspóricos que, nas palavras de Bittencourt Júnior, reinventam a África no Brasil como mote simbólico de resistência. É nesse sentido que, ao pensarmos nas duas entidades negras, muitas são as atividades em comum exercidas por esses clubes sociais. Como exemplos, podemos citar os bailes de carnaval, concursos de rainhas, bailes e jantares glamourosos, chás de senhoras, blocos carnavalescos, eventos esportivos e de assistência social”. BITTENCOURT, op. cit., 2010.

¹²² As gravações para o mini documentário foram realizadas, mas, por falta de verba, o filme não foi concluído até a redação desta tese.

Karla é uma mulher negra, de estatura baixa, mãe de dois, Amanda e Guilherme, e casada com Richard Evandro Guterres Alves, atual presidente do Satélite Prontidão. Karla me contou que nasceu em uma família prontista, que frequentava o clube desde criança e cresceu como mulher negra no interior da ASP. “A minha relação com o Prontidão é uma relação que ela inicia de forma familiar, até por ser um clube negro, onde agrega as famílias. Então, a minha família é uma família prontista, que frequentava o clube. Me lembro pequena, nos bares, junto com meu pai e minha mãe, a gente dormia em umas cadeiras. Então a relação, ela vem de uma relação familiar”.¹²³ Aos quinze anos, Karla foi eleita rainha da ASP, em 1987. “Principalmente o Grupo Jovem é uma coisa que foi bem marcante, a gente vivia um clube lá dentro. Então a gente ia todos os sábados e fazia festas e participava das atividades e o grupo jovem apoiava as ações da instituição. A gente apoiava as senhoras nos chás, nas atividades, apoiava as festividades do clube, recepção, organização, decoração, enfim, a gente agitava lá dentro”.¹²⁴ Karla dava gargalhadas, me relatando suas histórias na ASP. Nas minhas lembranças, esse era um traço importante da sua personalidade: ela se comunicava com simpatia, sempre sorrindo e defendendo seu bom humor. Outra lembrança que tenho é da sua combatividade com as palavras, sua altivez argumentando pelas suas pautas, dentro e fora do Prontidão.

Richard se formou militar. Karla disse que, por conta das transferências no trabalho do marido, viveu 20 anos longe de Porto Alegre. “A gente retornou ao clube, o clube já não era mais no mesmo lugar, o clube já não era mais as mesmas pessoas, a gente não encontrava as referências do que a gente lembrava em termos de instituição. E nisso nos convidaram, porque tinha havido um esvaziamento do clube, e as pessoas estavam com dificuldades de tocar. E aí nos convidaram para auxiliar, para participar”.¹²⁵ Karla me contou que esse exercício de reconhecimento com o Prontidão a incentivou a tomar a frente dos trabalhos de memória. Por isso, argumento neste

¹²³ Entrevista com Karla dos Santos Guterres Alves, concedida no dia 05 de março de 2022. Utilizo alguns trechos dessa entrevista semiestruturada a fim de demonstrar os problemas enfrentados por Karla no seu trabalho com a memória no clube. Além dessa entrevista, existem vários outros recortes no caderno de campo e em minhas lembranças onde a voz de Karla se confunde com minhas elaborações. Quero destacar que Karla elaborou muitos marcos teóricos desta tese, embora eu não possa lhe atribuir todas as conclusões deste trabalho. Karla leu e avaliou uma versão anterior deste texto, apresentado como monografia no curso de bacharelado em História pela UFRGS. Nessa ocasião, ela compôs a minha banca de avaliação juntamente com os professores Arthur Lima de Avila e Pedro Telles Silveira. Suas considerações sobre o texto, em especial sobre o método, foram apreciadas e incorporadas. Compartilho a cena da autoria com ela, desejando que a leitora ouça sua voz reestruturando esta narrativa.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid.

capítulo que não é possível lidar com a memória negra na ASP sem compreender o que Karla chamou, entre outros termos, de “lugar emocional”. Além disso, observo a relação de Richard e Karla com a ASP, ambos ligados ao lugar não apenas por uma cotidianidade e funcionalidade, mas por um presente-passado, uma vida no campo da memória.

A memória da ASP se situa em torno do potencial das mulheres negras, atravessado por relações de poder, especificamente de gênero. Como argumento neste capítulo, o arquivo e a memória negra se desenvolvem entre produções de silêncio, que antagonizam lugares de visibilidade e invisibilidade presentes nas dinâmicas da violência racial. Segundo Azoulay, a problemática é profunda, sendo estendida ao campo fenomenológico no qual as pessoas — objetos, acontecimentos, documentos, etc. — são forçadas a aparecer como categorias arquivístico-políticas.¹²⁶ Por isso, defendo uma tarefa ética: fragmentar o campo fenomenal da memória, evitando categorias analíticas e despendendo forças na reconstrução dos mundos comuns. Isso não é novo, é a operação retida e frequentemente acionada na memória negra, que sustenta os mundos do que Fred Moten e Stefano Harney chamaram de sobcomuns,¹²⁷ uma alternativa existencial.

Minha primeira visão de um todo sobre o Satélite Prontidão veio em janeiro de 2022, quando, a convite de Karla, participei de uma reunião geral com as diretoras dos departamentos. Nesse encontro, Karla destacou as atividades direcionadas à memória e à visibilidade da história da ASP. Uma das estratégias adotadas diante do tempo da Covid-19 foi assimilar as tecnologias digitais por meio de *lives* no *YouTube*, *Instagram* e *Facebook*. As redes sociais foram usadas para estender a comunicação com a comunidade de associados/as e simpatizantes.¹²⁸ Nessa ocasião, ouvi pela primeira vez o termo “famílias prontistas”, utilizado pela parcela mais antiga de sócias. Ainda à frente da plateia, Karla contou sobre as Oficinas de História e Memória, nas quais me inseri, e o planejamento para o Memorial da ASP.

¹²⁶ AZOULAY, op. cit., 2024, p.111.

¹²⁷ Sobcomuns é um conceito trabalhado por Fred Moten e Stefano Harney a fim de incentivar investigações em redes de sociabilidades criadas pelas pessoas expulsas do comum. As reflexões dos autores me auxiliam a perceber e posicionar o clube, e a recusar modelos de compreensão que implicam valores de correção para as “pessoas-problema”. Ver HARNEY, Stefano.; MOTEN, Fred. **The undercommons: fugitive planning & black study**. Wivenhoe New York, Port Watson: Minor Compositions, 2013; HARNEY, Stefano.; MOTEN, Fred. **Tudo incompleto**. São Paulo, SP: GLAC edições, 2023.

¹²⁸ Ver página da Associação Satélite Prontidão no *Instagram* — <https://www.instagram.com/sateliteprontidao/> — Acessado em 13 jul. 2024.

Estávamos no auditório da sede da ASP, no terceiro andar do prédio, em um salão que recebe o nome de João Cândido em homenagem ao líder da revolta dos marinheiros contra a violência escravocrata e racial. É um dos espaços mais prestigiados na estrutura do clube, ao lado do salão principal, no térreo, onde acontecem as principais festas e confraternizações. Nesse dia, conheci todo o edifício, desde a copa até o espaço do acervo, passando pela sala de aula utilizada pelo curso pré-vestibular popular sediado pela Associação.¹²⁹ Essa sede atual do Satélite Prontidão é motivo de orgulho e preocupação. O prédio possui recursos difíceis de serem descritos, com muitos espaços para realizar atividades. Várias pessoas me relataram esse sentimento de vaidade com o edifício. Contudo, essa estrutura gera gastos de manutenção não suportados pelo orçamento da entidade. Aquilo que era dito como conquista na história recente da ASP, hoje é um dos seus maiores dilemas.

Um dos aspectos importantes nos Clubes Sociais Negros (CSNs) é a sede própria. É uma das características destacadas em um mapeamento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),¹³⁰ uma vitória do movimento clubista e suas reivindicações. Em posse dessas ferramentas,¹³¹ os CSNs promoveram alternativas de sociabilidade para pessoas negras desde o século XIX. Embora tenham maior concentração no centro-sul, clubes e associações negras se multiplicaram por todo o país e formaram redes de suportes nacionais e transnacionais para a cultura, o lazer e a política negra. Para a historiadora Fernanda Oliveira da Silva, essas entidades sustentaram alianças políticas próprias ao contexto do pós-abolição, classificadas na categoria ampla do “associativismo negro”.¹³² Elas compuseram o esquema tripartite da historicidade negra proposta por Paul Gilroy:¹³³ sustentaram ajudas mútuas para recém-libertos nos anos de emancipação e desmanche da escravidão; organizaram uma comunidade dispersa em eixos políticos comuns, em torno da identidade racializada negra, em prol do reconhecimento de suas cidadanias e

¹²⁹ Como pude averiguar com frequentadoras, o pré-vestibular surgiu em 1996 com o nome de Zumbi dos Palmares, ligado à iniciativa de mesmo nome na cidade do Rio de Janeiro. Depois da desvinculação com essa entidade, tornou-se Pré-Vestibular da ASP.

¹³⁰ LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA, Guilherme Carvalho. **Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil: Análise e Sistematização de Informações**. Brasília: IPHAN, 2015.

¹³¹ “Ferramenta” é o termo utilizado por Richard Guterres Alves, presidente da ASP, ao se referir aos CSNs em entrevista concedida no dia 15 de agosto de 2022. Outro termo utilizado frequentemente por Richard é “equipamento”.

¹³² SILVA, Fernanda Oliveira Da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870–1960)**, 285f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

¹³³ GILROY, op. cit., 2012.

igualdade; e promoveram círculos de lazer e cultura que tornavam as pessoas participantes autônomas em relação aos espaços brancos privilegiados que não aceitavam compartilhar suas vidas com descendentes dos povos africanos escravizados. Em contraste com o começo do século XX, os CSNs hoje se organizam em torno do seu reconhecimento como patrimônios culturais frente ao Estado.¹³⁴

Uma das advertências repetidas, em diversas ocasiões, no meu tempo de trabalho de campo foi não generalizar os CSNs. Também me chamavam a atenção para não reduzir essas instituições às suas festas e atividades culturais. Em especial, a ASP possui uma história peculiar. Quem primeiro me narrou essa trajetória foi Karla, que costuma dividir a história do clube em três fases. A primeira, Karla chamou de associativismo negro, momento da sua primeira aparição em 1902 com o nome de Sociedade Bailante Satélite, em espaços alugados nos bairros do Centro e da Cidade Baixa.¹³⁵ Em 1956, o Satélite se fundiu com outra associação negra, criada em 1925, o Grupo Carnavalesco Prontidão, gerando o seu nome atual. Nesse momento, Karla disse ter se iniciado a fase voltada para a cultura, com destaque para as festas, os concursos de beleza, os blocos de carnaval e a condecoração de personalidades negras com o “Troféu Zumbi”. Esses anos são conhecidos como o auge do clube, de onde a maioria do material do acervo do Memorial advém. Com a fusão, a comunidade prontista vendeu um terreno pertencente à antiga Sociedade Satélite, arrecadou verba, e comprou sua sede própria no bairro Glória, na zona sul da capital. O prédio singelo é motivo de nostalgia por parte das famílias prontistas, por abrigar seus anos mais vívidos.¹³⁶

A terceira fase, segundo Karla, é caracterizada pela integração do clube com pautas históricas do movimento negro e pela mudança para a zona norte (sua localização atual). Esse é o presente do clube, em que se dá a diferenciação entre o movimento clubista e o movimento negro, o trabalho de reorganização de sua história e memória e a difícil tarefa de “atualização” diante dos desafios e exigências contemporâneas. Por conta disso, há uma contínua transformação nas gerações que

¹³⁴ ESCOBAR, op. cit., 2010. É possível acompanhar os avanços da luta clubista, estudada e representada pela prof. ^a Giane Vargas, no site do projeto “Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai” — Disponível em: < <https://clubessociaisnegros.com/> > Acessado em: 13 jul. 2024.

¹³⁵ Além de Karla, Jane, Richard e pesquisas do Memorial da ASP, também li e ouvi Nilo Feijó, ex-presidente do Satélite Prontidão e pesquisador do Carnaval e das culturas negras. FEIJÓ, Nilo A. Recordar é viver. In: SANTOS, op. cit., 2005.

¹³⁶ Exemplo disso é o belíssimo trabalho de Ana Lúcia Feijó, filha de Nilo Alberto Feijó, ex-presidente da ASP. Ver FEIJÓ, Ana Lúcia Felipe. **Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia**. 48f. Monografia (Especialização em Pedagogia da Arte) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ocupam os cargos diretivos na ASP.¹³⁷ Diversos interlocutores, inclusive Karla, me narraram essa “diáspora” urbana do Satélite Prontidão, tendo surgido e ressurgido em contextos de segregação espacial das pessoas negras. Contudo, o clube sempre esteve ligado à valorização da imagem individual e familiar em moldes modernos e patriarcais, sendo continuamente associado a classes médias negras, ou a “elites negras”, termo muito contestado por membros e pesquisadoras.

No início de 2022, fui integrado ao Memorial da ASP, visando encontrar um espaço para colaborar com as atividades do clube. Os trabalhos com a memória prontista são preocupações expressas no estatuto mais recente do ASP, de 2012,¹³⁸ sendo a criação do Memorial da ASP uma prerrogativa da instituição. É importante destacar que a pesquisa histórica foi institucionalizada na ASP recentemente, com a criação do Departamento de Acervo e Pesquisa em 2001, durante a gestão de Nilo Feijó, e a proposta de criação do Museu da Cultura e da Cidadania Negra.¹³⁹ Nos estatutos de 1956 e 1964, após a fusão da Sociedade Satélite com o Grupo Prontidão, consta apenas uma menção à biblioteca comunitária, que atualmente é conhecida como Afroteca. Karla contou que começou a trabalhar no Memorial da ASP em 2018. “A gente queria botar umas prateleiras, alguma coisa assim, com objetos, porque a ideia é ter um lugar para colocar os objetos, as coisas, ter um espaço de memória, não era nada muito ambicioso no sentido de constituição, mas a gente queria contar aquela história e ter objetos que nos apoiassem, nos ajudassem nessas narrativas”. O pequeno grupo,

¹³⁷ Uma instigante dissertação de mestrado sobre a ASP e a Sociedade Floresta Aurora apontou esse dado no começo dos anos 2000. JESUS, Nara Regina Du Bois. **Clubes sociais negros em Porto Alegre-RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. 101f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹³⁸ No texto, compete ao Departamento de Acervo e Pesquisa criar o “[...] Centro de Informação Especializado em Cultura e Cidadania Negra, o MEMORIAL e uma Biblioteca especializada”. Estatuto Social da Associação Satélite-Prontidão-ASP, ano de 2012. Acervo da ASP.

¹³⁹ Encontrei essa informação em um projeto escrito por Nilo Feijó em que propõe à Fundação Interamericana a criação do Museu Comunitário do Centro de Referência Afro-Brasileiro (CRAB) na Associação Satélite Prontidão (ASP). É importante destacar que nesse documento se observa uma preocupação com o conceito de “patrimônio negro”. Feijó escreve que “a procura por tal conceito tem servido para assinalar os processos de perda que a sociedade brasileira impõe à população negra, de tal forma que pouco ou quase nada resta em termos de patrimônio material, facilmente identificável como produção do povo negro”. A proposta do museu, nesse sentido, é o resgate de saberes ancestrais. FEIJÓ, Nilo A. Projeto: Museu Comunitário do Centro de Referência Afro-Brasileiro (CRAB). s/d. Acervo da ASP. Para compreender a trajetória do CRAB, movimento importante em torno do patrimônio negro de Porto Alegre, ver DORNELES, Maurício da Silva. **Protagonismo negro e ações educativas configuradas no projeto do Centro de Referência Afro-Brasileiro/CRAB em Porto Alegre-RS**. 57f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

formado em 2018, contou com uma museóloga, historiadores e historiadoras e membros mais velhos da comunidade prontista, chamados carinhosamente de griôs.¹⁴⁰



Figura 5 - Primeiros integrantes do Memorial da ASP, em 2018.¹⁴¹

Karla relatou que, ao passo que a equipe mexeu no acervo, as características principais foram se delineando. “A Maria¹⁴² pontuou bem, não tem objetos bi e tridimensional, acho que é isso que ela disse, então esse acervo é mais um acervo fotográfico, a gente tinha poucos objetos e aí a gente fez uma campanha de doação de objetos que foi um fracasso, que as pessoas não doam, e o pouco que doaram os bandidos levaram¹⁴³, então a gente ficou com essa caracterização do acervo como um acervo fotográfico”.¹⁴⁴ A memória negra na ASP se dá especialmente em torno dos registros imagéticos. O objetivo, disse Karla, era digitalizar esse material e aprender como preservá-lo. Nesse ponto, uma das características do arquivo negro emerge: o da produção e da retenção da imagem.

Com os anos, o grupo se alterou. Em 2019, Karla contou que criou um projeto de extensão vinculado ao IFRS e passou a contar com bolsistas no Memorial. O trabalho de digitalização avançou. Mas, em 2020, a pandemia impediu as atividades presenciais no

¹⁴⁰ Curiosamente, a equipe contava com Camila Cunha, que foi minha aluna quando comecei a dar aulas no Pré-Vestibular Esperança Popular, na Restinga, bairro da zona sul de Porto Alegre. Camila se formou historiadora e escreveu um belo trabalho sobre a ASP se baseando nos Boletins Informativos dos anos 1997, 1998, e 1999.

¹⁴¹ Da esquerda para a direita, na foto, estão: Selmar; a pedagoga e atual vice-presidenta Zila Farias; a museóloga Maria José Alves; a historiadora Camila Silva Cunha; o historiador Edson; a professora Karla dos Santos Guterres Alves; o prontista Joel Dos Angelos; o ex-presidente da ASP Elói Dos Angelos; e a biblioteconomista Iara Conceição Bittencourt Neves. Acervo da ASP.

¹⁴² Karla se refere à museóloga que orientou os primeiros passos de categorização do acervo.

¹⁴³ A ASP enfrentou arrombamentos e invasões da sua sede em vários momentos.

¹⁴⁴ Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

Prontidão. Diante disso, o grupo criou o projeto Live do Prontidão,¹⁴⁵ no *YouTube*, visando dar continuidade ao registro da história oral, de relatos sobre o clube e, ao mesmo tempo, manter o vínculo com a comunidade. O uso da tecnologia digital é um elemento importante para compreender a dinâmica contemporânea da memória negra. Karla era entusiasta do uso das redes sociais, ela me falou com orgulho sobre o sucesso da estratégia das *lives* e do pioneirismo da ASP nesse tema. Contudo, ela também disse temer que a organização digital substituísse a materialidade do espaço físico do clube. Suas preocupações me direcionaram em reflexões que atravessaram a tecnologia e a memória. É preciso considerar os modos de fazer e de criar os mundos, e que no geral são modos retidos na memória. Em certo momento, eu e Karla, em nossas elaborações conjuntas, direcionamos a questão da memória para a realidade técnica do clube e da manutenção e conservação do acervo da ASP, buscando a diferença em uma dimensão ontoepistemológica.

Quando conheci Karla em 2021, o grupo formado em 2018 praticamente não existia mais. Oficialmente na diretoria da ASP, ela estava à frente dos projetos de história e memória do Prontidão. Seu principal objetivo para o ano de 2022, disse, era construir o espaço físico do Memorial da ASP. “É uma coisa que me incomoda muito a gente ainda não ter esse espaço físico organizado. A questão da pandemia foi essencial para que isso não acontecesse, porque a gente já está em dois anos de pandemia e não consegue. Quando a gente pensa que está melhorando, vem as variantes. Isso tem dificultado bastante. Queria já estar com esse espaço, até nos 120 anos do clube já queria estar com esse espaço pronto, e me angustia não ter conseguido vencer esse objetivo”.¹⁴⁶ A memória negra possui uma vida à parte. As intenções iniciais eram singelas comparadas à proporção que as iniciativas de Karla e demais companheiras chegaram com as histórias sobre a ASP. Além das *lives*, do envolvimento com o digital, da organização do acervo e de apresentações em seminários e eventos acadêmicos, a memória negra ativou redes e relações que demonstraram a continuidade dessa localidade, de sociabilidades e territorialidades negras. “Mostra o quanto a proposta foi mudando. De um cantinho que a gente queria fazer com alguns objetos, em dois anos o Memorial foi mudando a sua proposta e foi ampliando. A gente conseguiu ter essa visão do digital que não tinha, e a questão de que acervo não é só físico, que no acervo tem a

¹⁴⁵ Esse e outros projetos audiovisuais da ASP estão disponíveis no YouTube. Ver <https://www.youtube.com/@associacaosateliteprontida9339/streams> — Acessado em 13 jul. de 2024.

¹⁴⁶ Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

questão da história oral, dos registros, enfim. Penso que a proposta foi mudando com o seu caminhar e com as outras pessoas também”.¹⁴⁷

Na cena que informa e posiciona a memória negra da ASP, atualmente, vejo que o tempo pandêmico é agente importante, ao direcionar e impulsionar a violência racial. A pandemia repete a destruição dos registros e rastros da existência negra, ação que pode ser mapeada desde o mundo da escravidão.¹⁴⁸ Nesse sentido, esse evento é menos uma marca disruptiva de época — como alguns comentários quiseram inscrever o acontecimento — do que uma continuidade, uma (re)encenação do evento racial. Contudo, outro agente e vetor a ser considerado é o digital, a realidade das redes e plataformas e a dimensão técnica computacional que igualmente opera e participa do presente da memória da ASP. Isso esteve presente em vários momentos nas conversas com Karla, de tal modo que foi preciso considerar e observar a realidade *online* da memória negra. Nessa dimensão, enfrenta-se igualmente a violência na lógica algorítmica, nos vieses de invisibilidade e estereótipos e nas microagressões.¹⁴⁹ Além disso, o digital direciona a observação etnográfica para as operações técnicas que formam uma localidade e que incluem tecnologias étnicas.

O Memorial da ASP também enfrenta o silenciamento na produção histórica da urbanidade porto-alegrense, intensificado pela confluência entre a necropolítica e a Covid-19. Karla disse que a apropriação dos instrumentos digitais direcionou a luta contra essa “amnésia”. “Uma das primeiras frases que a gente escuta, escutava ao menos, quando falava de Prontidão é: o Prontidão ainda existe? Isso incomodava muito, incomodava muito. É como se ele saindo da Aparício ele deixasse de existir, entendeu? E quando surgiu as lives, que a gente criou as lives, que foi um instrumento que a gente encontrou pra continuar produzindo, e tentando principalmente dar voz para as pessoas que participaram em algum momento da história do clube, as pessoas começaram a perceber que o Prontidão ainda existe”.¹⁵⁰ Essa era a mesma situação que eu encontrava quando falava sobre o Satélite Prontidão em outros círculos de amizades, especialmente de sociabilidade branca.

Acredito que a cena elaborada por Karla no clube e as lutas contra a produção do silêncio histórico propiciaram minha estadia na ASP enquanto um colaborador, à

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, pp. 12–33, 2020.

¹⁴⁹ Entre as inspirações para trabalhar esse tema, destaque: SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

¹⁵⁰ Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

medida em que também pude propor e criar, considerando certos limites. Oferecer uma devolutiva para a comunidade prontista era a prerrogativa da observação participante — tenho lembranças de Richard, presidente da ASP, ser transparente sobre isso comigo nas minhas primeiras semanas de trabalho. Para cumprir essa exigência, planejei, junto com Karla, as “Oficinas de História e Memória”, a fim de trabalhar reflexões teóricas e metodológicas sobre a composição do arquivo negro. Essa iniciativa visou movimentar espaços do acervo do Prontidão, trazer outras vozes para pensar conosco, e retomar o manuseio com a memória prontista após o tempo pandêmico afastar as atividades presenciais. As Oficinas também deram à minha experiência etnográfica o caráter indutivo, contrabalanceando intimidade nas relações de amizade e o estranhamento com as informações trazidas do campo. A antropóloga Susana Durão afirma que esse caráter indutivo leva do particular ao geral: “este trabalho consiste em perceber possíveis leis gerais nas circunstâncias de casos particulares; é trabalho de *adivinhação*, um jogo em que se pode estar certo ou errado, mas se por acaso estivermos certos, teremos aprendido algo completamente novo”.¹⁵¹ O desenvolvimento do meu tempo no campo etnográfico demonstrou essa conjunção entre particularidade e totalidade, além de embaralhar os objetivos da pesquisa com os laços de amizade e companheirismo.

2.2 As Oficinas de História e Memória Negra

No início de 2022, encontrei um lugar no Memorial da ASP. As “Oficinas de História e Memória Negra — 120 anos da ASP” foram uma estratégia de inserção para possibilitar que eu continuasse minhas observações em campo e, ao mesmo tempo, para que contribuísse na vida do clube. As Oficinas passaram pelo crivo de muitas pessoas, que contribuíram com leituras, temáticas e sugestões de encontro, incrementando-as até seu número total de 12 atividades divididas ao longo de seis meses. Algumas dessas atividades já estavam semiestruturadas no calendário do Satélite Prontidão, como o “Café com Memórias”, momento de reunião com os mais velhos e captação de memórias. Além de leituras, discussão de textos e atividades presenciais, que se intercalaram com encontros virtuais, estabelecemos cinco objetivos particulares:

- 1) Sistematizar conceitos que auxiliem na catalogação do acervo da Associação Satélite Prontidão;

¹⁵¹ DURÃO, op. cit., 2018, p 201. Destaque da autora.

- 2) Elaborar a primeira exposição do Memorial da ASP na sede do Satélite Prontidão;
- 3) Idealizar um programa de educação patrimonial do Memorial ASP;
- 4) Construir um projeto de História Pública tendo em vista a captação de recursos para investimento no espaço físico do Memorial ASP;
- 5) Apresentar trabalhos desenvolvidos durante as oficinas no Seminário de aniversário do clube Floresta Aurora.¹⁵²

Vários desses objetivos foram alcançados ao longo de 2022, sendo a concretização do espaço físico a atribuição mais difícil e mais desejada pela equipe do Memorial. Com a elaboração do documento das Oficinas, decidimos abrir as atividades para pessoas externas, que poderiam participar das discussões e adquirir um certificado de 40h de atividades complementares junto ao IFRS. Vários personagens que aparecem nas histórias deste capítulo ingressaram no projeto a partir dessa programação.

No formato de uma ação de extensão, as Oficinas foram uma resposta de uma equipe de trabalho que estava esvaziada e precisava criar expectativas para o futuro. Organizando nossas ações com um calendário de estudos, conseguimos construir um grupo que em muitos momentos se assemelhou a um laboratório de pesquisa a respeito dos aspectos da memória e do arquivo negro. Nesse sentido, analiso retrospectivamente essa prática como indutiva, apropriando-me do método etnográfico. Como componente curricular das Oficinas, solicitamos um trabalho final às participantes, um resumo com uma proposta para o acervo da ASP. Tínhamos a intenção de que esses trabalhos fossem apresentados no Seminário Internacional Clubes Sociais Negros, organizado pela UFRGS e a Sociedade Floresta Aurora. Era uma estratégia de visibilidade da ASP que efetivamente foi concretizada. Abrimos 15 vagas e tivemos uma média de metade desse número na maior parte do projeto, sofrendo um esvaziamento na etapa final.

Com as apresentações no Seminário, construímos uma coleção de pequenas elaborações sobre o acervo do Prontidão com as contribuições de integrantes das Oficinas. Cássio Henrique Silva da Silva, antropólogo e capoeirista negro, escreveu sobre a relação entre a materialidade dos artefatos do acervo e as relações familiares na comunidade prontista. Jane Mattos, historiadora branca do pós-abolição no Rio Grande do Sul, recuperou a história das associações Satélite Bailante e Grupo Prontidão a partir

¹⁵² O seminário aconteceu em setembro de 2022 e contou com o apoio da UFRGS. Para mais informações, ver <https://www.ufrgs.br/deds/floresta/> — Acessado em 13 jul. 2024.

dos seus respectivos estatutos. Sônia Oliveira, bibliotecária negra, escreveu sobre a iniciativa da Afroteca e a prática de letramento na ASP. Vanessa Souza, bolsista do IFRS, contribuiu com suporte e transcrição dos depoimentos do Café com Memórias. Além de Karla, que elaborou a trajetória do projeto do Memorial, bem como as iniciativas, avanços e dificuldades enfrentadas desde a reorganização em 2018.

Após as Oficinas, um lugar inicial para minha estadia na ASP se abriu. Tempos depois, algumas experiências iriam questionar a pertinência dessa prática, levando-me a me deter mais na questão da branquitude e da racialização da teoria da história. O risco de sobrescrever a localidade, a que recorri anteriormente em uma crítica à História Pública, tornou-se paralelamente um “colocar-se em risco”, à medida que caminhava às margens das relações de poder que se entrelaçam com meu exercício teórico e prático. Segundo bell hooks, a margem é um lugar de abertura radical, “um abismo profundo”: “ocupar esse lugar é difícil, mas necessário. Não é um lugar ‘seguro’. A pessoa fica sempre em risco”.¹⁵³ Muito embora não possa afirmar que vivi criticamente minha branquitude nessa estadia na ASP, utilizo essa lente analítica para me localizar, ao mesmo tempo que descrevo de que forma a própria localidade cria estratégias de resistência aos desejos do pesquisador-branco. Em certo momento, recorri às leituras de Édouard Glissant para me referir a essas estratégias como a opacidade que resiste à transparência no conceito de historicidade.¹⁵⁴

Para além de se colocar em risco, de abandonar o lugar privilegiado de descrição e explicação, as Oficinas me ofereceram outros artifícios de análise, aquilo que José Magnani descreve como pilares da experiência etnográfica: a observação participante, a escuta ativa, além da textualidade e da escrita que dotam de sentido os registros do campo.¹⁵⁵ Para Magnani, toda monografia tende a uma totalidade sobre a cultura que estuda — uma posição à qual não quero me filiar. Uma opção à totalidade, ou mesmo um complemento, é a possibilidade de o conhecimento etnográfico situar a opacidade na Relação, para recorrer ao conceito-poético de Glissant.¹⁵⁶ Para Mariza Peirano, todo fazer etnográfico se torna igualmente teórico.¹⁵⁷ Nesse sentido, minha opção é não

¹⁵³ hooks, op. cit., 2019, p. 287–288.

¹⁵⁴ A transparência é como Denise Ferreira da Silva descreve: o sujeito moderno representado pela historicidade. Nesse sentido, a historicidade (enquanto interioridade significada pela temporalidade, como na ontologia heideggeriana) é um descritor privilegiado. Segundo Silva, a ontoepistemologia moderna visa atribuir a historicidade a todos os outros, a fim de obliterar essa suposta diferença em uma completa transparência para seus arsenais de significação e compreensão. Ver SILVA, op. cit., 2022.

¹⁵⁵ MAGNANI, op.cit., 2004.

¹⁵⁶ GLISSANT, op. cit., 2021.

¹⁵⁷ PEIRANO, op. cit., 2014, p. 383.

descrever a totalidade da cultura negra na ASP, mas questionar as ferramentas ontoepistemológicas que possuo para enfrentar a violência racial nas práticas com a memória e o arquivo negro. Em suma, por me obrigar a situar o sujeito da compreensão histórica, parte da proposta das Oficinas, a etnografia é convertida, como diz o antropólogo Osmundo Pinho, em *práxis*.¹⁵⁸

As *Oficinas* implicaram o desenvolvimento de um desaprendizado para que uma noção de localidade fosse possível. Ou, para usar os termos da historiadora Ana Carolina Pereira, a proposição do “lugar epistêmico” como categoria de análise.¹⁵⁹ Considerando a realidade dos espaços negros, recorro ao arsenal da hermenêutica da diáspora africana, assim nomeado pelo filósofo afro-americano Lewis Gordon¹⁶⁰. Esse arsenal visa reverter a transformação de pessoas e culturas negras em duas categorias norteadoras de qualquer significação: vítima ou problema. Uma “pessoa-problema”, aos olhos do pensamento racializado, jamais consegue se afastar da experiência do seu grupo social, de antemão definido como oprimido: “em efeito, não há distinção entre ele e seu grupo social, o que torna o indivíduo uma representação essencial de todo o grupo”.¹⁶¹ Essa mesma dinâmica pode ser estendida à questão da memória e do arquivo negro, sendo sempre significados pela falta ou pela perda.

Para tanto, me aproprio da relação entre a memória e a historicidade formulada por Michel-Rolph Trouillot para abordar o passado como uma posição: “nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado — ou, para ser mais preciso, a preteridade (*pastness*) — é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado como passado”.¹⁶² Em paralelo, entendo essa relacionalidade na memória negra como a matéria que o arquivo¹⁶³ deseja reter, aquilo que Ariella Azoulay chama de “retenção imperial”: “a habilidade de reter o resultado da violência imperial como fato, como aquilo que existe, como aquilo que uma pessoa é e o que aquela pessoa possui”.¹⁶⁴ A

¹⁵⁸ PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: BERNARDINO COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

¹⁵⁹ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88–114, 2018.

¹⁶⁰ GORDON, Lewis R. What Does It Means to Be a Problem? W. E. B. Du Bois on the Study of Black Folk. In: **Existência Africana: understanding Africana existential thought**. New York and London: Routledge, 2002.

¹⁶¹ “In effect, there is no distinction between him and his social role, which makes the individual an essential representative of the entire group”. Tradução nossa. GORDON, op. cit., 2002, p. 89.

¹⁶² TROUILLOT, op. cit., 2016, p. 41.

¹⁶³ Uma noção ampliada de arquivo, inspirada nos escritos de Jacques Derrida, pode ser lida em MBEMBE, A. The Power of the Archive and its limits. Em: HAMILTON, C. et al. (Eds.). **Refiguring the Archive**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002.

¹⁶⁴ AZOULAY, op. cit., 2024, p. 31–32.

preteridade é retida no arquivo para reproduzir a categoria de “pessoa-problema” — uma retenção racial, como leio a relação entre os CSNs e as imaginações históricas¹⁶⁵ e culturas de passado¹⁶⁶ oficiais do Estado.

Parte das operações que reconheço na ASP é a reversão, ou reparação, dessa operação racial. Reconheço algo como uma “reparação mundana”, nas palavras de Azoulay, “[...] o desmantelamento das estruturas imperiais; não podem ser imaginadas em termos de inclusão nas estruturas imperiais existentes. As reparações mundanas rebobinam, reverterem a história”.¹⁶⁷ O restante desse capítulo é dedicado a descrever, com base nas experiências propiciadas pelas Oficinas de História e Memória negra — 120 anos da ASP, as operações do arquivo negro que desafiam e nos forçam a desaprender a violência racial. Elas deduzem a historicidade da ASP enquanto opacidade.

3. Arquivo e Memória da Associação Satélite Prontidão (ASP)

Em 2022, novos integrantes chegaram ao Memorial da ASP, e consequentemente ao Satélite Prontidão, através das Oficinas. Com a evasão ao longo das atividades, à medida que nossos objetivos se tornaram mais concretos, passei a conviver com um grupo de pessoas, negras e brancas, interessadas no arquivo da ASP. São eles e elas: o antropólogo e capoeirista Cássio Silva, a bibliotecária Sônia Teresinha, a historiadora Jane Mattos, a estudante Vanessa Souza, além de Karla, que seguiu à frente de todas as iniciativas. Os materiais que disponho para analisar as operações da memória e do arquivo negro da ASP são derivados de trabalhos desse grupo de pessoas, a quem agradeço pelo companheirismo. Une-se a esses o próprio acervo da ASP, no qual, por diversos momentos, em especial na companhia de Karla e Richard, transitei livremente.

Ao longo de 2022, Karla foi minha guia. Era ela quem abria os caminhos — assim como Bará, um orixá muito presente nos territórios negros de Porto Alegre. Por ser prontista desde criança, Karla negociava com as mais antigas, mediava a comunicação com as mais novas, e interpelava nossa prática com ações e significações. Minha leitura do acervo do Satélite Prontidão é mediada pelo olhar de Karla; do mesmo

¹⁶⁵ Para o conceito de imaginação histórica, ver o clássico WHITE, Hayden. **Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

¹⁶⁶ Para o conceito de culturas de passado, ver NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de Tláloc. Em: ÁVILA; TURIN; NICOLAZZI, op.cit., 2019. p. 211–243.

¹⁶⁷ AZOULAY, op. cit., 2024, p. 210.

modo, passado e presente se unem na composição da memória negra, a partir do “lugar emocional” que a orientava Karla. As transformações dessa memória estão entrelaçadas em uma “continuidade histórica”, nas palavras da historiadora negra Beatriz Nascimento.¹⁶⁸ Trabalhando com minhas companheiras e companheiros na ASP, só foi possível compreender a memória negra em oposição à flecha do tempo, embora isso não signifique um tradicionalismo atávico. Existe, na memória negra, uma orientação própria, um funcionamento que não responde aos conceitos fixados dos estudos da memória social. Para Beatriz Nascimento, isso é o indizível, a opacidade, que tem a ver com o gesto existencial que funda a memória negra, o qual é a fuga.¹⁶⁹ Seguindo Nascimento, o quilombo — enquanto possibilidade de encontro, de recuperação da imagem negra, de união e paz — e a fuga — a opacidade e a recusa negra aos sistemas modernos de compreensão e racialização — são descritores alternativos para a historicidade no trabalho com a memória negra.

3.1 A feminização do arquivo negro: a ética do cuidado e os espaços seguros

Quem sustenta a memória da Associação Satélite Prontidão (ASP), zela por sua perenidade e sua transmissão? Quem trabalha pela sua materialização em valor para a comunidade prontista? Faço essas perguntas não apenas para apontar na direção das mulheres negras com quem convivi no Prontidão. Essas questões retiram a memória do campo da espontaneidade e da naturalidade e problematizam a posição da historicidade na cultura negra, ao menos no que é possível ser dito a partir da ASP e dos Clubes Sociais Negros (CSNs). Assim, se recusa o universalismo do “público” da História ao afirmar que a transmissão da tradição não é uma tarefa compartilhada, de igual importância para todas as pessoas no interior de uma comunidade. Seguindo a historiadora Aleida Assman¹⁷⁰ sobre os “espaços de recordação”, avalio que abordar as dimensões da história e da memória na ASP, considerar seus aspectos funcionais e acumulativos, remete às particularidades do pensamento de mulheres negras, que introduzem nos meios de transmissão e armazenadores de informação novas operações: a ética do cuidado e a construção de espaços seguros.

¹⁶⁸ NASCIMENTO, op. cit., 2021.

¹⁶⁹ Harney e Moten também utilizam termos como “fugitividade” para descrever essa dimensão sobcomum. Observa-se que Nascimento antecipou em alguns anos essa abordagem, além de introduzir uma perspectiva da mulher negra. HARNEY; MOTEN, op. cit., 2013.

¹⁷⁰ ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

À frente do Memorial da ASP, Karla se preocupava em preservar, evidenciar e visibilizar o protagonismo das mulheres prontistas na história do clube. Essa foi a tônica dos trabalhos de memória no Prontidão, ao menos desde a gestão da professora Iara.¹⁷¹ Assim como demonstram as pesquisas sobre os CSNs,¹⁷² existiu uma forte tendência masculinista na comunidade prontista, traduzida em normas rígidas de comportamento e na vigilância dos relacionamentos. Isso reflete um dado importante sobre os CSNs nas primeiras décadas do século XX: no geral, eram vistos como instrumentos de destaque para ascensão social, onde prevalecia a presença de classes médias negras comandadas por trabalhadores liberais ou do funcionalismo público. Porém, essa descrição do passado da ASP não é precisa, nem a única. Ela concorre com a percepção das mulheres prontistas de que a sustentação do cotidiano do clube, das solenidades, festas e convivência era uma tarefa feminina. “É toda uma carga machista, ao mesmo tempo, vendo as fotos, os registros, estudando, a gente vê que nada aconteceria se as mulheres não estivessem. Até que ponto esse poder masculino, esse poder, entre aspas, é um poder, mas que nada aconteceria se as mulheres não estivessem ali, nada. A gente vê a importância, como eram famílias, muitos casais, havia muitas festas de casais, a importância das primeiras damas.”¹⁷³

O binarismo de gênero — das mulheres atreladas ao espaço privado e doméstico e dos homens ao espaço público e político — pode ser visto na história prontista. Apenas em 2016, o Satélite Prontidão elegeu sua primeira presidenta, a conselheira Carmen.¹⁷⁴ Contudo, Karla desafia a narrativa masculinista: “Não é só isso, a gente vê a importância, por exemplo, das mulheres na cozinha, das mulheres à frente das festas, nas recepções, nas atividades relacionadas à assistência social. As mulheres foram necessárias e tomaram a frente. Então, todas as atividades de ponta da instituição, as mulheres estavam à frente. Só que invisibilizadas pela figura masculina”. A abordagem de Karla (re)orientou o acervo da ASP para a visibilidade das mulheres negras, (re)trabalhando o arquivo como “lei do que pode ser dito”,¹⁷⁵ com função de autoridade

¹⁷¹ Prof.^a Iara Conceição Bittencourt Neves, conhecida pelos prontistas apenas como professora Iara, é uma das grandes referências do clube a respeito da memória e da cultura negra. Ela é professora aposentada da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

¹⁷² Ver SILVA, op.cit., 2017.

¹⁷³ Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

¹⁷⁴ Trata-se de Carmen Silva Machado Fontoura, ex-presidenta e atual conselheira da ASP.

¹⁷⁵ Formulação clássica do arquivo, presente em Jacques Derrida e questionada por Assmann, que reintroduz a importância da materialidade do arquivo e da memória cultural. ASSMANN, op. cit., 201, p.370–371. Sobre o poder do arquivo, além de Achille Mbembe, já citado, ver também RUFER, Mario. El archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial. Em: RUFER, Mario.; GORBACH, F. (Eds.).

sobre a tradição e sobre a transmissão do passado. Além disso, Karla introduziu a informação oriunda do pensamento de uma mulher negra (das mulheres negras), (re)compondo a historicidade contra a flecha (patriarcal) do tempo: “as mulheres estavam à frente.”



Figura 6 - Prof.ª Karla ao lado de parte do acervo do Satélite Prontidão, 2022.¹⁷⁶

(In) Disciplinar la investigación: archivo, trabajo de campo y escritura. Ciudad del Mexico: Siglo Veintiuno, 2016.

¹⁷⁶ Do autor.



Figura 7 - Seleção do acervo da ASP, 2022.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Do autor.

Houve uma profunda transformação na memória e no arquivo negro com o posicionamento das mulheres negras em frentes teóricas e ativistas. Isso tanto repercutiu nos CSNs, quanto são os próprios clubes que produzem as condições na qual as figuras masculinas, que dominaram a política e cultura negra, são deslocadas e novos horizontes epistemológicos aparecem. Hoje, a ASP, inventora de subjetividades femininas negras, é descrita com outros termos e significados que não aqueles predominantes no vocabulário político antirracista. A dimensão do cuidado (também do autocuidado), da segurança e da convivência dividem espaços com ideias de protagonismo e resistência.

Inspirando-me no belíssimo trabalho da historiadora Mariléia de Almeida, abordei essa situação como a “feminização” dos CSNs ou a “feminização” do arquivo negro: “trata-se da incorporação crescente de valores, ideias, formas e concepções especificamente femininas, resultado do trabalho de crítica cultural realizado pelas práticas feministas, afetando os valores, os comportamentos e os sistemas de representação”.¹⁷⁸ A teorização de Almeida é resultado de sua experiência etnográfica em 17 quilombos do Rio de Janeiro, desse modo, a transposição de seus problemas para a localidade da ASP e dos CSNs não é direta, depende de mediações e acompanha sempre alguns comentários. Porém, tomei emprestado vários conceitos e proposições metodológicas de Almeida para abordar minha experiência de campo. A esse respeito, me recordo das palavras que escutei nos eventos da ASP, das mais velhas e mais novas, a respeito da beleza das mulheres negras. Me recordo das mulheres à frente do calendário do clube, da organização e da decoração. Todos os eventos giravam em torno da comida. Lembro que era importante para a prof. ^a Karla que nossos encontros de estudo e atividades do Memorial da ASP fossem acompanhados por cafés e lanches, além de muitas vezes interrompidos para almoçarmos juntos. Comer juntos, conversar, se divertir. Essa é a dimensão do acolhimento e amizade que vivi em todos os momentos na ASP.

Almeida demonstra que a “feminização” transformou o conceito de quilombo nas monografias etnográficas:

Assim, o feminino torna-se um dos elementos de expressão da ancestralidade quilombola, fazendo a noção de resistência quilombola — concebida em termos de guerra, força e virilidade, atributos relativos ao campo masculino — ganhar novos significados, em torno dos cuidados, da

¹⁷⁸ ALMEIDA, Mariléia de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. Primeira edição ed. São Paulo: Elefante, 2022, p.58.

transmissão dos saberes e das relações afetivas que se estabelecem com o território.¹⁷⁹

Da mesma forma, o Memorial da ASP, em ressonância com o que ocorreu no movimento clubista, posiciona a mulher negra no centro da historicidade prontista. Em face a esse questionamento, nas Oficinas, eu e minhas companheiras adentramos o pensamento de mulheres negras para pensar as consequências para os nossos trabalhos com a memória do Satélite Prontidão.

Tomo inspiração no trabalho de Cássio, que, durante as Oficinas, escreveu sobre os objetos como materialização das relações prontistas.¹⁸⁰ A “feminização” dos CSNs apresenta uma transformação na inscrição da memória negra — da seleção, conservação e acesso — (re)direcionando a historicidade prontista. Os efeitos disso são análogos ao que ocorreu com o conceito de quilombo após as intervenções da historiadora Maria Beatriz Nascimento. Ao questionar sobre o que eram os quilombos em tempos de paz, Nascimento introduziu uma hermenêutica do arquivo negro: “exige-se, sobre ela [a paz], um esforço de interpretação maior, com o qual se ultrapasse a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização que talvez na paz ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra”.¹⁸¹ Desse esforço, surgiram alguns conceitos importantes de Nascimento, a exemplo do “corpo-documento”, central para o trabalho com a memória da ASP. Tal como Nascimento, o Memorial da ASP direciona a experiência clubista para uma vivência que se sobrepõe a uma resposta ao racismo ou uma demanda por reconhecimento. Nesse entremeio, encontramos a noção do cuidado, em seus termos éticos e afetivos.

Patrícia Hill Collins apresentou a noção de ética do cuidado, parte de uma epistemologia feminista negra, que “[...] sugere que a expressividade pessoal, as emoções e a empatia são centrais no processo de validação do conhecimento”.¹⁸² Nesse sentido, há um desafio à episteme moderna (cartesiana) que separa corpo e mente, razão

¹⁷⁹ Idem, p. 58.

¹⁸⁰ Cássio apresentou seu trabalho, intitulado “O Satélite Prontidão é como fênix, vai renascer das cinzas: a retomada de uma associação negra sob uma perspectiva etnográfica”, no Seminário Internacional Clubes Sociais Negros, realizado na UFRGS em comemoração aos 150 anos da Sociedade Floresta Aurora. Ver <https://www.ufrgs.br/deds/floresta/> — Acessado em 13 jul. 2024. O texto foi posteriormente publicado como capítulo de livro. Ver SILVA, Cássio Henrique. O Satélite é como fênix, vai renascer das cinzas: a retomada de uma associação negra sob uma perspectiva etnográfica. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025a. Cap. 9

¹⁸¹ NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 133–134.

¹⁸² COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: BEZADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson.; GROSFUGUEL, Ramón. (EDS.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 156.

e emoção. Os laços afetivos e comunitários, para as mulheres clubistas negras, estão presentes em toda extensão do conhecimento produzido. Ou seja, desde a matéria — no caso trabalhado nesta tese, o arquivo e a inscrição da memória negra — até a aplicabilidade desse saber: a historicidade, ou a orientação espacial e temporal. bell hooks demonstra a dimensão afetiva na memória negra ao falar sobre sua avó e a tradição das colchas de retalhos das tecedeiras negras afro-americanas. Em suas palavras, as tecelãs misturavam a orientação e a vivência: “para ela [sua avó], essas colchas eram mapas que traçavam o curso da nossa vida. Eram a própria história, assim como a vida sendo vivida”.¹⁸³ A prática de cuidar era o principal motivador para as mulheres negras contarem a história. Analisando retroativamente minha experiência na ASP, vejo que o clube constrói uma comunidade de cuidados. Nas palavras de hooks, “as comunidades de cuidado são mantidas por rituais de respeito. Comer juntos era o foco central das reuniões familiares em nossa casa. À mesa, compartilhamos histórias da nossa vida, o humor cotidiano e o puro prazer da deliciosa comida caseira”.¹⁸⁴ Algo parecido acontece no Prontidão e em outros CSNs em que estive.

Talvez esse seja o motivo de o Memorial da ASP ter criado, como seu principal evento de captação de testemunhos e doações, o “Café com Memórias”. Em 2022, nossa equipe resolveu tematizar essa data: sugerimos um encontro de gerações. Além dos mais velhos, convidamos a juventude para narrar suas experiências no Satélite Prontidão. Queríamos contrastar essas falas, pensar similaridades e as condições da transmissão da tradição, da ancestralidade, no clube. Separamos a captação em grupos guiados por um questionário semiestruturado. As mais jovens conversaram entre si, enquanto a velha guarda relembrou as amizades de outrora. Algumas palavras foram destacadas nos depoimentos: segurança, encontro, proteção, amparo, acolhimento:

Acho que era justamente o local onde a gente podia encontrar os nossos. E a gente podia vivenciar as nossas coisas, a gente tinha a liberdade de vivenciar o que era nosso, na nossa cultura. E essa união que se tinha entre a comunidade negra é um lugar que nos amparava a todos nós, eu acho. Por isso que a gente se sentia tão bem e tão acolhido.¹⁸⁵

A minha experiência com o Satélite é muito breve. Eu sempre vi como um lugar seguro, e é um lugar seguro pra tudo, é um lugar seguro pra ter conflito, é um lugar seguro pra festejar, é um lugar seguro pra ter reunião.¹⁸⁶

¹⁸³ hooks, bell. Heranças estéticas: a história feita à mão. In: hooks, op.cit., 2019, p. 241.

¹⁸⁴ hooks, bell. Comunidades de cuidado. In: **Escrever além da raça: teoria e prática**. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2022, p. 217.

¹⁸⁵ Ana Lúcia Feijó, pedagoga, entrevistada por Jane Mattos e Sônia Oliveira no dia 20 de agosto de 2022. Acervo da ASP.

¹⁸⁶ Gabriel Ribeiro, historiador, entrevistado por Gabriel Gonzaga e Cássio Henrique S. Silva, no dia 20 de agosto de 2022. Acervo da ASP.

E talvez a importância seja exatamente essa, da gente se encontrar, simplesmente. Seja se encontrar pra uma festa, seja se encontrar pra se articular politicamente. Porque eu não consigo desassociar a festa também de algo, de um ato político.¹⁸⁷

Eu me sinto protegida. Por mais que tem esse moralismo, às vezes que, que me irrita profundamente, mas vejo que tem um cuidado muito grande assim com a gente. A forma que a Zila fala, sempre com muito carinho, muito acolhimento, o pessoal ali da velha guarda é sempre... Que se preocupa mesmo como é que tu tá, que quer que a gente fique aqui, que quer que a gente construa uma história.¹⁸⁸

Considerando os depoimentos do Café com Memórias e minhas vivências no Prontidão, é possível constatar que há uma proporção importante: entre as pessoas adultas, a dimensão da segurança e do acolhimento aparecia com maior ênfase na fala de pessoas mais jovens. Pode haver uma relação com o genocídio da juventude negra no Brasil, com as formas veladas de segregação e opressão, inclusive com as microagressões expandidas pelas redes digitais. De todo modo, é importante o termo utilizado pelo historiador Gabriel Ribeiro, “lugar seguro”, imaginando que os CSNs consigam produzir uma realidade alternativa aos sistemas sociais de captura e morte social.

¹⁸⁷ Camila Cunha, historiadora, entrevistada por Gabriel Gonzaga e Cássio Henrique S. Silva, 20 de agosto de 2022. Acervo da ASP.

¹⁸⁸ Naíla Cazuza, jornalista, entrevistada por Gabriel Gonzaga e Cássio Henrique S. Silva, no dia 20 de agosto de 2022. Acervo da ASP.



Figura 8 - Flyer de divulgação da segunda edição do Café com Memórias.¹⁸⁹



Figura 9 - Equipe do Memorial da ASP com comunidade prontista durante a segunda edição do Café com Memórias.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Acervo da ASP.

¹⁹⁰ À direita, em pé ao fundo, está eu, Vanessa, Sônia e, no centro, Karla de braços dados a Richard. Membros da velha guarda e da Juventude ASP compõem a foto. A última da esquerda, ao lado do honorável senhor Elói, é a historiadora Jane Mattos. Do autor.

Citando Hill Collins, Mariléa de Almeida diz que as mulheres negras criam “espaços seguros”: “são lugares em que elas se sentem protegidas das práticas racistas e sexistas, sentindo-se confiantes para compartilhar saberes específicos relacionados a suas experiências como mulheres negras”.¹⁹¹ Esses espaços são estendidos a si e a outras pessoas: “a potencialidade política das práticas femininas de amizade reside em sua possibilidade de criar espaços que fomentem tanto necessidades individuais quanto coletivas”.¹⁹² O sentimento de proteção e acolhimento compartilhado pela juventude da ASP muito provavelmente remete à historicidade desses “espaços seguros”, oportunamente trazidos por Gabriel Ribeiro em sua fala: “seria diferente se eu tivesse num clube social branco e uma pessoa branca falasse assim comigo. Seria outro contexto. Vejo muito esse ponto da importância do Satélite como um lugar seguro. Um lugar onde posso levar um puxão de orelha e eu não vou ficar com remorso, aonde não vou me sentir de uma forma... reprimido”.¹⁹³ A “feminização” dos CSNs, da ASP ou do arquivo negro é uma (re)significação desses espaços pelas relações de cuidado e segurança que os laços afetivos favorecem.

Há ainda a possibilidade dessa segurança se estender à flecha do tempo histórico, que deseja capturar o corpo feminino negro na produção das imagens raciais.¹⁹⁴ Nesse sentido, penso em interlocução com Hortense Spillers, para quem a condição da mulher negra, cujo significante é a mulher escrava, implica um roubo do corpo.¹⁹⁵ Isso a coloca em uma situação de “objetificação total”, que deve ser pensada não a partir do corpo (de um texto cultural), mas da carne (da matéria viva transformada em mercadoria): “se pensamos na ‘carne’ como uma narrativa primária, então queremos dizer que ela está cauterizada, dividida, rasgada em pedaços, rebitada no buraco do navio, caída ou ‘fugida’ para o mar”.¹⁹⁶ Considerando essa posição do corpo negro feminino, interpelado pelas imagens genderizadas da raça, e em comunicação com Karla, rememorando nossa interlocução, vejo nas fotografias das mulheres negras na ASP uma relação que pode libertar ou aprisionar.

¹⁹¹ ALMEIDA, op. cit., 2022, p. 323.

¹⁹² Ibid., p. 329.

¹⁹³ Gabriel Ribeiro, op. cit., 20 de agosto de 2022.

¹⁹⁴ Nesse sentido, penso na intersecção, na coprodução, de raça e gênero, como foi trabalhada por Grada Kilomba. Ver KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹⁹⁵ SPILLERS, Hortense. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Carla.; PATERNIANI, Stella; ARIAS, André. **Pensamento negro radical**: antologia de ensaios. São Paulo: N-1 edições, 2021, p. 29–70.

¹⁹⁶ Ibid., p. 34.

Karla foi rainha da ASP entre 1987 e 1989. “O clube foi muito importante para mim, essa coisa de ter sido a rainha nas atividades, a gente fazia desfiles de moda, fazia coisa que jamais, em espaços brancos, eu estaria participando. Então, o clube foi muito importante para mim, a autoestima, enquanto mulher negra, e os clubes negros têm essa coisa, também, os bailes, as festas, às vezes, o clube é só festa, não, tu poder compartilhar o alimento com os teus, e o clube tinha essa coisa de tu tinha que ir bem-vestido, tu tinhas que ir bonito. Valorizar essa negritude que está ali”.¹⁹⁷ Com Karla e Jane Mattos, que sempre chamavam minha atenção para as histórias das rainhas da ASP, passei a olhar para esses registros de mulheres negras como a produção de um “evento fotográfico”,¹⁹⁸ nas palavras de Azoulay — ou seja, o qual é resultado de um encontro, maior que o registro em si. A abundância de fotos das rainhas prontistas no acervo da ASP atesta a repetição desse evento. Essas imagens apontam para uma recorrência temporal onde o corpo feminino é atravessado pelo dispositivo de controle patriarcal, como as normas rígidas de costume no interior dos CSNs, e pelas técnicas de reconstituição da imagem negra, do corpo-documento, como explicado por Beatriz Nascimento.

Essa cena aparenta ter se repetido em várias épocas no Satélite Prontidão, geralmente no contexto das festas de Carnaval: diante da câmera, a mulher negra esbanja uma realza exuberante, se afirmando categoricamente sobre o fantasma da imagem da carne escravizada. De fato, o arquivo negro apresenta uma economia de lembrança e esquecimento: “não é à toa que a dança para o negro é um movimento de libertação, o homem negro [a mulher negra] não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo”.¹⁹⁹ O corpo feminino negro é recomposto em um sistema alternativo de referências. Reencontra-se a importância da segurança e do cuidado para essa operação na memória negra. Porém, nos CSNs, esse corpo poderia ser recapturado nas dinâmicas políticas da figura masculina negra, nas políticas heteronormativas e patriarcais de famílias negras em processo de ascensão de classe.²⁰⁰ A “feminização” do arquivo negro em curso no Memorial da ASP, interpõe uma opacidade à mulher negra, evitando que essa imagem

¹⁹⁷ Karla dos Santos Guterres Alves, op.cit., 2022.

¹⁹⁸ AZOULAY, op. cit., 2024, p. 198.

¹⁹⁹ NASCIMENTO, op.cit., 2021, p.333.

²⁰⁰ Para um exemplo de problematização da posição de mulheres negras em formações heteronormativa-patriarcais, em CSNs de Pelotas, ver SILVA, Fernanda Oliveira. Mulheres negras no sul do Brasil: um diálogo sobre gênero, raça e classe no Pós-Abolição. In: MACEDO, José Rivair. **Racismo, Relações De Poder E História Negra Em Porto Alegre**: Porto Alegre, RS: Evangraf, 2024, p. 63–86.

seja recapturada e efetivando, na memória, um procedimento de cura. É nesse sentido que o corpo-documento, amplamente inscrito pelas câmeras, está sempre em fuga, sempre tentando se impor como opacidade para as significações de gênero e raça.



Figura 10 - Rainha dos Solteiros da ASP de 1961.²⁰¹

²⁰¹ Acervo da ASP.



Figura 11 - Rainha da ASP Clarice Rodrigues, de 1976.²⁰²

²⁰² Acervo da ASP.



Figura 12 - Miss Simpatia, Rainha da ASP e Miss Primavera, de 1987.²⁰³

²⁰³ No centro da foto está Karla dos Santos Guterres Alves em seu tempo de juventude no clube. Acervo da ASP.

3.2 Juventude negra e espaços digitais

A quem se dirige a história e a memória? A quem serve a seleção, a conservação e a acessibilidade da memória negra? De que modo o Memorial da ASP auxilia a elucidar essas questões? Essas perguntas atravessaram minha experiência etnográfica, uma vez que nosso trabalho no Memorial possuía o objetivo básico de comunicar-se com a comunidade prontista e (re)ativar a memória do Prontidão a fim de buscar meios e criatividade para responder ao cenário de crise após a pandemia da Covid-19. Porém, durante o desenvolvimento das atividades nas Oficinas, pensar o público desse trabalho, a interlocução com as frequentadoras do clube, não foi uma tarefa fácil. (Re)pensando sobre as anotações de campo, percebo a correspondência com a problemática que desenvolvi em relação à História Pública, a ideia civilizacionista do conhecimento histórico, a expectativa presente, no início da minha vivência na ASP, de que a historiografia pode, em alguma medida, responder a qualquer situação.

No final da nossa trajetória em 2022, Sônia, minha companheira no Memorial, pediu a palavra para nos impactar com sua crítica sincera, incisiva e angustiante: “para quem estamos trabalhando”, ela disse, “se a comunidade prontista parece afastada da sua própria memória, se várias atividades estão esvaziadas e sem engajamento?”²⁰⁴ Sônia atentava para o esvaziamento que vivíamos um pouco antes da realização do Café com Memórias. Desse momento até o final das Oficinas, o grupo diminuiu e o projeto foi encerrado logo após nossas apresentações no Seminário dos Clubes Sociais Negros. Em outro momento, Sônia detalhou melhor suas impressões: “vejo as pessoas preocupadas em manter ali o Satélite. Fico na angústia para manter essa memória viva, mas eu não sei, parece que falta alguma coisa que eu não sei explicar o que é. O Memorial é importante, mas quando olho, não sei se me apego mais às fotos, de repente, as fotos me dizem mais do que aquelas peças. Mas parece que está faltando alguma coisa, porque vejo a gente de fora ali, eu vejo muito a gente de fora, entendeu? Querendo reviver uma coisa que não é da gente, eu me sinto uma intrusa. É como se eu fosse uma intrusa, sabe? Sei que é importante preservar, mas eu não consigo ainda sentir, sabe? Parece que está faltando alguma coisa ali.”²⁰⁵

Essa também era a percepção da prof.^a Karla, que, em muitos momentos, expressava sentimentos de solidão, frustração e cansaço com sua insistência na memória

²⁰⁴ Anotações do caderno de campo, outubro de 2022.

²⁰⁵ Entrevista com Sônia Teresinha de Oliveira, concedida no dia 23 de agosto de 2022.

do clube. Em suas palavras (que abrem este capítulo), era preciso que um processo se iniciasse no interior da ASP até que pudéssemos chamar a instituição de lugar de memória negra. A memória não é espontânea, ela depende de guardiões, de trabalhadoras e de verdadeiras diplomatas que falam em seu nome, que profetizam seu tempo.

Ademais, só pude avançar neste trabalho pela solidariedade das minhas companheiras, como Jane Mattos e Sônia Oliveira. As intervenções de Sônia, Cássio e Jane (re)modelaram minha compreensão sobre o fazer teórico e a produção conceitual. Em específico, sobre a história e a memória na situação na qual se encontrava a ASP. A teoria que não compreende sua dimensão relacional advoga pela privatização dos seus espaços, seja em torno de grupos escolásticos e exclusivos (elitistas, por assim dizer), seja pelas novas dinâmicas neoliberais e empresariais que se propagam pelas plataformas digitais. A teoria não-relacional, sem as companheiras, é a teoria que se comunica a partir do eterno retorno ao seu cânone branco-patriarcal.²⁰⁶ Os CSNs se relacionam com as universidades, questionando esse elitismo, expandindo cenários teóricos e desvelando o evento racial.

Além das dificuldades apresentadas por Sônia, outro empecilho óbvio ao meu trabalho foi a minha brancura e a minha formação apartada da realidade dos clubes. Os CSNs não foram meus espaços de lazer na juventude. Tampouco sou oriundo de territórios negros análogos. Não nasci ou cresci em Porto Alegre, de modo que nem mesmo a paisagem urbana das transformações da cidade me afetava no início, um registro importante nos testemunhos das prontistas mais antigas, que viveram os tempos do Prontidão na sede do bairro Glória. Somados esses fatos, penso que pairava sobre mim uma “suspeita”, que se comunica com a definição de “espaço seguro”, debatida anteriormente. Em outros termos, minhas marcações, ou melhor, meu corpo, encontravam barreiras para “extrair” a informação do Satélite Prontidão.

O que é a memória na ASP? Como opera? A quem se comunica? Mais uma vez, me assemelhava à inocência do historiador público e sua crença em um devir universal do conhecimento histórico. Hoje, lendo minhas anotações e lembrando dos episódios vividos, atesto que jamais consegui compreender o “segredo” do Satélite Prontidão. Sem a prof.^a Karla, sem minhas companheiras, não teria sido possível avançar

²⁰⁶ Sobre a política colonial do cânone na historiografia brasileira, ver ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229–252, 2021.

minimamente neste trabalho. É nesse sentido que, em determinado momento da minha prática (decorrido um pouco mais de um ano vivendo essas relações), me detive nessa cena em que eu-historiador empreendia o conhecimento histórico, o estudo historiográfico, a compreensão, categorização e conceituação historicistas (não por escolha metodológica ou teórica, mas por um determinante genético da operação de conhecimento histórico) e a ASP me respondia com gestos de opacidade (silêncios, ceticismo, suspeita).

Talvez, para não assustar a leitora, seja preciso dizer que isso não significa que o Memorial da ASP fracassava em mobilizar a memória (como escrevi, era um trabalho repetido, ao menos, na história recente do clube). Ao me deter nessa recusa à transparência, como leio essa cena com ajuda de Denise Ferreira da Silva²⁰⁷, entendo que a opacidade neutraliza as possíveis ameaças da branquitude (de modo que o fato de minha brancura não era interpretado pela moralidade, se sou uma pessoa boa ou má não vinha à questão). Em determinado momento, concluí que a opacidade era a exata informação etnográfica sobre a historicidade que teria sobre a ASP, a recusa do *feedback*, o que, por sua vez, poderia responder às questões que iniciaram este capítulo. Isso não significa, por outro lado, que pessoas negras teriam maior facilidade de habitar o Satélite Prontidão e compreender as dinâmicas desse espaço. Sônia, bibliotecária negra, me confidenciou suas dificuldades com as relações no clube. Na sua percepção, era uma instituição fechada para pessoas de fora, não se mostrava mais do que o necessário. Considerando isso, penso que a “suspeita”, como diz Mariléa de Almeida, historiadora negra que também enfrentou essas atitudes em seu campo etnográfico, é “um ótimo antídoto para ideias esvaziadas de representação.”²⁰⁸

Respondendo a essa situação, tentando superar a inocência que paira sobre o historiador público, mobilizo a figura da diplomacia, atitude que retornou diversas vezes como orientadora dos nossos planejamentos no Memorial da ASP. A diplomacia com as historicidades negras e locais reconhece que a memória e a história negra têm o objetivo de dar suporte aos espaços seguros produzidos na prática das mulheres negras. Essa figura reconhece a opacidade como a informação buscada no trabalho com a historicidade, recusando o *feedback* e a transparência. O conhecimento da opacidade, como diz Glissant, é raso, se detém na textura da trama e não na natureza dos seus

²⁰⁷ Ver o primeiro capítulo, sobre a tese da transparência que opera na ontoepistemologia do sujeito moderno, em SILVA, op. cit., 2022.

²⁰⁸ ALMEIDA, op. cit., 2022, p. 36–37.

componentes: “talvez por um tempo, devêssemos renunciar a essa antiga obsessão em chegar ao fundo das naturezas. Haveria grandeza e generosidade em inaugurar um movimento como esse, cujo referente não seria a Humanidade, mas a divergência exultante das humanidades.”²⁰⁹



Figura 13 - Equipe do Memorial da ASP durante o Café com Memórias, 2022.²¹⁰

Toda memória e todo arquivo são constituídos como uma herança, uma comunicação entre grupos, intergeracional, que precisa ser renegociada, estabelecida e readquirida.²¹¹ Uma vez que se recusa o universalismo abstrato — a civilização ocidental enquanto *telos* —, e se compreende o mundo estruturado por repartições raciais, como denuncia a filósofa afro-jamaicana Sylvia Wynter, recusa-se também a ideia de um público homogêneo da memória negra,²¹² bem como os sonhos de liberdade de acesso, significação e extração. A partir disso, em resposta, a História Pública pode se organizar em torno de um direito à opacidade, uma resistência à transparência na conceituação da historicidade do sujeito moderno. Nesse sentido, é importante questionar o público do Memorial da ASP, a quem se destina, prioritariamente, a conservação e a acessibilidade do acervo.

²⁰⁹ GLISSANT, op. cit., 2021, p. 220.

²¹⁰ Da esquerda para a direita: prof.ª Karla, o antropólogo Cássio, eu e a bibliotecária Sônia. Acervo da ASP. Do autor.

²¹¹ ASSMANN, op. cit., 2011, p. 23.

²¹² WYNTER, Sylvia. Nenhum humano envolvido: carta aberta aos colegas. In: BARZAGHI, Carla.; PATERNIANI, Stella; ARIAS, André. **Pensamento negro radical: antologia de ensaios**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

A juventude negra é a primeira herdeira da história da ASP. De fato, essa é uma questão recorrente que encontrei mesmo na década de 1990, enquanto lia os documentos no acervo sobre a premiação do Troféu Zumbi.²¹³ Diversas vezes, o nome da indicação para o prêmio vinha com a justificativa de que se tratava de alguém jovem, destacando a necessidade de renovação do quadro social da instituição e a recorrência desse debate no clube. O Troféu é um dos melhores exemplos da relação entre instituição e público externo, como universidades e movimento negro. Assim, a juventude aparece enquanto herdeira, como interlocutora “natural” esperada, no interior do próprio Prontidão, da memória negra. Em janeiro de 2022, participei como convidado da prof.^a Karla de uma reunião com a diretoria da ASP. Após a fala da diretora de comunicação, Naíla Cazuya, houve um pequeno desentendimento sobre o papel da juventude na comunidade prontista. Richard Guterres, presidente da ASP, entrevistou no coro: “a juventude foi um erro estratégico das diretorias anteriores.”²¹⁴

Entre as falas, lembro da prof.^a Karla questionar: “como ser de um lugar se você não está lá?”²¹⁵ Sua fala era testemunha de um aspecto da memória, do arquivo e da historicidade da ASP. A questão geracional é uma tônica da história do Satélite Prontidão. Os mais velhos contam — me recordo das falas bem-humoradas durante o Café com Memórias — que a sociedade prontista incluía restrições de costumes, vetos a vestimentas e a relações afetivas nas festas. A dimensão da sexualidade era vigiada, de modo que nos anos 1970 e 1980 houve desavenças em um período em que a política negra fervilhava em todo mundo. No Brasil, a negritude era mobilizada em torno da luta antirracista e pela democracia, envolvendo os termos intercambiados da descolonização do mundo imperial.²¹⁶ Isamara Dos Angelos, antiga prontista, narrou o episódio da criação do Grupo de Teatro Razão Negra, pelo grupo jovem da ASP, em meados dos anos 1980. A divergência interna sobre as apresentações do grupo fez com que se afastasse do Prontidão. Em contrapartida, o Razão Negra se apresentou na coirmã Floresta Aurora. Tal qual ocorria em relação às normativas de gênero masculinistas, houve também essa heterogeneidade na questão da juventude, em que concorriam posições contraditórias sobre como deveriam ocorrer os comportamentos na

²¹³ O Troféu Zumbi é uma premiação dada pela Associação Satélite Prontidão para pessoas negras, reconhecendo seus serviços para a comunidade negra.

²¹⁴ Anotação no caderno de campo, dia 23 de janeiro de 2022, durante reunião da diretoria da Associação Satélite Prontidão.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ver o capítulo seis do belíssimo trabalho da historiadora argentina Paulina Alberto. ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

sociabilidade prontista. Ainda seguindo as mais velhas, as diretorias da ASP tenderam a um enrijecimento dessas normas, que afastou as pessoas mais jovens. Carmen Silva, a primeira presidenta do Satélite Prontidão, eleita em 2016, afirma:

Penso que a diretoria envelheceu e pela rigidez dos diretores antigos, a juventude não ficou. Minhas filhas, depois de adultas, não frequentaram o Prontidão. E muitos filhos dos nossos companheiros não frequentavam o Prontidão. Porque dançar de rosto colado, em algum momento não pode. Lembra disso? Pois é, e pra mim esse foi o motivo que afastou os nossos descendentes que deveriam estar aqui hoje, falando, e nós lá atrás.²¹⁷

Não posso afirmar sobre as causas do envelhecimento do quadro de sócio, ou mesmo se os CSNs devem ou não priorizar um público jovem. Essa definição cabe somente às frequentadoras e igualmente teóricas dos CSNs e do movimento clubista. Chamo atenção para essa questão porque ela compõe o conjunto de fatores articulados no Memorial da ASP. Os testemunhos colhidos, os documentos do acervo e minhas memórias com as famílias prontistas evidenciam que o envelhecimento foi um afeto importante na composição dos trabalhos de memória do Prontidão, inclusive em gestões anteriores. Isso resultou na construção do Memorial, do projeto, do acervo, *lives*, e de todo o trabalho com história oral, destacado por Karla.

A posição contraditória, nesse caso, é que, muito embora a juventude, ao longo dos anos, seja um ponto conflituoso, é para as mais jovens que se deseja herdar a história e a memória prontista. Nesse quesito, relembro do fator preponderante da segurança e do cuidado e do modo como a feminização do arquivo negro opera na transmissão dessa memória intergeracional.

²¹⁷ Carmen Silva Machado Fontoura, entrevistada por Karla dos Santos Guterres Alves, no dia 20 de agosto de 2022.



Figura 14 - Aniversário comemorado na ASP, 16 de setembro de 1973.²¹⁸



Figura 15 - Evento na ASP, 29 de setembro de 1984.²¹⁹

²¹⁸ Acervo da ASP.

²¹⁹ Acervo da ASP.

O problema da historicidade da ASP não está em como solucionar a questão do envelhecimento da comunidade, do esvaziamento da juventude ou da pouca ciência sobre os CSNs entre a juventude negra. Na verdade, trata-se de atestar esse fator e compreender como o Memorial deve se guiar por respostas a essa situação.

Não apenas o mundo antinegro dos eventos raciais e dos lugares de morte social se desvelam quando problematizamos o arquivo prontista. Existem também outros tipos de sociabilidade, incluindo as sociabilidades digitais, e as transformações aceleradas no século XXI. Algumas razões que eu e Karla conversávamos era sobre o tipo de organização: segundo a professora, os CSNs são hierárquicos, possuem direções, escalas de comando e normas, enquanto organizações como ONGs e coletivos, no geral, investem em modelos horizontais.²²⁰ Nessa temática, pesa sobre os CSNs a estima de velhos e retrógrados, o que também impacta em diálogos externos da ASP. Outro ponto levantado diversas vezes por Karla é mais pertinente — e, no contexto deste estudo, mais evidenciado — quando tratamos de novas sociabilidades da juventude negra: a tecnologia digital, ou, reduzindo o problema, as redes sociais.

A dimensão do digital encontra, não por acaso, a mesma contradição que a posição da juventude na memória prontista. Antes contei sobre o entusiasmo da prof.^a Karla com as possibilidades de comunicação nas redes. Ela me disse que, em sua percepção, a ASP ganhou uma nova existência com as *lives* no YouTube durante o confinamento da Covid-19. Em vários episódios do programa “Lives do Prontidão”, em um modelo que foi muito utilizado pela classe artística, a história da ASP era lembrada e comemorada pelos presentes, com uma trilha sonora ao vivo, construindo uma réplica do que seria o ambiente físico e o clima de um evento prontista presencial. Karla comandava a conversa, sempre belíssima e sorridente. Esses vídeos são investimentos do Memorial da ASP na história oral, segundo Karla. Eles compõem um ótimo inventário, no qual é possível discriminar as categorias nas quais a memória do Prontidão é subdividida e reanimada, envolvendo um exercício de discussão e reflexão. Entre elas, é possível observar tanto a feminização do arquivo, já discutida, quanto a importância da questão intergeracional.

Das treze edições das “Lives do Prontidão”, quatro são de temáticas defendidas pelas mulheres negras dos CSNs. São elas: (1) as mulheres prontistas e o poder feminino (*live* 2); (2) a beleza negra e as rainhas da ASP (*live* 9); (3) memórias da

²²⁰ De fato, de maneira geral, a ideia de horizontalidade nas organizações políticas ganhou força após o ciclo de manifestação da década de 2010. Ver NUNES, op. cit., 2023.

atuação das senhoras prontistas na ASP (*live* 11); (4) visibilidade da estética afro-brasileira nos Clubes Sociais Negros (*live* 12).²²¹ Dois programas foram dedicados à questão intergeracional no clube: (5) os pais prontistas e o olhar dos filhos a respeito (*live* 3); (6) grupos de jovens na ASP anos 70/80/90 (*live* 7). Outros programas incluíram temas importantes na organização da memória prontista, como: (7) o protagonismo negro na política gaúcha (*live* 4); (8) o associativismo na educação popular (*live* 8); e (9) Troféu Zumbi (*live* 10). Aquilo que me chamou atenção, enquanto buscava materiais para os trabalhos do Memorial da ASP, foi a situação na qual a comunidade prontista se reunia diante de telas para rememorar e reativar aspectos da sociabilidade de uma realidade mediada por outros regimes técnicos (da fotografia analógica, da datilografia, da imprensa em papel, da televisão). Nesse caso, uma nova existência do Satélite Prontidão, como me disse Karla, foi possível também por outros meios técnicos, uma segunda existência para a própria memória. O passado se tornou passado uma vez que a sociabilidade anterior ganhou expressão em uma nova realidade tecnológica.

A incursão da memória prontista no digital perdurou após o tempo pandêmico. O Satélite Prontidão se apropriou das plataformas, especialmente do *Instagram*. Graças à intensa atividade *online*, o Memorial da ASP começou a ser reconhecido pela comunidade negra, como ouvi em algumas reuniões. Esse trabalho seguiu as intuições da equipe e tem finalidade comunicacional. Por exemplo, há a prática de *upload* de fotos buscando conectar nomes e rostos. Nesses espaços digitais, as pessoas se reconhecem, relembram amigos e parentes, e podemos ver uma “comunidade algorítmica”²²² crescendo. De tal forma, a ASP se ambientou na plataforma e expandiu as relações nesse meio. Com auxílio da memória, as imagens negras se tornaram tecnologias de reconhecimento facial alternativas aos regimes técnicos hegemônicos²²³ que atualizam as práticas de segregação e aprisionamento.²²⁴

²²¹ A *live* 1 não está gravada no canal da Associação Satélite Prontidão no YouTube. Ver <https://www.youtube.com/@associacaosateliteprontida9339> — Acessado em 13 jul. de 2024.

²²² Para um exemplo de etnografia dessas comunidades nas redes, ver SILVA, op. cit., 2020.

²²³ Essa leitura foi, em primeiro lugar, sugerida por Pedro Telles da Silveira.

²²⁴ Para uma leitura crítica sobre a atualização do racismo pelos regimes sociotécnicos, ver BENJAMIN, op. cit., 2019.



Figura 16 - Postagem no *Instagram* da Associação Satélite Prontidão.²²⁵

A intuição dos integrantes do Memorial decorre, provavelmente, de um saber local sobre as necessidades próprias da instituição. Nesses lugares, o Memorial demonstra também que a questão não é apenas organizar o acervo, documentos e objetos tridimensionais, mas despertar principalmente a lembrança do Satélite Prontidão. Um aspecto, no entanto, não é desvelado apenas em uma etnografia digital da memória da ASP, o qual é o fato de a juventude operar o suporte tecnológico dessa memória. A maioria desse trabalho, posso afirmar com alguma certeza, é realizado pelas prontistas mais jovens. Esse fato faz com que as páginas do Prontidão dialoguem com vários públicos, seja através dos registros fotográficos, seja com memes e publicações bem-humoradas. De tal modo, a juventude da ASP opera seu legado, expandindo as redes comunicacionais do clube e se tornando, nesse processo, herdeira. A situação contraditória era que a sociabilidade temida pela professora Karla — aquela que ocorre prioritariamente pelo meio digital, que os mais velhos temem substituir o espaço físico — toma a dianteira na retomada da instituição, especialmente após a Covid-19.

Em 2021, após quase 20 anos sem um grupo jovem similar aos ativos nas décadas de 1970 e 1980, surgiu a Juventude ASP. Esse grupo iniciou um processo de herdar e operar a memória do Satélite Prontidão, fazendo das tecnologias digitais parte da realidade cotidiana do clube. Como parte disso, a Juventude ASP vem produzindo um documentário sobre a história do Prontidão, entrevistando várias personalidades

²²⁵ Ver <https://www.instagram.com/sateliteprontidao/> — Acessado em 13 jul. 2024.

negras importantes. Juventude e tecnologia digital apresentam, como tento descrever, problemáticas análogas. As implicações e riscos do uso desses instrumentos são vários; efeitos não desejáveis na vivência local do clube não podem ser descartados. No entanto, o Memorial da ASP apontou um caminho: utilizar a memória como uma tecnologia, como um modo de orientação à priori que guia as ações pelas redes sociais.

Concordando com Ariella Azoulay, entendo a tradição como uma transmissão: “a tradição é uma formação mundana que resiste à oferta imperial de emancipação mediante nossa retirada desse mundo. A tradição é a luta mais persistente contra o imperialismo, sustentada pela transmissão e preservação intergeracional de algum conhecimento mundano de estar no mundo”.²²⁶ A tradição é o que o Memorial tenta consolidar como uma informação do mundo criado pelas descendentes de africanas. Sônia, minha amiga, gradualmente foi se reconhecendo na ASP, como me relatou em outros momentos. Sua filha, parte da Juventude ASP, foi condecorada princesa, em 2023. Esses rituais repetitivos querem expandir a mensagem. Lembro bem que Karla tinha um cuidado especial com as crianças. Mesmo enfrentando resistência, ela defendia espaços destinados para os pequenos em todos os eventos do Prontidão. Penso que essa atitude era coerente com seu pensar e agir como mulher negra e guardiã da memória prontista.

3.3 Silenciamento, dívida e a questão do reconhecimento

Iniciei este capítulo questionando a noção de público mobilizado pela História Pública. Em suma, esse movimento, com forte inserção no Brasil, não possui ferramentas para lidar com situações de violência racial e desumanização. São situações em que não há reconhecimento na relação — um tópico amplamente desenvolvido na literatura da filosofia africano-diaspórica.²²⁷ Parte dessa tradição filosófica trata esse não-reconhecimento como uma interferência (perceptiva) na relação: o historiador afro-americano W. E. B. Du Bois chamou isso de “véu da cor” durante o pós-abolição nos Estados Unidos;²²⁸ Frantz Fanon, em diálogo com a fenomenologia de

²²⁶ AZOULAY, op. cit., 2024, p. 133.

²²⁷ Trabalhei com a questão do reconhecimento na obra de Paul Gilroy na minha dissertação de mestrado. Ver GONZAGA, Gabriel. **A Imaginação Histórica de Paul Gilroy**: formas narrativas e performances textuais de uma tradição diaspórica. 163f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020a.

²²⁸ DU BOIS, W. E. B. **As Almas da Gente Negra**. Porto Alegre: Lacerda, 1999.

Merleau-Ponty e com a psicanálise, chamou de epidermização.²²⁹ Paul Gilroy²³⁰ e Achille Mbembe²³¹ demonstraram que, para além de Du Bois e Fanon, a questão do reconhecimento foi trabalhada por uma tradição de pensamento diaspórico em várias localidades desde o período escravocrata. Denise Ferreira da Silva, radicalizando essa crítica, afirmou que o não-reconhecimento é radicado na ontoepistemologia moderna, repetido pelos principais descritores da filosofia pós-iluminista — a universalidade e a historicidade. Silva avaliou que esse é um artifício entranhado nas humanidades desde o final do século XVIII. Ele (o artifício) mobiliza a “lógica da obliteração”, quando a significação regida pelos descritores modernos privilegiados posiciona o Outro (os povos racializados) sempre já-diante da morte. No caso do conhecimento histórico, que mobiliza a historicidade na descrição de seu objeto, o Outro está sempre já-diante do esquecimento e do apagamento total (da destruição do arquivo).²³²

Em uma tentativa de diálogo com o silenciamento explicado por Trouillot, suponho que a obliteração seja o cúmulo do que o historiador haitiano explicou como resultado do poder histórico:

O poder não entra na estória de uma vez por todas, mas em momentos diferentes e de diferentes ângulos. Ele precede a narrativa propriamente dita, contribui para sua criação e para sua interpretação. Assim, ele continua pertinente mesmo se imaginarmos uma história totalmente científica, mesmo se relegarmos as preferências e ônus dos historiadores a uma fase separada, pós-descritiva. Na história, o poder começa na fonte.²³³

O silenciamento, que Trouillot explica como resultado da intromissão do poder na construção do conhecimento histórico, estendendo-se até as fontes primárias, pode ser trabalhado como efeito da lógica da obliteração. Nesse caso, o arquivo e a memória negra estão sempre-já descritos no silenciamento, de modo que o que orienta a historicidade é a descrição do esquecimento, da violência e do poder e não, portanto, a composição do mundo ao qual a memória oferece suporte. Quando escrevo sobre o silenciamento e a participação disso na experiência do Memorial da ASP, estou recorrendo às artimanhas que as prontistas desvelam e denunciam como sendo parte da questão do reconhecimento.²³⁴

²²⁹ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

²³⁰ GILROY, op. cit., 2012.

²³¹ MBEMBE, op. cit., 2014.

²³² Mais complexo do que o modo que a mobilizo agora, a lógica da obliteração é descrita como crítica às teorias culturais. Seja na descrição sociológica da primeira metade do século XX, seja no viés culturalista recente, para a autora, o racializado está sempre posicionado diante do seu total apagamento. SILVA, op. cit., 2022.

²³³ TROUILLOT, op. cit., 2016, p. 62.

²³⁴ Minha posição é discordante de Trouillot por não considerar, mesmo na querela narrativista da historiografia, uma separabilidade entre narrativa e seu referente. Me apoio novamente em Azoulay e no

Nas minhas anotações e lembranças do campo etnográfico, o silenciamento e o reconhecimento aparecem com frequência nas situações problemáticas entre o Satélite Prontidão e os poderes públicos, ou entre a ASP e o público externo. Por público externo, não-nativo, não pertencente à comunidade prontista ou ao movimento clubista, compreendo negros e não-negros, mesmo que possuam posições diferentes de diálogo. As prontistas sempre se dirigem a pessoas negras ou como possíveis prontistas (ou seja, convites para participarem do clube), ou como integrantes de um mesmo conjunto de afetos, da comunidade negra, do movimento clubista ou da política antirracista, a depender com quem se comunicam. Com não-negros, incluindo brancos, a relação não é necessariamente de enfrentamento. Os convites para que pessoas brancas participem da vida do clube também existem, mas não são vistas como prontistas em potencial. As pessoas brancas são (quase) sempre bem recebidas nos eventos da ASP, muitas delas, quando no caso de aliadas no antirracismo ou em frentes político-partidárias nas quais algumas prontistas participam, são presenças comemoradas. Pesquisadoras da cultura negra são com frequência convidadas a acessar o acervo do Satélite Prontidão e a auxiliar nos trabalhos da ASP. No entanto, sua intimidade com o clube é sempre restringida.

Esse foi meu caso: por mais que, em muitos momentos, pudesse caminhar livremente pelo clube, jamais cheguei a ser um prontista. Meu caminho na ASP era, em grande parte, inicialmente guiado pela prof.^a Karla. De toda forma, os casos de conflito que presenciei com o público externo sempre ocorreram em torno do reconhecimento: em relação a outros espaços negros, do reconhecimento da historicidade clubista no Rio Grande do Sul e da autoridade sobre a cultura que essa duração apregoa; em relação a espaços ou autoridades brancas, do reconhecimento da totalidade da história negra, da dívida e da reparação em relação às feridas da escravidão e do racismo. Escrevo livremente sobre o enfrentamento com os espaços e normativas brancas, enquanto sobre

problema da retenção imperial: “A condição imperial regulariza a produção de sentidos ao mesmo tempo em que molda o campo fenomenológico a partir do qual os sentidos são gerados. O problema, então, não é o de uma narrativa separada de seu referente, como afirma Trouillot, mas, ao contrário, de narrativas que mal podem ser separadas dos referentes produzidos por regimes nos quais as pessoas, os objetos e os acontecimentos são forçados a aparecer no campo fenomenal como categorias arquivístico-políticas. A violência envolvida na produção dessas categorias, quando perceptível, é em grande parte institucionalizada e estrutural”. A lógica da obliteração controla o campo fenomenológico da historicidade, sobre o qual escreve Azoulay. A questão, portanto, deixa de ser o de combater o silenciamento, mas sim de como se livrar das categorias nas quais o silenciamento é sempre-já pressuposto, uma explicação que se adianta em relação à memória negra. No capítulo 3, apresento essa problemática no cerne da luta dos CSNs por reconhecimento como patrimônio imaterial, na categoria de lugar. AZOULAY, op.cit., 2024, p.111.

os conflitos com a comunidade negra, descrevo apenas o necessário para os meus objetivos na pesquisa.

Recordo que o primeiro esboço desse tópico foi escrito em junho de 2022, quando nossas Oficinas foram interrompidas por conta de um corte de luz. Sem entender o que havia acontecido, procurei Karla, que me contou sobre a dívida da instituição com a prefeitura. Embora soubesse do que se tratava, não imaginava que o passivo estivesse atrapalhando dessa forma o cotidiano do Prontidão. No entanto, essa não é uma situação isolada entre os CSNs, que acumulam dívidas por conta de cobranças de impostos, multas por barulho de festas e por utilização de músicas, do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Os CSNs convivem com essas cobranças e intimidações ao longo de suas trajetórias centenárias, um dos motivos pelos quais muitos clubes precisaram mudar diversas vezes de sede ao longo do tempo.²³⁵

Entendo a dívida como um mecanismo do evento racial, que concretiza a segregação espacial, atribuindo aos espaços negros de lazer e diversão imagens pejorativas (como os de serem barulhentos ou associados ao tráfico de drogas e a grupos criminosos, etc.). A dívida pública institucionaliza uma relação de não-reconhecimento com os CSNs, empurra esses territórios negros para posições passivas, em um desajuste temporal e espacial em relação ao território urbano (branco, da civilização e do progresso). Dessa forma, as dívidas não reconhecem que CSNs foram criados como espaços seguros do racismo e em relação à manutenção da vida de pessoas negras. Por fim, a dívida institui a historicidade clubista sempre-já em relação aos arsenais da racialidade, buscando orientar essa temporalidade na obliteração, seja por uma obsolescência dos clubes (a integração em outros espaços de cultura negra, ou pela musealização dessas instituições), seja pelo apagamento total (o fechamento do clube, às vezes justificado pelo discurso pós-racial). Em todos os casos, não há segurança ao direito à memória ou aos espaços seguros.

A historicidade do Satélite Prontidão é atravessada por esse componente recorrente do racismo: a intimidação do seu entorno e do poder público. As mudanças

²³⁵ Espaços negros de lazer e diversão não possuem o mesmo tratamento privilegiado da prefeitura que os espaços brancos. Isso engloba as dinâmicas do racismo e do reconhecimento, incluindo a diferenciação entre barulho e música. Recentemente, o Boteko do Caninha, espaço de rodas de samba em Porto Alegre, sofreu um exemplo desses contínuos ataques. Ver - <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2022/08/boteko-do-caninha-recebe-intimacao-e-deixa-de-realizar-rodas-de-samba-estamos-de-luto-cl6v87kqm002z017p1d6mwzhk.html> — Acessado em 13 jul. de 2024.

de sedes alugadas foram frequentes desde o período em que a Satélite Bailante e o Bloco Prontidão realizavam seus eventos no Centro Histórico e na Cidade Baixa. A primeira sede própria, no bairro Glória, acumulou dívidas até o conselho decidir pela venda do edifício, por muito tempo assediado pela especulação imobiliária no bairro. A localização pertence atualmente a um supermercado de uma rede local, que não faz nenhuma referência à antiga sede da ASP, sentenciando-a assim ao silenciamento/esquecimento. Essa situação de endividamento constante, primeiro, chamou minha atenção como componente da historicidade da ASP; depois, como prerrogativa da historicidade diante da vida negra, quero dizer, a concretização de uma normalidade antinegra. Esse risco diante da historicidade, enquanto ferramenta ontoepistemológica para significar a vida negra, surgiu para mim na convivência com Karla e Richard, e em suas próprias dúvidas sobre a natureza dos seus trabalhos e das forças que enfrentavam.

Richard Evandro Guterres Alves, marido de Karla, é um homem de estatura média, negro, sempre altivo e alegre. Richard se formou como oficial do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da qual herdou, em parte, seu modo de encarar problemas e trabalhar com a gestão da ASP. Há também uma característica combativa em seu modo de pensar: ele tende a não concordar facilmente com qualquer afirmação, embora sempre mostre respeito pela posição de seus interlocutores. Durante os períodos em que trabalhamos juntos semanalmente, Richard sempre valorizou meu trabalho e colocações, ao mesmo tempo que não se deixava seduzir por qualquer fala, de qualquer pessoa. Sua força para demarcar sua posição era tamanha que superava uma leve gagueira, que se manifestava em sua fala quando exaltado. À frente do Satélite Prontidão, após sua ida para a reserva das Forças Armadas, Richard tinha como principal objetivo a organização financeira da instituição. Conseguiu uma nova negociação da dívida com a prefeitura (acumulado do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da taxa da coleta de lixo) após vender parte do terreno do clube (uma casa anexa ao lado do prédio principal, transformada pela nova proprietária em uma fábrica de massa de pastel). Com isso, a ASP evitou que sua sede fosse leiloada.

Antes que tudo isso acontecesse, pude conversar diversas vezes com Richard sobre o caráter dessa dívida. Nessas conversas, observei o modo como a questão do reconhecimento atravessava os trabalhos com a memória do clube. Em um primeiro momento, quando abordamos o problema da relação dos CSNs com o movimento negro, Richard enfatizou uma diferenciação. “O movimento negro hoje ele traz à tona, mantém abertos, muitos canais de discussão, está trabalhando para que seja dada mais

publicidade às questões que dizem respeito exclusivo a comunidade negra, que é o nome que eu prefiro entender como mais abrangente. Porque a comunidade negra é diversa, ela não é somente movimento negro, ela é muito mais abrangente que isso. É a comunidade negra com toda sua diversidade. E os Clubes Sociais Negros, que foram conceituados aí já como entidades criadas e geridas por representantes da comunidade negra, e não representantes do movimento negro, tá entendendo o que eu quero dizer?”²³⁶ Em boa parte do tempo, Richard se antecipou às minhas questões, assegurando que eu não fizesse um cruzamento fácil entre os CSNs e a política negra. “Fazer essa ligação dos Clubes Sociais Negros com o movimento negro dura muito pouco. [...] Por isso que não serve como background nem como moldura para o movimento clubista social negro, que pode se entender até como precursor do movimento negro, com as condições que se tem hoje a sociedade, proporciona de benefício para a comunidade negra”.²³⁷ A “moldura”, a captura que Richard denuncia, é a redução da ASP a outra coisa. Em termos genéricos, pode-se pensar em uma política de representatividade multiculturalista que não assegura à negritude as bases materiais para sua reprodução (o arquivo). Essa obliteração pela inclusão leva ao “esvaziamento da potencialidade dos usos das tradições para transformações no presente.”²³⁸

“Enfatizar, certo, que a gente tem que pensar fora da caixa que querem que a gente pense. Eu não vou pensar na caixinha que me determina a pensar. Enquanto cidadão, enquanto homem... enquanto homem negro. Não vou, não vou, me nego. [...] Porque pensando nessa caixinha, tenho que pagar 260 mil reais para a prefeitura”.²³⁹ Essa “caixinha” (ou “moldura”), essa captura, da qual Richard foge, também o levou a interrogar sobre a dívida. Essa fuga é característica ímpar da historicidade negra e prontista, a qual identifiquei várias vezes nos combates contra o silenciamento por parte do poder público. “O Satélite já contribuiu infinitamente a mais do que isso, ao longo dos 120 anos, para os cofres públicos. Eu sei fazer essa conta, eu sei fazer essa conta, e não é enquanto militar não, é enquanto cidadão”.²⁴⁰ A conta não fecha, o razoável não faz nenhum sentido. Esse é o modo com o qual o raciocínio racista confunde o mundo ao fazer do não-reconhecimento um dado “naturalizado” do funcionamento estrutural e institucional.

²³⁶ Entrevista concedida por Richard Evandro Guterres Alves, em 15 de agosto de 2022.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ ALMEIDA, op. cit., 2022, p. 88.

²³⁹ Richard Evandro Guterres Alves, op. cit., 2022.

²⁴⁰ Ibid.

Afastando essa “moldura”, Richard compreende a ASP negando uma significação generalizante. Ainda hoje, penso que Richard se preocupa com as operações que um CSN provoca nas pessoas negras, como assim provocou nele, e impede que os clubes sejam conceituados por outros projetos de interesses não restritos à vida comunitária. “O Satélite Prontidão integra um território. Ele é um equipamento do território. Ele não é o território, ele não é o movimento. Ele é o Satélite Prontidão, com as suas ligações. [...] Costuma-se dizer que o Satélite Prontidão foi empurrado pra periferia. O fato é que ele estava ali na Aparício Borges, né? Tava ali na Aparício Borges. [...] Será que se vislumbrou em algum momento que chegaria uma época que talvez o Satélite Prontidão tivesse que se movimentar daquele território? Será que teve alguma decisão? [...] Sei que hoje o Satélite Prontidão... tô resolvendo dessa forma, viu Gabriel... ele retorna, ele se aproxima do território onde a comunidade negra se equipara, equivale, sob diversos aspectos, a mesma comunidade negra que fez surgir o Satélite Prontidão lá em meados do século XX”. A ASP é um equipamento, é um instrumento, é uma tecnologia.

Observo as dinâmicas do silenciamento, do não-reconhecimento (e, por extensão, da obliteração, como destaquei anteriormente), nas relações conflituosas ou não do Satélite Prontidão com o público externo. Essa é, em especial, uma situação ímpar para a problemática com a qual iniciei este capítulo, uma vez que a historiadora pública repete a mesma travessia que a etnógrafa: ela vai a campo, vai em direção ao outro. Nesse processo, está posto o risco dos arsenais ontoepistemológicos da racialidade atravessarem a prática da historiadora. Com isso, a mobilização da historicidade²⁴¹ no campo posiciona a outra racializada diante da morte (da obliteração): ela está perante o ataque racial; está perante a dívida; está perante o silenciamento. Essas estratégias de explicação sócio-histórica, como escreve Denise Ferreira da Silva,²⁴² posicionam o outro racializado em marcha para a morte: a temporalização do ser negro o coloca frente ao seu desaparecimento (o pós-racial, o hibridismo, a miscigenação, a diversidade multicultural).²⁴³

²⁴¹ Entendo por essa “mobilização” duas formulações distintas na historiografia: a historicista (todos os povos estão na História, possuem Histórias, estão perante o tempo) e a relativista (todos possuem algo equivalente ou análogo à História, podem ser explicados por descritores temporais e espaciais, como na etnografia da historicidade).

²⁴² SILVA, op.cit., 2022. Proponho contrapor a explicação histórica com as contra-explicações da comunidade (local) prontista, demonstrando que o risco da mobilização das ferramentas da historicidade, na História Pública ou na etnografia, é a obliteração, o desaparecimento do outro.

²⁴³ O historiador Fernando Baldráia trabalhou em sua tese de doutorado a historiografia brasileira da escravidão e a repetição de modelos explicativos que posicionam o racializado em categorias de atraso temporal. Embora não se utilize da filosofia de Silva, sua argumentação se aproxima da abordagem da

Minhas interlocuções em campo demonstraram que essa lógica da obliteração é percebida, evidenciada e contra-argumentada pelo movimento clubista e pelo Satélite Prontidão. A proposição de produzir conhecimento histórico nativo do Memorial da ASP e demais CSNs não vem de valores essencialistas sobre a cultura negra, (geralmente denunciados pelos críticos como uma intransigência ou inconformação com o tempo histórico)²⁴⁴ mas de uma imposição da opacidade contra os dispositivos de esquecimento ou silenciamento. Além disso, só consegui fazer essa leitura quando presenciei Karla respondendo efusivamente a uma técnica do IPHAE, que pedia em tom professoral que a plateia de clubistas negros encaixasse suas múltiplas existências em categorias predefinidas pela política de patrimônio do Estado: “nós sabemos quem somos!”.²⁴⁵

As implicações do reconhecimento com a esfera pública atravessam também a relação com os governos municipais e estaduais. A ASP é considerada utilidade pública por Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, pela lei 7425/94²⁴⁶ e pelo decreto-lei 36374/95.²⁴⁷ Em 2009, no contexto construído pelo movimento clubista e provavelmente buscando maior proteção em relação à sua memória, o Prontidão conquistou o título por parte do governo estadual de patrimônio histórico e cultural.²⁴⁸ Não posso afirmar ao certo a situação que incentivou cada um desses processos de titulação pelos poderes públicos. No entanto, nos meus trabalhos do Memorial da ASP, pude averiguar que nenhum desses dispositivos legais favorece uma proteção, reversão ou reparação do silenciamento racial da ASP. O reconhecimento como patrimônio pelo legislativo estadual não oferece os mesmos dispositivos que o processo de tombamento na autarquia federal do IPHAN, ou estadual, do IPHAE. Há

analítica da racialidade e demonstra a lógica da obliteração na explicação sócio-histórica. Ver BALDRAIA, op. cit., 2017.

²⁴⁴ Para uma discussão sobre tempo no essencialismo e anti-essencialismo, ver o capítulo seis do clássico *the Black Atlantic*. GILROY, op. cit., 2012 [1993]. Ver também o terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado. GONZAGA, op. cit., 2020.

²⁴⁵ Reproduzo essa fala de memória, não podendo afirmar a literalmente. Ela ocorreu durante o Seminário Internacional Clubes Sociais Negros, realizado pela UFRGS, em 24 de novembro de 2022.

²⁴⁶ PORTO ALEGRE. Lei Nº 7425, de 10 de maio de 1994. Declara de Utilidade Pública a Associação Satélite Prontidão.

²⁴⁷ O decreto inscreveu a Associação Satélite Prontidão no livro especial de entidades de utilidade pública, regulado pelo Decreto 1130 de 1949. RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 1130, de 24 de julho de 1949. Estabelece condições para reconhecimento de sociedades de utilidade pública.

²⁴⁸ O projeto de lei foi do então deputado estadual Raul Carrion, filiado ao PCdoB. No projeto apresentado em 2007, o deputado dispõe de um longo histórico da ASP, destacando seus serviços de assistência social e de promoção da igualdade racial. RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 13.183, de 23 de junho de 2009. Declara a Associação Satélite Prontidão integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

nesse dilema burocrático os instrumentos de cansaço e fadiga do Estado,²⁴⁹ uma dimensão da necropolítica²⁵⁰ estendida à memória negra em que se espera (e se deseja) passivamente que o arquivo negro caia no esquecimento para que se apague a contraparte da dívida, conforme o presidente Richard desvelou em sua elaboração.

A cena do reconhecimento mais evidenciada no acervo da ASP é o conjunto de imagens do Troféu Zumbi dos Palmares. Novamente, trata-se também de um evento fotográfico que compõe o arquivo negro prontista. Segundo Azoulay, esses eventos superam a materialidade das imagens, ainda que dependente das operações tecnológicas. Trata-se de pensar na composição do campo fenomenológico (da inscrição) da memória, de modo que independe da presença de uma máquina, como já enfatizei. O evento “[...] controla que tipos de coisas são ignoradas, superadas e tornadas irrelevantes para que o obturador da câmera funcione e para que uma fotografia seja tirada e seu significado aceito. O que é suprimido e tornado irrelevante é extirpado pelo obturador.”²⁵¹

A premiação do Troféu Zumbi foi criada em 1988, em meio às (des)comemorações do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Nesse contexto, o movimento negro no Rio Grande do Sul denunciava as limitações do projeto de emancipação em toda história republicana brasileira. Oliveira Silveira, poeta e intelectual afro-gaúcho, também um dos nomes à frente do movimento dos CSNs, liderou o Grupo Palmares e sugeriu a mudança das comemorações da liberdade para o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi.²⁵² Avistando esse cenário, a diretoria prontista que tinha José Anerom como presidente criou a premiação destinada a personalidades negras com serviços e obras destacadas em benefício de toda comunidade negra²⁵³. Tradicionalmente, o Troféu passou a ser entregue na Semana da Consciência Negra (terceira semana de novembro), instituída pelos novos palmarinos. Em 1991, a ASP encomendou uma estatueta em referência a Zumbi feita pelo artista plástico Américo Souza. O boneco se tornou popular entre o público pela distinta beleza

²⁴⁹ Evidenciado por Almeida em sua etnografia das comunidades quilombolas. ALMEIDA, op. cit., 2022.

²⁵⁰ Um contrapondo ao conceito de biopolítica de Michel Foucault elaborado por Achille Mbembe. Pensado originalmente para o contexto da África pós-colonial, a necropolítica define a soberania de governos pela gestão da morte e espaços de desumanização (ou infrahumanidade, usando o vocabulário de Paul Gilroy). MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018. Para infrahumanidade, ver GILROY, Paul. **Entre Campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

²⁵¹ AZOULAY, op.cit., 2024, p. 18.

²⁵² Agradeço ao estimado poeta Ronald Augusto pelas conversas sobre Oliveira Silveira.

²⁵³ Documentos do acervo da ASP, pesquisados por Ana Aguilhera, indicam a possibilidade do Troféu Zumbi ter sido proposto anos antes por um grupo de jovens prontistas. Porém, essa informação carece de mais pesquisas.

e criatividade. Nos boletins informativos da ASP, impressos e distribuídos pela entidade às associadas, encontro informações que dialogam com a comunidade negra. O artista, falando sobre suas inspirações para a escultura, diz: “no rosto, há traços marcantes da nossa negritude. [...] E, finalmente, os pés manifestam, em plenitude, a firmeza, o apego e o amor à terra de onde tiramos o nosso sustento.”²⁵⁴

²⁵⁴ Boletim Informativo da ASP, ano 4, novembro de 1999, n.º 37. Acervo da ASP. Os boletins eram produzidos, impressos e, muitas vezes, distribuídos por Eloy Dias dos Anjos, ex-presidente e um dos prontistas mais antigos da entidade. Seu Eloy participou do Café com Memórias e doou para o acervo da ASP muitos exemplares dos boletins que estavam em seu acervo pessoal.



Figura 17 - Imagem da Estatueta do Troféu Zumbi.²⁵⁵

AMOR À TERRA

Américo Souza, artista plástico que, com muito talento, concebeu a bela escultura em madeira do Troféu Zumbi, afirma que o mesmo expressa a figura de um guerreiro cuja cabeça - grande e brilhante - representa a força física e espiritual do negro. No rosto, há traços marcantes da nossa negritude. No olhar, a esperança de uma etnia que ainda espera conquistar o seu espaço. No peito do guerreiro, percebe-se a resistência da raça negra que não fraqueja diante das dificuldades. E, finalmente, os pés - conclui Américo - manifestam, em plenitude, a firmeza, o apego e o amor à terra de onde tiramos o nosso sustento.

Figura 18 - Boletim Informativo da ASP, 1999.²⁵⁶

²⁵⁵ Acervo da ASP.

²⁵⁶ Boletim Informativo da ASP, ano 4, novembro de 1999, n.º 37. Acervo da ASP.

Entre idas e vindas, o Troféu Zumbi segue presente no calendário da Satélite Prontidão, sendo um dos principais artifícios de comunicação com a comunidade negra, da qual Richard descola o clube e o significa como um equipamento, um terreno. No acervo da ASP, há um conjunto extenso de imagens e materiais derivados (ofícios, folhetins, cartas) das solenidades de entrega do prêmio. O Memorial da ASP, orientado pela prof.^a Karla, digitalizou e categorizou todos os registros preservados dos eventos. São 17 edições entre os anos 1990 e a primeira década de 2000.²⁵⁷ Nessas cenas de poses para fotos e cartas trocadas, encontra-se mais uma vez a questão do reconhecimento mediada pelas imagens de raça e gênero.

No geral, são homens negros que vejo à frente da distinção do Troféu Zumbi, como diretores ou presidentes, e que debatiam entre si as melhores indicações, considerando as estratégias de visibilidade da instituição. Essa mobilidade da imagem negra é presente nos boletins e nos recortes do acervo. Muitas vezes, há referências à negritude enquanto etnia, que ora significa a história negra e diaspórica, em relação às heranças de África e da presença no Brasil, ora aparece como uma trama familiar, de famílias negras ou mesmo da “família prontista”. Porém, não me apressaria em categorizar a ASP por uma redução patriarcal — embora esse seja um viés presente na crítica feminista negra à política de raça.²⁵⁸ Há uma boa proporção entre homens e mulheres premiadas com a maior distinção do Prontidão, tendo as mulheres uma pequena vantagem. Além disso, a visibilidade feminina não é constrangida em imagens de controle, a exemplo da “mãe negra” e sua vinculação direta com o afeto. Uma vez que o Troféu Zumbi se comunica com o público externo, em especial a comunidade negra, as mulheres são reconhecidas por seus trabalhos políticos e sociais. Elas participam da diretoria, indicam nomes para a condecoração e debatem os rumos do clube nos ofícios. Entre as vencedoras do Troféu, há posições diversas para as mulheres: professoras, escritoras, ativistas, prontistas e mesmo esportistas (referência à Daiane dos Santos, premiada em 2003). Nessas cenas, existem ecos do que chamei anteriormente de feminização do arquivo negro, uma vez que é possível afirmar que as mulheres negras se tornaram guardiãs da memória.²⁵⁹

²⁵⁷ A digitalização conta com um documento que analisa as pastas do acervo, organizadas em ordem temporal, facilitando a pesquisa e minha observação.

²⁵⁸ KILOMBA, op. cit., 2019.

²⁵⁹ Antecipo que não afirmo não haver efeitos do controle sexual e de gênero, mas que esses dispositivos masculinos concorrem com outros desenvolvimentos no local. Além disso, homens também se tornaram guardiões da memória, porém, o arquivo negro continua descrito por valores de cuidado e afeto, valores (inicialmente) vinculados ao campo feminino.

Me chamou atenção a solenidade lindíssima do Troféu Zumbi de 1995 concedido à Stela Carvalho Costa, durante a diretoria presidida por Luiz Alberto da Costa Chaves. Stela é descrita por um dos ofícios do evento como um “exemplo de vida”, dedicada à Associação Satélite Prontidão. Como conta o texto redigido pelo presidente à época, Stela ingressou na Sociedade Prontidão em 1929, com 15 anos, e iniciou sua vida associativista. Ela participou, juntamente com o marido João Costa, da fusão das entidades em 1956, que fez surgir a ASP. Também é destacada a trajetória de Stela no grupo das Vanguardistas Prontistas, ainda no antigo Prontidão, um grupo que realizava eventos para arrecadar fundos. Com o fim das Vanguardistas, Stela fundou o departamento feminino, demonstrando a atenção constante à imagem das mulheres negras. Além disso, ela também foi reconhecida por seu trabalho de alfabetização das crianças na Cidade Baixa, conhecido território negro, um bairro de concentração de população negra e descendentes de africanos naquele período.

Há, no acervo da ASP, muitos materiais produzidos por Stela. Em 1995, ela foi homenageada, entre tantos feitos, pela sua memória: “dona de uma memória invejável ainda aos 81 anos, Dona Stela nos conta fatos que permitem a reconstituição da história da própria sociedade”, diz o texto. Isso demonstra que nos anos 90 as mulheres prontistas já eram reconhecidas por seus papéis de compositoras da comunidade e de espaços seguros. Além disso, a feminização do arquivo negro efetuou uma transformação discursiva na qual a Associação Satélite Prontidão (ASP) foi significada pelo zelo, cuidado e acolhimento da vida negra. Consciente das imagens de captura racial, o Troféu Zumbi produz visibilidades que instituíram a opacidade e deslocaram a vida negra da precariedade e dos espaços de morte social.

No dia 4 de dezembro de 2022, presenciei a entrega do Troféu Zumbi. Outra senhora prontista foi premiada e reconhecida pelos seus serviços para a comunidade negra e para o Satélite Prontidão: Maria dos Santos Caetano.²⁶⁰ Ao meu redor, eram mulheres negras que construíam o evento, a cena e a imagem. A rainha e a princesa foram condecoradas naquela ocasião. Meses depois, quando estudava o acervo, tive a impressão de que os eventos se repetiam, como uma espécie de luz negra que a ASP arremessou para o passado.

²⁶⁰ O prêmio também foi reconhecido in memoriam ao seu marido, Juvelino Nunes Caetano. Ver postagem na rede social da ASP.

TROFÉU ZUMBI DOS PALMARE ANO DE 1995

Stela Carvalho Costa

No ano de 1995, gestão de Luiz Alberto da Costa Chaves como presidente da Associação Satélite-Prontidão foi escolhida para receber o Troféu Zumbi dos Palmares a Senhora Stela Carvalho Costa.

Esta láurea foi concedida a Dona Stela como prêmio justo por seu expressivo trabalho voltado ao bem e ao desenvolvimento social e pela linda história de vida que ela, com muita dignidade escreveu, associando ingredientes de alto valor moral como a sinceridade, a amizade, o dinamismo o altruísmo e o espírito construtivo.

Dona Stela entrou para o convívio da Sociedade Prontidão no dia 15 de novembro de 1929, quando completava 15 anos de idade e ocasião em que participava do seu primeiro baile na sede social do Clube que ficava situada a Rua General Lima e Silva nº 677. A partir daí, integrou-se ao Grupo Feminino das Vanguardistas Prontistas, do qual foi presidenta, secretária, tesoureira, conselheira e grande colaboradora a exemplo de sua mãe Dona Ercília Carvalho que organizava Chás pra angariar fundos em benefício da Sociedade.

Quando o Grupo das Vanguardistas encerrou suas atividades, Dona Stela e outras companheiras fundaram o Departamento Feminino, uma instituição que se mantém até hoje emprestando ajuda aos outros departamentos e um suporte precioso as administrações.

Dona de uma memória invejável ainda aos 81 anos, Dona Stela nos conta fatos que permitem a reconstituição da história da própria sociedade, especialmente porque ela junto com seu falecido esposo João Costa, que exerceu vários cargos na diretoria, inclusive de tesoureiro, participou como secretária nas reuniões que deram origem ao nascimento da atual Associação Satélite-Prontidão em 1956, resultado da fusão da Sociedade Satélite Portoalegrense e da Sociedade Carnavalesca Prontidão.

Hoje, passados 66 anos e Dona Stela se mantém ativa participando com grande intensidade das atividades importantes realizadas pela Associação, valorizando e destacando com muita ênfase as produções sociais, culturais e filantrópicas, comparando-as com as que eram realizadas em sua época e manifestando profunda satisfação pela Associação conservar ainda um projeto educacional, lembrando que ela e outras senhoras amigas, por longo tempo realizaram o trabalho de alfabetização das crianças que moravam no entorno da sociedade na Cidade Baixa, tarefa que era realizada no pátio da sede social.

Considerada um exemplo de vida Dona Stela recebe hoje, da Associação Satélite-Prontidão o Troféu Zumbi de 1995.

Figura 19 - Ofício “Troféu Zumbi dos Palmares ano de 1995”.²⁶¹

²⁶¹ Acervo da ASP



Figura 20 - Dona Stela discursa durante solenidade do Troféu Zumbi de 1995.²⁶²



Figura 21 - Entrega do Troféu Zumbi a Dona Stela.²⁶³

²⁶² Acervo da ASP.

²⁶³ Acervo da ASP.



Figura 22 - Boletim Informativo da ASP, 1998.²⁶⁴



Figura 23 - Premiação de Maria da Graça, 1998.²⁶⁵

²⁶⁴ Boletim Informativo da ASP, ano 3, novembro de 1998, n.º 24. Acervo da ASP.

²⁶⁵ Maria da Graça (centro) recebe a premiação de Elói Dos Angelos (direita), em 1998. Acervo da ASP.

4. Conclusão: a inocência do pesquisador branco²⁶⁶

Há uma enorme e desnecessária polêmica em torno da branquitude nos últimos anos, e isso tudo serviu para remontar o âmago narcísico da questão racial no Brasil. Dessa vez, o significante predominante na cena política e no mercado da diversidade multicultural é a culpa branca, um desvio estratégico e por décadas denunciado por intelectuais negras.²⁶⁷ Após ter “descoberto” a fundação violenta do direito moderno pós-iluminista e do capital, a subjetividade branca aparenta ter se refugiado na culpa, em uma alegada inocência em relação aos crimes históricos cometidos contra os outros racializados. Essa posição esconde a operação racial analisada por Frantz Fanon em que não somente o branco produziu o (significante) “negro”, mas, igualmente, o branco precisa do negro para dar conta da sua existência (como se a existência do negro protegesse o branco da angústia).²⁶⁸ O branco nomeia, categoriza, ordena, hierarquiza: quer fixar o negro. É o branco que quer trazer o negro à existência, diz Fanon, levando-o à condição neurótica de um complexo de autoridade.²⁶⁹ A culpa protege a pessoa branca desse reconhecimento sobre si. Disso deriva um mercado de diversidade que alimenta os indivíduos com as narrativas de sofrimento ou superação da questão racial: geralmente, o olhar branco é reificado ao situar a produção da pessoa negra na ferida originária da escravidão, na falta da miséria e da desigualdade social. Ao invés de avanços, assistimos à reprodução da branquitude nos termos da inocência.

Recupero o termo inocência da discussão sobre a História Pública com a qual construí a abertura deste capítulo. Nesse caso, minha questão norteadora se modificou levemente: como não (re)produzir a inocência nos trabalhos com História e Memória nos CSNs? Com isso, quero dizer: como não reificar a branquitude na pesquisa sobre espaços negros? Integro essa discussão, uma vez que, ela permite uma revisão do meu

²⁶⁶ Não poderia escrever sobre isso sem a ajuda da didática de Marcus Vinícius Rosa, que lecionou uma disciplina sobre o tema na UFRGS em 2020.

²⁶⁷ James Baldwin denuncia a posição de culpa do americano branco que se nega a encarar a brutalidade da história estadunidense. Não ver, não encarar a vergonha, é a principal posição passiva do culpado. BALDWIN, James. *The white man's guilt*. In: BALDWIN, James. **Collected essays**. New York: Library of America, 1998.

²⁶⁸ Se apoiando em Jared Sexton, Frank Wilderson chama essa dinâmica de economia libidinal. WILDERSON, op. cit., 2020.

²⁶⁹ FANON, op. cit., 2020, p. 111–113. Lourenço Cardoso se apoia em Fanon em sua pesquisa sobre a situação do pesquisador branco diante da escrita científica dos outros racializados, antes considerados objetos das ciências humanas. Me apoiei em Cardoso em boa parte das reflexões que fiz sobre minha posição enquanto pesquisador branco em espaço negro. CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 290f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2014.

desenvolvimento anterior, indicando principalmente seus limites, componente crucial para a operação do conhecimento histórico com os públicos.

Minha resposta, considerando minha situação como pesquisador branco, é que a opacidade deve ser preservada enquanto significante e significado da historicidade, do arquivo e da memória negra. A opacidade impede a operação da historicidade (como definida pela filosofia pós-iluminista) de trazer o outro racializado à transparência (a existir em um tempo e espaço derivados de um evento racial)²⁷⁰ e com isso à compreensão da ontoepistemologia moderna. Para Denise Ferreira da Silva, é esse dispositivo que permite que o sujeito ocidental continue operando e explicando a morte negra enquanto *telos* natural da história da humanidade.²⁷¹ Seja pela culpa, seja pela autoridade, o pesquisador branco pode (re)ativar a transparência na vida negra. A opacidade configura, assim, um limite para a historicidade.

As pesquisas sobre branquitude vêm crescendo nos últimos anos e colocando, na agenda antirracista, a marcação de pessoas brancas em espaços de poder, entre as universidades e demais lugares de produção de conhecimento. É realmente surpreendente que essa brancura tenha sido por anos invisibilizada mesmo no campo dos estudos das relações étnico-raciais, um efeito latente do que a professora Cida Bento chama de pacto narcísico.²⁷² As pesquisadoras da branquitude, no Brasil, evitam confundir a branquitude com o indivíduo, muito embora estejam falando de uma estrutura que modela subjetividades e segrega recursos e privilégios para indivíduos brancos.²⁷³

Tomo inspiração nesses trabalhos para marcar minha posição no interior da ASP, ou seja, dotar este trabalho de um corpo, que se desloca, se alimenta, se relaciona com outros corpos nos campos nos quais a pesquisa está sendo desenvolvida. Se fiz com que esse corpo fosse ausente nesta escrita (espero que não tenha acontecido), foi por incompetência minha como autor e não pelo meu objeto ter sido construído por outras coisas que não a relação de estar com minhas companheiras, de dividir com elas interesses de pesquisa e conhecimento (além, obviamente, de estar com elas sem compartilhar nenhum interesse). Nesta pesquisa, importa tanto os momentos de

²⁷⁰ Me refiro à crítica de Silva à ontoepistemologia moderna, ao descritor da historicidade. A historicidade se utiliza de algumas ferramentas da analítica da racialidade para construir seu objeto, entre as quais a separabilidade, a sequencialidade e a determinabilidade. SILVA, op. cit., 2022.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

²⁷³ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 160f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

aprofundamento no arquivo negro do Satélite Prontidão e os adensamentos da teoria, quanto as pausas para o café, os almoços na companhia das minhas companheiras, o trabalho físico de carregar, limpar e organizar nossos ambientes, dos deslocamentos, da comunicação, etc. Encontro os atravessamentos óbvios da minha brancura na experiência de campo (nos fragmentos que possuo dela) e na minha prática no Memorial da ASP. O corpo demarca a branquitude, e também é demarcado por essa. Na ASP, o corpo negro encontra (re)existência, do mesmo modo, o branco ou abdica de sua existência inocente, ou se dilui em meio a convivência prontista. De qualquer forma, penso que é traçando as relações em torno do meu corpo que indico os limites do conhecimento retido neste trabalho.

No início da minha estadia no Satélite Prontidão, fui recebido por Karla como um voluntário nos trabalhos do Memorial. Não estava explícito para mim que a ASP se tornaria parte do meu doutoramento e não houve questionamentos sobre minha branquitude. A questão de pessoas brancas frequentando o Prontidão não é um problema: Karla me respondeu certa vez que o clube negro não segrega, como fazem os clubes brancos.²⁷⁴ Na verdade, como já dito, algumas alianças são comemoradas, como em imagens de políticos e intelectuais brancos. Outras presenças, nesse sentido, aparecem longe do campo de interesses e alianças políticas, a exemplo de familiares e amigas de prontistas, pessoas brancas que efetivamente conviveram e construíram suas relações em CSNs.

Indo além dessa observação de campo, na vida social da ASP, Jane Mattos, historiadora branca do pós-abolição no Rio Grande do Sul, me contou recentemente (no ano de 2024) ter reconhecido que Dona Cecília, proprietária da casa onde foi fundado o Bloco Carnavalesco Prontidão, era uma mulher branca. Fazer a pergunta sobre a presença branca no Prontidão, ou nos CSNs, pode parecer estranho e deslocado. Mas essa não é a mesma situação de alguém no interior do clube produzindo conhecimento e escrevendo sobre os trabalhos sobre a memória negra. Em boa parte da minha estadia, as alianças foram necessárias, sendo preciso deixar claro alguns interesses: Karla e Richard me falaram que seria preciso trabalhar em favor do Satélite Prontidão, que eu deveria reverter os ganhos acadêmicos em transformações na vida da instituição; por outro lado, abri para eles meus objetivos de integrar a ASP na minha pesquisa de doutoramento. Assim, uma troca se estabeleceu. Naquele momento, em 2022, não havia passado pela banca de qualificação do meu trabalho, e assim a ASP ainda não havia

²⁷⁴ Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

tomado o centro das reflexões teóricas que desenvolvia em paralelo às atividades do Memorial. Essa separação em certo momento se tornou incompreensível. Quando revisei minhas anotações, percebi que aquilo que escrevia para cadeiras na universidade já estava sendo informado pelas demandas locais do Memorial. Pensar, sentir e agir, no saber etnográfico, caminham lado a lado: ao fim, é o etnógrafo reeducado pelos “nativos”.

Karla era a embaixadora do Memorial, intermediando nossas comunicações, representando nosso objetivo de “contar a própria história”.²⁷⁵ Essas relações serviam para neutralizar minha brancura. Contar a própria história, nesse sentido, não significou evitar minha participação na elaboração do trabalho com a memória prontista. Minhas colaborações em todos os sentidos eram bem recebidas e requisitadas no grupo do Memorial. O “próprio”, nesse caso, remete a valores locais, a uma localidade que deseja se expressar não pela autenticidade (uma vez que compartilha com outros CSNs esses valores), mas como irredutível a qualquer outro objeto — um clube negro não é um ente genérico e não é substituível por outros espaços análogos. O “próprio” expressa, assim, a prioridade do conhecimento desenvolvido no Memorial, além de ser, principalmente, um desafio epistemológico para a nossa equipe de trabalho. Isso nos levou a questões e improvisações conceituais, a uma teorização que respondeu à existência prontista.

O risco identificado na branquitude é, na verdade, que a sua operação de poder (de categorizar, hierarquizar, classificar) possa eclipsar essa irredutibilidade da vida prontista (nos termos de Azoulay, que imponha um campo fenomenal às pessoas, objetos e acontecimentos). A ASP responde a essa vontade (à minha vontade) a fim de frear a analítica da racialidade que quer a situar diante da morte.

O momento mais significativo dessa cena que descrevo ocorreu meses após o período de trabalho que narro neste capítulo. Após escrever uma pequena apresentação para um evento acadêmico sobre o Memorial, disponível em um blog pessoal,²⁷⁶ uma jovem prontista me enviou mensagens pelo celular criticando minha escrita, em especial em um momento em que cito uma fala da juventude sobre conflitos geracionais.²⁷⁷ Nos

²⁷⁵ Reproduzo a fala de Karla identificada em vários momentos, em entrevista, apresentações sobre o Memorial e em períodos de convivência.

²⁷⁶ Me refiro ao texto apresentado no IV EPETH, disponibilizado no meu Medium. Ver <https://medium.com/@gabrielgonzaga/notas-sobre-uma-teoria-situada-a-associa%C3%A7%C3%A3o-sat%C3%A9li> — Acessado em 13 jul. de 2024.

²⁷⁷ Nesse episódio, confesso que escrevi uma citação indireta sobre os depoimentos do Café com Memórias. Não pensei que precisava de autorização para a escrita por não ser uma transcrição literal e por ser um depoimento gravado e arquivado no acervo da ASP. Estava completamente errado sobre isso.

versos da mensagem — embora fosse direta e combativa, a mensagem também era respeitosa — o trecho que mais me impactou dizia: “você jamais será prontista.”

Obviamente, não era a primeira vez que enfrentava questionamentos sobre minha posição enquanto pesquisador branco em espaços negros. Mesmo no Memorial, essa questão aparecia com frequência. Porém, os efeitos dessas mensagens no meu campo etnográfico desdobraram a maioria das conclusões deste capítulo. A solução foi dar um passo atrás e encarar minhas experiências a partir da presença do corpo. Quer discordasse das acusações ou não, era preciso considerar que a ASP sempre impôs limites à minha compreensão. Embora uma pessoa branca possa se associar ou não ao clube, as lógicas que operam esse espaço permanecem, uma vez que sua opacidade é preservada. Essa opacidade não é um empecilho à vivência com o outro, como diz Édouard Glissant: “não preciso ‘compreendê-lo’ para me solidarizar com ele, para construir com ele, pra amar o que ele faz. Não preciso tornar-me o outro (adivinhar o outro) nem ‘fazê-lo’ à minha imagem”.²⁷⁸ Dessa vivência extraí exatamente o conhecimento da opacidade.

Guiei-me neste capítulo pela questão: como trabalhar com a história e a memória de um clube social negro (CSN)? Essa problemática foi desenvolvida pela crítica à História Pública e à inocência do historiador branco, que teoriza sua prática longe de espaços-limite de desumanização racial. Porém, não pude permanecer na inocência, e passei a considerar como crucial a relação do arquivo e da memória negra com o evento racial e o dispositivo da transparência, a operação retida na ontoepistemologia do sujeito moderno ocidental. Respondi à problemática deste capítulo descrevendo as relações por meio das quais o acervo da ASP é composto, analisando-as como operações do arquivo e da memória negra em processos de inscrição material do sujeito. É nesse sentido que me esforcei para demonstrar a feminização do arquivo negro como um processo histórico que (res)significa o Satélite Prontidão por um vocabulário feminino atrelado à ética do cuidado. A memória é construída em um espaço seguro, ela trabalha e apresenta essa segurança a partir do que Karla chamou de potencialização do indivíduo. O exemplo notável são as coroações de princesas e rainhas ao longo de décadas — um evento fotográfico que alimenta o acervo da ASP com registros privilegiados de pessoas negras.

O cuidado e a segurança também são expressos pelas mais jovens do Prontidão, em trechos que destaquei de gravações de testemunhos. A juventude apresenta a relação

²⁷⁸ GLISSANT, op. cit., 2022, p. 223.

intergeracional da memória negra que, evidentemente, organiza o arquivo negro como uma herança. A historicidade dessa herança não necessariamente impõe um futuro ou progresso. Observei um sentido de preservação e resgate estendido à tecnologia das redes digitais, um agente inesperado e controverso nessa cena. Isso ocorre na reprodução dos espaços seguros de rememoração no digital a partir das redes sociais. Repetir a operação do encontro e do reconhecimento mútuo, essencial nos CSNs, nas plataformas, é uma intuição de preservação e de separação do espaço físico com o digital.

Por fim, identifiquei uma terceira relação pertinente na composição do acervo: o reconhecimento nas comunicações externas do Satélite Prontidão. Isso ocorre tanto diante do público branco quanto da comunidade negra — para quem a ASP se apresenta como um equipamento que não se amalgama com o território, recorrendo aos termos utilizados pelo presidente Richard. O Troféu Zumbi, premiação entregue pela ASP para personalidades gaúchas negras, é a cena em que essa dinâmica de reconhecimento se amplificada. Nos documentos do Troféu, observei os cruzamentos entre gênero e raça na marcação das imagens fotográficas, pertinentes em toda a história do clube.

Em todos esses casos, divididos nas seções anteriores, esforcei-me para recuperar as operações do arquivo e da memória negra da ASP, em resposta à situação problemática que enfrentei entre 2021 e 2022 no trabalho do Memorial da ASP. Em meio às ansiedades com um possível leilão da sede do clube, por conta da dívida com o poder público, a Associação Satélite Prontidão (ASP) enfrentava um cenário no qual a historicidade a colocava sempre-já diante da morte, do silenciamento e do esquecimento. O Prontidão enfrentou um cenário em que pairava a obsolescência dos CSNs diante de outros espaços negros compostos pelo mercado da diversidade multicultural. Além disso, a Covid-19 ajudava a reforçar a percepção do inevitável apagamento dos clubes negros pelo seu desajuste com o presente. O Memorial da ASP trabalhou, então, outra abordagem da historicidade, significando-a pela opacidade, por aquilo que não se reduz ao arsenal analítico da ontoepistemologia moderna. O Memorial, com isso, afirmava que o clube não é um museu, que a história é vivida, e para isso o conhecimento precisa ser inventado em consonância com a existência prontista. Tendo que responder ao vocabulário do progresso e da novidade, a ASP operou uma temporalidade ancestral, que tenta reverter a flecha do tempo do evento racial. No próximo capítulo, escrevo sobre a invenção que norteou um novo período no campo etnográfico.



Figura 24 - Dia de trabalho no Memorial da ASP, 2022.²⁷⁹



Figura 25 - Logo do Memorial da ASP.²⁸⁰

²⁷⁹ À esquerda, a historiadora Jane e eu. À direita, Vanessa, bolsista do IFRS, e a professora Karla. Mais adiante, presidente Richard. Do autor.

²⁸⁰ Acervo da ASP.

Capítulo 2

CLUBES SOCIAIS NEGROS, TECNOLOGIAS QUILOMBOLAS: RETOMANDO O DEBATE CONCEITUAL²⁸¹

Dava ciência a Exu sobre meu desejo de viver e o incumbia de levar a mensagem a quem de direito; a Ogum prestava reverência, declarava e demonstrava domínio sobre a situação de guerra que nos sufocava (não conseguíamos respirar); na presença dele me motivava a lançar mão das tecnologias ancestrais de sobrevivência e produção de infinitos, herdadas dos que vieram antes de nós e nos trouxeram até aqui.

Cidinha da Silva²⁸²

Bolaremos o melhor plano
E tudo isso deles que na verdade é nosso
Será retomado

DaNova²⁸³

Palmares não é Palmares,
Palmares é Angola Janga.
Nem é só Zumbi ou Ganga
Zumba, senhores. Palmares
não é só um, são milhares

Oliveira Silveira²⁸⁴

1. Introdução

Em 2021, quando conheci Karla dos Santos Guterres Alves e Richard Evandro Guterres Alves, havia começado a estudar história e filosofia da técnica como integrante

²⁸¹ Este capítulo foi construído a partir da reelaboração do material etnográfico trabalhado na Associação Satélite Prontidão (ASP) nos anos de 2022 e 2023. Em setembro de 2022, redigi juntamente com a professora Karla dos Santos Guterres Alves o projeto intitulado “Clubes Sociais Negros como Tecnologias Quilombolas: o caso da Associação Satélite Prontidão”, submetido ao Programa Ancestralidade de Valorização à Pesquisa, contemplado com uma verba destinada para o Memorial da ASP. Incorporei parte desse projeto neste capítulo. Ver <https://www.ancestralidades.org.br/noticias/Conheca-os-projetos-selecionados-no-Programa-Ancestralidade-de-Valorizacao-a-Pesquisa-2022> — Acesso em: 18 jul. 2024. A elaboração teórica sobre o cruzamento entre memória e técnica, repaginada nesta tese, foi primeiro desenvolvida com Alex Sandro Malaquias, a quem deixo meus sinceros agradecimentos. Juntos, publicamos nosso estudo na Revista Interação, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ver GONZAGA, Gabriel.; SILVA, Alex Sandro Malaquias da. Cosmotécnica como Cosmopolítica da Memória: uma proposta analítica a partir da obra de Yuk Hui. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 1, p. 314–330, 2024. Também escrevi a respeito para os anais do Seminário Internacional. Clubes Sociais Negros, organizado pela Sociedade Floresta Aurora e a UFRGS. GONZAGA, Gabriel. **Clubes Sociais Negros, Tecnologias Quilombolas**: retomando o debate conceitual. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025a. Cap.7

²⁸² SILVA, Cidinha da. **Tecnologias ancestrais de produção de infinitos**. Goiânia: Martelo, 2022.

²⁸³ POETAS VIVOS. **Nós**: versos de liberdade e melanina. Escola de Poesia: Porto Alegre, 2021.

²⁸⁴ SILVEIRA, Oliveira. **Obra Reunida**. 2 ed. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2022.

de um grupo de estudos.²⁸⁵ Isso foi antes de redigir um projeto de pesquisa e iniciar uma rodada de tentativas e falhas até ingressar no programa de pós-graduação em História da Unirio (com o nobre interesse na bolsa de pesquisa, para sair da situação de desemprego).²⁸⁶ Desse modo, julgo que o embasamento teórico desenvolvido nas Oficinas de História e Memória na Associação Satélite Prontidão (ASP) deriva tanto de uma questão conjuntural (da Covid-19 e a da expansão imperial das plataformas em dimensões infraindividuais) quanto de um encontro produtivo da minha trajetória com o Memorial da ASP. A questão da tecnologia não era ausente ou de menor importância para a ASP; como descrevi no primeiro capítulo, as redes sociais foram incorporadas na comunicação e na produção da sociabilidade prontista. Essa tarefa está, especialmente, a cargo da juventude, que mobiliza a rememoração dos mais velhos para a composição dos espaços seguros. Nesse cenário, conjuntural, como disse, deve-se pesar a mediação da tecnologia no encontro etnográfico.

Nas Oficinas, tínhamos o objetivo maior de identificar as particularidades do arquivo e da memória negra, a fim de construir uma hermenêutica própria para o acervo da ASP. Nossos estudos esbarraram em problemas sobre as redes sociais, sobre a arquitetura algorítmica e sobre os dilemas dos espaços negros e a travessia entre o analógico e o digital. Nesse percurso, assim compreendo, nos esforçamos para desvelar a realidade técnica envolvida na relacionalidade prontista. Parte desse esforço se tornou concreto em um projeto que escrevi em colaboração com Karla. Esse projeto, corpo genético deste capítulo, é reavivado como memória, mas também como registro de campo e do encontro etnográfico (que, nessas alturas, mais se assemelha a uma amizade). Tomo essa experiência, que talvez a leitora julgue banal e cotidiana (afinal, o que há de tão único e novo em escrever um projeto com uma amiga? Ou ainda: por que

²⁸⁵ O Grupo de Estudos em História e Filosofia da Técnica (GTEC), coordenado por Pedro Telles da Silveira, foi vinculado a Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades (APPH), em Porto Alegre. Divido com meus companheiros os méritos da elaboração teórica, especialmente Pedro Telles e Rafael Moscardi, que compartilharam comigo as árduas leituras de Gilbert Simondon. Também agradeço ao professor Rodrigo Nunes, que, em meio a pandemia da Covid-19, abriu sua disciplina sobre Simondon, ministrada na PUC-Rio, para participação remota.

²⁸⁶ Em 2020, estava desempregado após ser demitido de uma escola particular. Ainda que pese a depressão emocional e financeira, a vivência absurda (do fim do mundo) da pandemia da Covid-19, sobre a qual os dedos travam ao escrever, lembro da experiência das transformações técnicas, da intrusão do digital em novas dimensões do cotidiano, e da minha consciência sobre esse processo (auxiliado pelos estudos no GTEC). Consegui elaborar e introduzir esse tempo em um texto pessoal, utilizado na seleção para o PPGH-Unirio: ver GONZAGA, Gabriel. **Por que fazer um doutorado em História agora?** Reflexões sobre os públicos e os passados, políticas de tempo e a crise da História. Medium, 30 jan. de 2021 — Disponível em: <https://medium.com/@gabrielgonzaga/por-que-fazer-um-doutorado-em-hist%C3%B3ria-agora-24bcd46c07a> — Acesso em 26 jul.2024.

a teoria haveria de ser única e inovadora?), como um relato das potencialidades geradas de um trabalho teórico que efetivamente, a meu ver, se reverteu em um diálogo com a localidade. Isso significou pensar o conhecimento histórico situado.

No entremeio das Oficinas, em junho de 2022, Karla me enviou um edital do Programa Ancestralidade²⁸⁷ visando premiar pesquisas sobre “tecnologias ancestrais afro-brasileiras aplicadas à contemporaneidade”. Apesar de modesto, o recurso oferecido nos auxiliaria na construção do espaço expositivo do Memorial, um sonho antigo de Karla. Estávamos incertos sobre a possibilidade dos Clubes Sociais Negros (CSNs) se encaixarem no vocabulário mobilizado pelo regulamento da premiação. Seguimos conversando e elaborando um plano de continuidade para as Oficinas, voltado a uma análise da relação entre os CSNs e as tecnologias digitais.

Pesquisadora experiente, Karla desenhou um método de pesquisa-ação²⁸⁸ para o projeto, enquanto colaborei com um debate bibliográfico sobre a relação entre racismo, as microagressões e as plataformas, as *Big Techs*. Buscávamos enquadrar os CSNs nesse mosaico, sem os tornar passivos diante das transformações do mundo técnico. Dessas conversas, no transcorrer das Oficinas, surgiu o conceito de tecnologias quilombolas, oferecido como síntese das nossas práticas no Memorial. O resultado positivo da proposta veio apenas no final daquele ano, quando todo o cenário fora transformado repentinamente.

Em 2023, nos pautamos por gerenciar o recurso conquistado e construir o espaço expositivo. Devido ao afastamento de Karla por motivo de saúde, eu e Jane tomamos a frente das atividades de memória do clube e organizamos a abertura oficial do Memorial. Nesse período, nos aproximamos de Richard, que se tornou um companheiro e entusiasta. Neste capítulo, esforço-me para descrever a travessia desses períodos etnográficos no Satélite Prontidão, da passagem e do retorno do campo ao conceito. Isso significa que preciso desdobrar o conceito de tecnologias quilombolas, em que ressoa a discussão sobre o arquivo e a memória negra. Antes de tudo, o conceito estabelece uma fragmentação, arquitetada a partir da analogia entre técnica e memória. Observo e descrevo, em uma primeira instância, a ressonância interna da memória, da relação de percepção (entre figura e fundo) que institui, e na transição do objeto ao conjunto

²⁸⁷ Ver plataforma de apoio à pesquisa negra: <https://www.ancestralidades.org.br/home> — acesso em 27 jun. 2024.

²⁸⁸ A pesquisa-ação, difundida em áreas de ensino e pedagogia, visa pensar os resultados da pesquisa via interesses práticos. Ver THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 13 ed. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). São Paulo: Cortez, 2004.

técnico — ou seja, da ordenação dos CSNs como rede, bem como das demais TQs. Nessa fundamentação, que ocorre na axiomática das tecnologias quilombolas, é possível preservar e resolver o antagonismo entre singularidade e totalidade, que considero uma problemática que perpassa o movimento clubista e sua antítese com a política do patrimônio histórico no Estado.

A segunda baliza, no meu texto, é a preservação da tecnicidade em diferentes escalas, em que se baseia a relação entre indivíduo e instrumento, entre instrumento e objeto, e deste e a rede sociotécnica. É nesse caso que recorro à ideia de quilombo de Maria Beatriz Nascimento, não apenas por se referir ao *continuum* da historicidade negra, mas também por enfatizar a recuperação e produção da imagem e do corpo, e da composição do espaço por um corpo que resiste à flecha do tempo. É a operação que cura e suplementa a carne, acionada e sustentada pelo conhecimento das mulheres negras. As tecnologias quilombolas retomam a opacidade que elegi antes como significante da historicidade. Elas foram inventadas por razões pragmáticas: para desmentir os discursos da história única das políticas de patrimônio do Estado e forçar o reconhecimento da memória em sua totalidade e singularidade; também para promover um conhecimento de rede entre os CSNs, enfatizando um arsenal ontoepistemológico intercambiado entre os clubes; além disso, para defender a opacidade dos CSNs em relação aos conjuntos sociotécnicos, que, ao promover a transparência (concepções homogeneizantes de cultura negra), desmontam as tecnologias quilombolas e as substituem por outros espaços do mundo digital.

Em certa altura do texto, quando analiso os boletins informativos da ASP, utilizo o termo negritude algorítmica para distinguir a sociabilidade do digital e a negritude sobre a qual depõe o arquivo da imprensa negra. Nesse caso, as tecnologias quilombolas promovem uma transdução entre duas realidades:²⁸⁹ uma que (re)existe enquanto vestígio no acervo da ASP, que retém a tecnicidade preta (de improvisação, de composição de uma sociabilidade alternativa); e outra, que resiste ao genocídio da juventude negra e à racialidade das plataformas digitais.

²⁸⁹ Transdução, em termos gerais, significa a transferência de energia de um estado para o outro (de sinal mecânico para elétrico, por exemplo). Nos termos que utilizo neste trabalho, a transdução se distingue do pensamento dedutivo e indutivo, e é central para compreender o comportamento da informação. Para Gilbert Simondon, a transdução equivale à propagação de uma atividade em um domínio, que se estende às regiões e inicia um processo de estruturação. A fim de acompanhar o comportamento transdutivo da informação, Simondon elegeu o pensamento analógico como fundamento. Ver BARTHÉLÉMY, Jean-Hugues. Glossário Simondon. **Cadernos PET-Filosofia**, Trad. Gabriel Pereira Gioppo, Matheus Pedrini; Cezar Maxwel Do Prado. v. 23, n. 1, p. 21–62, 2023, p. 39.

2. Por uma Cosmopolítica da Memória

Há uma conjuntura do qual o conceito de tecnologias quilombolas se aproveita para significar suas operações e tornar suas mediações com as tecnologias digitais inteligíveis: refiro-me ao crescente interesse nos estudos sobre as relações entre técnica, sociedade e cultura, sobre as tecnopolíticas e cosmotécnicas, e o ativismo que enfatiza o viés neocolonial do regime sociotécnico cibernético-digital.²⁹⁰ Em certo sentido, as tecnologias quilombolas respondem a esse cenário, forçando a fragmentação na fenomenologia da memória, tomando a questão da diversidade do mundo técnico como parâmetro. Com esse objetivo, exploro a obra filosófica de Yuk Hui e sua proposta da tecnodiversidade. O argumento que defendo é relativamente simples (talvez um tanto tautológico): a diversidade da memória depende igualmente de uma pluralidade de técnicas que sustentam e operam essas memórias. Nesse sentido, o direito à memória deve se assentar na manutenção de instrumentos, objetos e conjuntos técnicos produzidos por um determinado grupo, preservando não apenas vestígios (materiais e imateriais) contra o tempo, mas os alicerces do mundo construído.

No período desta pesquisa, Yuk Hui²⁹¹ despontou como agitador dos círculos intelectuais, com trabalhos muito bem recebidos pela crítica acadêmica. Houve ecos também nas Américas, como a cosmotécnica ameríndia perspectivista, especulada por ele em conversa com o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro.²⁹² Hui é vinculado à fenomenologia do alemão Martin Heidegger e à filosofia da individuação do francês Gilbert Simondon. Porém, é o também francês Bernard Stiegler, um dos principais incentivadores dos estudos filosóficos em tecnologia na França, o principal influenciador do seu trabalho. Nesta argumentação, desvio-me seguidas vezes pelo

²⁹⁰ Para uma discussão ampla e criteriosa sobre movimentos ativistas que enfatizam esse viés neocolonial, ver PARRA, Henrique Z. M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. In: KLEBA, John; CRUZ, Cristiano; ALVEAR, Celso (Orgs.). **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas**. Vol. 3. Diálogos interdisciplinares e decoloniais. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022, p. 339–394.

²⁹¹ Yuk Hui possui uma formação interdisciplinar, interesses plurais e fragmentados, e uma inserção global nos debates sobre filosofia e técnica. Natural de Hong Kong e fluente em diversos idiomas, Hui se formou em Engenharia da Computação na Universidade de Hong Kong e obteve seu título de Ph.D. em Filosofia na Goldsmith College (Londres, Inglaterra) se especializando em filosofia da tecnologia. Sua trajetória acadêmica engloba estágios de pesquisa na França e na Alemanha, além de ter uma relação próxima com centros de pesquisa em tecnologia na Rússia. Torna-se evidente a razão pela qual Hui nomeia a si como um “pensador nômade”. AZEVEDO, Wagner Fernandes de. **Yuk Hui e a pergunta pela cosmotécnica**. Instituto Humanitas Unisinos, disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602804-yuk-hui-e-a-pergunta-pela-cosmotecnica>> Acesso em: 20 jan. 2021.

²⁹² VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; HUI, Yuk. For a Strategic Primitivism: A Dialogue between Eduardo Viveiros de Castro and Yuk Hui. **Philosophy Today**, Chicago, v. 65, n. 2, p. 391–400, 2021.

pensamento desses filósofos, uma vez que suas obras se cruzam com a constituição da tecnodiversidade. Hui parte dessa herança em particular — a pergunta europeia pela diferença ontológica — e encontra interlocução na antropologia contemporânea, principalmente em Philippe Descolas e Viveiros de Castro.

Sua entrada, porém, é crítica e ambígua: ao mesmo tempo que enxerga no perspectivismo e no multinaturalismo a possibilidade de fragmentação da tecnologia moderna, Hui questiona a antropologia por sua desatenção com a modernidade tecnológica, partindo da tese defendida por Stiegler, na qual a modernidade ocidental é dotada de um “inconsciente tecnológico”.²⁹³ É a quebra desse inconsciente que orienta o movimento de ir além da modernidade: “o processo compreendido como o fim da modernidade, na minha própria conceitualização, se centra na hipótese de que a modernidade é subtendida por um inconsciente tecnológico, e que seu fim é indicado por um tornar-se consciente”.²⁹⁴ A pergunta pela cosmotécnica, uma proposta analítica-filosófica, visa a entrada da técnica como fator decisivo nas principais discussões contemporâneas das humanidades.

As tecnologias quilombolas destacam na obra de Yuk Hui o problema da memória e da historicidade. Para isso, retoma-se a terceira dimensão da memória, a “retenção terciária”, discutida por Stiegler, a fim de compreender quais são as consequências do “evento cosmotécnico”²⁹⁵ para a vida negra e africano-diaspórica. Nesse ínterim, encontro as consequências dessa cosmopolítica na localidade, nos CSNs e no Prontidão (mas escrever isso é me apressar ao tempo, é ignorar o encontro e as conversas com Karla). As tecnologias quilombolas são partes de uma cosmopolítica da memória, uma indagação que ecoa no material etnográfico, que sublinha nele as operações e processos de transdução, a recuperação do fundo das figuras técnicas, as

²⁹³ A ideia de “inconsciente tecnológico” é descrita por Hui como uma síntese dos três volumes de *Technics and Time* de Stiegler e sua ambiciosa desconstrução da categoria de tempo. Para Hui, a modernidade filosófica pode ser caracterizada pela incompreensão dessa “subterrânea” evolução técnica que decompôs e recompôs a humanidade — em outras palavras, “o *Dasein* é um ser técnico que talvez invente técnicas, mas também é condicionado por elas” [tradução livre de “*Dasein* is a technical being who may invent techniques, but is also conditioned by them”]. Esse desentendimento — ou desorientação, nas palavras de Stiegler — possui consequências para a questão da memória e da historicidade, que destaco neste capítulo. HUI, Yuk, **The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechics**, London, UK: Urbanomic, 2016b, p. 228.

²⁹⁴ Tradução livre de “the process that is understood as the end of modernity, in my own conceptualisation, centres on the hypothesis that modernity is subtended by a technological unconsciousness, and that its end is indicated by a becoming conscious”. Ibid., p. 228.

²⁹⁵ “Evento cosmotécnico” é como Hui chama a reinscrição da tecnologia moderna em suas correspondentes tecnicidades e localidades. Esse termo é particularmente trabalhado em um ensaio que escreveu após a morte de Bernard Stiegler. HUI, Yuk. For a Cosmotechical Event: In Honor of Don Ihde and Bernard Stiegler. In: MILLER, Glen; SHEW, Ashley (Orgs.), **Reimagining Philosophy and Technology, Reinventing Ihde**. Cham: Springer International Publishing, 2020b, v. 33, p. 87–102.

mediações entre o analógico e o digital, e retorna à axiomática do conceito, que visa uma expansão em rede, ao mesmo tempo que preserva a tecnicidade própria da memória negra e clubista local.

2.1 Técnica e Memória

Antes de tudo, determino o espaço analítico no qual a técnica e a memória se encontram, e como essa convergência destaca uma dimensão frequentemente ignorada pela teoria da memória social. Contudo, contornar uma definição de técnica não é uma tarefa fácil, de modo que é mais coerente sombrear uma concepção e, mais adiante, a preencher pela crítica de Hui à cibernética e aos objetos digitais. A tecnologia moderna é o alvo da crítica política do filósofo, e talvez outras possíveis interpretações de técnica, presentes em seus trabalhos, são silenciadas neste capítulo em favor de um argumento. Com essa redução, destaco a questão da tecnodiversidade como um movimento de fragmentação dos saberes técnicos em reação à sincronização pelas tecnologias cibernético-digitais contemporâneas.

The Question Concerning Technology in China é a principal contribuição de Hui à proposição cosmotécnica.²⁹⁶ Nessa monografia, o autor enfatiza que o problema da técnica se encontra na maneira como a filosofia europeia a define. Sua origem remete ao mito de Prometeu, titã que roubou o fogo do Olimpo e o entregou aos humanos. Embora Hui trabalhe interlocuções entre a filosofia europeia e a chinesa, ele é taxativo ao afirmar que o prometeísmo não é presente na origem da técnica na tradição oriental. De tal modo, caso o mesmo princípio prometeico fosse seguido no pensamento chinês, não seria possível encontrar uma formulação da técnica. Essa hipótese orienta a investigação de Hui: “essa é a minha hipótese, que talvez pareça bastante surpreendente para alguns leitores: na China, técnica no sentido que entendemos hoje — ou ao menos como é definida por certos filósofos europeus — nunca existiu.”²⁹⁷

Não é possível fixar uma concepção de técnica — nem neste capítulo, nem para o desenvolvimento conceitual e prático deste trabalho. Minha opção, seguindo Gilbert

²⁹⁶ Chamo de “proposição” em alusão à “proposição cosmopolítica” de Isabelle Stengers. O termo enfatiza o que efetivamente Yuk Hui propõe: a formalização de uma agenda política de investigações que, entre outras coisas, quebra com o discurso eurocentrado sobre a tecnologia e o antropocentrismo interpretativo que separa técnica e cultura. Ver STENGERS, Isabelle, A proposição cosmopolítica, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442–464, 2018 e HUI, op. cit., 2020.

²⁹⁷ Tradução livre de “here is my hypothesis, one which may appear rather surprising to some readers: in China, technics in the sense we understand it today—or at least as it is defined by certain European philosophers — never existed”. HUI, op. cit., 2016B, p. 28.

Simondon, é abordar a tecnicidade, termo que remete ao processo de individuação²⁹⁸ da técnica em uma localidade. Tecnicidade, técnica, objetos técnicos são termos rigorosamente empregados na obra desses filósofos. Yuk Hui oferece uma definição reduzida de tecnicidade:

Tecnicidade significa aqui a especificidade cosmogeográfica da tecnologia e de que modo esta participou do processo de modelagem da mentalidade tecnológica, que inclui a compreensão da tecnologia, a sensibilidade quanto a matéria, forma e outras formas de existência, a relação entre arte e espírito, etc. É também por essa razão que o projeto de Simondon deve ser levado adiante com base na investigação das especificidades cosmológicas das culturas.²⁹⁹

Partindo dessa “especificidade cosmogeográfica”, chamo a atenção para a individuação e sua relação com os objetos técnicos, procedimento repetido pelas tecnologias quilombolas. Elas estabelecem uma analítica que desenvolve um nexo entre a individuação da técnica e o suplemento do corpo negro que reage aos dispositivos raciais.

Hui defende a recuperação da “localidade”,³⁰⁰ seguindo a reflexão antropológica sobre a técnica de André Leroi-Gourhan.³⁰¹ Leroi-Gourhan distingue os fatos técnicos, correspondentes ao local, e as tendências técnicas, concernentes ao universal. As duas dimensões técnicas constituem o esquema de Leroi-Gourhan da formação de indivíduos e ambientes (*milieus*) técnicos que se comportam em causalidade recursiva, a relação firmada entre organismos vivos e o meio. Leroi-Gourhan, como Marshall McLuhan,³⁰² define a técnica como um processo de “extensão do corpo” ou “exteriorização da memória”, que libera os membros humanos para trabalharem em outras coisas, inclusive

²⁹⁸ Individuação é a concretização do indivíduo a partir de uma informação — a composição de forma e matéria. Para Simondon, o indivíduo é em si individuação, um processo contínuo. Esse processo parte da interação indivíduo-ambiente, o que faz do indivíduo sempre um estado metaestável da individuação. Ver BARTHÉLÉMY, op. cit., 2023.; e VILALTA, Lucas Paolo, **Simondon: uma introdução em devir**. São Paulo: Alameda, 2021.

²⁹⁹ HUI, op. cit., 2020, p. 121.

³⁰⁰ Em *Art and Cosmotechnics*, monografia de Yuk Hui que retomou o fôlego da proposição cosmopolítica, o filósofo avalia principalmente as diferenças da concepção de arte entre o extremo-oriental, em especial na tradição filosófica da escola de Kyoto, e o debate europeu. Para Hui, historicidade e localidade são conceitos análogos. É trabalhando esses dois termos que Hui defende um argumento importante: o de que a questão da historicidade é uma saída para a sincronização hegemônica da tecnologia capitalista-moderna; no entanto, apenas quando é reconhecida a necessidade dessa tomada de consciência introduzir novas operações na máquina. Ver HUI, Yuk, **Art and Cosmotechnics**. Minnesota: the University of Minnesota Press, 2021; e HUI, Yuk. Variedades da Experiência da Arte In: HUI, op. cit., 2020a.

³⁰¹ LEROI-GOURHAN, André, Fascículo 3. Nota sobre as relações entre tecnologia e sociologia. **Cadernos do Ateliê**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1–22, 2019.

³⁰² STRATE, Lance; BRAGA, Adriana; LEVINSON, Paul. O mais célebre aforismo: o meio é a mensagem. In: **Introdução à Ecologia das Mídias**, Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2019, p. 41–65.

em suas criatividades e invenções. O ponto de intersecção entre técnica e memória está justamente em compreender esse processo.

Os estudos da memória social seguem o princípio de exteriorização, mas a perspectiva socio-histórica se baseia na divisão entre técnica e cultura, uma das principais divergências com a crítica pós-humana da tecnologia.³⁰³ A bibliografia desses estudos repete leituras binárias que dividem uma memória “natural” (do indivíduo, do grupo ou da comunidade) de uma memória artificial (formada de materialidades, técnicas e mídia). À primeira, atribui-se a função de rememoração, enquanto à segunda, o papel de retenção. Essa separação implica um princípio de espontaneidade no indivíduo em seu trabalho de rememoração e organização, e geometrização do espaço, do armazenamento da informação e da composição dos arquivos. Minha crítica a alguns desses trabalhos é essa presunção de espontaneidade, como se a memória fosse uma propriedade natural da humanidade.

A crítica a esse ponto é bem difundida. Frances Yates, historiadora inglesa, vê nos antigos gregos essa preocupação com o aprimoramento da recordação, resultando no que ela chama de “mnemotécnica”.³⁰⁴ A técnica da memorização, segundo a autora, equivale a uma espacialização, uma vez que a racionalização da informação efetua a organização do espaço e obedece a uma lógica (ao *logos*). Por mnemotécnica, Yates descreve uma poética da memória na filosofia grega, no sentido de formação e composição, mas não abrange instrumentos e objetos técnicos.

Aleida Assmann, por sua vez, trabalha “espaços de recordação” e recupera a materialidade na teoria da memória.³⁰⁵ Assmann também separa pares binários. O primeiro par diz respeito à separação entre a mnemotécnica, que corresponde ao armazenamento contra o tempo, e a recordação, que trabalha com o tempo e reúne em si uma economia de lembrança e esquecimento. O outro par crucial para a abordagem da autora é a memória funcional e a memória cumulativa. Por funcional, entende-se uma memória aplicada à vida, como o caso da memória cultural de grupos sociais; por cumulativa, compreende-se a retenção de informações que não cumprem necessariamente o critério de praticidade. Através dessas distinções e do movimento metafórico identificado entre elas, Assmann elabora um nexos entre a mídia moderna e a

³⁰³ Ver HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

³⁰⁴ YATES, Frances. As três fontes latinas da arte clássica da memória. *in*: **A arte da memória**, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 17–47.

³⁰⁵ ASSMANN, op. cit., 2011.

prática da recordação. Entre mídia e recordação há uma relação metafórica, que entendo como relações imagéticas, a exemplo da diferença entre escrita e fotografia:

Ao mesmo tempo, é notório que a cultura material e as novas conquistas tecnológicas também tenham alterado o significado dessa metáfora da memória em especial. Com a incessante modernização das imagens, a escrita alfabética foi sucedida pela escrita de luz e sombra da fotografia como nova metáfora-guia, mas também esta última não deu a palavra final. Nesse ínterim, a imagética de vestígio, cunhagem e inscrição migrou dos suportes físicos para os eletrônicos.³⁰⁶

Assmann não é menos consciente do que Yates do poder de geometrização da mnemotécnica, da sua organização espacial. Ela, contudo, afirma que esse processo ocorre via imagens: “[...] a mnemotécnica se aproxima de uma escrita que não dispõe letras em linha, mas constrói uma sintaxe espacial com imagens”.³⁰⁷ Imagem e metáfora são dois conceitos intercambiáveis, além de serem os modos como Assmann interpreta a relação da recordação com as mídias, estabelecendo as molduras nas quais os grupos organizam suas economias de lembrança e esquecimento. Assmann esboça uma preocupação sobre as mnemotécnicas digitais da memória e a influência da recordação digital na sociedade. Julgo, contudo, que a timidez de Assmann ao abordar o analógico e o digital joga sobre a técnica uma sombra.³⁰⁸ A máquina trabalha, segundo a autora, como uma “caixa preta.”

A dificuldade dos estudos da memória social diante do digital deriva possivelmente de uma leitura de pares antitéticos, em que se ignora a materialidade do sistema técnico como um elemento dinâmico e articulador desses extremos. Em outras palavras, separa-se a operação da estrutura. Uma hipótese que exploro aqui é a influência da fenomenologia da memória do francês Henri Bergson.³⁰⁹ Bergson dividiu a memória entre lembrança-pura e lembrança, sendo a última relacionada à orientação sensório-motor do corpo do indivíduo. Essa divisão no interior da memória foi contestada, mas pode ter mantido uma influência no modo como se organizam os diagramas nas teorias da memória social. Como demonstrei em Yates e Assmann — ou caso se refira às teorias sobre a memória coletiva, ou sobre os lugares de memória, do

³⁰⁶ Ibid., p. 191.

³⁰⁷ Ibid., p. 333.

³⁰⁸ Antes falo sobre tecnicidade, agora destaco que a técnica é marginalizada na teoria da memória social. Sem querer acabar provocando prejuízo na compreensão, falo de tecnicidade para me referir a diversas concepções de técnica, em especial à relação entre a técnica, a localidade e a historicidade. Tecnicidade se refere à gênese da técnica, antecede e ultrapassa o objeto, e se mantém disponível para novas composições de tecnologias. Sobre técnica, me refiro às dimensões de produção e composição da cultura, sobre os modos de fazer situados.

³⁰⁹ BERGSON, op. cit., 1999.

historiador francês Pierre Nora³¹⁰ — os termos pelos quais a memória é pensada ainda se dividem exclusivamente na relação entre indivíduo e sociedade, ignorando a capacidade de agência da tecnologia. Meu argumento se baseia na crítica da filosofia da técnica a esse antropocentrismo interpretativo da memória social.³¹¹

A cosmopolítica proposta por Hui contribui para a diversidade de concepções de memória ao questionar as explicações binárias que se amparam nesse antropocentrismo. Hui se apoia na filosofia de Bernard Stiegler, que destacou as características de “retenção” e “protenção” terciárias na memória exteriorizada pela (e como) técnica.

Em *Technics and Time 1*, Stiegler explorou o mito de Prometeu³¹² e argumentou que a condição humana é um estado de falta, sendo a técnica sua prótese: “o ser do humano está fora de si. Visando compensar a falha de Epimeteu, Prometeu deu aos humanos o presente de se colocarem fora deles mesmos”.³¹³ O humano, concluiu Stiegler, é composto em regime de codependência da técnica, produto do processo de exteriorização da memória e coetânea ao esquecimento. Reaprender a técnica faz parte da própria humanização, conceituado pelo filósofo de epifilogênese.³¹⁴ Com isso, Stiegler encaminhou seu segundo argumento (dessa vez, corrigindo Martin Heidegger): a técnica [ou o mundo técnico, os objetos, as máquinas e demais artefatos] precede o

³¹⁰ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993. A hipótese do presentismo, amplamente debatida na Teoria da História, permanece limitada por essa perspectiva antropocêntrica sobre a memória. HARTOG, op.cit., 2013.

³¹¹ O “antropocentrismo interpretativo” é a tônica do verbete *Memória* redigido pelo célebre historiador Jacques Le Goff. É um caso curioso que, mesmo debatendo a cibernética, Le Goff não abriu mão da divisão entre memória natural e memória artificial, que organiza todo o texto. É também essa classificação que permite o historiador olhar para a popularização do computador pessoal e categorizar a época da “memória em expansão”. LE GOFF, Jacques. Memória. In _____. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. O historiador Pedro Silveira inicia sua tese sobre a relação entre a História e a tecnologia moderna apontando essa “estranha recorrência” em que algo é transformado, mas a historiografia insiste em dizer que nada muda. Muito provavelmente, como o autor desenvolve ao longo do trabalho, isso advém da ontologização da disciplina em torno de um núcleo humanista. Ver SILVEIRA, op. cit., 2018.

³¹² Na verdade, Stiegler explorou a figura de Epimeteu, irmão do titã Prometeu, que esqueceu de dotar os humanos com características próprias. Segundo o autor, Heidegger esqueceu essa figura, que tem um potencial corretivo na interpretação do filósofo alemão sobre a técnica.

³¹³ Tradução livre de “the being of humankind is to be outside itself. In order to make up for the fault of Epimetheus, Prometheus gives humans the present of putting them outside themselves”. STIEGLER, op. cit., 1998, p. 193.

³¹⁴ A epifilogênese é descrita, através da obra de André Leroi-Gourhan, como o processo de corticalização frontal dos hominídeos a partir da aprendizagem de habilidades com as mãos. Ver STIEGLER, Bernard. *Technology and Anthropology*. In: Ibid.

*Dasein*³¹⁵ em sua composição (*Gestell*)³¹⁶ como ser-no-mundo — o que Stiegler chama de *already-there* (já-ai). Através da técnica, o *Dasein* encontra uma herança (uma tradição), um passado que o constitui, ainda que não seja “seu”. Portanto, o humano precisa se tornar humano, e assim o faz em relação ao mundo tecnológico.

Heidegger argumentou ser a “temporalização da temporalidade” que fornece ao *Dasein* um “entendimento de ser”³¹⁷. Respondendo ao filósofo alemão, Stiegler afirmou que a temporalidade, que constitui a historicidade do *Dasein*, está na tecnologia. Os objetos técnicos mediam o encontro do *Dasein* e do entendimento. A tecnologia, disse Stiegler, destrói a herança do *Dasein* e a recompõe. Segundo o autor, trata-se de um aparato de diferenciação e de adiamento, ou seja, de mudança sobre o que é herdado e de projeção sobre o que o *Dasein* pode vir-a-ser. Desse modo, a experiência temporal do *Dasein* é sempre de adiamento, seu tempo sempre é futuro, um futuro já-ai, que pode ser entendido como repetição.³¹⁸

Para explicar melhor esse ponto e a sua relação com a memória, recorro ao conceito de “retenção terciária”. A concepção de retenção é do filósofo alemão Edmund Husserl, que afirma não se tratar de uma representação, ou da rememoração, ainda que a auxilie.³¹⁹ A retenção primária ecoa o fenômeno no “agora” e constitui a memória como um eco (um antes, que ainda não é acontecimento). Esse eco orienta a experiência cotidiana. Em uma segunda aparição, a retenção cria imagens-consciência do passado, induzindo a rememoração. Essa memória secundária oferece o objeto comum nos estudos da memória social. Recorrendo à terceira dimensão da memória, Stiegler recusou a oposição entre memória primária e secundária. A retenção terciária, segundo o filósofo, é produzida pelo “inorgânico organizado”, ou seja, pelo ambiente

³¹⁵ *Dasein* é geralmente traduzido como *Ser-ai*. Trata-se do centro da analítica existencialista defendida por Heidegger em seu principal tratado filosófico, *Ser e Tempo*. Indico a leitora a conferência *Língua de tradição e língua técnica*, que explica a importância da técnica na filosofia de Heidegger de modo mais acessível ao leitor. HEIDEGGER, Martin. **Língua de tradição e língua técnica**. Lisboa: Vega Passagens, 1995.

³¹⁶ Em algumas traduções, *Gestell* é chamada de “armação”. Utilizo “composição” para seguir a leitura heideggeriana de Yuk Hui. Ver HEIDEGGER, op. cit., 2007.

³¹⁷ Essa explicação advém da segunda parte de *Ser e Tempo*, explorada pela Filosofia da História, em especial para a concepção de historicidade. Reproduzindo alguns termos de Heidegger, avalio que a temporalidade “mais-própria” do *Dasein* é uma unidade estática descoberta no estado de angústia do “ser-para-a-morte”. Essa temporalidade estática se temporaliza no que seriam os diferentes modos temporais de “ser-no-mundo”. HEIDEGGER, op. cit., 2012.

³¹⁸ É a relação entre temporalidade e historicidade seguida por Heidegger no segundo volume de *Ser e Tempo*. Essa discussão é retomada por Stiegler, que avalia que Heidegger prestou pouca atenção ao “o quê” (o instrumento) na temporalização do *Dasein* — esse “o quê”, que está no interior do mundo, é a sua composição (*Gestell*). Por isso, abordo o mundo técnico. Ibid.

³¹⁹ Husserl, professor de Heidegger, é estudado por Stiegler e por Hui. HUI, op. cit., 2019; STIEGLER, op. cit., 1998.

técnico-geográfico — a localidade composta pela técnica. Stiegler argumentou que a memória terciária retorna às suas fases primária e secundária, determinando as condições do agora e da percepção pela imagem-consciência. A memória terciária precede o indivíduo, o compõe, e, ao mesmo tempo, se mantém objetiva a ele. A memória terciária é o já-aí (*already-there*) defendido por Stiegler e projeta um futuro, o tempo autêntico do *Dasein*, como disse Heidegger.

Em *Recursivity and Contingency*,³²⁰ Hui retomou a noção de memória terciária de Stiegler destacando sua característica de antecipação. Além do caráter de retenção, a memória possui a habilidade de “protenção”, ligada diretamente à sua função de orientação. A “protenção terciária” é caracterizada pela repetição, que temporaliza o futuro em relação ao presente. Retenção e protenção compõem juntos o circuito operativo da memória, nessa fundamentação filosófica. A memória terciária, afirmou Hui, consiste, em sua dimensão mundana, nos objetos técnicos que auxiliam o processo de lembrança. Esses objetos podem incluir um CD, um vídeo ou, de modo mais amplo, a internet e seus sistemas de busca.

Naturalmente, um acervo ou um memorial constrói conjuntos técnicos ao relacionar os objetos em uma existência alternativa (como vestígio), e com isso impõe a esses uma segunda tecnicidade, um fundo que reorganiza a percepção e exprime a localidade. Em síntese, Hui compreende que a técnica, como exteriorização da memória, constitui a terceira dimensão e auxilia na concretização e subjetivação do indivíduo. Para Stiegler e Hui, a tecnologia permite a vida por outros meios (do mesmo modo que os artefatos da memória), uma vez que compõe o ambiente e o indivíduo. Nesse sentido, como Stiegler afirmou, técnica é tempo: expressa a transformação subjetiva e objetiva, do indivíduo e seu meio.

Por sua vez, a protenção terciária, conforme defendida por Yuk Hui, direciona a atenção para a tecnologia digital. Hui explica o tipo de protenção que o digital opera diante do humano e, portanto, quais são as consequências na individuação. Para tanto, ele retoma a cibernética e sua influência na computação. A discussão que Hui faz abordando o digital auxilia na concepção de técnica e na interpretação do nexos entre a memória e a lógica recursiva, o movimento fenomenológico (temporal e espacial) da máquina.

³²⁰ HUI, op. cit., 2019.

2.2 Algoritmo e Recursividade

Com Hui e Stiegler, argumento que a memória e a técnica são análogas, considerando a retenção e a protensão terciária. A analítica da cosmotécnica funciona nessa terceira dimensão, também como uma síntese da crítica de Hui à cibernética. A cosmotécnica é uma crítica à recursividade, conceito que Hui trabalhou a partir da lógica matemática e da computação. Neste trabalho, recursividade expressa a transformação na temporalidade moderna que atualiza a aura benjaminiana, reproduzida nas teorias críticas pós-coloniais e decoloniais — o tempo vazio e homogêneo.³²¹

A separação da modernidade ocidental entre tempo e espaço foi, segundo Hui, revertida pela filosofia cibernética, como demostram os trabalhos de Norbert Wiener e a concepção de causalidade recursiva. O embate entre o tempo orgânico de Bergson (o da “duração”) e o tempo físico da mecânica linear newtoniana, nas palavras do filósofo chinês, se encerrou quando os modelos de autômatos passaram a imitar o funcionamento do organismo vivo, retirando assim o sentido da oposição entre mecanicismo e vitalismo, e entre o tempo físico como abstração e o tempo orgânico como espacialização.

A cibernética, para Hui, introduziu a recursividade no funcionamento das máquinas, que colocou, como trabalhado por Assmann, os objetos técnicos no papel de agentes de recordação, e não apenas metáforas a serem manipuladas. Hui utiliza o conceito de recursividade para descrever “uma operação não linear que retorna constantemente para si mesma a fim de se conhecer e se determinar”.³²² O filósofo destaca que, apesar de existirem diversas modalidades de recursão, o elemento em comum entre elas se encontra na superação do dualismo. Para tanto, dois conceitos são centrais: o conceito de informação, entendido como o que dispara a atualização de um sistema metaestável,³²³ e o de *feedback*, uma “causalidade recursiva” que possibilita a

³²¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. in: **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.**, São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 241–252. A crítica de Benjamin é central para a teoria crítica pós-colonial e decolonial, como destacam Sandro Mezzadra e Frederico Rahola, ver MEZZADRA, Sandro; RAHOLA, Frederico. La condición postcolonial: unas notas sobre la cualidad del tiempo histórico en el presente global. In: MEZZADRA, op. cit., 2008. Com o mesmo intuito, ver trabalho introdutório ao pós-colonialismo, MELLINO, op. cit., 2008.

³²² HUI, op. cit., 2020, p. 103.

³²³ O conceito de informação de Hui é influenciado por Gilbert Simondon, que se vale da informação para responder à ideia de “forma pura” da metafísica aristotélica — o que Simondon chama de *hilomorfismo*, que explica a individuação a partir da separação entre forma e matéria. Para Simondon, a informação carrega sempre um princípio de individuação, ela traz em si operação e estrutura. Ver HUI, Yuk. The notion of information in Simondon [1] — Digital Milieu. Disponível em: <<http://digitalmilieu.net/119/the-notion-of-information-in-simondon-1/>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

autorregulação. Ambos os conceitos estão amplamente presentes nas ciências da informação e na computação.

O posicionamento crítico de Hui sobre a cibernética enfatiza que a técnica carrega consigo um princípio de organização informacional intrusivo para os modos de vida originários locais. A inteligência recursiva se comporta como uma “alma” e se alimenta do ambiente no qual é empregada. Por conta disso, a lógica da cibernética ignora os processos de gênese moral local e reduz os ambientes originários a um conjunto de formas aritméticas:

A lógica da cibernética ainda é formal; por isso, ela subestima o ambiente ao reduzi-lo a mera funcionalidade baseada em um *feedback*, de modo a integrá-lo à operação de um objeto técnico. Nesse aspecto, o ambiente é exposto como objeto científico e tecnológico, enquanto sua posição no interior da gênese da tecnicidade é ignorada.³²⁴

De acordo com Hui, a cibernética moldou o princípio de operação das máquinas contemporâneas e esteve presente no funcionamento algorítmico da automatização por meio das inteligências artificiais. O filósofo responde ao processo de globalização dessas máquinas, situando a exteriorização da memória no cosmos (compreendido, de modo geral, como “ordem local”). Considerando ainda que tal exteriorização se encontra vinculada ao regime informacional hegemônico de uma determinada sociedade, é possível inferir que tanto a informação quanto a memória são interdependentes dessa localidade. Para compreender melhor isso, é preciso prestar atenção ao conceito de recursividade em Hui.

Hui explica que, enquanto no movimento mecânico um corpo progride do ponto A para um ponto B, alterando, assim, sua localização espaço-temporal, no movimento circular o corpo parte do ponto A, passa pelo ponto B e retorna ao ponto A, sem que haja nesse corpo qualquer alteração substancial. Ou seja, simplesmente retorna à sua posição originária. Na recursão, contudo, o corpo e seu ambiente sofrem uma transformação significativa, uma atualização. Hui ilustra esse princípio com uma metáfora interessante: quando colocamos o braço para fora da janela a fim de saber se está frio ou calor, esse movimento não apenas progride temporalmente, mas retorna ao seu ponto inicial, determinando a si mesmo. Após descobrirmos que está frio, colocaremos um casaco, por exemplo.

A recursão está presente no conceito de *feedback*, muito importante para o desenvolvimento da cibernética. Em muitos momentos, Hui utiliza o termo como

³²⁴ HUI, op. cit., 2020, p. 120.

sinônimo de recursão. Trata-se, em outras palavras, da diferença entre o *input* e o *output*. Em termos filosóficos, o *feedback* quebra com uma série de dicotomias, entre estrutura e operação ou entre organismo e *telos*.³²⁵ Nesse sentido, diferentemente de uma circularidade paralisante, a recursão orienta a máquina em sua transformação própria e do seu meio associado: “*feedback* significa reflexão, a circularidade entre um ser e seu ambiente, um movimento não-linear de autoajustamento em prol de um propósito ou um *telos* que define o todo”.³²⁶ Seria um erro entender, com isso, que a recursão fixa o *telos*. Ao contrário, Hui diz que a recursividade transforma a contingência em uma “necessidade”, ao mesmo tempo que a torna ambígua: ela é predeterminada e, ainda assim, aberta.

Diferentemente do que ocorre com o mecanicismo, que interpreta o contingente como um erro de previsão, a cibernética o torna necessária, desde que assegurada uma medida de diferença. Existe na máquina moderna uma característica de previsibilidade, ou programabilidade: espera-se que um certo grau de diferença retorne no *feedback*. Essa diferença deve ser passível de ser compreendida pela máquina, a fim de ser atualizada. Nesse sentido, qualquer concepção de essência, na filosofia, é descartada. Superar o medo da contingência, segundo Hui, é também avançar para uma melhor racionalização: “para superar a ameaça da contingência, que também é uma ameaça para a essência, é necessário tornar a contingência necessária: não delimitar ontologicamente ao reconhecer como necessidade, mas colocá-la à prova, um passo necessário para a racionalização”.³²⁷ Porém, é essa característica predominante da cibernética que dota a máquina de uma capacidade de controle e leva a uma série de temores compreensíveis sobre sua força intrusiva, uma vez que ela opera, em larga medida, como um formalismo. Pela recursividade-contingente, até o acaso deve ser calculável.³²⁸

³²⁵ A semelhança com a dialética não é ocasional. É interessante observar que Hui reproduz o argumento do filósofo português Edmundo Balsemão Pires de que o movimento do espírito ao Absoluto em Hegel se assemelha ao funcionamento recursivo do algoritmo. Nessa leitura, como em outras apresentadas em *Recursivity and Contingency*, ecoa a advertência de Heidegger de que a cibernética é a concretização da filosofia ocidental. HUI, op. cit., 2019, pp. 86–90.

³²⁶ Tradução livre de “feedback here means reflection, a circularity between a being and its environment, a nonlinear movement of self-adjustment toward a purpose or *telos* that defines the whole”. Destaque nosso. Ibid., p. 123. grifo nosso.

³²⁷ Tradução livre de “in order to overcome the threat of contingency, which is also a threat to the essence, it is necessary to render contingency necessary: not circumscribing it ontologically by recognizing it as necessity, but putting it to a test, a necessary step of rationalization”. Ibid., p. 140.

³²⁸ A conversa entre Yuk Hui e Gilles Deleuze é interessante para se evitar que, com a resistência à cibernética, retorne-se ao essencialismo. Hui se vale da ideia de “modulação” da obra de Simondon para prestar atenção ao controle recursivo como um constrangimento à individuação. A “modulação sem controle”, como Hui propõe, formaliza um pensamento político que se vale dos meios técnicos para a

Em *On the existence of digital objects*, Hui destacou a recursão na lógica algorítmica e na sua capacidade de protensão e orientação. Ao se debruçar sobre a retenção-protensão terciária, o filósofo chinês responde a Heidegger, afirmando que tempo e lógica (o cálculo) não são mais opostos diante da recursão, apenas correspondem a duas ordens de magnitude diferentes, embora interajam entre si. O algoritmo concretiza essa relação entre tempo e lógica ao participar ativamente do cotidiano. O exemplo do uso do Google é didático:

Proponho olharmos para um exemplo simples: quando as pessoas querem ir a um restaurante, hoje em dia elas estão cada vez mais propensas a primeiro pesquisar online. Podemos notar que o Google consegue sugerir qual é o restaurante mais próximo e o preferível para suas necessidades de acordo com suas pesquisas e recomendações do algoritmo. Podemos fazer ao menos duas observações primárias baseadas nesse exemplo: (1) protensão terciária tende a depender a retenção terciária, por exemplo, as relações dadas pelos objetos digitais, esses vestígios que deixamos, como imagens, vídeos e geolocalizações; e (2) orientação torna-se mais e mais um processo algoritmo que analisa e produz relações para pavimentar o caminho para a experiência do próximo agora ou do futuro imediato.³²⁹

Sem o algoritmo e a recursão, o meio digital seria apenas um depósito de formas. É sua capacidade de antecipação da experiência que dota a memória terciária de uma função de orientação, em um sentido espaço-temporal. É possível caminhar para uma mudança já esperada, posto que o próprio futuro se tornou presente. Essa programabilidade do social a partir da lógica algorítmica levanta a questão da desorientação, como também destacou Stiegler,³³⁰ uma vez que a predeterminação do futuro oculta a questão sobre o ser, ao impor o próprio tempo enquanto procedimento lógico. Heidegger compreendia a temporalidade como a autenticidade do *Dasein*, e o cálculo como impróprio à pergunta pelo ser. Por sua vez, Hui questiona essa divisão a partir da análise da recursividade cibernética.

articulação do social e de grupos. Ver HUI, Yuk. *Modulation after Control*. **New Formations**, London, v. 84–85, p. 74–91, 2015B.

³²⁹ Tradução livre de “Let’s look at a simple example: when people want to go to a restaurant, these days they are increasingly likely to search online first. We might also notice that Google is able to suggest which is the closest and most preferable restaurant for their needs according to its search and recommendation algorithm. We can make at least two primary observations based on this example: (1) tertiary protention tends to depend on tertiary retention, for example, the relations given by digital objects, those traces we have left, such as pictures, videos, or geolocations; and (2) orientation becomes more and more an algorithmic process that analyzes and produces relations to pave the way for the experience of the next now or the immediate future.” HUI, Yuk. **On the existence of digital objects**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016a, pp. 221–222.

³³⁰ A crítica da desorientação de Stiegler se estendeu à memória e ao seu processo de exteriorização (*hypomnesis*), além da sua relação com a informação e a industrialização dos meios de mídia, pelos quais a memória se globalizou. STIEGLER, Bernard. *Memory*. In: MITCHELL, W. J. T.; HANSEN, Mark B. N. (Orgs.). **Critical Terms for Media**. Chicago & London: University of Chicago Press, 2010, p. 66–87.

A resposta à desorientação, de acordo com Hui, deve combater o processo de alienação da técnica. Hui segue o conceito de alienação trabalhado por Gilbert Simondon em *Do modo de existência dos objetos técnicos* (MEOT).³³¹ Para Simondon, a alienação decorre da separação entre técnica e cultura.³³² Segundo o filósofo francês, o combate contra essa alienação deve priorizar a reconexão entre esses dois termos a partir da retomada da gênese dos objetos técnicos, a tecnicidade. No entanto, Hui não acredita que seja possível trabalhar a gênese da tecnicidade enquanto contingência, uma vez que a recursão algorítmica consegue prever e reduzir a informação a dados discretos. Hui sugere, como opção, pensar em “acidentes” como modo de superar normatividades tecnológicas e criar condições de novos meios-associados para os objetos técnicos. Por conta disso, o autor se preocupa em fomentar imprevisibilidades e incomputabilidades para as máquinas. Volto à explicação inicial sobre a técnica enquanto origem do humano no mito prometeico, além desta ser a condição pela qual a experiência-passada-outra (a herança) é recuperada como uma experiência-cada-vez-mais-minha (em vários momentos, entendido pela noção de “próprio”). Isso significa um processo de individuação pela experiência histórica. Retomar a tecnicidade, portanto, equivale a retomar a origem como um acidente e não mais uma essência.

A relação com a tecnologia é em si uma relação com a memória, a memória terciária, em outras palavras, uma relação com o si-mesmo. As transformações técnicas, ao mesmo tempo que quebram o vínculo entre tradição e tempo, colocam a temporalidade na condição de um adiamento, um vir-a-ser. O problema da localidade será colocado em termos de uma melhor orientação, não no sentido da autenticidade do ser, mas como uma nova individuação junto ao meio associado, de modo a superar o formalismo cibernético ao retomar o fundo da figura técnica. De fato, as características topológicas são próprias ao ambiente digital.³³³ Em outro lugar, Hui argumentou que a criação de arquivos pessoais por meio de ferramentas digitais deve direcionar a organização de um meio associado para nós mesmos, de modo que facilite a orientação

³³¹ SIMONDON, op. cit., 2020b.

³³² Alienação, em Simondon, não é apenas negativa, uma vez que ela envolve uma relação entre humano e máquina que possibilita uma coprodução, bem como a composição espacial e temporal. Por isso, a resposta à alienação pode ser o caminho da boa alienação, baseando-se no projeto da mecanologia do filósofo francês. Nesse sentido, se entra no campo ético de Simondon, como trabalhado por Vilalta. VILALTA, op. cit., 2022.

³³³ Sobre o ambiente digital e a memória, além da tese de Pedro Silveira, ver também DIJCK, José Van. *Memory Matters in the Digital Age*. In: **Mediated memories in the digital age**. California: Stanford University Press, 2007, p. 27–52.

em uma era de fluxos intensos de informação.³³⁴ A analítica da cosmotécnica aponta a localidade contra a alienação algorítmica, ou o que é chamado de “colonialismo recursivo.”³³⁵

2.3 Cosmotécnica e Tecnodiversidade

A proposição cosmotécnica é uma resposta à *Gestell* heideggeriana,³³⁶ mas também diz respeito à conciliação entre cultura e técnica, como defendida pelo filósofo francês Gilbert Simondon. Caso se aceite a premissa de que a técnica corresponde a uma exteriorização da memória — defendida por Stiegler e Hui —, pode-se assumir que uma perspectiva cosmológica deve guiar as políticas de memória, conduzindo uma abertura do conceito e da economia lembrança-esquecimento nos estudos da memória social³³⁷. Essa abertura deve introduzir a fragmentação da historicidade, algo adiantado, na introdução, pelos estudos etnográficos.

A ideia de localidade, apreendida por Hui da virada ontológica na antropologia e introduzida nos devires tecnológicos, é uma problemática importante para os processos informacionais e da memória social. Partindo da premissa de que a mnemotécnica opera uma organização do espaço, uma geometrização, não necessariamente nos termos euclidianos, os estudos da memória devem prestar atenção aos princípios que regem esta organização e orientação espaço-temporal, fazendo desta localidade uma questão aberta a ser desenvolvida em instituições e nas iniciativas de memória.

³³⁴ HUI, Yuk. A Contribution to the Political Economy of Personal Archives. In: LANGLOIS, Ganaele; REDDEN, Joanna; ELMER, Greg Orgs.). **Book Cover Compromised Data: From Social Media to Big Data**. London: Bloomsbury Academic, 2015a. Disponível em: <<http://www.bloomsburycollections.com/book/compromised-data-from-social-media-to-big-data>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

³³⁵ “Colonialismo recursivo” é um termo utilizado no ensaio recente das filósofas Luciana Parisi e Denise Ferreira da Silva. Ver PARISI, Luciana; SILVA, Denise F. da. Black feminist tools, critique, and techno-poetics. *E-flux Journal*, New York, v. 123, p. 4–14, 2021.

³³⁶ Para Heidegger, a tecnologia é parte constituinte do mundo e do que será conhecido — do entendimento — como “natureza”. Heidegger chama de *Gestell* essa relação técnica-natureza.

³³⁷ Recentemente, o historiador colombiano Félix Raul Martínez Cleves escreveu em artigo sobre a perspectiva farmacológica de Bernard Stiegler e a defesa de uma politização da memória. Martínez Cleves está menos comprometido com a crítica de Yuk Hui à cibernética e seu diálogo com a antropologia e por isso afirma que a tecnodiversidade repete essa politização curativa da memória de Stiegler. Em parte, concordo com Cleves, mas penso que Hui quer avançar o projeto de Stiegler, tornando necessário aqui a diferenciação entre política e cosmopolítica. Cosmopolítica, portanto, é a defesa do reconhecimento dos modos de existência, uma política ontológica. A cosmotécnica deseja realizar a cosmopolítica pela observação da técnica. Meu argumento é que a memória é um caminho para a cosmotécnica. MARTÍNEZ CLEVES, op. cit., 2022.

Essa foi, em parte, minha resposta a Karla, quando ela me provocou a pensar a tecnologia digital no Satélite Prontidão. Com esse objetivo, construímos a ideia de tecnologias quilombolas e submetemos o projeto ao edital da Plataforma Ancestralidades. Essa história desdobrou as reflexões teóricas em direções imprevistas.

A apropriação de Hui da individuação dos organismos vivos e dos objetos técnicos em Simondon é crucial para compreender o que se entende por localidade. Reduzo esse apanhado para que a leitora me acompanhe: a individuação dos seres-vivos dá forma ao indivíduo e a duas outras dimensões importantes — o pré-individual (também chamada por Simondon de “natureza”), que seria composta por potenciais do meio associado não aproveitados na individuação e que permanecem disponíveis para futuros processos de transdução, e a transindividual, que informa e compõe um coletivo. Simondon afirmou que o transindividual não é nem o interindividual, nem o social; trata-se de uma dimensão situada entre essas duas. A relação transindividual conecta os indivíduos a partir do pré-individual. Essa relação é sustentada pelos objetos técnicos:

Por intermédio do objeto técnico, cria-se uma relação inter-humana que é o modelo da transindividualidade. Podemos entender por isso uma relação que não relaciona os indivíduos por meio de sua individualidade constituída, separando uns dos outros, nem por meio do que há de idêntico em todo sujeito humano — por exemplo, as formas a priori da sensibilidade —, mas por meio da carga de realidade pré-individual, da carga de natureza conservada com o ser individual e que contém potenciais e virtualidades.³³⁸

A transindividualidade é trabalhada por Hui e, na verdade, expressa o objetivo final da cosmotécnica. A concepção de cosmos, que Hui mobiliza, é intercambiável com o pré-individual.³³⁹ Para compreender melhor essa passagem, retomo rapidamente a especulação filosófica de Simondon sobre a gênese da tecnicidade, que consta no último terço de *Do Modo de Existência*.

Para o filósofo francês, ao superar sua fase mágica, a humanidade separa a tecnicidade da religião, sendo a primeira desenvolvida como figura e a segunda enquanto fundo.³⁴⁰ Cada uma, posteriormente, se subdivide em figura e fundo, dando origem a modos práticos (que contemplam somente a figura) e modos teóricos (que contemplam somente os fundos). Para Simondon, o trabalho da filosofia consiste em

³³⁸ SIMONDON, op. cit., 2020B, p. 360.

³³⁹ Na explicação de Lucas Paolo Vilalta, a religiosidade, para Simondon, também se refere ao pré-individual. Trata-se de uma lembrança, por parte do indivíduo, de uma realidade que transcende a própria individuação, bem como da relação do indivíduo com o coletivo. Nesse sentido, o cosmos, a historicidade, a memória e a técnica se relacionam com o indivíduo como realidades que o excedem. Ver VILALTA, op. cit., 2021.

³⁴⁰ Figura e Fundo são termos que Simondon toma emprestado da teoria da percepção da psicologia da *Gestalt*. Ver BARTHÉLÉMY, op. cit., 2023, p. 49.

religar ambos e retomar a unidade perdida — a reticularização do mundo. Na cosmotécnica, observo a tentativa de Hui de formular uma agenda em torno dessa tarefa de reorganização. Portanto, compreendo que a localidade tematizada por Hui deve ser interpretada como o pré-individual, ou como esse fundo perdido da tecnicidade. Localidade não pode ser confundida com identidade, muito menos com o nacional ou regional — segundo Hui, “quando não abordadas de maneira dialética, evocações nostálgicas da tradição ou da cultura podem se caracterizar como retornos problemáticos ao nacionalismo, ao essencialismo cultural ou ao etnofuturismo”.³⁴¹ Hui trabalha a cosmotécnica como uma cosmopolítica, pensando não em problemas do indivíduo ou da sociedade, mas, sim, em uma terceira síntese de relações, que corresponde à transindividualidade. Essa transindividualidade é concretizada e retida na memória terciária — isto é, na memória exteriorizada enquanto técnica —, e, para isso, depende da recuperação da historicidade e da localidade.

“Cosmopolítica” é um termo cunhado pelo filósofo iluminista Immanuel Kant, que admitia apenas uma natureza a ser reconhecida como racional: “(...) a racionalidade corresponde à universalidade teleológica organicista ostensivamente concretizada na constituição tanto da moralidade quanto do Estado”.³⁴² Outra concepção da cosmopolítica tem sido trabalhada pela virada ontológica, sintetizada na fórmula: várias culturas, várias naturezas. Derivado dessa formulação, o multinaturalismo visa responder ao neokantismo do multiculturalismo, como explica Viveiros de Castro:

A noção de multinaturalismo não é, portanto, ao fim e ao cabo, uma simples repetição do multiculturalismo antropológico. Trata-se de dois modos distintos de conjugar o múltiplo. Assim, pode-se tomar a multiplicidade como um tipo de pluralidade — a variedade das culturas, por exemplo; a bela diversidade cultural. Ou, ao contrário, toma-se a multiplicidade *na* cultura, a cultura *enquanto* multiplicidade.³⁴³

Seguindo o debate antropológico, Hui vê uma perspectiva na localidade, uma ordenação do cosmos que parte de uma natureza particular (do pré-individual), a qual nem sempre condiz com a “medida” de natureza imposta pela calculabilidade ocidental (a *Gestell*). Hui, contudo, advertiu a antropologia e o pós-colonialismo sobre dois pontos cegos: primeiro, que a colonização europeia alterou substancialmente a natureza a partir da globalização tecnológica; segundo, a respeito da sincronização na modernidade, do seu princípio de recursão, que não pode ser enfrentada por meio de dualismos críticos como antigo/moderno, selvagem/civilizado, ocidental/oriental, etc.

³⁴¹ HUI, op. cit., 2020, p. 89.

³⁴² Ibid., p. 32.

³⁴³ VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., 2020, p. 68–69. Destaque do autor.

Hui defende que se deve introduzir a variante técnica no multinaturalismo: várias naturezas, várias técnicas.

A localidade na problemática técnica é o ponto central da cosmotécnica, como diz Hui em sua definição prévia: “(...) cosmotécnica é a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou de obras de artes. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas”.³⁴⁴ O exemplo apresentado por Hui em *the Question Concerning Technology in China* é a relação entre *Qi* e *Dao* e suas transformações históricas na filosofia chinesa. *Qi* e *Dao* são dois princípios cosmológicos que organizam a relação espaço-temporal. Hui deixa claro que não se trata de uma visão nacionalista, mas de como uma tradição filosófica específica constituiu o mundo. *Qi* e *Dao* formam uma unidade de relações na história da metafísica chinesa. Hui explorou esses conceitos no Confucionismo e no Taoísmo, mostrando como os filósofos chineses compreenderam essa relação. Segundo o autor, a metafísica entre *Qi* e *Dao*, que se transformou nas diferentes escolas históricas da filosofia chinesa, foi negligenciada pelas políticas aceleracionistas da China contemporânea. Nesse sentido, Hui propõe explorar os discursos filosóficos entre *Qi* e *Dao* a fim de compreender de que modo a tecnologia moderna pode ser reorientada.

Hui explicou de maneira didática o *Qi* e o *Dao* em seu artigo *Cosmopolítica como Cosmotécnica*: *Dao* é o que está “acima das formas”; *Qi* é o que se situa “abaixo das formas”. As diferentes maneiras de se relacionar com *Qi* e *Dao* levariam a uma harmonia entre o mundo humano e o paraíso (*heaven*, como escreve Hui em inglês). Uma pequena anedota demonstra a importância desses conceitos para a técnica: o açougueiro Pao Ding é descrito como excelente em esquartejar vacas. Pao Ding explica que não segue seus órgãos visuais, nem confia cegamente no equipamento; ao contrário, confia apenas no *Dao* e deixa que seu braço siga a intuição. Conforme as divisões apresentadas pela anedota, o *Dao*, o princípio da natureza da vaca, é mais importante do que o *Qi*, a ferramenta. Por não confiar na sua faca e seguir o *Dao*, Pao Ding não passa por tendões, segue os caminhos apresentados pela vaca e não precisou trocar a ferramenta por 19 anos: “quando se vê diante de uma dificuldade, Pao Ding detém a faca e tateia em busca do lugar certo para que possa avançar”.³⁴⁵

Para Hui, a história de Pao Ding demonstra que a técnica não era central na filosofia chinesa, o açougueiro avaliava que não se deve confiar no objeto técnico e sim

³⁴⁴ HUI, op. cit., 2020, p. 39.

³⁴⁵ HUI, op. cit., 2020, p. 44.

no *Dao*. Seguindo o *a priori* da retenção-protenção terciária, Hui levanta a hipótese de que o tempo também não foi um problema na China. A questão para a narrativa é o “aprender a viver” mais do que o aperfeiçoamento técnico ou o progresso no tempo:

Se há um conceito de “técnica” aqui, ele está separado do objeto técnico: ainda que o objeto técnico não seja desprovido de importância, não se pode buscar a perfeição da técnica pelo aperfeiçoamento de uma ferramenta ou de uma habilidade, já que a perfeição só pode ser alcançada pelo *Tao*. A faca de Pao Ding nunca corta tendões ou ossos; em vez disso, ela busca pelos vãos e os percorre com facilidade. E, ao fazê-lo, desempenha a função de destrinchar uma vaca sem se colocar em risco — isto é, sem que a faca perca o fio e seja substituída. Ela, assim, se realiza inteiramente como faca.³⁴⁶

Esse exemplo demonstra que a localidade, trabalhada por Hui, deve ser introduzida na técnica como pré-requisito para uma nova cosmopolítica. Localidade e historicidade são análogas, porque introduzem, nos devires tecnológicos, as diversas perspectivas retidas na memória. Em um sentido performático, recuperar a história não é direcionado apenas à narrativa; contar essas histórias muda a relação com o mundo técnico. Trata-se, portanto, de uma cosmopolítica da memória, uma geometrização dos espaços de recordação, para retomar o termo de Aleida Assmann. Esses espaços precisam se preocupar com a recuperação histórica dos princípios cosmológicos da localidade e introduzi-los na composição técnica.³⁴⁷ Segundo Hui, não se trata de recusar a tecnologia moderna, mas, sim, de introduzir um novo começo “acidental” pela cosmotécnica. Do mesmo modo, deve-se trabalhar tal problemática para as políticas de memória, compreendendo-as como mnemotécnicas. A partir disso, pode-se pensar uma síntese: várias técnicas, várias memórias.

A cosmotécnica é um trabalho centrado na memória, compreendida em seu processo de exteriorização, nas relações de suas dimensões e funções de retenção e protensão. Esse trabalho tenta recuperar a capacidade de organização da historicidade, retida pela tecnologia moderna, em especial a tecnologia digital. Essa implicação entre memória e tecnologia é enfatizada por Yuk Hui em *On the existence of digital objects*:

A questão da memória diz respeito, de fato, às retenções terciárias, como monumentos, museus e arquivos: estes últimos tornam-se sintomas de um inconsciente tecnológico porque, por um lado, esse inconsciente tecnológico acelera a destruição e o desaparecimento da vida tradicional, mas, por outro, também promove o desejo de reter aquilo que está desaparecendo.³⁴⁸

³⁴⁶ Ibid., p. 44–45.

³⁴⁷ A cosmotécnica é a conjunção entre *cosmos* e moral pela técnica. Há, no entanto, um problema de organização, apontado por Rodrigo Turin. É possível que uma localidade comporte diversos princípios cosmológicos em confluências. Não acredito que a obra de Hui indique esse caminho, e por isso trabalhei uma distorção nesse conceito, municiado da crítica da modernidade do Atlântico negro.

³⁴⁸ Tradução livre de “The question of memory does indeed concern tertiary retentions such as monuments, museums, and archives: the latter become the symptoms of technological unconsciousness because, on the one hand, this technological unconsciousness speeds up the destruction and disappearance

O trecho apresenta um diagnóstico semelhante ao “presentismo” ou ao “presente amplo”, parte dos debates na teoria e filosofia da história, mas indica a tecnologia como problemática central. Seguindo esse raciocínio, compreender a historicidade é uma ação de embate com o inconsciente tecnológico que domina a história da modernidade. O trabalho da cosmotécnica se inicia nesse ponto para introduzir outros princípios de geometrização do espaço pela técnica. Organizar um arquivo, um memorial ou um museu significa trabalhar por meio da retenção-protenção terciária. E a questão da orientação espaço-temporal é central; não mais por um problema de identidade, mas por conta do processo de individuação que ocorre nesses espaços. A memória serve à transindividualidade, uma relação que, como acredito, está ancorada na tecnologia.

A cosmotécnica de Hui anuncia uma saída da modernidade ocidental. Se a pensarmos como cosmopolítica da memória, ela recupera a tecnologia como medida de autonomia. Sem essa, salienta Hui, os esforços pós-modernos são em vão:

[...] [A] modernidade somente termina, e a historicidade (embora em sentido diferente de Heidegger) apenas é alcançada, quando a questão da memória é tornada transparente, significa que o inconsciente tecnológico é tornado uma memória — uma memória cuja significância e impacto se é necessário tomar consciência.³⁴⁹

Diante dos desafios de trabalhar história e memória a partir do arquivo negro da ASP, e provocado pelos diálogos com Karla a respeito da tecnologia digital, construímos a ideia de tecnologias quilombolas para dar conta das problemáticas que o clube enfrentava, enquanto defendia seu reconhecimento e sua perenidade como herança para as demais gerações prontistas. A cosmopolítica da memória dá vazão à localidade quando se compreende enquanto técnica. A seguir, retomo minha amizade com Karla, nossos planejamentos de fuga, e narro uma engenharia reversa das tecnologias quilombolas.

of traditional life, yet on the other also promotes a desire to retain what is disappearing”. HUI, op. cit., 2016B, p. 234.

³⁴⁹ Tradução livre de “modernity only ends, and historicity (albeit in a different sense to Heidegger's) is only achieved when the question of memory is rendered transparent, meaning that technological unconsciousness is rendered into a memory — a memory whose significance and impact one must become aware of”. Ibid., p. 236.

3. Engenharia reversa das tecnologias quilombolas³⁵⁰

Relativamente independentes de clubes sociais brancos ou de instituições de outras matrizes étnicas, os CSNs não aparentam um declínio, como assinalou o historiador inglês Peter Burke,³⁵¹ mas uma nova retomada.³⁵² Enquanto Burke avalia o declínio dessas agremiações, que, em suas palavras, mediam a composição de uma sociedade civil, observo o extremo oposto em relação aos CSNs: há uma reorganização, reexistência e reposicionamento dos CSNs pelas bandeiras de conservação e reconhecimento como patrimônio histórico; uma defesa da herança e do valor da ancestralidade; da atualidade e contemporaneidade dos clubes; e uma efervescência ontoepistemológica na produção intelectual. Seguindo esse relato, questiono o porquê de isso ocorrer.

Afinal, por que os CSNs trilham o caminho inverso? Por quê, justamente na queda da democracia, essas agremiações vêm se reunindo e reafirmando a composição de uma “esfera pública alternativa”?³⁵³ A resposta, que esbocei no capítulo anterior e desdobro no próximo, é que essas entidades negras operam uma contra-temporalidade, um tempo sem tempo, um desvio da seta do tempo. Essa é a hipótese principal que descrevi no relato etnográfico: os CSNs operam com e contra o tempo, dando como resposta uma opacidade que resiste à transparência do tempo histórico (a temporalização política, informada por um contexto sociotécnico neoliberal).³⁵⁴

Afinal, de que outra forma poderia responder à longevidade dos clubes negros, senão por reafirmar que são compostos por outra matéria, não o mesmo material da sociedade civil (antinegra), mas pela matéria escura, que transmigra no Atlântico negro buscando escapar dos sistemas de vigilância das fronteiras,³⁵⁵ e que fornece o material

³⁵⁰ Nos termos da computação, “engenharia reversa” significa tentar compreender um determinado *software* sem acesso ao seu código-fonte. Em outras palavras, é desmontar um objeto pra tentar aprender como funciona, principalmente quando não se tem conhecimento de como foi construído.

³⁵¹ BURKE, Peter. **A história social dos clubes**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2402200203.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

³⁵² Esse é o tema do capítulo 3 desta tese, quando relato minha observação da reorganização dos CSNs após a pandemia da Covid-19.

³⁵³ Sobre a “esfera pública alternativa” das culturas negras, ver o capítulo 5 do clássico GILROY, P. **There ain’t no black in the Union Jack**: the cultural politics of ‘race’ and nation. London: Hutchinson, 1987.

³⁵⁴ Dialogo aqui com as noções de semântica temporal neoliberal, desenvolvidas por Rodrigo Turin. Ver TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019a; TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: ÁVILA.; NICOLAZZI.; TURIN, op.cit., 2019b.

³⁵⁵ A opacidade também faz parte do projeto de Ramon Amaro. AMARO, Ramon. **The Black technical object**: on machine learning and the aspiration of Black being. London: Sternberg Press, 2022.

da improvisação preta, sobre a qual discorre o filósofo afro-americano Fred Moten,³⁵⁶ que transforma a forma-clube em outra coisa, ou em coisa alguma? As tecnologias quilombolas respondem a essas questões, enfatizando, com Moten, “[...] que há um resíduo que não se reduz ao aparato técnico que as produz ou à tecnicidade que as fundamenta”,³⁵⁷ que algo mais opera para além da aparente forma-clube, que existe uma tecnicidade preta (para além de uma estética preta), ou uma tecnicidade quilombola.³⁵⁸

A despeito desses aspectos, o que nos levou a pensar sobre as tecnologias quilombolas foram questões conjunturais e a busca por recursos para o Memorial da ASP. Mapeamos experimentações anteriores, que inspiraram nossa produção conceitual, oriunda da área da produção e gestão cultural. Stéfane Souto³⁵⁹ trabalha o conceito de “tecnologia ancestral”, para se referir ao “aquilombamento” e ao imaginário do quilombo na diáspora africano-brasileira. Souto oferece uma compreensão do aquilombamento enquanto operação de fuga, organização estratégica e luta contra a segregação racial. A autora destaca a pertinência do conceito de quilombo na intelectualidade negra, e o apelo que possui, hoje, entre jovens negras que buscam se reunir e oferecer acolhimento e segurança. Ao discorrer sobre a pertinência do imperativo de aquilombar para os espaços urbanos, a proposta de Souto pode ser estendida aos clubes negros. Como destaquei antes, aspectos do feminino são enfatizados, como acolhimento e cuidado:

Aquilombamento, em qualquer tempo, diz respeito à criação de zonas de segurança, de acolhimento, de fortalecimento. Espaço onde é possível experimentar a paz de ser e estar em comunidade, compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros. Local onde é possível o recuo e é desejado o avanço. O ato de se aquilombar compreende a necessidade de traçar caminhos desviantes e desafia a organização social neoliberal que ordena a separação dos corpos e a

³⁵⁶ Embora não trabalhe a tecnologia, pois está abordando transmigrações estéticas da “tradição radical preta”, Moten inspira outras abordagens para as tecnologias quilombolas. MOTEN, op. cit., 2022.

³⁵⁷ Ibid., p.180.

³⁵⁸ O historiador Petrônio Domingues, em um artigo de fôlego que revisa as pesquisas recentes sobre os CSNs, vincula os clubes ao associativismo negro e afirma que o entretenimento é o ponto central. A construção de uma explicação sócio-histórica, penso, posiciona os clubes negros na historicidade transparente, sem necessariamente abordar a invenção da temporalidade dos clubes — que só é possível pela tecnicidade, como dito anteriormente. Domingues, no entanto, finaliza seu texto advogando por uma visão endógena, que muito provavelmente depõe sobre os limites da historiografia e a passagem à etnografia. DOMINGUES, P. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–22, 17 out. 2023.

³⁵⁹ SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 133–144, 2020; SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142–159, 5 out. 2021.

individualização das coletividades, formando e renovando continuamente uma inteligência coletiva.³⁶⁰

Tanto a operação quilombola quanto a concepção ampla de tecnologia de Souto convergem com minhas conversas com Karla e nossa intenção de propor um devir técnico nos CSNs através da memória.

A conjuntura teórica, demonstrada em Souto e Hui, nos revelou uma “ressonância interna”³⁶¹ a respeito de uma busca (e da pergunta) pelas técnicas ancestrais e por conservar os modos próprios de composição do social e da individuação negra. Édouard Glissant, poeta caribenhista, muito antes enfatizou a importância das “etnotécnicas” frente à expansão das teorias de sistema (a cibernética) — o pensamento de sistema e os sistemas de pensamento.³⁶² Para Glissant, as etnotécnicas são garantias de opacidade diante da transparência dos sistemas. As etnotécnicas “[...] adaptariam as escolhas de evolução às reais necessidades de uma comunidade, à paisagem preservada de seu entorno”.³⁶³ Louis Chude-Sokei, revisitando o trabalho de Glissant, afirma que a “creolização” defendida pelo martinicano é uma “tecnopoética”, que reinventa as tecnologias do Ocidente (seu exemplo é a música negra).³⁶⁴

Essas referências assinalam que a problemática das tecnologias quilombolas não é nova, nem emergente. Como eu e Karla imaginamos, pode-se repetir (ou reativar) suas operações principais: a fuga, a organização e a recuperação da imagem.

Escrevemos nossos objetivos com o conceito de tecnologias quilombolas nesses termos: como uma política tecnológica de memória pode ser aplicada na Associação Satélite Prontidão (ASP), seguindo uma cosmovisão diaspórica de produção e ação no Memorial da ASP. Ainda perseguindo essa indagação, apresento as potencialidades das tecnologias quilombolas, o que acreditávamos serem suas principais operações (recorrendo à obra de Beatriz Nascimento) e como isso foi observado no cotidiano da ASP. Tecnologias ancestrais, tecnopoéticas ou tecnologias quilombolas — os termos, agora, importam menos do que o trabalho (a axiomática, o conjunto de operações, o devir técnico) que permitem.³⁶⁵

³⁶⁰ Ibid., p. 157.

³⁶¹ Conceito importante na filosofia da tecnicidade de Simondon. Diz respeito aos nexos entre operações no interior de um sistema que se mantém em metaestabilidade. SIMONDON, op. cit., 2020b, 2022.

³⁶² GLISSANT, op. cit., 2021.

³⁶³ Para Glissant, a língua é o axioma da etnotécnica e pode ser trabalhada pela poesia. Ibid., p. 138.

³⁶⁴ CHUDE-SOKEI, Louis. **The sound of culture: diaspora and black technopoetics**. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2016.

³⁶⁵ Retomando o postulado ontoepistemológico, Gilbert Simondon avaliou que o ato de pensamento fornece ao sujeito uma ontologia (uma realidade) e uma axiologia (a sustentação do conhecimento dessa realidade). Simondon propôs uma epistemologia da alagmática, que trabalha o nexo entre essas

3.1 Historicidade Quilombola

Antes, persegui o caminho da tecnicidade com o objetivo da fragmentação do campo fenomenológico da memória. O direito à memória, como argumento, deve primar pela preservação dessa tecnicidade e pelo mundo correspondente. A partir da filosofia da técnica de Hui, Stiegler e Simondon, construí uma analogia entre localidade, historicidade e tecnicidade. É possível compreender a localidade como memória, e nela a retenção das historicidades e das tecnicidades dos mundos. Uma vez que localidade e historicidade são análogas, tal como demonstrei na discussão anterior sobre a cosmotécnica, um terceiro nexo de operações é estabelecido entre historicidade e tecnicidade.

Cabe uma advertência: um nexo analógico não é uma relação entre semelhanças; é um nexo entre operações similares, que possuem consequências estruturais diferentes. Segundo Simondon, justamente por não abordar essências estruturais, pode-se entrelaçar escalas distintas (locais ou globais) sem que se altere o conhecimento operatório obtido.³⁶⁶ Pode-se dizer que a inteligibilidade dos processos históricos, como o conhecimento da historicidade é apresentado, é presumida pelas diferentes técnicas presentes nesses processos. A temporalidade moderna, no pensamento histórico, é homogênea, linear e unidirecional, principalmente devido às operações que compreendem o regime sociotécnico predominante. Parte da crítica de Hui à cibernética consiste em atentar para o modo como a recursividade alterou esse regime, tornando a ideia do tempo linear obsoleta. Como parte da popularização da programação algorítmica, as máquinas recursivas estão em toda parte, do computador pessoal às televisões e smartphones. Disso decorre a experiência vertiginosa do presentismo, de um tempo que acelera ou volta à inércia sem que apresente uma transformação efetiva. De todo modo, a analogia entre historicidade e tecnicidade permite observar, no objeto, a operação universal que torna o processo inteligível e, no processo histórico, a centralidade dos regimes sociotécnicos.

dimensões do ser. Em certo sentido, as tecnologias quilombolas (como conceito) exploram essa axiologia, pois, nas palavras de Simondon, “apreendem a reciprocidade do dinamismo axiológico e das estruturas ontológicas”. Simondon considera que o indivíduo existe antes de um desdobramento em um esquematismo temporal e em uma sistemática espacial. Uma vez que o conhecimento não se encontra apartado da individuação, que por sua vez é composta pela historicidade (temporalidade e espacialidade), a questão das tecnologias quilombolas não pode ser resumida a outra compreensão política, a uma sustentação de divergências na ordenação dos mundos. É, na verdade, uma nova individuação frente aos ataques dos regimes sociotécnicos hegemônicos. SIMONDON, op. cit., 2020a, p. 569.

³⁶⁶ SIMONDON, op. cit., 2020a, p. 564.

A tecnicidade quilombola, com a qual, junto a Karla, identifiquei os Clubes Sociais Negros (CSNs) como objetos técnicos, teve inspiração primordial na obra da historiadora Maria Beatriz Nascimento. Principalmente, o conceito de quilombo, bem como o processo de conceituação que demonstra as limitações do texto histórico para abordar a vida negra fora dos enquadramentos de problema e de vítima.

Beatriz Nascimento³⁶⁷ antecipou as questões da localidade, da opacidade e da orientação na historicidade. Talvez por conta disso, neste tempo de encruzilhadas para o conhecimento histórico, em que seu próprio valor acumulativo tem sido suspenso, a força criativa de Nascimento é explorada juntamente com seus legados de poetisa. Nascimento sobreviveu a um relativo esquecimento na historiografia.³⁶⁸ Mesmo sem grandes títulos acadêmicos, cargos ou uma obra monumental, Nascimento concentrou sua vida na invenção de uma linguagem que colocasse em relevo a continuidade da história negra no Brasil. O quilombo foi sua principal aposta nesse sentido, chamado de “sistema alternativo” e descrito como um conjunto cultural que produz espaços-tempos autônomos.

Nascimento não esteve sozinha. Na verdade, a ênfase no quilombo ocupou boa parte da imaginação histórica negra no Brasil,³⁶⁹ evidente em Abdias de Nascimento, Clóvis Moura e Edson Carneiro, com quem efetivamente Beatriz Nascimento travou diálogos e divergências. A trajetória de Nascimento, sua obra e vida, expressou o desejo de invenção de uma linguagem que poderia romper com a posição de vítima e problema para as pessoas negras — ou, como diz Guerreiro Ramos, o “negro-vida” em oposição ao “negro-tema”. Esse negro-vida, o conhecimento produzido em segunda pessoa, exigiu da autora uma batalha nos campos prefigurativos da imaginação histórica.

O caminho árduo, e danoso para sua saúde mental,³⁷⁰ iniciou-se com o trabalho nos arquivos do Museu Nacional, sob a tutoria de João Honório Rodrigues, seguido por

³⁶⁷ Beatriz Nascimento leva a pensar em uma paisagem quilombola. Paisagem, aqui, é entendida tanto em um sentido mais vulgar quanto, como utilizado por Édouard Glissant, para evitar a evocação de comunidades imaginadas. Da mesma forma, o quilombo não pode ser simplesmente subtraído pelo Brasil (o território nacional) ou essencializado em uma forma-mercadoria da diferença, que Mariléa de Almeida chamou de “dispositivo de ancestralidade”. Ver ALMEIDA, op. cit., 2022.

³⁶⁸ PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 140–156, 2020.

³⁶⁹ Esse é o argumento de Bernardino-Costa, ver BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119–134, 2018.

³⁷⁰ Esse ponto, assim como as políticas da memória e do quilombo, é explorado por Juliana Streva. STREVA, Juliana. Aquilombar democracy: fugitive routes from the end of the world. **Mecila Working Papers Series**, São Paulo, n. 37, 2021.

viagens à África, patrocinadas pela Fundação Ford e pela Casa Leopold Senghor. Nascimento também realizou pesquisas de campo em comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Valendo-se de diversas disciplinas, principalmente da antropologia e do método etnográfico, buscou um vocabulário fenomenológico para as formas de organização quilombola. Esse vocabulário incipiente despertou irritação e incompreensões no público na *Quinzena do Negro*, organizada pelo sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira na Universidade de São Paulo, em 1977. Sua apresentação foi intitulada de “Historiografia do Quilombo”, uma extensa fala em que teceu uma série de críticas ao estado do conhecimento histórico sobre as africanas e seus descendentes no Brasil. A reação do público, dividido entre pessoas brancas e negras, revelou a prevalência do debate marxista sobre raça e classe do qual Beatriz Nascimento se distancia em busca de um existencialismo quilombola. Em resposta a uma intervenção na plateia, Nascimento enfatizou: “[...] a questão econômica não é um grande drama, apesar de ser um grande drama, não é o grande drama, o grande drama é justamente o reconhecimento da pessoa, do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil”.³⁷¹ Mesmo jovem, a resposta da pensadora permite delimitar essa atitude inventiva, de torção na dimensão epistemológica.

Essa inflexão no discurso histórico é fragmentada em vários sentidos. Ao todo, forma-se um conjunto não-concluído que envolve a vida diaspórica da sua autora. Beatriz Nascimento passou a experimentar outras formas para concretizar suas aspirações sobre o quilombo, ao passo que sua atuação no interior do movimento negro tornou-se mais tensa e conflitiva. Essas divergências de Nascimento foram anunciadas em diversos momentos, como na conclusão do texto para o documentário *Ori* (dirigido por Raquel Gerber). Sua posição envolveu uma avaliação sobre a influência do pensamento de raça na atuação militante. Em “Carta de Santa Catarina”, texto que leu durante um festival cultural de Florianópolis, após a exibição do filme, a historiadora criticou os debates que derrocaram em agressividade, chamando-os de “improdutivos”. O principal problema, avaliou, é que o movimento negro ainda se compreendia como um movimento racial e não histórico.³⁷²

A polifonia de Nascimento, sua experimentação com textos, imagens e passagens autobiográficas, a insere, com ressalvas, na consciência diaspórica da tradição em movimento do Atlântico negro, conforme Paul Gilroy. Não significa dizer

³⁷¹ NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 136.

³⁷² NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 229.

que sua posição é facilmente compreendida por rotas anglófonas e masculinistas, mas que, ao sul desse conjunto moderno, Nascimento trabalhou uma poética feminista negra³⁷³ em torno do quilombo: um território oceânico que desprende a historicidade negra dos desejos racializantes da narrativa histórica assimilacionista da democracia racial. As conexões de Nascimento com Caribe, África e o pan-africanismo da Guerra Fria, bem como seus diálogos com pensadoras radicais do feminismo negro fora do Brasil, extrapolam este trabalho, embora sejam partes centrais do seu pensamento.

O quilombo, em Beatriz Nascimento, separa a historicidade de um nacionalismo metodológico, que reproduz a historicidade nacional. Mais do que a crítica à historiografia, Nascimento concluiu, mais tarde, uma rejeição à História. Em um texto curto, chamado “Por um Território (Novo) Existencial e Físico”, publicado em 1992, que serviu como conclusão da segunda tentativa de cursar um mestrado, dessa vez na área de Comunicação, Nascimento questionou: “para que nos serve História? Não preciso dela, enquanto não possuo poder. Ela serve àqueles que detêm e se registram através do tempo enquanto poder. Neste país, minha vida não é poder, mas tem outras expressões tão ou mais importante que isso”.³⁷⁴ Em diálogo com Felix Guattari e Michel Foucault, Nascimento abordou o menor e o frágil. Também visou superar os binarismos que tornavam toda inteligibilidade do real uma repetição do mesmo. A História, continua a citação anterior, “[...] é como o campo e território dos vencedores. Não adiantaria contrapô-la a uma história de vencidos, ainda não fomos vencidos, os assim chamados são indivíduos de muitas histórias, pequenas, mas fartas e fascinantes histórias”.³⁷⁵ Essa rejeição ao tempo monumental da História e sua deriva às histórias menores, ao “devir minoritário” (que abordou com auxílio de Muniz Sodré e Guattari) e à micropolítica, carrega consigo a fuga (difícil e dolorida) do racionalismo ocidental e da armadilha do texto historicista.

Em meados dos anos 1970 e 1980, junto à sua atuação militante, Nascimento defendeu a continuidade na história negra. Foi necessária uma nova técnica interpretativa para os documentos coloniais que acessou na Torre do Tombo,³⁷⁶ em Portugal. A autora chamou os quilombos de “sistemas alternativos”, reivindicando uma perspectiva que discordou da maior parte da bibliografia da época, enviesada em um sentido liberal utópico ou marxista revolucionário. O quilombo, para a historiadora, é

³⁷³ SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

³⁷⁴ NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 414.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ Arquivo Nacional de Portugal, localizado em Lisboa.

autônomo, por compreender uma organização social estranha à administração colonial. Destacando a continuidade, Nascimento questionou: o que acontece com os quilombos após o século XIX, ou seja, depois do desmanche do sistema escravocrata? A pergunta estratégica da historiadora quis mais do que a legitimidade dos territórios ocupados por remanescentes quilombolas. Nascimento demonstrou que os espaços em que viveram as populações negras ao longo do século XX se sobrepuseram aos antigos quilombos.

Em um projeto de pesquisa intitulado “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros”, a autora descreveu cinco hipóteses de pesquisa. Tentando sintetizá-las ainda mais, pode-se dizer que, na visão de Beatriz Nascimento, quilombos: a) são movimentos de reação à ordem escravocrata; b) são vários sistemas sociais englobados em um mesmo nome; c) concorreram com a administração colonial; d) têm continuidade física e espacial que atraem populações negras no século XX; e) têm continuidade com as organizações e movimentos sociais em favelas urbanas e áreas de economia rural.³⁷⁷ Em outro texto, publicado em meados de 1981, Nascimento esboçou uma relação de causalidade entre o messianismo de Antônio Conselheiro e as organizações sociais quilombolas.³⁷⁸

Segundo Nascimento, a continuidade histórica dos quilombos em áreas rurais e urbanas demonstram que seus sistemas alternativos extrapolam o discurso atávico que identifica as comunidades quilombolas com o passado colonial do Estado brasileiro. Com a ideia de tecnologias quilombolas, eu e Karla gostaríamos de enfatizar as principais operações da poética de Nascimento, aquelas que observamos no Satélite Prontidão e que se estendem a outros CSNs: a fuga, o encontro, o cuidado e a restituição da imagem. Essas operações nos CSNs resistem ao regime sociotécnico cibernético e à discretização do corpo negro por novas tecnologias de transparência e vigilância.

3.2 Fugitividade e Recuperação da Imagem

Há um ritmo produzindo um mundo, e o espaço e o tempo da batida desse ritmo nos convidam à individuação neste mundo. [...] O tempo e o espaço ordenam esse ritmo e são ordenados por ele. É o ritmo do colonizador, um-dois, um-dois da produção capitalista, do cidadão e do sujeito, da dividuação e da individuação, do genocídio e da lei.³⁷⁹

³⁷⁷ NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 118.

³⁷⁸ O movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional. In: NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 193.

³⁷⁹ HARNEY; MOTEN, op. cit., 2023, p. 87

É um ritmo que se escuta por toda parte, que está presente na ordem do discurso, das disputas políticas e dos projetos de desenvolvimento econômico. Um ritmo que se alastra para as infrahumanidades minerais e vegetais, para as não-humanidades animais e até mesmo para as suprahumanidades mais-que-humanas: o tempo das deidades e do cosmos. Uma batida — um-dois, um-dois — escutada nas nanotecnologias operando pelos cabamentos marítimos, que trafegam informações entre continentes e mantêm o sistema mundializador da internet. É o ritmo do mundo que nega o todo-mundo, a convergência de mundos que não cessam de se encontrar, se comunicar e, muitas vezes, se anular, como disse Glissant.³⁸⁰ Esse ritmo, sobre o qual Fred Moten e Stefano Harney ensaiam, é a batida da historicidade e da tecnicidade, que prefiguram o conhecimento histórico (do tempo e da submissão do espaço) e da técnica. Contra esse ritmo, Moten e Harney elaboram a práxis da fugitividade, que informa uma percepção de negridade fora de registros etnológicos (uma relação de parentesco genético com modos de vida africanos). A negridade surge no espaço-tempo aberto pela fuga, na qual os elementos étnicos africanos correspondem a um dos fatores presentes nessa dimensão de negação à individuação moderna.

O entendimento da negridade na fuga é trabalhado pelo conhecimento da individuação negra. A filósofa afro-americana Christina Sharpe pensa a vida negra na negação ontológica, que descreve como “vestígio” (o não arquivado, não pré-estabelecido ao mundo dos sentidos). Estar no vestígio é estar posicionado (sempre-já) na espera em direção à morte. Essa posição, para Sharpe, é atemporal, no sentido de que não envolve uma transformação fundamental. O tempo do terror racial se mantém operando; por isso, a filósofa o desloca para seu significante ambiental: “o tempo é a totalidade de nossos ambientes; o tempo é o clima total; e esse clima é antinegro”.³⁸¹ O tempo é antinegro não por uma inércia da negridade, mas por sua ecologia antinegra, pela manutenção do ritmo que enclausura a vida negra no vestígio: “no que estou chamando de tempo, a antinegriedade é tão alastrada *quanto* o clima. O tempo exige mutabilidade e improvisação; ele é a condição atmosférica de tempo e lugar; ele produz novas ecologias”.³⁸² A existência da negridade depende da fuga do tempo e dessa ecologia. Que conhecimento pode corresponder a essa fuga? Moten e

³⁸⁰ GLISSANT, Édouard. **Tratado do Todo-Mundo**. São Paulo, SP: N-1 Edições, 2024.

³⁸¹ SHARPE, Christina. **No vestígio: negridade e existência**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2023, p. 190.

³⁸² Ibid., p. 194. Destaque da autora.

Harney propõem os sobcomuns, os mundos existentes fora dos regimes de percepção e vigilância antinegros.³⁸³ Para Sharpe, trata-se do conhecimento da ética do cuidado:

Como é, o que implica e significa amparar, cuidar, confortar e defender aquelas vidas já mortas, aquelas vidas que estão morrendo e aquelas vidas vivas consignadas à possibilidade da morte sempre iminente, a vida vivida na presença de morte; viver essa iminência e imanência como/no ‘vestígio’?³⁸⁴

A fuga e o cuidado são duas faces da práxis negra defendida por Sharpe, Moten e Harney, mas também são componentes da vida clubista da Associação Satélite Prontidão. Para pensar sobre as tecnologias quilombolas, eu e Karla questionamos o que traz uma pessoa negra, hoje, para um espaço em uma zona da cidade de difícil locomoção para várias frequentadoras. Especialmente no caso da juventude negra, que possui outras ofertas de “espaços negros”.

Novamente, a fuga e o cuidado são aspectos centrais. Maria Beatriz Nascimento ofereceu, nesse sentido, uma reflexão iniciada no texto histórico, depois fissurada e aberta para outras formas prefigurativas. Não há uma continuidade entre Nascimento e a filosofia da negritude, mas há diálogos e intersecções possíveis, que estendem essas leituras.

Para avançar nessas hipóteses e na pressuposição da continuidade histórica, Maria Beatriz Nascimento precisou romper com a imaginação realista oitocentista e a redução empírica na ciência histórica. A autora avaliou que os quilombos aparecem no arquivo apenas em momentos de guerra e conflito com a administração da colônia. Por vezes, também em momentos diplomáticos. Nesse caso, o arquivo colonial teve interesse em inscrever a guerra, porque encerrava essa destruição no passado. Como advertiram Michel-Rolph Trouillot e Sharpe, o passado é uma posição³⁸⁵ que afasta a experiência quilombola através da figuração de um distanciamento temporal, da performance de um tempo denso e profundo que separa duas realidades não inteligíveis uma para a outra. Para abarcar esse real único inscrito no arquivo, o conhecimento histórico se diferencia, defende sua objetividade e sua cientificidade em relação às suas primas: a arqueologia, a sociologia e a antropologia. Essa relação com o arquivo, diz Ariella Azoulay, é ambígua: é, ao mesmo tempo, próxima e distante, ao reforçar o passado enclausurado na inscrição e o distanciamento do presente.³⁸⁶

³⁸³ HARNEY; MOTEN, op. cit., 2013.

³⁸⁴ SHARPE, op. cit., 2023, p. 78

³⁸⁵ TROUILLOT, op.cit., 2016, p. 41.; SHARPE, op. Cit., 2023, p. 106–107.

³⁸⁶ AZOULAY, Ariella Aïsha. Imagine Going on Strike: Museum Workers and Historians. **E-Flux journal**, New York, n. 104, p. 50–56, 2019.

Assim como Azoulay, Sadiya Hartman, Glissant e Sharpe, para quebrar essa repetição do arquivo, essa interpelação que domestica a relação com a memória, Nascimento partiu de um exercício de “fabulação”. A historiadora se propôs imaginar: o que foi a paz quilombola? Recorro a uma longa citação de um texto datado de 1978:

Pensamos que, pela duração no tempo e pela expansão no espaço geográfico, o quilombo é um momento histórico brasileiro de longa duração, e isso graças a esse espaço de tempo que chamamos de *paz*, embora muitas vezes ela não surja na literatura existente. *Creio que se o escravo negro brasileiro tivesse podido deixar um relato escrito, com certeza teríamos mais fontes de paz quilombola do que da guerra.* Essa paz está justamente nos interstícios da organização quilombola, e exige-se, sobre ela, um esforço de interpretação maior, com o qual se ultrapasse a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização que talvez na *paz* ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra. O antes e o depois da guerra dos quilombos é que necessitam ser conhecidos. *O reduto de homens livres, se relacionando com outros homens livres ou não da sociedade brasileira, é que merece o esforço de interpretação que gostaríamos de empreender:* os laços de solidariedade com o pequeno proprietário, por exemplo; ou o comprometimento de senhores de fazenda que auxiliavam o coito; as relações entre negros e não negros dentro do quilombo.³⁸⁷

Nesse parágrafo encontramos diversos elementos que ecoam a fabulação, a autonomia e a localidade nas questões sobre a paz dos quilombos. No primeiro trecho que destacamos, podemos ouvir a definição dupla da historicidade sobre a qual fala Trouillot. A produção dos vestígios e da documentação situa a relação entre quilombo e escravidão: ou resistência, ou submissão. Ao englobá-las nesse regime, a historiografia da escravidão, disse Nascimento, condenou um ao desaparecimento do outro.

O segundo trecho enfatizado na citação de Nascimento é uma afirmação radical da humanidade negra (que Sharpe chama de negridade, pois não pode escapar da negação ontológica que a interpela). Caso pudéssemos ancorá-lo no Atlântico negro, esse pedido por uma nova interpretação, exaustivamente buscada pela autora, poderia ser denominado como um “novo humanismo”. Ele nos encarrega tanto da compreensão distintiva da memória negra — com suas transgressões espaciais e temporais na modernidade — quanto da tarefa de alinhar o quilombo, a terra e o oceano em uma linguagem que trace continuidades. A poética de Beatriz Nascimento parte de afirmações simples e radicais: pessoas negras são humanas, não são problemas e não são apenas vítimas. Com isso, o desejo de transparência do discurso histórico foi desvelado e negado. O que foi afirmado eram rastros de um tempo ancestral que não

³⁸⁷ NASCIMENTO, Maria Beatriz. Quilombos: mudança social ou conservantismo? In: NASCIMENTO, op. cit., 2021, p. 133–134. Destaques meus.

pode ser compreendido em totalidade, mas que opera em formas de vida modernas que lidam, entre outras coisas, com a racialização dos sistemas sociais nacionais.

Em *Orí*, documentário que conta com a redação de Nascimento, vemos respostas a essa pergunta que articulam narrativa e imagens em exercícios de opacidade. Muitas análises do filme abordaram o movimento e a performance.³⁸⁸ Contudo, quero destacar a historicidade na narração de Nascimento. A Passagem do Meio pelo Atlântico é recorrente em toda literatura diaspórica. Ela é símbolo dos horrores do tráfico, do cativeiro e da ruptura ontológica. Nascimento alinhou o mar e a terra: “quilombo é aquele espaço geográfico, onde o homem tem a sensação do oceano”,³⁸⁹ disse a historiadora, antes de convidar Raquel Gerber para a Serra da Barriga, lugar que abrigou o Quilombo dos Palmares:

Raquel, você precisa se sentir na Serra da Barriga... Toda a energia cósmica entra no seu corpo. Eu fico grande numa serra, fico assim, Raquel, alta, sabe? Eu afino e fico alta, fico parecendo os Gangalas, sabe como é? Aquela coisa de negro mesmo. Mas, é de negro, porque é um homem ligado à terra. É o homem que mais conhece a terra.³⁹⁰

A terra é a busca pelo território. A terra dá o espaço para a continuidade da travessia. Dessa vez, a diáspora acontece pela fuga, disse Nascimento, que não é espontânea, mas planejada. Para a autora, a fuga serve também para escapar dos sistemas de pensamento. Com Nascimento, também com Moten e Harney, chamo de pensamento de fuga essa afirmação radical do reconhecimento humano: “o quilombo surge do fato histórico que é a fuga, é o ato primeiro de um homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da importância da busca do território.”³⁹¹

A fuga (física ou não) defende a opacidade diante da transparência. Quando o escravizado foge, não pode ser chamado de objeto, ou como diz Moten, ele resiste enquanto um objeto³⁹². As profecias de continuidade de Nascimento surgem daquilo que o africano arrastou consigo do cativeiro: o corpo. Para a historiadora, o corpo é a memória que ancora a historicidade. O corpo é o devir técnico do quilombo. O

³⁸⁸ SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **Barravento, Orí e Santo Forte**: representação das religiões afro-brasileiras no cinema. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010; SMITH, Christen. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memórias e imagens negras. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães; PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões (Orgs.). **Pensadores negros, pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte, Brasil: Fino Traço, 2020.

³⁸⁹NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 336.

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ Ibid., p. 329.

³⁹² MOTEN, op. cit., 2022.

corpo-documento permite que o quilombo retorne como resistência ontológica ao sistema de transparência da ciência histórica, ao mesmo tempo, recusa o antagonismo entre continuidade e mudança, entre território e movimento. É sobretudo o corpo que, na dança, dá sentido à liberdade: “não é à toa que a dança para o negro é um movimento de libertação, o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo.”³⁹³

O quilombo, disse Nascimento, retorna como simbologia, enquanto discurso ou enquanto técnica. É, por fim, uma poética ancorada no corpo que visa a recuperação da imagem: “tem-se que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos”.³⁹⁴ Dá-se a imagem sem ceder também a opacidade.

As tecnologias quilombolas, como imaginei com Karla, enfatizam a axiomática do conceito de quilombo de Nascimento, abordando as suas operações principais (a fuga, o cuidado, a recuperação da imagem), uma tecnicidade preta que resiste e reorienta a tecnologia moderna. A intenção de manter sua grafia no plural é justamente para evitar a singularização do quilombo, como questionou Nascimento. Ou, nas palavras de Oliveira Silveira, que abriram este capítulo: Palmares não é só um, são milhares!

3.3 A invenção da Nossa História: examinando os Boletins Informativos da ASP com as companheiras

Nosso projeto englobou as discussões anteriores, a abordagem da tecnicidade dos CSNs e uma proposta de pesquisa-ação na ASP, voltada para o uso das tecnologias digitais no cotidiano do clube. A coleta de dados e as intervenções não ocorreram, outras sortes cruzaram nosso caminho. Reformamos ambas as salas destinadas ao espaço expositivo do Memorial da ASP, enquanto Karla se afastou para iniciar baterias de exames e tratamentos. Nossa intenção era inaugurar a primeira exposição da ASP com os trabalhos produzidos nas Oficinas de História e Memória Negra de 2022 e, com isso, também abrir novas possibilidades. Porém, isso só ocorreu em 2024, após novos tempos intempestivos.³⁹⁵

³⁹³ NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 333.

³⁹⁴ Ibid., p. 330.

³⁹⁵ Me refiro às enchentes que atingiram o Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, pela terceira vez seguida entre 2023 e 2024, e, em maio de 2024, chegaram ao seu clímax, alagando Porto Alegre e a região metropolitana. A enchente recente superou a marca histórica da enchente de 1941, e se tornou a maior catástrofe climática da história do estado. Esse cenário suscita uma discussão da posição dos CSNs diante da crise climática, que desdobrei no capítulo quatro.

Em meados de 2024, a equipe do Memorial contou com a estagiária do curso de história da UFRGS, Ana Carolina Aguilhera dos Santos. Ana é uma mulher negra, estatura baixa, sorridente e dedicada aos estudos e ao trabalho, com interesses na história social do pós-abolição. Seu desejo de estagiar na ASP veio, principalmente, como me contou, da história dos seus pais com o clube, na época em que era localizado na Avenida Coronel Aparício, na zona sul.³⁹⁶ Sua relação com a ASP possui esse índice de uma negritude menos óbvia e representativa, construída por redes de sociabilidade de uma memória que depõe sobre a presença da vida negra em Porto Alegre, sistematicamente negada. Como anotei seguidas vezes no meu tempo de campo, essas pessoas são frequentemente atraídas para o Satélite Prontidão a partir dos rizomas da memória negra. Não por menos, como me contou em conversas informais, Ana enxerga os CSNs como sustentáculos dessa memória (como tecnologias, propus para ela, o que incentivou demoradas conversas e debates entre nós). Ana, assim como Jane Mattos, Sônia Oliveira e Richard Alves, tornou-se uma companheira em pouquíssimo tempo, cuja voz me esforço para fazer presente nessas linhas. A experiência que descrevo, que demonstra as operações das tecnologias quilombolas, na memória e na sua inscrição material, também na teoria e na sua prática, é oriunda da intervenção pedagógica de Ana, durante a manhã do dia 20 de agosto de 2024.

Auxiliando na montagem da primeira exposição do Memorial, Ana tinha o dever (parte curricular do seu estágio) de encontrar, no vestígio da memória prontista, um alicerce para sua mediação. Ela optou por explorar os boletins informativos, que estavam no acervo graças à doação do senhor Elói Dias dos Angelos, ex-presidente da ASP e um dos mais antigos prontistas vivos. Lembro-me de Elói nos presentear com um punhado desses informativos no agosto de 2022, durante a realização do Café com Memórias. Era ele o responsável por redigir, editar e distribuir os boletins na comunidade prontistas, atividade sobre a qual relatou em depoimento.

Sou Elói Dias dos Angelos. Tô com 92 anos. Meus filhos agora participam também aqui da administração do Satélite Prontidão. Desde jovem estive envolvido com a problemática do negro. No Prontidão, entrei através da minha saudosa esposa, Maria Clara, ela era de Rio Grande e muito vinculada assim ao associativismo, ali na [rua] Barão de Gravataí, uns cem metros da [avenida] Getúlio Vargas. Ali que comecei a participar. [...] Minha atividade principal foi voltada para a comunicação, como jornalista. Estou aposentado. E agora aguardando os acontecimentos. Parte-se do princípio que o que eu tinha que fazer, eu já fiz. Que está muito assim, a época atual, no meu ver assim, muito conturbada. Que os jovens tem muitas informações, e muitas vezes essas informações não são verídicas. Eles vão transmitindo. Por isso, acho de muita importância esse encontro. Pra confrontar, até. Não é que

³⁹⁶ Ver figura 1 na página 44 deste trabalho.

aquela pessoa que tá falando, ela é a dona da verdade, mas confrontar com as outras coisas.³⁹⁷

O depoimento de Elói importa a todo o Memorial da ASP porque fornece o sentido dos documentos que temos sob nossa guarda: o controle da informação, especialmente da informação da negritude. Ou, em termos sobre os quais já discorri, da inscrição do real, diante do que se considera a farsa. Trata-se, por fim, não simplesmente de disseminação, como jamais o é, mas de uma confrontação na ordem do discurso. Também é interessante que Elói tenha nos testemunhado sua percepção sobre o regime informacional presente e a associação com a juventude negra, algo que repete a situação paradoxal que abordei no capítulo anterior, mas que serve para reforçar a centralidade da tecnologia na querela geracional dos CSNs. A passagem da imprensa negra para as comunidades negras algorítmicas, refiro-me ao nome dado na sociologia e antropologia *on-line*,³⁹⁸ é também a passagem de sujeitos da imprensa negra para sujeitos da negritude algorítmica. Que individuação negra corresponde a essa transição (ainda que essa pergunta ignore a complexidade da composição da internet nos últimos 30 anos)?

Moten e Harney auxiliam a compreender a natureza dessa questão: “o mundo é dado como uma maneira de viver na terra, da mesma forma que o indivíduo é dado como uma maneira de viver no mundo”.³⁹⁹ Explorar a imprensa negra é tornar inteligível o indivíduo e o mundo sobre os quais esse vestígio depõe; porém, trazê-lo a uma segunda existência, no Memorial da ASP, significa estender a tecnicidade preta retida nessa memória. Pode-se chamar essa operatividade de aprender com os que vieram antes, o valor da ancestralidade.

Antes de Ana, os boletins informativos já haviam sido explorados na monografia de conclusão de curso de Camila Cunha, integrante da primeira formação da equipe do Memorial da ASP, em 2018.⁴⁰⁰ Cunha destacou, nos informativos, a mobilização da ASP na direção da positivação da imagem negra. A autora chamou atenção para a particularidade da seção “A Nossa História”, criada nos últimos números dos boletins, entre os anos 97 e 99. Essa seção foi objeto da intervenção de Ana.

³⁹⁷ Depoimento de Elói Dias dos Angeles, jornalista, bibliotecário e ex-presidente da ASP, entrevistado por Jane Mattos e Sônia Oliveira no dia 20 de agosto de 2022. Acervo da ASP

³⁹⁸ SILVA, op.cit., 2020.

³⁹⁹ MOTEN, HARNEY, op. cit., 2024, p. 90.

⁴⁰⁰ CUNHA, Camila Rosângela da Silva. **A Associação Satélite Prontidão: uma história social dos negros no pós-abolição.** Monografia de Conclusão de Curso, Universidade La Salle. Canoas, 2018.

No dia em que Ana fez sua apresentação, recebemos, na ASP, um público formado por alunas e professoras do curso de graduação da licenciatura em História da UFRGS. Após serem apresentadas à prévia da exposição do Memorial, nos dirigimos a uma sala, onde Ana distribuiu recortes da coluna “A Nossa História”. A seção trata de personalidades negras, visando divulgar a história, alvo, segundo as redações dos boletins, de invisibilidade e apagamento. Nesses pequenos textos, lemos sobre o poeta do simbolismo Cruz e Souza, sobre o abolicionista André Rebouças e sobre o herói João Cândido. Ana pediu, então, que comparássemos essas notas com as notícias sobre pessoas negras encontradas no buscador do Google. As suas interlocutoras fizeram apontamentos: destacaram que nem mesmo os algoritmos, orientados pelo histórico de navegação anterior, deram conta de positivar a imagem negra; também, alertaram para o estatuto da vida negra nas notícias, sempre como problema ou vítima; além disso, não deixaram de enfatizar que a negridade estava associada à criminalidade nas pesquisas. Ana, com isso, reforçou a operatividade dos informativos enquanto produtores de imagens positivadas da pessoa negra, valores que também associo com a segurança e com o encontro propiciado pela Associação Satélite Prontidão e demais CSNs. Ana também destacou o reconhecimento recebido pelos boletins por parte da Fundação Palmares, que guarda uma parcela do registro, informação que Elói também nos relatou quando nos presenteou com exemplares para o acervo da ASP. O próprio texto do boletim de número 36, de 1999, louvava a requisição que a Fundação fez e reafirmou a estratégia dos registros com uma citação do sociólogo negro Guerreiro Ramos: “[...] o negro no Brasil não é anedota. É um parâmetro da realidade nacional.”⁴⁰¹

⁴⁰¹ RAMOS, Guerreiro, 1995, p.200, *apud* Boletim Informativo da ASP, ano 4, n.º 36, novembro de 1999.

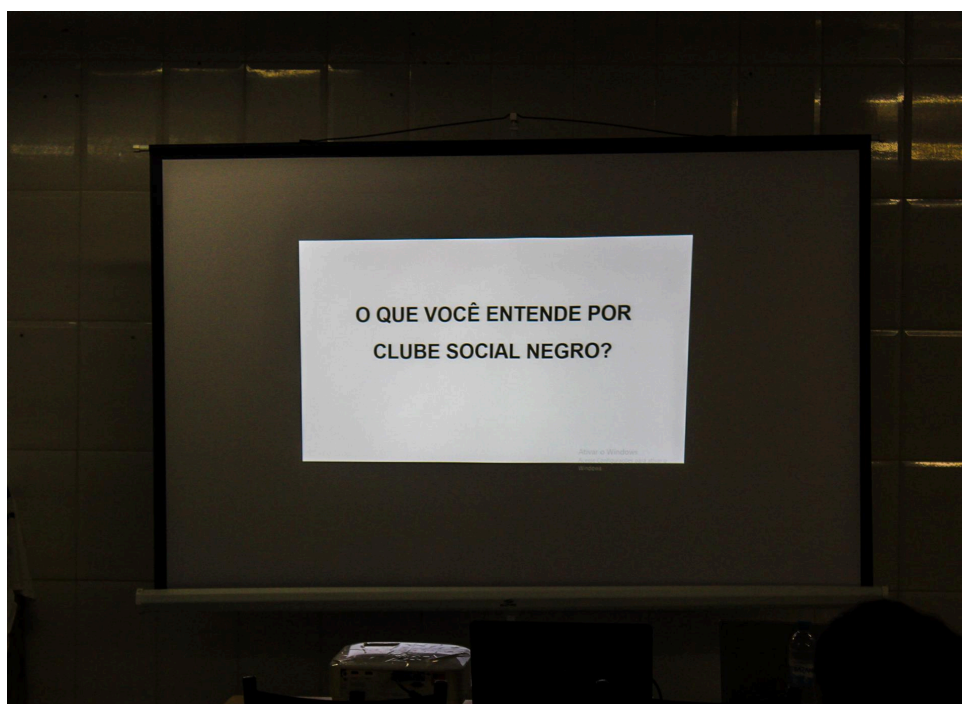


Figura 26 - Apresentação de estágio de Ana Aguilhera no Memorial da ASP, 2024.⁴⁰²



Figura 27 - Apresentação de estágio de Ana Aguilhera no Memorial da ASP, 2024.⁴⁰³

⁴⁰² Do autor.

⁴⁰³ Ibid.

Acompanhando atentamente a apresentação de Ana, estava a historiadora e professora de ensino de História da UFRGS Melina Perussatto, que, respondendo ao chamado da palestrante, analisou rapidamente seu exemplar da coluna “A Nossa História”, avaliando que se tratava da produção de uma teoria da história. Como ouvinte, minha reação imediata foi concordar com a afirmação da professora. Pouco tempo depois, ao escrever sobre o ocorrido no meu caderno de campo, reavaliei minha posição. Não em discordância, mas pretendendo estender essa teoria em esquemas operativos, e não apenas a formas do conhecimento contemplativo.

O campo etnográfico me ensinou um pressuposto ético: que toda afirmação sobre o outro carrega consigo potenciais de mobilização de mundos e indivíduos (da individuação). Minha preocupação, portanto, é se, ao repetirmos a transparência, estamos posicionando (mais uma vez) o outro racializado diante do seu desaparecimento, ou se podemos nos relacionar com a opacidade, manter o conhecimento sob um limite raso (em oposição ao tempo profundo da historicidade moderna) e próximo (em oposição ao distanciamento do tempo histórico). Em jogo nessa afirmação está não apenas uma teoria do texto histórico, mas também da composição do arquivo histórico. É no arquivo — enquanto espaço fenomenológico dado à inscrição discursiva material da memória — que observamos as consequências da teoria.

Em um sentido reverso, podemos decompôr essa teoria a partir do arquivo da ASP, método que chamo de *engenharia reversa* em referência à análise técnica em áreas do design e computação. Isso significa adquirir um dado conhecimento a partir de um produto acabado. Com isso, não pressuponho nenhuma falta, problema ou desvio no arquivo negro. Teorizando sobre sua composição, encontro seus esquemas operativos e deduzo uma axiomática. Nesse ínterim, a engenharia reversa desvela a temporalidade retida na memória negra, que informou o funcionamento vivido da sua inscrição material.

Minha ênfase no arquivo, talvez, convirja com o interesse pelas “historiografias populares”, no que Valdei Araújo nomeou de regime de autonomia discursiva.⁴⁰⁴ Porém, minha intenção com essa abordagem, apesar de se preocupar com a apropriação e a recepção das histórias produzidas na ASP, é atentar para aquilo que o outro traz à cena do conhecimento histórico, enquanto uma opacidade que resiste aos aparatos

⁴⁰⁴ ARAÚJO, Valdei Lopes de. Narrativas populares no Museu Universal: a experiência do tempo para além da história disciplinar. In: AVILA, NICOLAZZI, TURIN, op.cit., 2019. p. 171–209.

discursivos da transparência. Busco na tecnicidade essa resistência, aquilo que Fred Moten chama de “resistência do objeto.”⁴⁰⁵

Abordar a coluna “A Nossa História” dos boletins informativos da ASP enquanto teoria da história, penso, significa atentar para a intervenção que se quer fazer no conhecimento histórico, sobre o papel do Satélite Prontidão enquanto vinculador desse conhecimento e, também, para a utilização criativa da imprensa (o design, a circulação, a forma literária). Nessa composição, uma leitura intercalada dos boletins, como Ana propôs para sua plateia, demonstra o contraste com a imagem negra produzida em outras configurações espaço-temporais. De modo que posso, com ajuda de Ana e Melina, pensar o arquivo prontista enquanto retenção e produção de outra temporalidade.

Em segundo momento, atentando para o design da coluna, facilmente notamos a centralidade do corpo na apresentação da história. A maioria dos textos possui uma reprodução da imagem de uma pessoa negra no centro do texto — quando pego o jornal com as mãos, meus olhos se voltam diretamente para a fotografia centralizada da pessoa negra, quase sempre com o olhar fixado na lente da câmera, apenas depois recuo para a esquerda à procura do texto. O texto abre um espaço histórico — a continuidade histórica, que Beatriz Nascimento defendeu — no qual o icônico surge. As personalidades negras destacadas podem informar um regime historiográfico *magistra vitae*, como avaliou François Hartog,⁴⁰⁶ mas o conjunto dos informativos confundem essa interpretação. Juntos, no mesmo espaço-tempo contínuo da vida negra, lemos sobre Rebouças e Luiz Gama, mas também sobre Deise Nunes, a Miss Brasil de 1986, uma mulher negra que, durante a entrevista, como relatou o texto do boletim do ano de 1999, destacou a importância da leitura na sua formação. Nessa edição, a coluna aproveitou para destacar a própria ASP, que teria presenteado Deise com o exemplar do livro que elogiou em sua entrevista como Miss:

[...] E isso também porque foi justamente aqui, quando estive participando de uma confraternização socio-cultural em 1984, que Deise recebeu de lembrança da ASP o livro “Fala, Crioulo”. Costume esse, aliás, já tradicional, na Satélite-Prontidão, pois seus visitantes sempre recebem, como lembrança, alguma obra, escrita por gente nossa.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ MOTEN, op. cit., 2022.

⁴⁰⁶ HARTOG, op.cit., 2013.

⁴⁰⁷ Boletim Informativo da ASP, ano IV, n.º 33, agosto de 1999. Acervo da ASP.

Essa não é a única ocasião em que a vida negra que circunda a ASP é inscrita na coluna “A Nossa História”. A aprovação de alunos oriundos do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, em funcionamento nos anos 1990 na Associação, também recebeu passagem para a composição do arquivo negro e na retenção da temporalidade. O texto da coluna, no informativo de janeiro de 1999, destacou:

Homenagem singela sem qualquer registro nos veículos de comunicação social, mas com aquela marca, indelével, prenhe de significados para aqueles que, fazendo dos sonhos realidade palpável, então engajados na ideia desta pedagogia alternativa solidária que tem, aqui na Associação Satélite-Prontidão, um Núcleo de funcionamento desde 1996.⁴⁰⁸

O texto denunciou a invisibilidade, combatida pelo registro, e, em seguida, lembrou que, nos anos 1960, candidatos negros eram barrados na Faculdade de Medicina da UFRGS — “[...] não bastava o saber. O matiz da cor da pele era mais importante”⁴⁰⁹ — e terminou elogiando “sonhadores” que quebraram barreiras antes. A redação dos boletins avança e retorna, caminhando entre tempos, não apenas disseminando uma informação histórica, mas inventando uma historicidade.⁴¹⁰ Entre uma sentença e outra, finalizando parágrafos ou separando-os por vírgulas, “A Nossa História” destacou e promoveu o próprio clube, a ASP, sendo postulada, em um regime de autonomia discursiva, enquanto arquivo legítimo para a experiência negra.

A ASP constrói sua historicidade própria através dos boletins informativos, a ASP se candidatava a pilar da autonomia discursiva da vida negra, regente da composição (ao menos de uma parte) do sistema alternativo de realidade que Beatriz Nascimento enxergou ao estender o conceito de quilombo além da fossilização do tempo atávico nacional. Em cheque estão os informativos, mas é em todo o acervo da ASP que enxergamos essa dinâmica de credibilidade e de invenção de um sistema histórico.

Michel Rolph-Trouillot e Hayden White são importantes para compreender do que se trata essa invenção. White disse que, diferente dos sistemas biológicos, os sistemas históricos são fundados em ficções de linguagem, que elegem ancestrais e alicerçam o movimento do tempo histórico.⁴¹¹ Em suma, os sistemas históricos são performativos, por concretizarem o real ao mesmo tempo que se propõem a falar sobre

⁴⁰⁸ Boletim Informativo da ASP, ano IV, n.º 26, janeiro de 1999. Acervo da ASP.

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ A invenção do tempo é um pilar cosmológico de Exu, trabalhado por Muniz Sodré, que recebe destaque no próximo capítulo. Ver SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

⁴¹¹ WHITE, Hayden. What is a history system? In: BRECK, Allan DuPont.; YOURGRAU, Wolfgang. (orgs.). **Biology, History and Natural Philosophy**. Denver: University of Denver, 1972. p. 233–242.

determinada realidade passada.⁴¹² Embora Trouillot concorde na diferenciação entre sistemas históricos e biológicos, e com a natureza ficcional das narrativas sobre o passado, o historiador haitiano advertiu que a linha entre ficção e história é traçada a partir de um centro de credibilidade, que pode variar dependendo da sociedade:

A demanda por um tipo diferente de credibilidade separa a narrativa histórica da ficção. Essa demanda é ao mesmo tempo contingente e necessária. É contingente na medida em que algumas narrativas avançam e retrocedem por sobre a linha que separa ficção e história, enquanto outras ocupam uma posição indefinida, que parece negar a própria existência de uma linha. É necessária na medida em que, em algum momento, grupos humanos historicamente específicos têm de decidir se uma dada narrativa pertence à história ou à ficção. Em outras palavras, a ruptura epistemológica entre história e ficção é sempre expressa concretamente através da avaliação historicamente situada de narrativas específicas.⁴¹³

A verdade histórica, nessa discussão, passa por um processo de decisão que ultrapassa qualquer natureza objetiva dos dados empíricos. De fato, na operação que funda a evidência, é possível encontrar os desígnios do que uma determinada cultura vê enquanto tempo e espaço históricos, ou seja, os desígnios de uma historicidade.⁴¹⁴ O campo etnográfico traz uma vantagem: percebo que essa historicidade, que está sendo fundamentada na separação entre ficções e evidências, não é uma determinação de um ser preexistente, nem de uma natureza humana, mas sim do desdobramento de uma disputa que precede sua invenção, que ocorre em uma cena que já é racializada. Compreendo, com ajuda de Denise Ferreira da Silva, que esse é o cenário composto pela analítica da racialidade.⁴¹⁵ Digo disputa, mas também compreendo como fuga, segurança e cuidado, descrições que, a meu ver, melhor se adequam à sociabilidade dos CSNs.

Ao invés de ver, no arquivo negro, uma variação do pensamento europeu pós-iluminista sobre a historicidade, que por sua localização fora da Europa é, no geral, explicada pela afetabilidade, por casualidades exterior-espaciais (e não interior-temporais, como o sujeito moderno), vejo uma intervenção na temporalidade moderna, não apenas disruptiva, mas produtiva da fuga e do cuidado com a imagem de

⁴¹² Essa afirmação tem inspiração no trabalho da filósofa argentina Maria Inês La Greca, que retrabalhou a obra de Hayden White a partir da teoria da performatividade de gênero de Judith Butler. Ver LA GRECA, Maria Inês. **Historia, figuración y performatividade**: crítica y persistencia de la narración en la Nueva Filosofía de la Historia. 289f. Tesis (Doctorado en Filosofía) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013 e LA GRECA, Maria Inês. A narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma historiografia progressista refigurado através da teoria da performatividade de Judith Butler. In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Veronica (org.). **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-História. Serra, ES: Mil Fontes, 2017.

⁴¹³ TROUILLOT, op. cit., 2016, p. 30

⁴¹⁴ Para uma discussão sobre a evidência histórica, ver HARTOG, François. **Evidência da História**: os que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁴¹⁵ SILVA, op.cit., 2022.

si. Seguindo Silva, observo a memória prontista negando os três pilares ontoepistemológico do tempo moderno homogêneo e vazio: a separabilidade, determinabilidade e a sequencialidade, que sustentam que todo conhecimento sobre o humano passa pela delimitação (ou particularização) de um espaço-tempo apreendido pelo mundo dos sentidos.⁴¹⁶ Esse movimento de fuga é constante; é ensaiado pela implicação da vida negra com o tempo nacional, quando avalia as contribuições, por exemplo, de André Rebouças “[...] para o aceleração do progresso, do desenvolvimento e da cultura em nosso país”,⁴¹⁷ e, em seguida, acusa a historiografia de uma dívida com Rebouças — a mesma dívida que Richard Guterres Alves, presidente da ASP durante meu tempo de campo, atribui à prefeitura de Porto Alegre com o Satélite Prontidão.

Essa dívida é o mundo implicado; é reconhecer um contínuo no qual não é possível separar a vida negra entre passado e presente, ou isolá-la em um registro etnográfico. A negridade nega os pilares do tempo profundo da disciplina histórica e introduz o tempo do raso, do rastro e da relação, um tempo que age para erodir o mundo ordenado (o mundo sustentado pelas operações do arquivo colonial) e faz emergir o mundo implicado: “a negridade como matéria aponta para o ∞ , a figuração do mundo sem o Espaço e fora do Tempo, ou seja, *Corpus Infinitum*”.⁴¹⁸ Os boletins informativos da ASP demonstram esse arquivo operando em fuga do tempo. Afinal, “A Nossa História” engloba Rebouças e Luiz Gama, e também Anderson, o jovem que quebrou a barreira racial do vestibular da UFRGS, e Deise, a miss que defendeu o valor do estudo para as demais jovens negras.

⁴¹⁶ SILVA, op. cit., 2019, p. 76.

⁴¹⁷ Boletim Informativo, ano 3, n.º, janeiro de 1998. Acervo da ASP.

⁴¹⁸ Nesse caso, a filósofa reafirma que a negridade enquanto categoria serve o mundo ordenado porque significa e autoriza a violência. A negridade, sugere, pode ser um “um guia para pensar, um método de estudo, uma socialidade ilimitada”. SILVA, op. cit., 2019, p. 73.

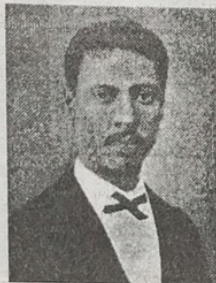
A NOSSA HISTÓRIA

Em plena efervescência político-social, com relevo para a Revolta dos Malês, nascia em Cachoeira, Bahia, no dia 13 de janeiro de 1838, um menino negro cuja atribulada e operosa existência a história oficial ainda está a lhe dever um espaço especial.

Referimo-nos a André Pinto Rebouças, filho de Antônio Pereira Rebouças (advogado e político atuante) e de Carolina Pinto Rebouças.

André Rebouças não foi tão somente, como quase sempre é apresentado, um engenheiro. E, diga-se de passagem, um engenheiro notável (na profissão foi o primeiro a defender junto ao Império o exercício da engenharia no Brasil por engenheiros brasileiros; foi o primeiro a usar modelos reduzidos no desenvolvimento de projetos; foi o primeiro a realizar determinações experimentais com concreto e argamassa "Portland" etc. etc.)

Mas, além disso tudo, Rebouças teve marcante atuação nos movimentos abolicionistas, no magistério, na imprensa, na política, no meio empresarial e nas artes (Carlos Gomes muito ganhou com a amizade que sempre os uniu).



Como se pode constatar, neste simples registro de algumas facetas do seu perfil, André Rebouças contribuiu, assim, decisivamente para o aceleramento do progresso, do desenvolvimento e da cultura em nosso país. E, conseqüentemente então, a historiografia oficial continua - passados 160 anos de seu nascimento - a lhe dever os créditos capazes de pagar a dívida centenária que sua múltipla atuação está exigindo.

Com a certeza de que, com esta Seção, estamos colaborando, também, para que "A Nossa História" fique mais conhecida, reproduzimos, agora, estas palavras de André Rebouças, proferidas quando recusou sua reintegração na Escola Politécnica: "Tenho escrúpulos de faltar à coerência; tenho escrúpulos de aviltar a dignidade pessoal; tenho escrúpulos de quebrar a integridade do meu caráter. É terrível o tribunal da nossa consciência. Não há sofisma possível. A linha reta; a linha reta absoluta. Nada de curvas e vacilações. Eu creio que esta lição prática de caráter vale mais que todas as lições de Ciência que eu pudesse dar na Escola Politécnica."

Figura 28 - Coluna A Nossa História.⁴¹⁹

⁴¹⁹ Ibid.

A NOSSA HISTÓRIA

Em maio de 86, a revista "Manchete" deu capa inteira para a nova Miss Brasil: a nossa sempre bela e simpática Deise Nunes de Souza. E, nas páginas dedicadas a esta autêntica beleza negra, encontramos estas palavras:

— Lendo, recentemente, o livro do Haroldo Costa, "Fala, Crioulo", eu pude ter uma noção exata do que é o pensamento do negro brasileiro. Os depoimentos contidos naquele livro são chocantes, fortes. E, por isso, me impressionaram muito. "Fala, Crioulo" me ajudou a realizar uma redescoberta da minha negritude. Me ajudou também a apreciar melhor os trabalhos de uma Zezé Motta ou Milton Nascimento, Milton Gonçalves, Zózimo Bulbul e outros negros que estão por aí, lutando e tentando mostrar que somos uma parcela importante na população deste Brasil grande. Somos uma maioria silenciosa e trabalhadora que não deve e não pode ser desprezada ou marginalizada. E se o meu título de Miss Brasil puder contribuir para que uma pequena parte deste caminho seja percorrido, tudo valeu a pena.

Bem: em meio aos problemas e dificuldades que atormentam a vida de quem está à frente de



alguma entidade que luta contra a escassez de recursos para dar cobertura as inadiáveis despesas administrativas, a lembrança de um depoimento como este é por demais gratificante. E isso também porque foi justamente aqui, quando estive participando de uma confraternização sócio-cultural, em 1984, que Deise recebeu de lembrança da ASP o livro "Fala, Crioulo". Costume esse, aliás, já tradicional, na Satélite-Prontidão, pois seus visitantes sempre recebem, como lembrança, alguma obra, escrita por gente nossa.

Pelo exposto, facilmente se constata que a nossa Miss Brasil-86 leu e aproveitou, muito bem, o conteúdo do livro de Haroldo Costa. E como este espaço

- A Nossa História - procura registrar fatos ou ocorrências que possam de alguma forma contribuir para o resgate da história dos afros-brasileiros, é que - entendemos - merece destaque, também, esta declaração da nossa querida Deise:

- Tenho a consciência de que estou abrindo as portas para que outras negras possam perder o medo e enfrentar as barras que pintam por aí.

Figura 29 - Coluna A Nossa História.⁴²⁰

⁴²⁰ Boletim Informativo da ASP, ano 4, n.º agosto de 1999. Acervo da ASP.

A NOSSA HISTÓRIA

Dias atrás, a Sala 301 da Faculdade de Educação, da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vivenciou, como diria o poeta Cruz e Souza, **momentos soberanos** quando a Diretoria da ASP, a Coordenadoria e Professores do Curso Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares e convidados especiais se reuniram para comemorar três jovens guerreiros. Sim: Anderson Cléton Almeida Cruz Silveira, 19 anos, passou no Vestibular de Medicina da UFRGS; Vera Regina Rodrigues da Silva passou no Vestibular - Curso de Ciências Sociais - também da UFRGS; e Carla Martins, no Vestibular da FAPA - Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras.

Homenagem singela sem qualquer registro nos veículos de comunicação social mas com aquela marca, indelével, prenhe de significados para aqueles que, fazendo dos sonhos realidade palpável, então engajados na ideia desta pedagogia alternativa solidária que tem, aqui na Associação Satélite-Prontidão, um Núcleo em funcionamento desde 1996.

Na ocasião, entre manifestações de carinho e



amizade tributadas aos três alunos do Curso Zumbi dos Palmares, houve um pronunciamento que retrata, com realce, a dimensão exata do profundo significado do feito do nosso Anderson, aluno do Núcleo do Zumbi aqui da nossa ASP.

Sim: tempos atrás, década de 60, candidatos negros eram barrados nos exames vestibulares da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Não bastava o saber. O matiz da cor da pele era mais importante. E, entre as vítimas desse perverso critério, devemos lembrar, aqui, de dois sonhadores que tiveram de ir ao Rio de Janeiro para prestar exames para poderem ingressar, posteriormente, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Esses sonhadores, dois verdadeiros desbravadores, foram: Tapir Castro Nascimento, conceituado médico clínico e pediatra; e Veridiano Farias, médico já falecido.

A caminhada do Anderson não será nada fácil. Sabemos. Mas com determinação, garra, estudo e muito axé conseguirá, sem dúvida, chegar lá como chegaram o Dr. Tapir e o Dr. Veridiano.

Figura 30 - Coluna A Nossa História.⁴²¹

⁴²¹ Boletim Informativo da ASP, ano IV, n.º 26, janeiro de 1999. Acervo da ASP.

Quando eu e Karla propomos pensar as tecnologias quilombolas, queríamos enfatizar essa fuga em operação no arquivo negro. Mas o cuidado de si era tão importante quanto fugir; por isso, também dizemos que as tecnologias quilombolas existem longe e próxima, aqui e lá, sem a determinabilidade sobre a qual Silva nos diz. Os CSNs mantêm uma proximidade com o espaço urbano segregado a fim de cuidar desse mundo compartilhado, inclusive do meio ambiente, do planeta. O componente do cuidado e da recuperação da imagem, quando situado nas tecnologias quilombolas, significa uma ética que vai além do antagonismo da política da representatividade e se estende para além da produção dos espaços seguros.

Quando Beatriz Nascimento afirma que “é preciso tornar-se visível”,⁴²² a autora lança mão da ideia de imagem do corpo da psicanálise que, como afirma Françoise Dolto, “[...] *é a síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetitivamente vividas através das sensações erógenas eletivas, arcaicas ou atuais*”.⁴²³ Essa síntese age na individuação do Eu, opera como “[...] memória inconsciente de todo o vivido relacional e, ao mesmo tempo, ela é atual, viva, em situação dinâmica, simultaneamente narcísica e interrelacional”.⁴²⁴ A imagem do corpo, diz Dolto, é determinante nas patologias vividas pelo esquema corporal (a experiência imediata, sensível e atual do corpo). Recuperar a imagem, nesses termos, é um procedimento de cura, posterior a fuga.

Quando pensamos os CSNs pelo conceito de tecnologias quilombolas, queríamos destacar a criação dessa sociabilidade, dos mútuos encontros, que compõe outra imagem da negritude. Ao mesmo tempo, víamos outra individuação a partir de um cuidado com o mundo, da invenção de um modo de viver nesse mundo, que as diversas relações dos clubes negros demonstram, que se estendem com e além da vida negra. Sem extrapolar meu dizer sobre o campo histórico e etnográfico vivido no arquivo negro, afirmo apenas que as tecnologias quilombolas nos trazem outro texto para pensar a política sobre a memória.

O desafio da velha guarda prontista, hoje, é estender essa tecnicidade preta retida no arquivo do Satélite Prontidão, na memória inscrita nas materialidades do acervo, para outras gerações. Trata-se da comunicação dessa memória — da imagem do corpo — com a juventude negra. Para isso, o trabalho árduo envolve compreender o estágio

⁴²² NASCIMENTO, op. cit., 2018, p. 333

⁴²³ DOLTO, Françoise. **A imagem inconsciente do corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 14. Destaque da autora.

⁴²⁴ Ibid., p. 14–15.

no qual a racialidade se inter-relaciona, quase se confunde, com a tecnicidade do regime sociotécnico computacional-cibernético-digital. Em termos simples: para que servem os clubes negros hoje? Essa é a pergunta que Ana se esforçou para responder em seu trabalho de estágio, no qual os boletins informativos foram conduzidos a uma nova existência na comunicação pela educação patrimonial. É isso, afinal, que eu, Karla e minhas companheiras fizemos no Memorial da ASP, apostando todas as nossas fichas na memória e na comunicação. É, por fim, esse trabalho que as tecnologias quilombolas tentam simbolizar e estender.

4. Conclusão: um adeus a minha amiga

Neste capítulo, esforcei-me para descrever uma parte importante do meu período de campo etnográfico, que foi compartilhar a produção teórica com minhas companheiras, especialmente Karla. A discussão sobre a política da tecnodiversidade e a proposta analítica da cosmotécnica, do filósofo chinês Yuk Hui, serviu para propor, em ampla escala, uma leitura das políticas da memória com ênfase na tecnicidade. Com isso, a conservação e o direito à memória podem ser entendidos em ressonância com o mundo técnico dos povos, culturas e comunidades. A resistência ao esquecimento e ao silêncio, daqui em diante, passa por assegurar que as operações tecnológicas dessas culturas se mantenham próprias. No caso dos Clubes Sociais Negros, considero a produção dos espaços seguros e, para tanto, a manutenção de suas sedes e da guarda dos seus acervos. Isso passa diretamente por políticas públicas que priorizem esses componentes para os clubes.

As tecnologias quilombolas, conceito que imaginei com Karla, informam uma leitura do arquivo negro com ênfase na tecnicidade preta. Nossa inspiração na obra de Maria Beatriz Nascimento descreveu a axiomática do arquivo negro com base nas operações principais que compõem as sociedades alternativas quilombolas: a fuga, o encontro, o cuidado e a recuperação da imagem. Apenas meses depois, vivendo outro estágio do campo etnográfico, presenciei as potencialidades das tecnologias quilombolas através do trabalho colaborativo com Ana, Jane, Sônia e Richard na inauguração do nosso espaço físico. Minha análise dos boletins informativos da ASP baseou-se nas intervenções de Ana, Melina e demais presentes naquela manhã de agosto, estendendo suas vozes e diálogos em outras direções. Compreendo aquele momento enquanto possibilidade criada pelas tecnologias quilombolas, ao mesmo

tempo que promove o encontro de pessoas que querem tornar inteligível a realidade na qual elas se encontram. O conhecer e o viver andam juntos, não podem ser conceituados em separado.

Quem sabe, a prova disso seja o fato do Memorial da ASP ter se tornado parte da memória de Karla, minha amiga, de quem agora me despeço.

Em 2023, enquanto iniciava minha carreira como docente no município de Porto Alegre, o Memorial da ASP parou suas atividades. Karla entrava e saía das sessões de quimioterapia. Ela havia descoberto um tumor de Krukenberg, uma doença rara que afeta especialmente mulheres. Não havia cura para essa intrusão em seu corpo. Amanda, minha amiga, retornou algumas vezes do seu mestrado no Rio de Janeiro para apoiar seu pai e seu irmão. Em junho de 2023, resolvemos retomar nosso trabalho após Karla insistir com Richard que nos ajudasse. Nesse momento, Richard se aproximou de mim e de Jane. Buscou em nós o apoio para concretizar o sonho da esposa em vida: o espaço expositivo do Memorial.

Em 15 de julho, Karla finalizou sua passagem e nos deixou sem orientação, sem saber o que faríamos a partir daquele momento. Foi preciso nos abraçar, sermos suporte umas para as outras, e retomar os passos da nossa companheira. No decorrer desta tese, minha interlocução com Karla seguiu no campo como uma comunicação com a minha memória e meu trabalho de luto. Essa experiência foi crucial para compreender todas as consequências das hipóteses desta pesquisa e de toda dimensão ontoepistemológica das tecnologias quilombolas. Espero que, em tudo o que a leitora leu nessas páginas, eu tenha conseguido transmitir o mais importante desse tempo: a profunda saudade e admiração pela minha amiga.

Nós, da equipe do Memorial, seguimos suas lições. O espaço expositivo do Memorial da ASP recebeu o nome de Karla dos Santos Guterres Alves, em memória da nossa professora.

Capítulo 3

ANCESTRALIDADES EM REDE:

O MOVIMENTO CLUBISTA, O DIGITAL E A LUTA PELO PATRIMÔNIO

Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.

Aforismo nagô

Exu pertence visceralmente à comunicação [...] Com Exu, não há começo nem fim, porque tudo é processo e, ao se constituir, cada realidade afeta outra para além do espaço-tempo.

Muniz Sodré⁴²⁵

Como responsos, o tempo vai e volta em espirais e nos reinaugura em suas cinesias. Em seus voltejos, somos.

Leda Maria Martins⁴²⁶

Inovação. Não confundir inovação com trabalho individual, autocentrado. Não, não. Não é isso. Coletivamente inovar, sem perder as nossas características da comunidade negra. Nós temos que inovar, temos que nos atualizar, temos que escrever. Temos que analisar em que ambiente nós estamos, fazer a ligação com a nossa tradição, com a tradição negra, do trabalho da comunidade negra, que é voltado para o coletivo. Voltado para o coletivo. [...] Os Clubes Sociais Negros têm que estar no foco das universidades para que o conhecimento criado no mundo, naquela convivência acadêmica e que é captado também dentro do Clube Social Negro, possa reverter para o Clube Social Negro como novas tecnologias.

Richard Evandro Guterres Alves⁴²⁷

1. Introdução

Karla dos Santos Guterres Alves, mentora do Memorial da Associação Satélite Prontidão (ASP) e minha principal referência no trabalho com a memória negra clubista, faleceu em julho de 2023. Por dias, evitei pensar sobre o que aconteceria com seu legado, nosso trabalho e esta pesquisa de tese. Naqueles dias, fui tomado por uma anestesia. Era como se ventasse muito forte, um vento gélido, como de fato ventava durante o funeral de Karla, durante o inverno, e, ainda assim, meu corpo resistisse a sentir qualquer coisa.

Não me lembro qual roupa vesti, nem mesmo do qual meio de transporte tomei até o cemitério. Mas me recordo de Richard, esposo de Karla, muito elegante,

⁴²⁵ SODRÉ, op. cit., 2021, p. 177; p. 187.

⁴²⁶ MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro–RJ: Editora Cobogó, 2021, p. 181.

⁴²⁷ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves, atual presidente da Associação Satélite Prontidão, em 06 de novembro de 2024.

atendendo cada uma das pessoas presentes. Não consigo resgatar suas palavras, embora ainda visualize sua postura altiva durante uma fala sem excessos, não muito longa. Cumprimentei-o, enquanto ele, com certa frieza, me disse: “temos muito trabalho a fazer, Gabriel”. Compreendi que entendia seus deveres. Porém, o modo como me disse aquilo tinha um efeito opaco e efêmero, uma espécie de ritual comum sobre encontrar as frases adequadas para cada um dos indivíduos diferentes e presentes pelo mesmo acontecimento.

Nas semanas seguintes, Jane me questionou algumas vezes sobre as previsões de retorno para o Memorial, repetindo que o melhor que poderíamos fazer era finalizar a abertura do espaço físico. Essas conversas, no entanto, não eram muito assertivas: quem abriria o clube? Quem nos apoiaria financeiramente? Quem justificaria a presença de duas pesquisadoras brancas no espaço negro?⁴²⁸ Sem Karla, eu e Jane estávamos expostos, uma situação onde qualquer questionamento, por mais válido, poderia encerrar as atividades do Memorial da ASP, ao menos naquele tempo. A quem interessava que a memória da ASP fosse organizada, divulgada, ensinada e preservada por “mãos brancas”? Sem a mediação de Karla, a comunidade prontista, com quem acreditávamos ter um diálogo concreto, não existia, ou não estava “presente”, ao menos em comunicação conosco. Éramos dois estranhos entrando e saindo de um clube do qual não éramos associados e que, definitivamente, não fora imaginado para nós. Esses problemas acerca da convivência no campo, tão comum nos manuscritos etnográficos, não cessaram, nem mesmo agora, quando escrevo estas linhas.

Essa situação reforça o risco do pesquisador (branco) em relação à opacidade dos Clubes Sociais Negros (CSNs), algo relativamente independente da intencionalidade de quem pensa e escreve, ou do texto teórico que se utiliza para elaborar uma síntese dos dados empíricos coletados. A problemática, nesse caso, diz respeito a uma contradição axiomática dos CSNs, que intentam preservar a opacidade e o sentido de um espaço seguro. O componente ético do risco na Teoria, como argumentei antes, faz parte da minha resposta a essa situação. Porém, nada disso foi suficiente após a morte de Karla. Onde antes estavam seus projetos e aspirações, instalaram-se as dúvidas sobre prosseguir na mesma trilha e finalizar a pesquisa de

⁴²⁸ No primeiro capítulo, destaquei o protagonismo de Karla e o modo como ela intermediava nossa comunicação com a memória prontista. Até onde Karla e o objeto, a memória negra, se diferenciavam é algo que não pretendo resolver. Ademais, acredito que a não resolução dessa questão é a resposta pertinente a ser dada. A memória e a prática de Karla legaram, para mim, uma construção inorgânica e operacional, uma adição, ou remodelação, que mantenho sob o nome de tecnologias quilombolas.

campo. O que me rodeava, e às demais colegas, eram questões sobre o pertencimento (outra oportunidade para abrir o problema da localidade).

Nossos trabalhos e projetos com a memória da ASP prosseguiram graças ao movimento de Richard, que se apoderou e defendeu o Memorial como uma das principais iniciativas da sua gestão à frente da diretoria do clube. Em suas falas públicas, Richard repetia o lema: “nossa piscina é a memória”.⁴²⁹ Antes de conversarmos sobre isso, eu não sabia sobre a dimensão que a memória e o trabalho de Karla possuíam na vida cotidiana do Satélite Prontidão. Segundo Richard, era o Departamento de Pesquisa e Acervo — composto pelo Memorial da ASP e a Afroteca — o principal responsável por movimentar o clube. Após o adoecimento de Karla, toda a comunidade prontista sentira sua falta. “Eu atribuo essa paralisação [da ASP], primeiro, pelo impacto que foi o adoecimento de uma pessoa que foi muito importante nos anos anteriores para o clube. A Karla foi uma pessoa muito importante para o clube. Muito importante para o clube. Eu acho que o Satélite Prontidão tem uma dívida enorme com a Karla, mas o Satélite Prontidão reconhece isso, reconheceu isso.”⁴³⁰

Uma coincidência — ou um capricho do tempo: a partida de Karla aconteceu às vésperas do primeiro evento na ASP, no ano de 2023, organizado por um grupo de senhoras prontistas. “Ninguém sabia e aconteceu justamente no dia 16 de julho, num domingo. Mas ninguém poderia imaginar que a Karla viesse a falecer no dia 15. Então, no dia 16, que foi o sepultamento da Karla, o clube fez a primeira atividade do ano, dia 16 de julho. Eu lembro”.⁴³¹ Mesmo sob o luto, o evento foi mantido, preservando a base existencial da instituição que Karla tanto amou. Lembro de encontrar várias prontistas durante o sepultamento, especialmente Zila Teresinha, que carregava uma camisa com o símbolo da ASP para sobrepor o caixão. De alguma forma, o Memorial se tornou — na verdade, sempre foi, desde que ingressei para auxiliar Karla — uma demanda do Prontidão; simbolizava uma fase da sua existência. Mas não haveria como saber tal coisa sem a interlocução com Karla, sem a condição de “informante nativa”, como a nomeiei. E, por fim, esses também foram os termos em que eu e Richard passamos a nos relacionar.

⁴²⁹ Anotação no caderno de campo, no dia 01 de setembro de 2023, acerca de uma reunião que acontecera dias anteriores na sede da Faculdade de Educação da UFRGS. O lema subentende uma comparação com outros clubes sociais, frequentados em maioria por classes médias brancas, onde a piscina (ou o entretenimento) é um bem que concentra as sociabilidades do espaço. Em contraposição, Richard ressaltou a centralidade da memória para os clubes negros. Essa fala também enuncia uma fase dos CSNs e da ASP, que se compreendem e demandam reconhecimento como arquivo e patrimônio.

⁴³⁰ Entrevista com Richard Evandro Guterres Alves, concedida no dia 06 de novembro de 2024.

⁴³¹ Ibid.

Nas minhas anotações, não consta o exato dia em que Richard me telefonou e me interpelou para que retomássemos nosso objetivo: a abertura do espaço físico e a homenagem a Karla. Esse registro não é necessário. Todo o momento que se abre entre nossa vinculação e a inauguração do Memorial da ASP decorre dessa apropriação e eleição de Richard, na qual enxergo a extensão da vida de Karla por meio de um trabalho de luto mediado pela memória prontista. Ora esse luto parece individual; ora envolve toda a comunidade prontista. Em outros momentos, anotei que parecia haver uma dimensão maior, que englobava outras pessoas de direito, em destaque as militantes do movimento clubista, que se assemelhava a uma rede de famílias negras se movendo em direção umas às outras, tecendo (re)encontros. Em parte, essa é a dimensão que animou a proposta do conceito de tecnologias quilombolas para destacar a tecnicidade dos CSNs. Mas estou pensando, agora, em algo da dimensão do sagrado, da ancestralidade, sobre a qual a técnica aparece como uma figura, uma singularidade concretizada.

Não sei ao certo em que sentido o luto de Richard, e todo nosso trabalho de luto coletivo sobre Karla, se relaciona com a sua passagem para o plano das ancestrais e com a experiência temporal e espacial que é aberta e modulada pela memória. O que consigo narrar é a extensão desses planejamentos sobre a manipulação da experiência prontista, que ultrapassam a vida de Karla e (descobriria isso algum tempo depois) antecedem sua eleição como guardiã (ou *griô*, nos termos nativos). E, nesse sentido, existe aí uma temporalidade que é comprimida e estendida por meio de performances: antes, por Karla; depois, por Richard e por todos nós do Memorial da ASP, que traz em si a espacialidade que excede o ambiente do CSN. Certamente, há muitas pessoas, mundo afora, que manejam esse tempo nas mãos.

Não posso contar tudo pelo que Richard passou, até porque existiram limites na nossa interlocução no campo. Em certa altura, perdi de vista o distanciamento que estabeleci com Karla a partir de um acordo: a História Pública em troca da inserção no campo etnográfico. Nessa fase, muitas vezes trabalhei em favor de mim mesmo, de uma espécie de dívida que acreditava ter com a memória de Karla. Compartilhava isso com Sônia e Jane, enquanto Richard buscava em nós o auxílio para finalizar o Memorial. Porém, muita coisa aconteceu.

No primeiro dia de setembro de 2023, viajei com Jane e Richard para a cidade de Santa Cruz do Sul, localizada no centro do estado, uma região conhecida pela colonização alemã. Acompanhamos o X Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio

Grande do Sul, sediado pela Sociedade Cultural Beneficente União (SCB União), um clube negro que comemorava seu centenário. Foi minha única estadia em outro CSN durante o tempo no campo etnográfico. Também foi meu primeiro contato com o movimento clubista fora do ambiente universitário — antes, havia participado do Seminário em comemoração aos 150 anos da Sociedade Floresta Aurora, em 2022. No União, as conversas tendiam às questões exclusivamente clubistas, sem maiores interesses em problemáticas acadêmicas. A ocasião estratégica visava a reorganização do movimento regional após a pandemia da Covid-19, que, como pude atestar, foi devastadora para vários clubes no interior do estado.

Abordei, antes, a racialidade implicada no evento pandêmico e de que modo a historicidade participa ao posicionar os CSNs diante da obliteração. Minha vivência no União, além de todos os depoimentos que escutei, corroborou essa afirmação. O objetivo das lideranças clubistas era escolher uma nova executiva regional, devido ao falecimento do ex-presidente Lisandro Paim,⁴³² que se encarregaria de organizar o próximo encontro, com uma estruturação maior. A retomada clubista idealizava realizar um diagnóstico da situação das instituições associadas após a paralisação pandêmica. Richard foi aclamado novo presidente, juntamente com Cristiane Gomes, do Clube Seis de Maio, da cidade de Gravataí, e Letícia Silva dos Santos, presidenta do Floresta Montenegrina, da cidade de Montenegro.

Desses dias em diante, pude cada vez mais enxergar a rede clubista na minha estadia de campo no Satélite Prontidão, à medida que nossas ações eram atravessadas pelos interesses de Richard à frente do coletivo. Neste capítulo, descrevo esse novo ciclo, no qual exploro o conceito de tecnologias quilombolas diante da existência coletiva dos clubes negros. De modo algum se trata de homogeneizar os CSNs, nem mesmo categorizá-los, como poderia ser o objetivo de um trabalho mais robusto, em parte realizado por outras pesquisadoras. Quero somente valer-me dessa existência em rede para retornar ao problema da localidade e da historicidade no trabalho com a memória prontista. No que concerne ao campo e às fontes, esses registros correm em paralelo com nossa retomada no Memorial da ASP. A rede coloca a problemática, muito bem delineada e enfrentada pelo movimento, da contradição entre singularidade e

⁴³² Lisandro Paim era ex-presidente do Clube Seis de Maio, de Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, além de ser reconhecido como militante do movimento negro. Paim também dirigiu o coletivo regional do RS por muitos anos. Sua esposa, Cristiane Gomes, que também foi dirigente do Seis, foi eleita vice-presidenta da executiva dos CSNs do RS durante o X Encontro. Ver: <https://seguite.inf.br/morre-lisandro-paim-uma-das-maiores-liderancas-da-cultura-e-do-movimento-negro-na-historia-de-gravatai/> - Acessado em 15 de janeiro de 2025.

totalidade, apontada especialmente na política de patrimonialização do Estado brasileiro, mediada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sendo assim, neste capítulo, a leitora encontrará uma releitura dessa história a partir do conceito de tecnologias quilombolas, que mira especificamente a realidade técnica dessa existência em rede. Inicialmente, analiso a bibliografia sobre os CSNs (especialmente no RS) e descrevo o conceito operado nos estudos sobre o associativismo e o Pós-Abolição. Esses estudos, como argumento, abrem um novo momento ontoepistemológico na relação entre as universidades e os CSNs. Esse encontro é instável, que envolve um agenciamento duplo dos clubes com pesquisadoras em torno de pautas vizinhas, embora mediados por axiomas que, por vezes, podem ser conflitantes. Em um segundo momento, ativo as tecnologias quilombolas para enfatizar a realidade técnica que subsidia as redes clubistas. Interesse-me, especificamente, no desenvolvimento dos CSNs na era digital e, posteriormente, no embate com o IPHAN. Argumento que, nesses casos, a dimensão técnica é crucial para compreender a historicidade dessas entidades, inclusive a possibilidade histórica aberta pelo movimento de patrimonialização dos clubes. Os efeitos dessa agência são sentidos e documentados em toda parte e animam essa retomada.

Concluo o capítulo com a problemática acerca da historicidade em rede dos clubes negros, que desenha um movimento espiralar dos objetos digitais e da ancestralidade, orientado pela figura mítica de Exu. Não pretendo afirmar que os movimentos clubistas antecedem — como demonstram algumas pesquisas históricas — os objetos técnicos com os quais se relacionam, tampouco que são as redes técnicas que possibilitam, por si só, a existência coletiva dos CSNs. Nem mesmo conseguiria delimitar algo assim. No máximo, destaco essa confluência de redes que sobrepõem a localidade, especialmente na Associação Satélite Prontidão (ASP), a base dos meus registros.

Antes que a leitora prossiga, é muito importante que eu conceda a noção de rede que orienta a descrição das tecnologias quilombolas. A noção de rede que utilizo incide diretamente sobre a teoria da evolução dos objetos técnicos, de Gilbert Simondon, que também compôs minha discussão sobre a memória enquanto tecnologia. Para Simondon, a realidade reticular (em rede) está na origem da relação dos seres humanos com a natureza, quando o mundo é composto por pontos-chave de acesso à realidade: “consiste em limiares, cumes, limites, pontos de transposição ligados uns aos outros por

sua singularidade e seu caráter excepcional”.⁴³³ Os exemplos fornecidos por Simondon são o topo de uma montanha ou a parte mais densa da floresta, que funcionam juntos e interligados. Após o rompimento desses pontos-chave, essas forças e poderes pairam acima do mundo vivido pelos humanos, mas podem ser acessados, em parte, pela religiosidade ou pela tecnicidade.

Os objetos técnicos, afirma Simondon, evoluem tendo, como parte de um devir, o acesso a essas características de fundo, de reprodução de potenciais antes contidos no universo mágico, construindo uma linhagem técnica que se divide verticalmente, em níveis, entre elementos, indivíduos e conjuntos técnicos. Cada um desses estágios é constituído a partir dos anteriores, enquanto atinge graus superiores de ressonância interna — isto é, uma capacidade normativa que define, de forma cada vez mais precisa, o funcionamento de suas próprias partes. Portanto, as redes, para Simondon, são formadas pelos conjuntos técnicos na era da informação, quando englobam as humanas na capacidade de modulação. Simondon compara didaticamente as redes com as ferramentas e os instrumentos:

Com efeito, as estruturas reticulares das técnicas integradas já não são apenas meios disponíveis para uma ação e arbitrariamente transportáveis para qualquer lugar, utilizáveis a qualquer momento. O homem pode trocar de ferramentas e instrumentos, pode construir ou consertar pessoalmente uma ferramenta, mas não muda de rede, não constrói sozinho uma rede: só pode ligar-se à rede, adaptar-se a ela, participar dela. A rede domina e encerra a ação do ser individual, domina até mesmo cada conjunto técnico. Daí provém uma forma de participação no mundo natural e no mundo humano que confere uma normatividade coletiva incoercível à atividade técnica.⁴³⁴

A relação entre os seres humanos e as redes técnicas, portanto, configura-se como uma relação de mediação que insere a definição do indivíduo e a subjetivação em sua própria ação. A existência em conjunto dessas redes retoma os poderes, forças e potenciais que outrora existiam no mundo primitivo. Portanto, as tecnologias quilombolas em fase de rede posicionam a memória negra em um amplo campo de relações que deve ser considerado ao tratar da localidade na História Pública. Além disso, enxergo nessa sobreposição as relações de poder que contrapõem a historicidade própria dos CSNs, a ancestralidade, e a sobredeterminação colonial do Estado e/ou do neoliberalismo digital, até mesmo da produção científica no campo do Pós-Abolição.

⁴³³ SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 251.

⁴³⁴ Ibid., p. 324.

2. O Encontro, a Rede e o Conceito nos Clubes Sociais Negros

Em setembro de 2023, tive a oportunidade de vivenciar o X Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, acompanhando Richard e Jane Mattos.⁴³⁵ Esse evento provocou um forte contraste na minha experiência no campo etnográfico. Em meio às minhas anotações sobre as operações da memória da ASP, vislumbrei outra escala⁴³⁶ da questão com a qual iniciei esta pesquisa, sobre os trabalhos com memória e história nos CSNs. Na presença de várias entidades da região, que possuem semelhanças e alianças históricas, o universo vivido no Satélite Prontidão passou a aparecer para mim como um microcosmo de uma trama mais vasta, densa e uma narrativa muito mais exigente. A observação participante e engajada na ASP me fez anotar similaridades acerca do momento presente dos CSNs: elencando apenas as principais, listo os problemas financeiros, acrescentados pelos conflitos com prefeituras, vizinhos e órgãos de controle (o ECAD, nesse caso, é citado pela maioria dos clubes negros), e fragilidades estruturais e administrativas. Além dessas, os CSNs passam por mudanças importantes em quesitos geracionais, pelo envelhecimento do quadro de associadas e a ascensão de mulheres negras no comando das instituições, que reflete também a intelectualidade orgânica desses espaços.

Também analiso que, como ocorreu na ASP, esses clubes respondem a uma transformação discursiva, que nas últimas duas décadas os posicionam ora como arquivos, ora como vestígios ou ruínas. Em todo caso, trata-se de um teatro de poder no qual a historicidade não é fato dado, como um processo histórico estático a ser reconstruído pelo artesanato das pesquisadoras. Os clubes são artífices nessas tramas, interpelando universidades e órgãos públicos, buscando influenciar políticas públicas em diferentes escalas federativas. Em última instância, os CSNs ativam operações tecnológicas na composição de realidades presentes e passadas. Por meio dela, me refiro

⁴³⁵ Devo pontuar que minhas anotações, como convidado pelo presidente da ASP, Richard Evandro Guterres Alves, depõem sobre minhas impressões do grupo representante da rede clubista e não sobre o conteúdo das discussões ali realizadas. Tomei o cuidado para não adentrar áreas que não me dizem respeito e sobre as quais não tenho autoridade para relatar. Com exceção das minhas anotações de campo, as informações com que trabalho são públicas e podem ser acessadas por diversas outras fontes além das que utilizo e referencio.

⁴³⁶ A referência ao instrumento geográfico é necessária. Em um primeiro momento, com Karla, observei somente o Satélite Prontidão e nosso trabalho no Memorial da ASP. A partir da interlocução com Richard, me distanciei das primeiras anotações (troquei meu caderno de campo e as críticas que recebi durante a banca de qualificação me auxiliaram nessa transição) e passei a compreender a problemática da memória prontista como uma parte (interpelada) do que envolve as redes clubistas, estaduais e nacional. Infelizmente, minha vivência e prática no campo me permitiram acompanhar somente a articulação no RS. Outras redes se formaram, em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo, e elas sugerem uma dimensão muito maior da questão que abordo neste capítulo.

a duplos agenciamentos: os clubes são movidos, movem-se, à medida que buscam reconhecimento, e com isso, interpelam outras instituições e grupos, além de agir internamente, modulando os entes, em um fluxo em rede.

No campo, isso se desdobrou depois da minha vivência com a rede no X Encontro e conforme avancei com a revisão bibliográfica sobre os CSNs. Essa mudança de escala exigiu a reelaboração da questão sobre a memória e a historicidade, uma vez que foi preciso compreender essa realidade reticular. Com esse objetivo, ativei novamente a analítica das tecnologias quilombolas, cuja planta baixa desenhei no capítulo anterior, a fim de enfatizar a realidade técnica que subentende a construção dessas articulações e possibilita um entendimento sobre a temporalidade e a espacialidade. Em outros termos, gostaria de responder: como os CSNs, vistos desde a ótica das tecnologias quilombolas, operam memória e história em uma existência em rede? Quais são as operações tecnológicas que subentendem essa existência histórica?

Minha tentativa de responder essas perguntas é, primeiro, descrever a construção do conceito de CSNs, que, na bibliografia sobre o tema, se dá pela comunicação com as universidades, a pesquisa científica e em demandas por reconhecimento e proteção do Estado. Depois, descrevo as tecnologias que possibilitaram o fluxo de informações e, conseqüentemente, produziram um campo possível para o conceito. Assim, defendo que os CSNs são sempre produtos de intermediações técnicas, que situam a construção de uma alternativa (quilombola) por meio de trocas intensas de informações. Em todo caso, nesses dois momentos do meu argumento deste capítulo, ensaio uma triangulação entre as agentes (a pesquisadora e/ou movimento clubista), a realidade tecnológica (as redes de informação) e o conceito, que compõem assim a historicidade: os encontros, a conceituação (nativa ou não) no jogo discursivo e as realidades técnicas, não sendo possível distinguir qual desses elementos antecede os outros. Eles emergem em correlação, e por isso minha descrição do campo rodopia entre essas três cenas, a fim de rascunhar os fluxos da historicidade. Nas minhas conclusões a esse respeito, recupero a discussão anterior sobre a tecnicidade no plano de fundo da memória no Memorial da ASP.

Me repetindo um pouco — sem querer entediar a leitora — o desafio de descrever o encontro entre CSNs é resistir à explicação da ciência histórica, que por vezes situa essas entidades à beira de um abismo, e que Karla nomeava de “apagamento”, quando se referia à ASP. Com certeza, essa é uma artimanha que abre caminhos para os ataques da especulação imobiliária nos territórios urbanos ocupados

pelos clubes. O União de Santa Cruz é um exemplo. Como disse Marta Nunes, presidenta em exercício, a agremiação investiu em reformas estruturais para proteger seu patrimônio. Além disso, há alguns anos o União trabalha sua memória, e, recentemente, como parte das comemorações do seu centenário, contratou a historiadora Franciele Oliveira para reconstruir a genealogia das famílias fundadoras.⁴³⁷ Outras representantes, durante seus depoimentos no X Encontro, narraram trajetórias semelhantes: a pandemia teve um efeito avassalador nas comunidades clubistas, levando-as ao limite; contudo, várias delas demonstraram força para uma retomada, principalmente por meio de editais governamentais de cultura⁴³⁸. O X Encontro se encaixou nessa retomada: por sugestão de Richard, o lema eleito pelas diretorias presentes para o evento foi o de “reconexão” com o passado.

Luís Carlos Oliveira, presidente da Comissão Nacional dos CSNs, dirigiu a primeira mesa do segundo dia de reuniões, narrando a trajetória dos encontros clubistas no RS e as resoluções dos debates. Sua exposição ativou a memória da rede, revelando, nessas articulações, uma historicidade comprimida, mas que poderia se estender ao passado e ao futuro. O X Encontro me revelou outro dispositivo, além da ASP, que construiu uma agência histórica em larga escala. Descrevo essa cena como um momento ontoepistemológico — mediações entre um modo de conhecer e de viver. No entanto, não faço uma descrição harmônica e homogênea, sequer poderia dizer que escrevo um relato preciso desse objeto, por conta da extensão da pesquisa. Mas ele é concreto e se tornou visível quando o grupo reunido iniciou uma breve discussão, sobre a relação entre os CSNs e as pesquisadoras. A preocupação das pessoas presentes era sobre o controle das informações dos clubes extraídas pelas acadêmicas, que em alguns casos estavam apartadas do coletivo e poderiam chegar a sínteses contraditórias com a existência clubista.

De fato, os CSNs, através de um imperativo categórico, podem ser posicionados em diferentes injunções ontoepistêmicas. Ao interpelá-los enquanto arquivos ou ruínas de um tempo (evidência), a ciência histórica performa o que Mario Rufer chamou de

⁴³⁷ Marta e Franciele contam em entrevista sobre o projeto de memória chamado de Sankofa. Ver RÁDIO GAZETA. Marta Nunes (Presidente da SCB União) e Franciele Oliveira (Historiadora). Disponível em: <<https://soundcloud.com/rdgazeta/marta-nunes-presidente-da-scb-uniao-e-franciele-oliveira-historiadora-18082023>>. Acesso em: 19 jan. 2025. Ver também o documentário produzido pelo União e disponível no seu canal do YouTube. Ver **Documentário Pérola Negra: 90 anos de História da SCB União**. Santa Cruz do Sul: Nawal Produtora; Produtora Pé de Coelho, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ywbG_YvNI>. Acesso em: 29 out. 2024.

⁴³⁸ A mudança no governo federal com as eleições de 2022 certamente foi central para os objetivos dos CSNs.

“metáfora extrativista”, e posiciona esses espaços negros diante do apagamento: “O historiador (ou qualquer investigador cuja matéria-prima seja o arquivo) é isto: um especialista no trabalho espectral, em ordenar aquilo que resta de uma morte”.⁴³⁹ A contradição reside no fato dos clubes serem uma força viva, e se defenderem enquanto espaços vivos, independentemente das diversas estratégias discursivas utilizadas, derivando em divergências com os aparatos ontoepistemológicos das ciências humanas, do Estado e, eventualmente, do Mercado.

O encaminhamento do debate ocorrido no X Encontro foi a confecção de um termo de compromisso padrão para ser assinado entre pesquisadoras e diretorias dos CSNs, diante dos interesses de pesquisa nos seus espaços. Diante disso, foi possível observar a abrangência dessas relações, que envolvem encontros, a rede de clubes negros e, decisivamente, o conceito.

⁴³⁹ “El historiador (o cualquier investigador cuya materia prima sea el archivo) es eso: un experto en el trabajo espectral, en ordenar aquello que resta de una muerte”. Tradução nossa. RUFER, op. cit., 2016, p. 161.



Figura 31- Fachada da Sociedade Cultural e Beneficente União (SCBU).⁴⁴⁰



Figura 32 - Richard durante fala no X Encontro de CSNs do RS.⁴⁴¹

⁴⁴⁰ Do autor.

⁴⁴¹ Do autor.



Figura 33 - Jane Mattos e Richard durante X Encontro dos CSNs do RS.⁴⁴²

⁴⁴² Do autor.

2.1 O momento ontoepistemológico clubista: Pós-Abolição e associativismo

Como Petrônio Domingues⁴⁴³ avaliou, as pesquisas sobre os Clubes Sociais Negros estão inseridas no campo de estudos sobre o Pós-abolição e se apresentam, segundo o autor, como uma experiência de uma categoria mais ampla, a do associativismo negro. O associativismo é uma categoria que remete às alianças entre pessoas negras, descendentes de africanas, e suas estratégias de resistência ao racismo nos seus diferentes contextos. Essa categoria está inserida em um projeto historiográfico, a formação de um campo científico, que diz respeito à evidenciação de uma continuidade (temporal e espacial) entre o fim da ordem jurídico-econômica escravocrata e a configuração política republicana, bem como suas relações de poder e produções de cultura. Assim, as historiadoras Hebe Mattos e Ana Maria Rios definem o Pós-abolição:

Trata-se, fundamentalmente, de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que, por sua vez, a definição e o alcance desses direitos estiveram diretamente relacionados com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais.⁴⁴⁴

Essa área resulta de outras linhagens historiográficas de inspiração marxista — a história vista de baixo, os estudos sobre escravidão e liberdade — mas busca desenvolver um projeto ético-político em que se presta atenção às agências das últimas gerações de africanas escravizadas na composição da vida pública. Ainda, segundo Mattos e Rios, trata-se da “recuperação da historicidade” do desmanche escravista, a fim de “conseguir historicizar também as formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais.”⁴⁴⁵

Os avanços do Pós-abolição na historiografia são inegáveis. No entanto, o atrelamento entre as vidas negras e a ordem jurídico-econômica à qual estão submetidas — através da historicidade, um instrumento da episteme interpretativa das ciências humanas — reposiciona o horizonte de obliteração sobre a qual discorre Denise Ferreira da Silva.⁴⁴⁶ Em outras palavras, as críticas de Fernando Baldráia aos estudos da escravidão no Brasil, nos quais o autor evidencia uma sincronização temporal

⁴⁴³ DOMINGUES, op. cit., 2023.

⁴⁴⁴ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004, p. 191.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 191.

⁴⁴⁶ Sobre a relação entre a racialidade e a ordem jurídico-econômica, ver SILVA, Denise Ferreira da. *Unpayable Debt*. London: Sternberg Press, 2022.

eurocêntrica das práticas de resistência negra, também podem, em parte, ser estendidas ao Pós-abolição⁴⁴⁷. Talvez as autoras desse campo não enxerguem as associações negras como “pré-políticas”,⁴⁴⁸ a exemplo das antecessoras marxistas, contudo, suas capacidades figurativas seguem limitadas quando reposicionam as realidades negras em historicidades submetidas à reprodução do regime republicano.

Inserindo-os enquanto “objetos” no projeto do Pós-abolição, Domingues aborda os CSNs como “uma das modalidades do associativismo negro”.⁴⁴⁹ Com essa redução, Domingues prossegue com uma revisão bibliográfica temática, destacando a produtividade e a criatividade do campo. Algumas referências de época podem ser destacadas dessa discussão, entre outras contribuições: os CSNs são tratados como objetos de pesquisa pela primeira vez no trabalho do sociólogo da escola paulista Oracy Nogueira, que investigou a trajetória do Club Recreativo 13 de Maio, da cidade de Itapetininga;⁴⁵⁰ os clubes negros foram referenciados como espaços de integração e ascensão social, criando uma negritude distintiva,⁴⁵¹ a exemplo da clássica monografia de Thales de Azevedo, que faz menção às associações recreativas em Salvador–BA⁴⁵²; existiu um hiato entre os anos 1960 e 1990 de pesquisas acerca dos CSNs, rompido pelos estudos sobre o associativismo negro, especialmente em São Paulo;⁴⁵³ nos últimos 20 anos, as pesquisas sobre os Clubes Sociais Negros se multiplicaram, com atenção ao Rio Grande do Sul.⁴⁵⁴

Domingues destacou o caráter polissêmico denotado pelas pesquisas sobre os clubes negros, que comungavam ações de assistência social, de entretenimento, de financeirização, de educação e treinamento profissional, além de centros de formação política. Os CSNs fizeram alianças amplas e continuam fazendo, com outros espaços negros, desde centros religiosos de matriz africana até escolas de samba. Dada essa

⁴⁴⁷ BALDRAIA, op. cit., 2017.

⁴⁴⁸ Na verdade, fala-se o oposto, do associativismo enquanto uma experiência própria da política negra. Por exemplo, ver SILVA, op. cit., 2017.

⁴⁴⁹ DOMINGUES, op.cit., 2023, p. 3.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 6.

⁴⁵¹ De fato, essa afirmação é recorrente na memória de frequentadoras do Satélite Prontidão e demais Clubes Sociais Negros. Anotei essa característica vinculada a ASP a partir do relato do ex-presidente Elói Dias dos Angeles. O elemento de cor, no relato, se confunde com a classe: o Satélite era dos “mais claros” em oposição ao Floresta Aurora. Não há mais evidências de que essa significação fosse duradoura ou circunstancial, quero dizer, sobre o caráter polissêmico dos CSNs, uma vez que outras instituições relatam experiências distintas.

⁴⁵² Ibid., p. 7. Sobre a monografia descritiva de Thales de Azevedo e o projeto político ao qual estava vinculado, junto à Unesco no Brasil, ver GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Voltando a Thales de Azevedo: *As elites de cor*. Cap. 5. In: **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo–SP, Brasil: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

⁴⁵³ DOMINGUES, op.cit., 2023.

⁴⁵⁴ Ibid., p.8-9.

característica mutável, é certo afirmar que a base existencial dos CSNs seja o encontro, e não necessariamente os serviços (a finalidade) que prestavam.⁴⁵⁵ Independentemente da sua concordância com essa afirmação, Domingues percebeu os limites da bibliografia e recomendou uma “visão endógena” dessas agremiações:

Deixando de lado, assim, a visão exógena que ainda se faz presente em algumas abordagens, cabe adentrarmos nos clubes negros, na tentativa de compreendermos como e por que os membros afiliados (homens e mulheres) não só fizeram deles um elemento central de sua experiência, mas como, a partir dessas agremiações, procuraram, na medida do possível, afirmar e legitimar seu protagonismo na vida social da cidade e do país.⁴⁵⁶

Essa “visão endógena” que (corretamente, ao menos assim acredito) Domingues advogou em seu artigo solicita das pesquisadoras outras ferramentas, que não somente as usadas para a simples extração de informação (a base ontoepistemológica da transparência, segundo Denise Ferreira da Silva). Requer, na verdade, a defesa da opacidade dos CSNs, sua não redução aos termos, estrategicamente vinculados pelo associativismo, em lutas de integração aos regimes discursivos da política.⁴⁵⁷ Não digo apenas das informantes nativas, da observação e da etnografia, mas de analogias entre operações conceituais advogadas pela antropologia simétrica. Nas palavras de Viveiros de Castro, “é comprometer-se com o projeto de elaboração de uma teoria antropológica da imaginação conceitual sensível à criatividade e reflexividade inerentes à vida de todo coletivo, humano e não-humano”.⁴⁵⁸ No caso dos clubes negros, e da trajetória que esse objeto científico possui, como bem narrou Domingues, toda problemática parece se relacionar, na verdade, com o próprio conceito.

De fato, pensando na nomenclatura utilizada pelos clubes, os nomes variam com um eixo comum, a alusão à liberdade, como disse o poeta Oliveira Silveira,⁴⁵⁹ em alguns casos, com referências à abolição ou a figuras do abolicionismo. A antropóloga Geslline Braga advertiu que a alcunha de Clubes Sociais Negros decorreu do pedido de registro dessas instituições como patrimônio imaterial, “[...] o que inclusive dificulta a identificação dos clubes, inicialmente. As relações entre as subjetividades podem estar

⁴⁵⁵ Enfatizo essa distinção entre abordar a causa-efeito dos clubes, enquanto veículo de uma operação que ultrapassa a entidade, e seu funcionamento, sua base existencial. Trata-se de uma relação entre transcendência e imanência, mas sobretudo entre o que é próprio e impróprio para os clubes negros. Essa discussão ganha melhores contornos ao abordar a realidade técnica dos CSNs.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 22.

⁴⁵⁷ Penso aqui no excelente trabalho de Paulina Alberto sobre os termos vinculados pelas organizações negras no Brasil em diferentes períodos históricos, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo: ALBERTO, op. cit., 2017.

⁴⁵⁸ VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., 2018, p. 25.

⁴⁵⁹ SILVEIRA, Oliveira. Clubes Negros no Brasil. NÚNCIA, Jaime Benedito Alves; ALVES, Nereidy Rosa; VARGAS, Giane da Silva (Orgs.). **Floresta Aurora: 150 anos fazendo história**. Porto Alegre-RS: Libretos, 2022, p. 35–37.

sujeitas a certa intermediação do pesquisador, responsável por mapear as subjetividades e por vezes reconectá-las”.⁴⁶⁰ Segundo Braga, a identidade dos clubes derivou de certa interpelação conceitual, arregimentada ao nível nacional justamente pela rede de CSNs — inclusive, a autora contou sua participação no mapeamento capitaneado pelo IPHAN e pela Fundação Palmares e que produziu um relatório sobre a situação dessas entidades no país.⁴⁶¹

Dessa forma, pode-se dizer que os encontros dos CSNs produziram e/ou influenciaram diretamente o conceito (factualmente, esses períodos coincidem), que confeccionou, por sua vez, uma rede, enquanto esta rede retornou aos clubes como interpelação: encontro, rede e conceito. Trata-se de uma situação na qual os processos ocorrem em diversas direções, fazendo dos CSNs mais do que agentes históricos, mas tecnologias que (re)produzem uma ontoepistemologia, criando contrapesos à ciência e ao Estado, eventualmente agenciando representantes públicos e intelectuais, sem, contudo, se reduzirem a outros espaços em nenhum desses momentos. Diga-se que, caso soe didático, os próprios clubes e sociedades negras figuram como o Outro do conceito de Clubes Sociais Negros.

Não foi pouca coisa o que aconteceu em Santa Cruz do Sul. As diretorias presentes estavam, cada qual em sua região, se reerguendo após o período pandêmico e toda sorte de descasos do poder público. Um acúmulo, é verdade. A locomoção foi financiada pelas próprias representantes clubistas e, ainda assim, se apresentaram em um bom número no União. Vivenciar esse espaço, como tive a possibilidade, além de conversar com outras lideranças clubistas e ouvir sobre suas iniciativas de memória e salvaguarda de acervos, foi a experiência de um conceito, ou o próprio conceito como experiência. As analogias entre um e outro, entre procedimentos intelectuais simétricos, demonstram não apenas a movimentação de um “campo emergente”, mas da formação de um coletivo e de um momento ontoepistemológico ímpar. Melhor dizendo, de uma diplomacia epistemológica, a tentativa de figurar uma cosmopolítica nos eixos do Pós-abolição e estudos da memória social.

É importante dizer: o conceito de CSNs é deslizante a depender dos aparatos científicos sobre o qual é abordado. Ele (res)surge das problemáticas enfrentadas na coletividade e traduz operações que a rede possibilita. Observo uma (re)ativação da realidade (reticular) que, no entanto, existe apenas conforme esses movimentos

⁴⁶⁰ BRAGA, op. cit., 2019, p.56.

⁴⁶¹ LIMA; SILVA, op. cit., 2015.

continuam acontecendo. Em suas palavras, seguindo os estudos de performances, Braga fala sobre a simetria entre o imaginado e o real,⁴⁶² atestando que os CSNs, enquanto “lugares imateriais”, agem na criação de uma realidade presente-passada: “a retomada dos clubes, o interesse por suas histórias e a patrimonialização são capazes de recriar o real passado, no qual branqueamento e invisibilização foram projetos culturais de Estado”.⁴⁶³ Nesse exato sentido, da figuração do passado, essas entidades reagem e desafiam o que o filósofo Victor Galdino chamou de estatuto ontológico imaginal da raça,⁴⁶⁴ de onde advém sua capacidade de produzir um real-concreto a partir de uma ficção, desestabilizando a separação vivida entre os dois.

Quero dizer que a relação entre universidades, polos de produção de conhecimento científico e os CSNs é horizontalizada pela existência de uma rede que exerce uma coerção na pesquisadora, impondo normas e limites, e, por fim, uma historicidade sobre a qual se pode imaginar.

Nesse quesito, a museóloga Giane Vargas, uma das principais referências acadêmicas clubistas no país, demonstrou bem essa relação entre uma crescente força normativa da rede clubista e a produção do conceito. Em sua dissertação de mestrado, Vargas narrou desde os primeiros planos museológicos para a Sociedade Ferroviária 13 de Maio, clube ligado à classe trabalhadora negra de Santa Maria-RS, até a nacionalização das demandas dessas instituições e a realização do primeiro Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, na mesma cidade, com participação massiva de entidades do sul, sudeste e nordeste.⁴⁶⁵ Nesse entremeio, também como estratégia para legitimar teoricamente o pedido de registro no inventário do IPHAN, Vargas nomeou os CSNs de “lugares de memória”, baseando-se no debate francófono e bem desenvolvido no Brasil sobre a pertinência de proteção de locais que concentram práticas culturais e sociais.⁴⁶⁶ No caso desses espaços negros, debate-se a possibilidade

⁴⁶² BRAGA, op. cit., 2023.

⁴⁶³ BRAGA, op.cit., 2019, p. 22.

⁴⁶⁴ GALDINO, Victor. Então eu cantaria porque saberia como é ser livre: sobre o estatuto ontológico da raça. In: **Imagens da raça: ensaios sobre raça e racialização**. São Paulo: Glac edições, 2024.

⁴⁶⁵ Retornarei a narrar a organização clubista adiante, quando destaco as ferramentas técnicas utilizadas pela rede. Desde já, no entanto, corrobora meu argumento a supressão do termo “Sociedades” na realização do segundo encontro da rede, ocorrido em Sabará-MG, em 2010. Isso indica a concretização do conceito de CSNs nos anos de articulação.

⁴⁶⁶ ESCOBAR, op. cit., 2010. Baseados no trabalho de Giane Vargas, outros estudos se referem aos CSNs enquanto “lugares de memória”, ver CRUZ, Matheus. **Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço**. (Rio Grande-RS, 1969–1992). 118f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014; WEBER, Lucinéia Inês. **Memórias de um Clube Social Negro: sociedade cultural ferroviária treze de maio**. 71f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011; e WEBER, Lucinéia Inês; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Museu Treze de

de políticas públicas voltadas para culturas urbanas, de simples reuniões cívicas, centradas muitas vezes no entretenimento, onde se realizava nada além da comunhão e formação de vínculos afetivos e de parentesco na comunidade negra. E talvez resulte disso o contrapeso enfrentado pela rede clubista: a exigência sobre o Estado admitir que os clubes negros ainda configuram (um dos muitos, mas ainda em minoria) espaços seguros.

Giane Vargas sedimentou outros termos na relação entre os CSNs e as universidades através da sua pesquisa-ação no Museu Treze de Maio, o antigo clube de Santa Maria–RS, no acervo do Clube 24 de Agosto, em Jaguarão–RS⁴⁶⁷ e na Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, em Porto Alegre–RS.⁴⁶⁸ Essas iniciativas defenderam os acervos dessas instituições como um patrimônio importante da história negra no Brasil. Mas me interessam os termos vinculados, que, assim acredito, traduzem a atualidade de um conceito, que opera, com certa autonomia, na rede clubista. Ao presenciar as articulações do X Encontro e contrastá-las com o discurso trabalhado na bibliografia especializada, sobressaem referências ao aspecto emocional, afetivo e acolhedor dos clubes negros, que também estão presentes no Satélite Prontidão.

No primeiro capítulo, chamei essa situação de “feminização dos CSNs”, me inspirando na pesquisa etnográfica de Mariléa de Almeida sobre as comunidades quilombolas. Agora, avalio que essa realidade interfere em larga escala, se desdobrando em interpretações sobre os clubes que os associam às características primas de cuidado e segurança, ligados a componentes “menores” da política, à reprodução da vida doméstica e da preservação de relações familiares. Propondo-se a repensar o conceito dos CSNs, Vargas atrelou as práticas clubistas a “um jeito negro de organizar os bailes,

Maio: um espaço de memória e identidade negra em Santa Maria–RS. **Identidade!**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 44–54, 2014.

⁴⁶⁷ Atualmente, Giane Vargas dirige uma extensa pesquisa sobre os CSNs, na Unipampa, no campus de Jaguarão, em parceria com o Clube 24 de Agosto. Além de trabalhar a memória do clube do extremo sul gaúcho, Vargas e demais colegas mantêm um banco de dados sobre as entidades negras, suas localizações no mapa brasileiro, situação atual e trajetória histórica. Ver <https://clubessociaisnegros.com/> — Acesso em 22 jan. 2025. Sobre o trabalho no 24 de Agosto, ver AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas; MORALES, Lucas; MUNARETTO, Sara. O Acervo do Clube Social 24 de Agosto: a salvaguarda do patrimônio negro num clube centenário. AL-ALAM, Caiuá; In: ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara Teixeira (Orgs.). **Clube 24 de Agosto (1918–2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguaí**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018, p. 201–207.

⁴⁶⁸ Além da sua participação nos festejos dos 150 anos do Floresta Aurora — ver a edição comemorativa NÚNCIA; ALVES; VARGAS, op. cit., 2022 — ver capítulo sobre o envolvimento de Giane Vargas no projeto de salvaguarda da memória do clube, VARGAS, Giane. Sociedade Floresta Aurora: Organizando, Documentando, Sistematizando e Preservando 150 anos de História. Cap. 10. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.

de se embelezar, de cuidar de si, das crianças, da juventude negra e das famílias negras”⁴⁶⁹ — valores facilmente elencados no reino do “feminino”, ao menos em contraposição à história masculinista negra. Em seguida, a autora listou a composição que encontra recorrentemente nos acervos com os quais trabalhou. A citação longa é didática ao demonstrar o recurso constante às virtudes da segurança e do cuidado:

As fotografias, guardadas muitas vezes em caixas nos guarda-roupas, nos álbuns de família, nos arquivos clubistas ou em porta-retratos sobre a mesa da sala, impressionam pela imponência das imagens das diretorias, de mulheres e de homens negros cuidadosamente vestidos, com autoestima elevada, autonomia e agência nos lugares que escolheram estar. Importante ressaltar as narrativas presentes nos jornais que deram origem à imprensa negra; as carteirinhas dos associados que conferiam o sentimento de pertencimento a um lugar específico; os livros de atas em que deixaram registrado um discurso próprio; o teatro negro forjado no interior desses clubes; os times de futebol; os estatutos e bandeiras com as cores escolhidas para representar o ‘meu clube’, o ‘meu espaço seguro’, a ‘minha segunda casa’.⁴⁷⁰

Espero que não esteja tão distante para a leitora o que é óbvio no circuito clubista: a força do pensamento das mulheres negras nessas definições ou descrições.⁴⁷¹ Seria necessário investigar o conceito que, em seus diferentes momentos, os CSNs atribuíram a si, algo como imaginar quais operações intelectuais definiam seus gestos e performances (momentos ontoepistemológicos). O resultante disso, possivelmente, seria um contraste com a realidade apresentada pela rede dos clubes negros.

Em Santa Cruz do Sul, assinei um contrato verbal, não necessariamente intencional, com as clubistas presentes. Com uma câmera *Canon T6 Rebel* nas mãos, me foi permitido circular livremente no espaço, registrar o evento e compartilhar posteriormente as fotos. Lembro de Ariella Azoulay quando advertiu sobre os riscos da fotografia e a incontornável iconização da pessoa fotografada. As imagens são produzidas a partir do encontro, disse Azoulay, elas não documentam um evento, na verdade, em si, são os produtos de determinado evento.⁴⁷² Em certo momento, após já ter disparado diversas vezes a minha câmera, um grupo de mulheres chamou minha atenção. Elas se reuniram para representar a presença das mulheres negras nos CSNs.

⁴⁶⁹ VARGAS, Giane. Clubes Sociais Negros: lugar do sagrado, do discurso próprio, da autonomia e da liberdade. In: NÚNCIA; ALVES; VARGAS, op. cit., 2022, p. 28.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 29.

⁴⁷¹ Sobre a relação das mulheres negras e os CSNs, ver capítulos 5 e 6 de AL-ALAM; ESCOBAR; MUNARETTO, op. cit., 2018; sobre o controle das mulheres em clubes negros em São Paulo e Rio de Janeiro, ver SOUSA, Karina Almeida. **Corpo, Transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização**: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afrodiaspórico. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020; para um olhar geral, ver FÉLIX, R.C.S. Damas de Ébano nos Clubes Sociais Negros: Trancinhas e Batom. **Comunicações**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 39–53, 2014.

⁴⁷² AZOULAY, Ariella. **Historia potencial: y otros ensayos**. México: Conaculta, 2014, p. 23.

Todas que posaram para as fotografias eram presidentas das entidades que representavam. Um severo corte na realidade histórica dos clubes negros.

Figura 34 - Presidentas reunidas durante o X Encontro de CSNs do RS.⁴⁷³

⁴⁷³ No dia 24 de setembro de 2025, durante a revisão final deste trabalho, uma das presidentas clubistas presentes na fotografia não pôde autorizar a utilização da fotografia porque seu clube estava sofrendo um processo pelo ECAD. Seu marido relatou que as iniciativas que mencionavam o nome do clube implicavam em esclarecimentos jurídicos. Optei por manter a legenda e retirar a imagem como modo de representar os ataques raciais que compõem a cena da historicidade desses espaços, e que tentam silenciar e posicionar essas instituições diante da obliteração. Enfim, um vazio que, na verdade, escancara a força no mundo contra a qual esta tese e os clubes negros se levantam.

2.2 A realidade histórica das redes negras

Com o passar dos anos no campo etnográfico, no trabalho junto ao Memorial da ASP, tornou-se nítido o papel dos clubes negros na (re)invenção das famílias. Além disso, ressalta-se a “anterioridade” dessas redes de parentesco e solidariedade, que extrapolam os limites do local e regional. Richard me contou que, ainda que sua vida clubista tenha se desdobrado no Satélite Prontidão, seu avô também esteve envolvido com um CSN em Uruguaiana, fundado por trabalhadores negros. A intimidade desses espaços gira em torno da formação desses círculos — disso deriva análises anteriores que associavam as entidades com aspectos pré-políticos. O conceito de política aparenta ser problemático,⁴⁷⁴ nesse caso. Durante o X Encontro, o almoço — algo de ritual entre a comida e a comunhão — reproduziu essa cena:

Dos eventos nos dois dias passados, o almoço foi o que mais me chamou atenção. Uma mesa foi arquitetada: uma única mesa, onde foi servido o galeto. Ao invés de mesas separadas, a mesa unida lembrava uma ceia familiar. As piadas e gargalhadas também me remeteram à lembrança de almoços com meus pais e irmãos. Todo lazer contrastava com discussões mais ríspidas e apaixonadas durante as falas. As duas imagens unidas compunham, para mim, a ideia de *lugares seguros*.⁴⁷⁵

Essa citação pode soar um exotismo da minha parte, mas a proximidade com minhas lembranças pessoais deve remeter a algo simétrico, algo análogo, mas não o mesmo, não a mesma realidade; entretanto, nada categórico, nada reduutivo a qualquer objeto. Algo que resiste, é bem verdade, ainda assim, algo que nada tem a ver com esse vocabulário todo. A coisa que inventa a gramática de si.

As evidências sobre essa realidade reticulada são bem detalhadas pelos estudos do associativismo negro, em especial no Rio Grande do Sul.⁴⁷⁶ Entre a rede vivida e a descrita nesses trabalhos, portanto, está a mediação de um conceito. Essas redes são, no geral, possibilitadas por relações de parentesco entre pessoas negras que ocupam lugares estratégicos na imprensa, em clubes e de representação política. Elas existem desde as primeiras décadas no pós-abolição, intensificando seus efeitos em períodos específicos (ao menos nos pontos observados pelas pesquisadoras do Pós-Abolição). A evidenciação das redes ocorre quando as pesquisadoras reduzem a escala, como

⁴⁷⁴ Já abordei a limitação do conceito moderno de política, mas vale ainda indicar, para uma crítica ao espaço público moderno, COSTA, Sérgio. **Dois Atlântico**: teoria-social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

⁴⁷⁵ Anotação no caderno de campo, do dia 03 de setembro de 2023.

⁴⁷⁶ Ver LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio (Orgs.). **RS Negro**: Cartografias Sobre a Produção Do Conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p.246–261.

sugerem Caiuá Al-Alam e Fernanda Oliveira, pesquisando as articulações na fronteira do extremo sul brasileiro com foco em duas cidades: Jaguarão e Melo, do Uruguai. As autoras avaliam que essas redes “[...] eram diversas e atuaram diretamente nas lutas travadas, exemplificadas ora ao acompanhar a demanda para nomear uma rua, ora nas articulações entre Igreja Católica, cordões carnavalescos e o Movimento Operário”.⁴⁷⁷ E, como explicam: “só foi possível acompanhar isso ao fazermos o exercício coletivo de redução da escala, concentrando o foco sobre essas duas cidades”.⁴⁷⁸ As fontes das autoras são derivadas dos registros de clubes e da imprensa negra.

Interessa-me a “redução de escala” das pesquisadoras para evidenciar uma totalidade que extrapola cada entidade clubista, independente das fronteiras nacionais. Esse movimento metodológico é frequentemente encontrado nos estudos históricos e antropológicos sobre os CSNs. São vários os momentos em que essas agremiações registram em seus arquivos articulações amplas, precisamente com outros CSNs, as quais são chamadas de “coirmãs”.⁴⁷⁹ O resultado dos aparatos científicos das pesquisadoras — genericamente abstratos e interpretativos — denota, a partir de determinado clube negro, uma realidade em rede.⁴⁸⁰

Após atuar na linha de frente da (re)ativação da rede clubista nacional, Giane Vargas abordou o acervo do Museu Treze de Maio e descreveu, em sua tese de doutorado, essa coexistência, utilizando-se do conceito de “estruturas de sentimento”,

⁴⁷⁷AL-ALAM, Caiuá Cardoso; OLIVEIRA, Fernanda. A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o Pós-Abolição por meio dos Clubes Negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, n. 3, p. 503–517, 2021, p. 516. Oliveira também evidencia essas redes negras, em Pelotas e Bagé, na sua tese sobre a fronteira com o Uruguai. Ver SILVA, op. cit., 2017.

⁴⁷⁸Ibid.

⁴⁷⁹Termo encontrado em diferentes registros, e frequentemente utilizado no Satélite Prontidão para se referir à Sociedade Floresta Aurora, também de Porto Alegre.

⁴⁸⁰Algumas monografias, dissertações e teses que corroboram esse argumento, concentrando-o na região do RS, são ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”**: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960–1980). 385f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017; GOMES, Fabrício R. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934–1988). 220f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008; HERMANN, Daiana. **Tempo de Carnaval no Cotidiano dos Clubes Sociais Tabajara e Mocidade**: etnografia das memórias dos habitantes negros de Encruzilhada do Sul. 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; JESUS, op. cit., 2005; MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo-RS). 289f. Tese (Doutorado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010; PEREIRA, Lúcia Regina B. **Cultura e afrodescendência**: organizações e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872–2002). 314f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007; SILVA, Fernanda O. da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820–1943). 207f. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; SILVA, op. cit., 2017.

de Raymond Williams, um dos fundadores dos Estudos Culturais. Vargas afirmou que os CSNs são lugares de “intercâmbios e trocas”, “[...] uma rede de sociedades negras que se visitavam, trocavam ideias, projetos e atividades conjuntas”.⁴⁸¹ Conjugando sua experiência militante com a pesquisa empírica sobre as rainhas negras da antiga Sociedade Treze de Maio, Vargas especulou sobre “[...] a existência de uma rede nacional de Clubes Sociais Negros que se espalhou pelo país, com o mesmo formato, ideias semelhantes experimentadas nas estruturas de sentimentos dominantes que estabeleciam as fronteiras para o negro do morro e o negro do asfalto; o negro do bairro e o negro do centro.”⁴⁸² Os CSNs costumavam definir diferenças de classe entre a população negra, além de servirem à ascensão social, ao acesso a postos de trabalho, profissionalização, educação e ajuda mútua. Giane Vargas destacou a relação entre essas redes que cercavam o clube de Santa Maria e seu funcionamento na criação de parentescos: “o Clube Treze de Maio foi um espaço que recebeu pessoas negras de todo o Estado do Rio Grande do Sul e para além dele, em uma rede de sociabilidade negra, os quais se dirigiam à cidade de Santa Maria para dançar, conhecer seus pares, namorar, noivar, casar, formar suas famílias negras”.⁴⁸³ Essas afirmações são sustentadas através dos acervos dos clubes.

Contrastando as afirmações das pesquisadoras com a construção da rede clubista e a formulação do conceito de CSNs, através de diálogos com a produção científica do associativismo no Pós-Abolição, é possível lançar mão da hipótese de triangulação que opera como fundo (ontoepistemológico) dessas pesquisas: encontro, rede e conceito. Ao passo que essas entidades inscrevem⁴⁸⁴ a memória das redes negras em seus arquivos, arregimentados por um discurso comum, a reconexão (termo utilizado no X Encontro) dos CSNs no presente estabelece a composição do conceito. É esse conceito, como diz Geslline Braga, que destoa muitas vezes dos nomes originais dos clubes negros, que impulsiona o mapeamento e o diálogo recente dessas agremiações. Efervescidas dessa prerrogativa ética, em parte normatizada pelos próprios CSNs, as pesquisadoras evidenciam a realidade das redes clubistas, estabelecendo uma sincronização temporal entre passado e presente. Em muitos casos, os dados vão além, demonstrando a relação direta entre os CSNs e a emergência do movimento negro ao longo do século XX, ou de

⁴⁸¹ ESCOBAR, op. cit., 2017, p. 314.

⁴⁸² Ibid., p. 332.

⁴⁸³ Ibid., p. 341.

⁴⁸⁴ Retorno aqui à discussão sobre inscrição da memória negra desenvolvida no primeiro capítulo.

práticas educadoras, de modo que situam cada vez mais essas instituições enquanto legítimos arquivos negros, munidos de uma poética temporal e espacial própria.

Minha hipótese neste capítulo, que precisa ser delineada melhor com pesquisas de mais fôlego do que meu tempo no campo permitiu, é que essa realidade reticular não é a evidência de uma singularidade histórica, como argumentado nas ciências humanas, mas uma espécie de *a priori*, que fornece ao conceito uma axiomática. Isso quer dizer que os CSNs são construídos como pontos-chave de acesso a uma realidade mítica, que podem ser cada vez mais evidenciados caso a relação epistemológica com o passado se altere figurativamente, a fim de desvelar essa existência alternativa, que Beatriz Nascimento chamou de quilombo.

De fato, com um exercício criativo de sobrepor mapas etnográficos e arquivos de diferentes origens, Geslline Braga especulou sobre o clube paranaense que servia de caminho de fuga para os quilombos.⁴⁸⁵ Uma última linha do meu argumento é que a articulação dessas tecnologias quilombolas resultou do encontro entre diferentes realidades técnicas, diferentes tecnicidades, que concorrem nas formulações próprias do discurso clubista sobre os espaços seguros da negritude. Me refiro aqui à rede mundial de computadores, mais conhecida como Internet.

3. Tecnicidades concorrentes: a rede clubista e o digital

A influência do pensamento de mulheres negras é pujante no coletivo de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul. Não por menos, Luís Carlos Oliveira sugeriu que uma mulher fosse a coordenadora regional. Isso não ocorreu, mas me chamou atenção que a maioria das dirigentes no X Encontro em Santa Cruz, que narraram os progressos e desafios das suas instituições, ser mulheres. Os CSNs, enquanto conceito e realidade concreta, estão cada vez mais se tornando espaços “femininos” de reprodução da negritude. Consequência disso, a rede clubista expressa esses valores em suas práticas.

Durante suas falas, as presidentas em exercício afirmaram que os clubes negros avançaram na luta por independência intelectual. Uma dirigente disse: “os clubes se estudaram para alcançar autonomia”.⁴⁸⁶ Essa autonomia passou necessariamente pela financeirização, por meio de aluguéis do espaço próprio, editais de cultura e, como elemento novo, a manipulação das redes sociais. Outras duas dirigentes destacaram esse aspecto, que também foi pertinente na realidade do Satélite Prontidão, o qual é a

⁴⁸⁵ BRAGA, op. cit., 2023.

⁴⁸⁶ Anotação no caderno de campo do dia 04 de setembro de 2023.

intrusão e/ou apropriação do digital no cotidiano prontista após a pandemia da Covid-19. Assim como a ASP, outros clubes se utilizaram das plataformas das *Big Techs* para manter a comunicação com a comunidade durante os meses de isolamento social. Porém, o entusiasmo com as redes sociais, especialmente o *Instagram*, era maior nesse momento pela possibilidade de monetização dos acessos ao conteúdo das entidades.

Antes, trabalhei sobre a racialidade do evento pandêmico e as ferramentas necropolíticas, os aparatos de gestão da morte, que atingiram diretamente os CSNs. Também pontuei o quanto essa temporalidade atingiu esses espaços, especificamente por empurrar os clubes negros para a obliteração, e o esquecimento diante da qual a historicidade pode significar um reposicionamento dos CSNs como arquivos, para a episteme extrativista, ou ruínas, evidências de uma realidade passada atravessada pelo presente de um tempo linear e progressista. Agora, me interessa observar a (re)existência clubista a partir do encontro com as tecnologias digitais, que ofereceram para as entidades uma retomada da comunicação com a comunidade negra e também na rearticulação da memória, da experiência (tornada) passada, retomada, reconectada, para o efeito de novos espaços de socialização. O digital ofereceu aos CSNs acesso a salvaguardas de materiais, a partir de digitalização de documentos, atas, fotografias, além da produção de documentários e produções autorais sobre as histórias clubistas.⁴⁸⁷ Tornou-se, portanto, essencial na atual fase da vida clubista.

Entretanto, não é uma novidade a relação entre os CSNs e as inovações tecnológicas. Melhor dizendo, entre essas instituições e as tecnologias de comunicação. Considerando a tecnicidade enquanto uma fase que precede a concretização do objeto técnico, é possível visualizar a realidade reticular dos CSNs a partir da relação com a informação.

⁴⁸⁷ Alguns documentários sobre os CSNs, analisados para a produção desse capítulo, são: **Aristocrata Clube — O Filme**. São Paulo: Zion Criações, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dRFudNGTkqA>>. Acesso em: 7 jan. 2025; **Quem conta uma história aumenta um ponto na memória do Clube Recreativo Harmonia**. Caçapava-RS: Cilene Cultura e Educação, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=84V8hvydYwY>>. Acesso em: 30 out. 2024; **Documentário Pérola Negra: 90 anos de História da SCB União**. Santa Cruz do Sul: Nawal Produtora; Produtora Pé de Coelho, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ywbG_YvNI>. Acesso em: 29 out. 2024; **Meu Chão — Clubes Negros do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Transe Filmes, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>>. Acesso em: 4 maio 2022; **Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto**. Jaguarão-RS: Projeto de Pesquisa Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tyYT302e1Gg>>. Acesso em: 7 jan. 2025; **Sob a Estrela de Salomão**. Curitiba: Projeto de Pesquisa Sob a Estrela de Salomão, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wzKOY9Tr_Gs>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Não estou certo de quantas tecnologias estão implicadas na sustentação dessas entidades — certamente não há um limite para essa questão. No entanto, pode-se destacar duas tecnologias que estão na fundação dos clubes negros. Oliveira Silveira sublinhou as estradas de ferro, local de trabalho de muitos frequentadores dos CSNs e de onde provém o sustento de seus fundadores: “no Rio Grande do Sul, há também a incidência de clubes situados ao longo da linha férrea: Sant’Ana do Livramento, Rosário do Sul, Santa Maria, Cachoeira do Sul...”.⁴⁸⁸ As ferrovias, entre o século XIX e início do XX, eram os principais canais de informação, especialmente no interior do estado. Em uma segunda instância, paralela à malha ferroviária, está a imprensa negra, que teve nos CSNs um ponto especial de articulação. Essa relação pode ser mapeada através dos informativos produzidos pelas entidades, que circulavam entre as comunidades negras e também entre os diversos espaços de associativismo, inclusive de “clubes brancos.”⁴⁸⁹

Como avaliou o filósofo e sociólogo Muniz Sodré: “a imprensa negra do passado, percebe-se, era política, ainda que não necessariamente partidária: tratava-se de exprimir os anseios ascensionais ou integracionistas de um grupo social pela cor e pela origem escrava”.⁴⁹⁰ Entre as redes formadas por essa intelectualidade negra na imprensa, estavam os CSNs, espécies de articuladores da tecnicidade que se apropriavam e retrabalhavam a arquitetura jornalística e publicitária para seus próprios objetivos, não raramente recorrendo à memória e às ancestrais.

Algo parecido ocorreu após a popularização dos *personal computers* e do acesso à internet no Brasil. As redes de comunicação estabelecidas pela imprensa negra provavelmente foram (re)modeladas na apropriação dos espaços digitais. Denise Cogo e Sátira Machado, em análise dos movimentos negros na internet, analisaram a formação de uma “cidadania comunicativa” a partir da inserção política de pessoas negras nas redes:

Através de usos combinados e complementares dessas tecnologias, setores e ativistas do movimento negro orientam-se à gestão e produção

⁴⁸⁸ SILVEIRA, Oliveira. Os clubes negros no Brasil. In: NÚNCIA; ALVES; VARGAS. op. cit., 2022, p. 37.

⁴⁸⁹ MACHADO, Sátira. **Clubes Negros e Imprensa Negra**: elo social para a mobilidade afro-gaúcha. Acervo da Associação Satélite Prontidão. Segundo referência de Giane Vargas e Ana Luiza Coiro Moraes, o texto de Sátira Machado constava no Portal Clubes Sociais Negros do Brasil, já desativado. O texto consta, no formato PDF, nos arquivos do Memorial da ASP. Ver ESCOBAR, Giane Vargas; MORAES, Ana Luiza Coiro. Rodas de Lembranças de mulheres negras: comunicação e cidadania no Museu Comunitário Treze de Maio. **Anais — IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2013.

⁴⁹⁰ SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. **Lumina**, Campos Goytacazes, v. 1, n. 1, p. 23–32, 1998, p. 24.

comunicacionais que colaboram na geração e distribuição de conteúdo visando à denúncia das situações de discriminação e desigualdade raciais e à constituição pública de representações plurais dos afro-brasileiros. Asseguram, desde essa perspectiva, a participação do movimento na construção, debate e mobilização sociais em torno da cidadania dos afrodescendentes.⁴⁹¹

De tal maneira, já se passaram algumas décadas desde a inovação das redes sociais para o antirracismo. Os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)⁴⁹² avançaram bastante nesse tópico, na triagem das “comunidades algorítmicas”⁴⁹³ e nas formas da “atualização”⁴⁹⁴ do racismo no digital. Porém, pode-se especular que existe um *telos* semelhante entre a imprensa e o digital, no que diz respeito à atualização dos modos de interpelação do indivíduo pelo Mercado, visando produzir versões específicas da identidade negra.

Como Sodré expôs em sua crítica, os estrategistas de marketing descobriram um campo lucrativo na diversidade e na negritude, valendo-se de técnicas do cuidado de si que eram mobilizadas no movimento negro: “auto-imagem e auto-estima são mobilizadores poderosos do ego — alvo prático da visão publicitária das coisas, sustentada pela ideologia do mercado perfeito e sujeito ao equilíbrio “natural””.⁴⁹⁵ Algo análogo a esse fenômeno deve ocorrer — ou já ocorreu — em relação às articulações mapeadas por Cogo e Machado, com a plataformização da internet e o avanço das *Big Techs*.

Entre as comunidades clubistas, especula-se sobre a razão do declínio dos clubes negros na década de 1990, se por conta de má administração de dirigentes, dos ataques da especulação imobiliária em meio à crescente modernização das cidades, ou se foi causado pela abertura de outros espaços a partir de um suposto arrefecimento do racismo. A sugestão que contorno neste texto é que esse processo poderia ser compreendido, em ampla escala, enquanto tecnicidades concorrentes.

Uma vez que as tecnologias de comunicação passaram a ser utilizadas em novos modos de interpelação do indivíduo, como versões da negritude orientadas ao consumo e ao individualismo, guiadas pelos valores da diversidade mercadológica, a alternativa existencial oferecida pelos clubes negros encontrou uma rivalidade à altura. As

⁴⁹¹ COGO, Denise; MACHADO, Sátira. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2010, p. 13–14.

⁴⁹² Atenho-me aos estudos sobre racismo e tecnologia na CTS no próximo capítulo, quando analiso em que medida podemos falar sobre uma cosmotécnica a partir dos CSNs.

⁴⁹³ SILVA, op.cit., 2020.

⁴⁹⁴ SILVA, op.cit., 2022.

⁴⁹⁵ SODRÉ, op.cit., p. 27.

inteligências artificiais e os aprendizados de máquina, além de sua versão mais popular, os algoritmos das plataformas, certamente representam outra fase dessa disputa técnica. Tudo isso merece ser investigado a fundo. Meu foco, entretanto, é demonstrar que essa concorrência foi evidenciada na própria conceituação dos clubes negros, a partir do movimento pelo patrimônio e memória negra, no início do século XXI. Em parte, essa nova fase dos CSNs dependeu da apropriação da internet, ainda que seja uma versão da internet anterior a que conhecemos nessa terceira década, e da historicidade das redes clubistas, cada vez mais evidenciada pelos estudos históricos e antropológicos sobre os CSNs. Essa historicidade, expressa na preocupação crescente com o resgate, salvaguarda e preservação da memória, apresenta-se pelo discurso da valorização ancestral e repete um percurso temporal próprio às tecnologias quilombolas.

Pode-se falar em emergência das redes clubistas, mas isso não significa uma novidade ou inovação nos termos em que o discurso progressista utiliza. Trata-se de algo que sempre esteve ali: um presente-passado em movimento, um mesmo que muda, e que figura na própria força criativa, estética e técnica dos CSNs. O documentário *Meu Chão*,⁴⁹⁶ dirigido por Jorge de Jesus e Geslline Braga, construiu uma narrativa entrecruzada entre os CSNs do Rio Grande do Sul. No filme, observa-se a figuração das redes clubistas e a relação da memória, através da oralidade, na configuração de uma imagem do passado, a respeito de uma totalidade integrada, que combina e recombina as singularidades clubistas por meio das tecnologias de comunicação.

⁴⁹⁶ BRAGA, Geslline Giovana; JESUS, Jorge de. **Meu Chão — Clubes Negros do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Transe Filmes, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>>. Acesso em: 4 maio 2022.

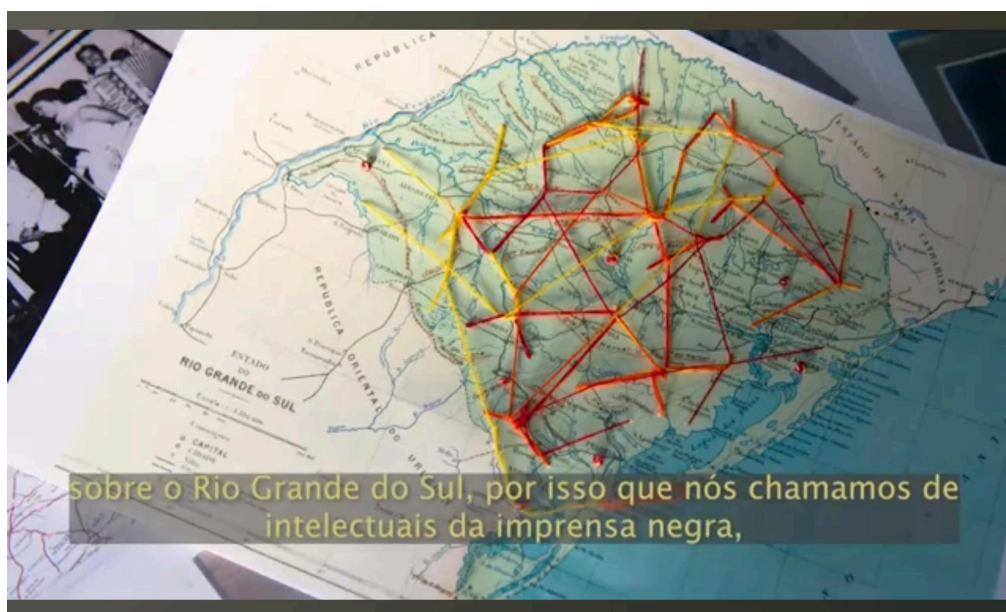


Figura 35 - Cena do documentário Meu Chão (2021).⁴⁹⁷

3.1 A digitalidade clubista

No dia 29 de fevereiro de 2008, durante uma reunião da Comissão Nacional dos CSNs com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), representada pelo ministro da pasta, o sociólogo Edson Santos, foi proposto o conceito que, em seguida, acabou sendo disseminado amplamente pelo movimento clubista:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afrobrasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.⁴⁹⁸

Essa reunião, da qual participaram Giane Vargas e Oliveira Silveira enquanto representantes da comissão clubista, foi noticiada em um *blog* criado pelo movimento nacional dos CSNs,⁴⁹⁹ em um texto que retoma as demandas e a constituição do grupo, bem como a origem dos clubes negros. A nota é repostada do canal de comunicação do governo federal, e é o único registro do ano de 2008 no site. O *blog* possui notícias entre

⁴⁹⁷ Ibid.

⁴⁹⁸ O conceito é citado extensivamente pelo movimento clubista, em canais de comunicação, e pela bibliografia científica sobre os CSNs. Segundo a museóloga e clubista Giane Vargas, o conceito foi elaborado por Oliveira Silveira durante a supracitada. Para mais informações sobre a reunião e o conceito que impulsionou o movimento clubista na primeira década do século XXI, ver ESCOBAR, op. cit., 2010, p. 61; e ESCOBAR, Giane; OLIVEIRA, Fernanda. Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul: das recentes lutas por permanência às antigas lutas por existência. Cap.3. In: AL-ALAM; ESCOBAR; MUNARETTO, op. cit., 2018, p.55–72 (especificamente sobre o conceito de CSNs, ver páginas 59 e 60).

⁴⁹⁹ MACHADO, Sátira. Representantes de clubes negros discutem atividades e são recebidos pelo ministro Edson Santos. **Clubes Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrsofr.blogspot.com/2008/03/representantes-de-clubes-negros.html>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

2003 e 2012, hospedadas pelas jornalistas Sátira Machado⁵⁰⁰ e, posteriormente, por Luís Carlos Oliveira,⁵⁰¹ que apresentam a composição e a trajetória do coletivo de CSNs, funcionando como uma memória dessa nova fase das redes clubistas. Leio, nessas postagens, espécies de crônicas sobre os fatos, às vezes desconstruídas em relação às datas. Como qualquer historiadora, meu desejo é narrar o processo da formação da rede dos clubes negros baseando-me nesse arquivo digital. Com isso, demonstro que a internet foi o espaço das mediações entre os encontros (das comunidades negras) e o conceito, sendo essa tecnologia de informação essencial na emergência da tecnicidade clubista e na elaboração da realidade histórica das redes, que, consequentemente, foi cada vez mais provada, com efeitos de verdade, pelas ciências humanas, relativamente agenciadas pelo ativismo dos clubes.

A seguir, encaro a memória enquanto uma realidade tecnológica, enfatizando seu funcionamento e deduzindo, daí, a relacionalidade temporal e espacial que caracteriza a historicidade de determinado sujeito — contingente necessariamente a um ser-técnico situado. O exemplo que abordo apresenta o enfrentamento, por parte dos CSNs, da concorrência entre as tecnicidades do digital e das redes clubistas, ativando processos analógicos entre ambas as dimensões, sedimentados pelo conceito. Considerando essa abordagem, que atribuo às tecnologias quilombolas, a composição das redes clubistas poderia ser entendida como um evento cosmotécnico, seguindo a discussão do capítulo anterior. Se é possível compreender o processo de deterioração e esquecimento dos clubes negros como uma narrativa racializada, e se se entende a raça enquanto um instrumento de guerra cosmológica,⁵⁰² então se pode deduzir que os CSNs são respostas ontoepistemológicas à racionalidade de um meio associado, tensionando as normas de exclusão e as relações previamente fixadas.

A história recente da rede clubista tem um começo — que, por razões que retomo mais adiante, chamo de “retomada” ou, ainda, de “reconexão”, palavra utilizada no X Encontro — contingente em Santa Maria, cidade central no interior do Rio Grande do Sul, quando se iniciou a construção do Museu Comunitário Treze de Maio, em 2001. À frente do projeto estavam João Heitor Silva Macedo, atual diretor, e Giane Vargas, na

⁵⁰⁰ Jornalista negra e atuante no movimento negro, atualmente Sátira Machado é professora em Culturas Afro-gaúchas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Ver <https://sites.unipampa.edu.br/satiramachado/identificacao/> — Acesso em 26 de mai. 2025.

⁵⁰¹ Associado ao clube negro Floresta Montenegrina, atualmente Luis Carlos Oliveira preside a Comissão Nacional do movimento clubista. Oliveira esteve presente no X Encontro de CSNs gaúchos, dirigindo a mesa principal.

⁵⁰² GALDINO, op. cit., 2024.

época diretora técnica, que idealizaram a revitalização da antiga sede da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio por meio de captações de recursos, a partir de leis de incentivo à cultura. Macedo, em entrevista a um *podcast* sobre a história do museu, diz que a ideia surgiu durante uma especialização em museologia, e que ele mesmo não possuía lembranças da Sociedade.⁵⁰³ Foi necessário recorrer à sua mãe, que mantinha fotos do clube e conseguia identificar as demais clubistas. Essa se tornou a metodologia oficial do projeto: baseada na história oral e no entrelaçamento de testemunhos para a construção do Museu.

O relato de Macedo também representa a transformação da antiga Sociedade em um arquivo da experiência negra da cidade de Santa Maria, um reposicionamento ontoepistêmico a respeito da natureza existencial da entidade. Não por menos, além de adequações estruturais e seguidas reformas,⁵⁰⁴ foi preciso convencer as antigas frequentadoras do Treze para que o projeto de museologia comunitária se efetivasse: “foi necessária muita persistência e empenho em tentar transmitir aos antigos e novos frequentadores as reais intenções em se criar o Museu e sobre a importância dele ser criado no mesmo espaço do Clube”.⁵⁰⁵ Ainda hoje, a transformação do clube (mesmo que desativado na época) em museu divide as opiniões do ativismo clubista. De todo modo, impulsionado por um contexto favorável,⁵⁰⁶ o edifício da sede foi reabilitado e passou a abrigar o Museu Treze de Maio, oficialmente inaugurado em 2003.⁵⁰⁷ Em 2004, o prédio do Museu foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) de Santa Maria, sendo comemorado no dia 13 de maio daquele ano.⁵⁰⁸ Entre os anos de 2003 e 2006, as postagens do *blog*, geridas por Sátira Machado, são focadas no local, expressando aquilo que Macedo chamou de “reestruturação do

⁵⁰³ ALMEIDA, Gabriela de; SILVA, Maria Eduarda; DIAS, Maria Fernanda. **O Clube Treze**. Spotify. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/0G7DzVLo0VixtZ4iR8eTWU>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

⁵⁰⁴ Ver LAMEIRA, Leonardo Veronimo. **Museu Treze de Maio**: Espaço de Preservação e Difusão da Cultura Afro-Brasileira. 88f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Santa Maria, 2006.

⁵⁰⁵ WEBER; ZANINI, op.cit., 2014.

⁵⁰⁶ Em 2001, aconteceu a conferência de Durban, na África do Sul, da qual o Brasil participou com uma importante representação. O início dos anos 2000 eram momentos favoráveis para o debate da diversidade cultural, que se refletiu no apoio do prefeito de Santa Maria, Valdeci Oliveira, nas ações e reestruturação do Museu.

⁵⁰⁷ MACHADO, Sátira. Prefeitura participa de criação do Museu Ferroviário. **Clubes Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2003/08/prefeitura-participa-de-criao-do-museu.html>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

⁵⁰⁸ MACHADO, Sátira. Prédio do Museu Treze de Maio é tombado. **Clubes Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2004/05/prdio-do-museu-treze-de-maio-tombado.html>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

próprio movimento negro”. Segundo o diretor, a musealização gerou uma “memória coletiva negra” da cidade de Santa Maria. Contudo, as postagens no *blog* superaram as dinâmicas locais, à medida que a transformação ontoepistemológica do Clube Treze reativou e ressignificou a rede clubista e o conceito, mediando encontros.

Paralelamente, devo pontuar que, em 2001, a Associação Satélite Prontidão criou o Departamento de Acervo e Pesquisa, que previa a construção do Memorial da ASP. A intenção inicial não era voltada à memória do Prontidão, mas sim à experiência negra gaúcha. De qualquer forma, existiu, nesse início de século, uma conjuntura que possibilitou a ressignificação das memórias clubistas. O Memorial da ASP, certamente, ressoou a experiência do Treze e demais clubes negros.

A questão dos Clubes Sociais Negros ganhou projeção a partir das preparações para a primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2005, amplamente divulgada pelo *blog Clubes Sociais Negros do Brasil*. No mesmo período em que o movimento era gestado, o poeta Oliveira Silveira, na época conselheiro da SEPPIR, foi investido como narrador desse processo, levando a questão clubista para a etapa estadual da CONAPIR, realizada em Porto Alegre. Dois textos de Silveira foram postados no *blog*, e dão conta de narrar as discussões dos gestores das entidades negras, além de interpretarem o momento histórico a partir de uma leitura de “sintomas, causas e consequências”.

No texto *Nasce uma ideia*,⁵⁰⁹ postado por Sátira Machado no dia 06 de maio de 2006, Silveira narrou a formulação do Encontro Nacional de CSNs durante a CONAPIR, que contou com a sugestão da então ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro, para o evento ser realizado em Santa Maria. Nesse momento, a experiência do Treze de Maio e o convite do prefeito Valdeci Oliveira (filiado ao Partido dos Trabalhadores) influenciaram nessa decisão. Na resolução da conferência, constava:

que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a sociedade civil, realize em maio de 2006 o 1º ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE CLUBES/SOCIEDADES NEGRAS, tendo como sede o Museu Treze de Maio, na cidade de Santa Maria/RS. Março de 2006.⁵¹⁰

Entre o planejamento do evento e sua concretização, as nomenclaturas foram alteradas até se chegar à alcunha de “Clubes Sociais Negros” para descrever a

⁵⁰⁹ SILVEIRA, Oliveira. *Nasce uma Ideia: 1ª Encontro de Gestores de Clubes/Sociedades Negras do BR. Clubes Sociais Negros do Brasil*. Disponível em: <<https://clubesnegrasbr.blogspot.com/2006/05/nasce-uma-idea-1-encontro-de-gestores.html>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

⁵¹⁰ Ibid.

coletividade. Mais interessante do que isso, no entanto, é que diagnósticos de época também foram produzidos, à medida que novos encontros iam ocorrendo.

No texto *Clubes/Sociedades Negras*, Oliveira Silveira descreveu pontos gerais dos CSNs: “um exame rápido da situação desses organismos revela sintomas de debilidade, desestruturação, perigo de desaparecimento, a exemplo de tantos que sucumbiram”,⁵¹¹ trazendo em seguida a lembrança de entidades que já não existiam mais, como o Clube Marcílio Dias, de Porto Alegre, o Clube Recreio Operário, de Rio Grande-RS, e a Sociedade Depois da Chuva, de Pelotas. Silveira também avaliou que outros CSNs estavam por “um fio”, ainda que possuíssem histórias centenárias, como o Floresta Aurora e o Satélite Prontidão, ambos citados pelo poeta. A questão de Silveira apresentou um diagnóstico tenebroso: “quais as causas dessa sintomatologia enunciada anteriormente — enfraquecimento e aparência de morte rondando?”⁵¹² Alguns tópicos são especulados:

- desinteresse dos associados ou seu baixo poder aquisitivo aliado a fatores como crise econômica, desemprego;
- clubes brancos abrindo suas portas também para negros entre as medidas adotadas para superar suas próprias crises;
- ingresso de pessoas brancas ou não-negras inclusive assumindo a diretoria ou a presidência e gerando crise interna ao desgostar associados (já houve caso de clube negro perdido dessa forma, passando para mãos brancas graças a estratégias espertas, bem montadas e ajudadas pelo descuido e a negligência de dirigentes negros, como costuma relatar Francisco Pinheiro Ramos, o tenente Pinheiro, ativista incansável da causa negra radicado em Rosário do Sul);
- outras causas seriam a escassez de recursos e a falta de apoio dos governos municipal e estadual; o comprometimento político-partidário e eleitoral; o despreparo dos dirigentes ou seu nível de consciência étnico-racial; concorrência de outros tipos de entretenimento e lazer; problemas administrativos, incluindo questões trabalhistas, funcionamento da copa, endividamento, pressões da especulação imobiliária; e algumas outras tentativas de detectar as referidas causas.⁵¹³

Silveira uniu questões conjunturais — falta de incentivos, crises econômicas, desinteresse e abertura de clubes brancos — com problemas internos — má administração de gestores e intervenção de pessoas brancas. Entre os encaminhamentos do narrador, um se sobressaiu: “voltar às origens, como contrapartida básica, ou seja, clubes de negros para negros, sem pensar que isso possa ser chamado de ‘racismo ao contrário’” [...].”⁵¹⁴

⁵¹¹ SILVEIRA, Oliveira. *Clubes/Sociedades Negras: patrimônio e potencial. Clubes Sociais Negros do Brasil*. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/05/clubessociedades-negras-patrimnio-e.html>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

⁵¹² Ibid.

⁵¹³ Ibid.

⁵¹⁴ Ibid.

Silveira, a meu ver, recusou a interpretação de “atraso” dos CSNs, de que se tratava de uma técnica antiquada para o presente. “Voltar às origens”, nesse caso, pode ser compreendido como retomar uma tecnicidade, da promoção de espaços seguros. A situação problemática é que suas letras foram expandidas pela *blogosfera*, pela internet, símbolo maior do progresso tecnológico, mas que não oferece contradição (em partes) à tradição africano-diaspórica. Silveira concluiu o texto reforçando o devir dos CSNs: o encontro:

Certo dia, em conversa, o presidente da Sociedade Floresta Aurora, Alpheu Cachapuz, disse mais ou menos assim: o negro pode ir ao clube branco e sentir-se bem, mas não vai se sentir em casa (como na sociedade negra). De fato, esse parece ser um ponto definidor. Qual a vocação mais legítima de um clube negro? Ser verdadeiramente uma sociedade de pessoas negras. Um lugar para a gente ir, estar, curtir, agir, interagir e se sentir em casa. Será assim?⁵¹⁵

No momento em que os encontros eram promovidos e o movimento clubista ganhava tração, o conceito era sedimentado na destreza narrativa de Oliveira Silveira, que se tornara um articulador nacional dos clubes negros. No dia 10 de maio de 2006, durante a visita da ministra da SEPPIR em Santa Maria, foi realizado o I Encontro Estadual de Clubes e Sociedades Negras do Rio Grande do Sul (RS), na sala de comissões da Câmara de Vereadores, que contou com a presença da governista. A pequena reunião serviu de preparação para o I Encontro Nacional, cujos passos eram noticiados no *blog*. Presente no I Encontro Estadual, Giane Vargas, representando a Associação de Amigos do Museu Treze de Maio, encerrou sua fala desejando que a nova articulação fosse disseminada: “essas idéias apresentadas não podem ficar só entre nós, elas devem ser socializadas”, ao passo que sugeria a construção de um catálogo das entidades do RS.⁵¹⁶

O ápice da movimentação virtual do *blog* foi nos anos 2006 e 2010 — respectivamente, datas do I e II Encontro Nacional da emergente rede clubista. Em 2006, o evento foi realizado em novembro, na cidade de Santa Maria, tendo como anfitrião o Museu Treze de Maio. Por conta do número de presentes, as atividades aconteceram no Parque Hotel Morotin, e tiveram o patrocínio e apoio da prefeitura e da SEPPIR, que participou ativamente. Segundo matéria no *blog*, naquele momento mantido por Sátira Machado, mais de 300 pessoas, de vários estados brasileiros, se

⁵¹⁵ Ibid.

⁵¹⁶ MACHADO, Sátira. Câmara recebe ministra Matilde Ribeiro em audiência pública. **Clubes Sociais Negros do Brasil.** Disponível em: <https://clubesnegrsofr.blogspot.com/2006/05/cmara-recebe-ministra-matilde-ribeiro.html>. Acesso em: 2 fev. 2025.

reuniram no I Encontro.⁵¹⁷ Na ocasião, 67 CSNs foram cadastrados, 53 do Rio Grande do Sul e 14 de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro). Tiveram destaque a presença do Ilê Aiyê, de Salvador, falando em nome da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832, e a Sociedade Floresta Aurora, CSN mais antigo em atividade no Brasil.

A presença expressiva das instituições clubistas negras demonstrou a (re)emergência da realidade reticulada mapeada pelos estudos do associativismo. As gestoras e representantes das organizações custearam suas próprias participações para o sucesso da criação da agenda clubista. Nesse entremeio, a comunicação através da internet foi crucial, com a movimentação do *blog* e também com a construção de um site próprio do Treze para vinculação de notícias do Encontro na mídia, por meio de uma parceria com o Centro Universitário Franciscano (UFN), na época chamado de UNIFRA.⁵¹⁸ Como resolução dos grupos de trabalho gestados pelo I Encontro, foi aprovada por unanimidade a *Carta de Santa Maria*,⁵¹⁹ documento que, desde então, orienta a política clubista e a luta por reconhecimento e preservação dos CSNs enquanto patrimônios da diáspora africana no Brasil.

Na *Carta*, a internet é tanto reivindicada quanto proposta para inclusão digital, além da possibilidade de surgimento de uma rede nacional. O digital aparece como objeto de educação que necessita de suporte governamental para as atividades historicamente realizadas pelos CSNs. Pede-se ao Ministério da Ciência e Tecnologia a criação de uma rede digital para mapeamento em escala nacional dos CSNs, de tal modo que a internet tornou-se o motor para a criação do Cadastro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, projeto levado adiante por Giane Vargas nos anos seguintes. Demanda-se ainda a manutenção da vocação dos clubes: “os clubes não devem perder a sua identidade social e recreativa”,⁵²⁰ e a conjuntura dominante do pensamento de

⁵¹⁷ MACHADO, Sátira. Clubes Sociais Negros do Brasil ganham espaço na agenda nacional de promoção da igualdade racial. **Clubos Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/clubes-sociais-negros-do-brasil-ganham.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁵¹⁸ MACHADO, Sátira. UNIFRA dá assessoria de comunicação no 1º Encontro de Clubes e Sociedades Negras. **Clubos Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/unifra-d-assessoria-de-comunicacao-ao-1.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁵¹⁹ A carta foi postada pelo *blog*. MACHADO, Sátira. Carta de Santa Maria. **Clubos Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/carta-de-santa-maria.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁵²⁰ Ibid.

mulheres negras foi expressa pela atenção à preservação da autoestima e da imagem de si.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, uma Comissão Nacional dos CSNs foi formada para trabalhar em prol das demandas levantadas pela *Carta*, especialmente pelo pedido de registro dos Clubes Sociais Negros como patrimônio imaterial junto ao IPHAN. Essa comissão foi formada com representantes de entidades de diferentes estados, tendo Oliveira Silveira, como conselheiro da CONAPIR, e Giane Vargas, enquanto representante do Museu Treze de Maio.⁵²¹

A comissão agiu em uma espécie de queda de braço com o tempo — um corpo que nada contra o tempo, como escreveu Fernando Baldraia⁵²² —, buscando auxiliar os casos mais críticos. Em 2007, a Sociedade Floresta Aurora, em Porto Alegre, e a Sociedade União Rosariense, em Rosário do Sul-RS, eram alvos de ações judiciais. Apesar da Floresta ter conseguido reverter o processo, a Rosariense não teve a mesma sorte. Sua sede foi leiloada em 2009. Esse caso simboliza o tom da agência contra-histórica da rede clubista, que desde então tenta evitar que um determinado presente histórico se imponha sobre as organizações negras.

Em 2008, aconteceu a reunião com o ministro Edson Santos, que sacramentou o conceito de CSNs. Como foi possível observar, não apenas de encontros e do exemplo bem-sucedido do Museu Treze de Maio, que impulsionou os demais clubes negros no plano de salvaguarda dos seus acervos, esse momento histórico foi composto. Existia uma rede de informações atuante pela internet, que em muito lembra as redes ancestrais da imprensa negra, que era orientada politicamente pela questão clubista. De fato, após 2006, diversos CSNs passaram a gerir seus próprios *blogs* para comunicação com as comunidades locais, que funcionaram também para disseminação das elaborações do coletivo em escala regional e nacional.⁵²³ Essa *blogosfera* antecedeu a passagem dos CSNs para as redes sociais, como o *Facebook* e o *Instagram*.

Após quatro anos de articulações, com e sem auxílio governamental, a rede clubista promoveu o II Encontro do movimento, visando revisar seus encaminhamentos,

⁵²¹ MACHADO, Sátira. Clubes e sociedades negras definem plano de trabalho para atender demandas do setor. **Clubes Sociais Negros do Brasil**. Disponível em: <<https://clubesnegrasbr.blogspot.com/2007/06/clubes-e-sociedades-negras-definem.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁵²² BALDRAIA, op. cit., 2017.

⁵²³ Dois exemplos de CSNs que construíram blogs são a Floresta Montenegrina e o Seis de Maio. **Floresta Montenegrina**. Disponível em: <<https://florestamontenegrina.blogspot.com/>>. Acesso em: 3 fev. 2025; **ACB Seis de Maio**. Disponível em: <<https://sociedadeseisdemaio.blogspot.com/>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

avaliar os progressos e buscar avanços para a demanda de reconhecimento clubista. O evento aconteceu em Sabará, Minas Gerais, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2010, sediado pelo Instituto Mundo Velho, que, assim como o Museu Treze, era um CSN e se tornou uma Organização Não Governamental (ONG). Novamente, a SEPPIR se fez presente e apalavrou recursos para a recuperação das entidades clubistas.

Diferente do planejamento para o I Encontro em Santa Maria, o grupo apareceu mais coeso e o conceito, bem delimitado. O evento reduziu a alcunha para II Encontro de Clubes Sociais Negros, excluindo o “Sociedade” do seu título. Os avanços também foram atribuídos a essa coesão conceitual: “com base nesse conceito, até o momento foram identificados cem clubes negros em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro”.⁵²⁴ O *blog Clubes Sociais Negros do Brasil*, nesse momento, ganhou a colaboração de Luís Carlos de Oliveira, e o texto que divulgou o II Encontro é do ex-coordenador regional da rede clubista no RS, Lisandro Paim. Com a resolução das atividades, o coletivo aprovou um segundo documento, a *Carta de Sabará*, que reforçou as diretrizes da antecessora e acrescentou dois pontos fortes nos anos subsequentes: a relação com as pesquisadoras negras, através da proposição de um consórcio com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), e a temática do afro-empendedorismo, que pauta a autonomia financeira dos clubes negros.

Entre 2008 e 2009, a Comissão Nacional dos CSNs avançou no projeto de mapeamento, com apoio da SEPPIR, que financiou oficinas destinadas a dirigentes dos clubes: do Rio Grande do Sul, realizadas em Porto Alegre; de Santa Catarina e do Paraná, realizadas em Florianópolis; e do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, realizadas em Belo Horizonte.⁵²⁵ As oficinas tinham o caráter de preparação para o II Encontro, em que se trabalhou o pedido de registro dos CSNs junto ao IPHAN para o mapeamento e catalogação das entidades, além de terem projetado a criação de um portal virtual dos clubes negros. Paralelamente a isso, foram organizadas reuniões regionais a partir do avivamento da comunicação entre os clubes.

⁵²⁴ PAIM, Lisandro. Governo Federal assume compromissos com Clubes Sociais Negros do Brasil. **Clubes Sociais Negros do Brasil.** Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2010/01/governo-federal-assume-compromissos-com.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

⁵²⁵ MACHADO, Sátira. Oficinas da SEPPIR com os Clubes Sociais Negros. **Clubes Sociais Negros do Brasil.** Disponível em: <<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2009/07/oficinas-da-seppir-com-os-clubes.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

Em 2007, foi criado um novo coletivo a fim de articular encontros recreativos e políticos entre clubistas da região metropolitana da capital gaúcha. O grupo foi formado pelos clubes Castro Alves e Rui Barbosa, de Canoas-RS, Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo-RS, Floresta Montenegrina, de Montenegro-RS, e Nego, de Venâncio Aires-RS. Houve vários encontros entre essas organizações, no sentido de confraternizações e parcerias, como na criação de concursos de beleza negra. Tudo era registrado por um *blog* próprio, alimentado por Luís Carlos de Oliveira, ligado ao Floresta Montenegrina.⁵²⁶ Posteriormente, Oliveira trabalharia junto à Comissão Nacional. O pequeno grupo formado demonstrou a intensidade da *reconexão* estabelecida pelos CSNs, em um momento de ascensão da rede clubista, no qual a internet foi decisiva. Nesse caso, se tratou da chamada internet 2.0, e o ritmo de troca de informações da *blogosfera*.

Graças a isso, o coletivo de CSNs do RS se constituiu e se reuniu diversas vezes, em sincronia com as movimentações nacionais pelo reconhecimento dos clubes negros como patrimônio. No quarto encontro, em abril de 2009, realizado pelo Museu Treze de Maio, em Santa Maria, o coletivo foi apresentado ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do IPHAN, que sub cataloga os patrimônios imateriais em quatro livros: saberes; celebrações; formas de expressão; e lugares. A recomendação dada foi que os CSNs buscassem o registro enquanto lugares imateriais, o que não impediria que edifícios também fossem tombados mediante outros processos. Em agosto de 2009, o coletivo regional se reuniu na Floresta Aurora, em Porto Alegre, para tratar do recurso de emenda parlamentar para o mapeamento dos clubes negros e a construção de um site próprio. Em setembro do mesmo ano, a reunião ocorreu na Associação Satélite Prontidão, ainda na antiga sede da zona sul da capital, durante preparações para o II Encontro Nacional. Isso demonstrou o alinhamento da ASP com o coletivo, mostrando que o Memorial da ASP também foi um efeito dessas articulações. Em 2011, os CSNs gaúchos viajaram para Jaguarão durante uma mobilização de proporção estadual para reverter o leilão da sede do Clube 24 de Agosto, o qual foi o primeiro a ser patrimonializado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE-RS).

⁵²⁶ OLIVEIRA, Luís Carlos De. Chegamos pra ficar!!! **Coletivo de Sociedades de Negros CCFNR-RS**. Disponível em: <<https://ccfnr-rs.blogspot.com/2007/07/chegamos-para-ficar.html>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

O episódio ímpar do clube 24 demonstra o poder normativo que a rede clubista desenvolveu, modulando progressivamente suas partes. Para isso, foi crucial a analogia operada entre a tecnicidade preta clubista e a tecnicidade reticulada da informação digital, algo que escapa em muitos momentos à análise antropológica das realidades dos CSNs. Por conta disso, argumento que não é possível adentrar a localidade de qualquer CSN sem considerar sua existência como parte complexa dessa rede. A abordagem das tecnologias quilombolas chama atenção para esse fato.

Em 2012, no oitavo encontro do coletivo, os CSNs gaúchos retornaram para a ASP, com apoio de Nilo Feijó, para discutir a preparação para a III Conferência Nacional da Igualdade Racial, que ocorreu em Brasília, em 2013, e os planejamentos para o III Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros.⁵²⁷ Nesse momento, Luis Carlos de Oliveira havia alçado o posto de coordenador nacional do movimento clubista e tentava conseguir o reconhecimento político para a rede.⁵²⁸ Os CSNs gaúchos tomaram a vanguarda do movimento clubista na organização do III Encontro Nacional, visto que era o estado com maior contingente de entidades.⁵²⁹ Com liberação de verba em 2014, a rede elegeu Porto Alegre para o evento, mas por conta de imbróglis com a prefeitura, a reunião decisiva para os clubes negros do Brasil nunca ocorreu.⁵³⁰

No nono encontro de clubes negros gaúchos, em Santa Cruz do Sul, em maio de 2015, no SCB União, a realização do III Encontro voltou a ser discutida⁵³¹. Após essa edição, um novo evento só voltou a ocorrer em 2022, o X Encontro, o qual observei. À frente da organização gaúcha dos CSNs, Richard tem a missão de viabilizar o XI Encontro, previsto para o ano de 2025. Durante entrevista realizada em novembro de 2024, Richard me disse que o objetivo é a construção de um novo documento pautado no presente: a *Carta de Porto Alegre*.

⁵²⁷ REDAÇÃO. Movimento de Clubes Sociais Negros gaúchos realiza 8º Encontro. **Afropress**, 26 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.afropress.com/movimento-de-clubes-sociais-negros-gauchos-realiza-8o-encontro/>>. Acesso em: 27 maio. 2025

⁵²⁸ REDAÇÃO. Dirigente gaúcho diz que Movimento Clubista é vanguarda. **Afropress**, 26 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.afropress.com/dirigente-gaucho-diz-que-movimento-clubista-e-vanguarda/>>. Acesso em: 27 maio 2025.

⁵²⁹ Segundo Luis Carlos de Oliveira, além de mais de 50 clubes no RS, naquele momento, havia sido mapeados 20 clubes em São Paulo, 15 em Minas Gerais, 15 em Santa Catarina e oito no Paraná. Ver Ibid.

⁵³⁰ PETIÇÃO PÚBLICA. Pela Realização do III Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros em Porto Alegre - RS. Disponível em: <<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR82051>>. Acesso em: 27 maio. 2025.

⁵³¹ REDAÇÃO. Santa Cruz sedia o 9º Encontro dos Clubes Sociais Negros do RS. **GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região**, 16 maio 2015. Disponível em: <<https://www.gaz.com.br/santa-cruz-sedia-o-9o-encontro-dos-clubes-sociais-negros-do-rs/>>. Acesso em: 27 maio. 2025

Em seus termos: “Hoje, não estamos efetivamente organizados. Tivemos uma reunião em setembro de 2023, se almeja, então, realizar o XI Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros, onde, a partir daí, sim, com a participação efetiva dos líderes, dos presidentes, dos gestores de clubes, termos uma fotografia dos Clubes Sociais Negros no estado do Rio Grande do Sul. Cada Clube Social Negro, no seu respectivo município, tem no seu histórico grandes serviços prestados à comunidade local. A administração municipal local tem responsabilidade, tem dívidas com o Clube Social Negro. Não o Clube Social Negro tem dívidas com o município. É o contrário. O estado do Rio Grande do Sul pode, por intermédio de decretos do governador, por leis estaduais, beneficiar, fortalecer os Clubes Sociais Negros. E a União, então, tem grandes possibilidades de favorecer esse patrimônio da sociedade brasileira em todo o território nacional. Entende? Mas nós ainda temos que saber o quê que a gente quer. E para isso acontecer, esse fórum tem que acontecer. [...] É o fórum estadual. Que o principal produto desse fórum, eu já tenho na minha cabeça aqui, que é a *Carta de Porto Alegre* dos Clubes Sociais Negros do Estado do Rio Grande do Sul. Temos a *Carta de Santa Maria*, a *Carta de Sabará*, e a ideia é a carta... E a ideia é a carta de Porto Alegre dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul. E essa carta deve ser apresentada em todos os municípios onde existem Clubes Sociais Negros, ativos e inativos, para o governo e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. E essa carta tem que chegar ao conhecimento do Congresso Nacional e da Presidência da República. E os Clubes Sociais Negros têm que estar no foco... Os Clubes Sociais Negros têm que estar no foco dos outros dois... Tanto do Legislativo, também do Judiciário, Ministério Público, federações industriais, câmaras comerciais. Certo? Porque, a partir do Clube Social Negro, a comunidade negra pode se desenvolver, interagir com essas entidades por meio de programas de desenvolvimento para que as comunidades se emancipem sem perder as suas características. Entendeu? Na área de empreendedorismo, na área comercial, formação profissional. É importante isso. Claro, tudo isso vai ser trabalhado conforme a necessidade, conforme o local, conforme a característica psicossocial, econômica, local. Entendeu? E o Clube Social Negro é um lugar onde as pessoas se reúnem para discutir isso, para vivenciar isso, para estabelecer seus objetivos enquanto grupo, e já faz uma festa, já faz um almoço, as crianças já brincam, já convivem, já se conhecem. A manutenção da característica da comunidade negra e também a construção de propostas que a gente se relaciona com o governo, com a entidade do lado, com a sociedade local, com a escola, com a universidade. Os Clubes Sociais Negros têm que

estar no foco das universidades para que o conhecimento criado no mundo, naquela convivência acadêmica e que é captado também dentro do Clube Social Negro, possa reverter para o Clube Social Negro como novas tecnologias.”⁵³²

A resposta de Richard ocorreu mais de 10 anos após o fim dos registros no *blog Clubes Sociais Negros do Brasil*, em 2012, mas apresenta vários elementos discursivos que estavam presentes na emergência da rede: o discurso da dívida do Estado para com essas entidades; a preservação das características locais dos clubes negros; a integração com as universidades; e a significação desses espaços enquanto propriamente voltados aos encontros. Assim, é possível avaliar que Richard pretende, mais uma vez, uma reconexão de uma tecnicidade que já se mostrou forte o suficiente para determinar políticas públicas, mesmo que não tenha conquistado, até o momento, o reconhecimento enquanto patrimônio histórico.

A que se deve a desorganização clubista à qual Richard se refere em seu testemunho? Sobre essa questão, me restaram apenas esboços durante o período do campo etnográfico. Segundo correspondências guardadas pelo Acervo da ASP,⁵³³ um novo portal dedicado ao coletivo nacional de CSNs foi inaugurado no dia 13 de maio de 2011, visando prosseguir com o mapeamento dessas instituições. O momento foi comemorado por dirigentes clubistas de todo o Brasil, que viam no instrumento digital uma esperança de fortalecimento da rede, de troca de experiências e de consolidação do reconhecimento. Rubinei Machado, histórico ativista ligado ao Fica Aí, de Pelotas, disse em carta:

Necessitamos estar mais perto uns dos outros, trocar experiências, sermos objetivos em nossas reivindicações junto aos poderes públicos. Creio que a ferramenta hoje colocada à nossa disposição é para nos facilitar. A simples luta individual pela sobrevivência, sem o enfrentamento político, não supera essa condição histórica.⁵³⁴

No mesmo sentido, Joana de Cássia Prudêncio, do Clube 28 de Setembro, de Jundiaí–SP, e Jefferson Virote Laureano, na época, vice-presidente do Clube Palmares, de Volta Redonda–RJ, parabenizaram a inauguração do Portal:

A colocação em uma plataforma digital da história, das atividades e da luta dos Clubes Sociais Negros do Brasil, possibilitará não só o conhecimento, mas também o reconhecimento da participação, singularidade e importância dessas instituições na construção da identidade cultural do negro brasileiro.⁵³⁵

⁵³² Entrevista com Richard Evandro Guterres Alves, concedida no dia 06 de novembro de 2024.

⁵³³ O Acervo da ASP possui, por alguma razão, textos e correspondências de comemoração da inauguração do Portal dos Clubes Sociais Negros do Brasil. Essas cartas são felicitações pelo alcance da visibilidade do coletivo com o projeto de mapeamento. O domínio desse site não existe mais.

⁵³⁴ MACHADO, Rubinei Silva. Clubes Sociais Negros: um território de resistência. s/d. Acervo da ASP.

⁵³⁵ PRUDÊNCIO, Joana de Cássia. Carta. s/d. Acervo da ASP.

Pela importância do site como ferramenta de difusão do projeto do movimento clubista para reconhecimento nacional, garantimos também boas e certas oportunidades de reconhecimento internacional como um ganho adicional no propósito idealista destes espaços. Adicionalmente, agregamos aos visitantes uma ferramenta de estímulo e de fonte de informação para descobertas de outros espaços sociais afro-brasileiros fundados e dirigidos por negros do Brasil, estando estes ativos ou não, pois o propósito de trabalho é de resgatar, mesmo que historicamente, a contribuição destes ambientes em épocas atuais e áureas de nossa história.⁵³⁶

O otimismo em relação ao digital é nítido nessas correspondências. Esse domínio, que era hospedado pelo Museu Treze de Maio, foi encerrado. A desorganização do movimento, portanto, constitui a parte mais difícil de explicar. Pode-se supor que a transformação da conjuntura política institucional no Brasil, após 2016, tenha afetado diretamente os CSNs. A pandemia da Covid-19, como relatei nos meus registros do campo etnográfico, representou um golpe fatal para várias agremiações. Além disso, em maio de 2024, o RS enfrentou as piores enchentes da sua história, quando as águas atingiram praticamente toda a extensão do estado. Sem a devida reorganização do coletivo regional, como diz Richard, não é possível saber a dimensão das perdas. Um novo diagnóstico deve ser produzido pela comissão do XI Encontro, em 2025.

⁵³⁶ LAUREANO, Jefferson Virote. Clubes Sociais Negros do Brasil — história de desafios e conquistas. s/d. Acervo da ASP.

Encontros do Coletivo de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul		
Encontro/Ano	Clube/Cidades	Assunto
1º/ Maio de 2006	Câmara de Vereadores/ Santa Maria	Preparação para I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.
2º/Agosto de 2008	Clube Fica Aí Pra Ir Dizendo/ Pelotas	Cadastro nacional de CSNs e criação do portal virtual do coletivo.
3º/ **	**	**
4º/ Abril de 2009	Museu Treze de Maio/ Santa Maria	Apresentação do Inventário Nacional de Referências Culturais, do IPHAN, e discussão com a representante e historiadora Beatriz Muniz Freire.
5º/ Agosto de 2009	Sociedade Floresta Aurora/ Porto Alegre	Preparação para o II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros e apresentação de emenda parlamentar da deputada federal Luciana Genro para projeto de registro dos CSNs.
6º/ Setembro de 2009	Associação Satélite Prontidão/ Porto Alegre	Preparação para o II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros.
7º/ Junho de 2011	Clube 24 de Agosto/ Jaguarão	Patrimonialização do Clube 24 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAEE).
8º/ novembro de 2012	Associação Satélite Prontidão/ Porto Alegre	Preparação para a III Conferência Nacional de Igualdade Racial e III Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros.
9º/ maio de 2015	SCB União/ Santa Cruz do Sul	Organização do III Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros e eleição da Executiva Estadual dos clubes negros do Rio Grande do Sul.
10º/ Setembro de 2023	SCB União/ Santa Cruz do Sul	Reorganização do Coletivo de CSNs do RS. Nova eleição da executiva estadual dos clubes negros do Rio Grande do Sul.
11º/ ** de 2025	Associação Satélite Prontidão/ Porto Alegre	Carta de Porto Alegre*

Quadro dos Encontros Estaduais dos CSNs no RS.⁵³⁷

⁵³⁷ Do autor. Não foi possível conseguir informações sobre o 3º Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul. O 11º Encontro, presente na tabela, é apenas uma previsão, conforme articulação apresentada pela rede estadual de CSNs até o momento [2025].

3.2 As respostas do IPHAN: a historicidade e o excesso dos clubes negros

Em 2022, durante o Seminário Internacional de Clubes Sociais Negros, organizado pela Sociedade Floresta Aurora em parceria com a UFRGS, em Porto Alegre, a professora Karla dos Santos Guterres Alves protagonizou um debate com uma representante do IPHAE-RS. A enviada, diante de uma plateia majoritariamente formada pelo movimento clubista, revisou o processo histórico que resultou na criação da categoria de patrimônio imaterial no Estado brasileiro, categoria esta privilegiada por vários anos nas políticas de preservação da Nova República (de 1988 em diante). Em seguida, a funcionária comentou o pedido de registro dos CSNs enquanto reconhecimento de patrimônio imaterial. O ponto de tensão se iniciou quando sua fala asseverou a necessidade de uma definição dos CSNs, no sentido de precisar o objeto de patrimonialização. Karla, com a palavra, rebateu afirmando a existência plena da rede clubista: “nós sabemos quem somos!”.⁵³⁸ Eu estava no salão do evento, após ter apresentado um trabalho sobre a exposição do Memorial da ASP, no qual propunha a ideia de tecnologias quilombolas. Não sabia, na época, que aquela divergência entre minha interlocutora e a servidora do Estado decorria de mais de uma década, em que a rede clubista, organizada e com apoio de outras autarquias federais ligadas à luta afro-brasileira, havia provocado o IPHAN a reconhecer o valor histórico dos clubes negros.

Em 2009, a Comissão Nacional de CSNs, com apoio da SEPPIR e da Fundação Palmares, ingressou com o pedido de registro das entidades no livro de lugares do INRC.⁵³⁹ A situação era, de certo modo, inusitada, uma vez que leva, como diz Geslline Braga, a “pensar lugares ‘populares’, não sagrados, dos trabalhadores e das populações tradicionais como patrimônio imaterial”.⁵⁴⁰ O reconhecimento de lugares relevantes para a reprodução das culturas populares não é, contudo, surpreendente. O decreto que, nos anos 2000, que instituiu a ferramenta de catalogação utilizada pelo Estado, estabelece que devem ser inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas no livro de lugares.⁵⁴¹ Ainda segundo Braga, na convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação,

⁵³⁸ Reproduzo essa fala a partir das minhas anotações de campo, não sendo possível atestar com precisão as palavras utilizadas. A tensão entre o movimento clubista e o IPHAN, no entanto, é notória, em 15 anos decorridos do pedido de registro dos clubes negros.

⁵³⁹ O pedido, inicialmente, era dirigido ao livro de “lugares de memória”, que posteriormente foi corrigido.

⁵⁴⁰ BRAGA, op. cit., 2019, p. 10.

⁵⁴¹ Programa Nacional de Patrimônio Imaterial do Brasil *apud* BRAGA, 2019, p. 6.

Ciência e Cultura (UNESCO), de 2013, o conceito de “lugares culturais” é secundário, “os lugares físicos devem estar ligados a certa intangibilidade”.⁵⁴² Além disso, com a limitação do entendimento do IPHAN sobre paisagem cultural, da relação entre o meio ambiente e práticas culturais, restou aos CSNs apenas o livro de lugares e o instrumento de tombamento, aplicado em casos específicos.⁵⁴³ Segundo Braga, a categoria é a de menor incidência no INRC, tendo apenas três inscrições, enquanto o Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana da Grande Florianópolis e o Mapeamento dos Clubes Sociais Negros são os únicos em processo de registro.⁵⁴⁴ Porém, ainda que o Estado possua ferramentas legais para esse reconhecimento, o processo não obteve uma resolução favorável até o momento (o ano de 2025).

A situação problemática que observo é que, desde a última retomada da rede clubista e sua crescente e articulada proposta categórica em relação à memória negra — refiro-me ao reposicionamento dos clubes enquanto arquivos negros, e, com isso, à reconceituação do arquivo e da memória pelo conceito de CSN —, o entendimento da autarquia sobre os CSNs caminhou em direção oposta. Enquanto é crescente a compreensão clubista da existência de uma totalidade integrada, a política do patrimônio histórico exige uma singularização do objeto da diferença cultural. Acredito que isso se expressou, de maneira latente, todas às vezes que a rede se encontrou com representantes governistas do patrimônio, não somente na ocasião de 2022. Ao menos, nessas falas das servidoras públicas, encontrei pistas daquilo que, talvez, pudesse expressar uma problemática de fundo.

Em outros momentos, essa singularização foi provocada pela rede e aproveitada por um ou outro clube negro, sem isso significar um prejuízo aos demais. Isso indica que o conceito, em determinada conjuntura, ofereceu uma singularidade estratégica em uma articulação política específica: foi assim quando a ASP tentou reconhecimento na Câmara Legislativa do Estado do RS, ou quando outros CSNs buscaram o título de utilidade pública frente ao Executivo. O caso que já trabalhei anteriormente, e que acabou gestando a retomada clubista no século XXI, é o do Museu Treze de Maio, que aliou diversos setores locais, agenciou uma conjuntura favorável, para a concretização de um projeto de reativação da existência clubista em Santa Maria–RS. Nesse caso, a singularidade do Treze é compreendida como símbolo da história negra do município,

⁵⁴² Ibid.

⁵⁴³ Ibid., p. 7.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 6.

favorecendo uma espécie de integração na esfera pública, em uma categorização específica, um movimento que já foi realizado pelos CSNs no passado. Em outras situações, no Rio Grande do Sul, é a própria rede que intervém nessa singularização, apresentando-se como corpo político para clubes negros que enfrentam o risco de desaparecimento e esquecimento. Entre os diversos casos, os mais importantes na história recente foram o Clube 24 de Agosto, em Jaguarão-RS, na fronteira com o Uruguai, e o Fica Ahí Pra Ir Dizendo, de Pelotas-RS. Em todo caso, o momento decisivo, e discursivo, dessa questão é o relatório produzido pelo IPHAN em 2015, liberado somente em 2019, por pedido de Giane Vargas via Portal da Transparência da União.

Essa (nem sempre) aparente divergência decorre, como argumento, não de uma hostilidade racista, algo que seria paradoxal visto que se trata de articulações entre setores que levantam agendas antirracistas semelhantes. Na verdade, indo mais a fundo (ou mudando a dimensão da análise), ocorre que o momento da significação dos clubes negros decorre da instrumentalização da historicidade. A historicidade, como analisou a filósofa negra brasileira Denise Ferreira da Silva, é um dos descritores privilegiados pela episteme interpretativa pós-moderna, que reinscreve o Sujeito Moderno e a presunção de um Eu Transparente (de fácil acesso, disponível à inteira compreensão). O sujeito histórico, *Homo Historicus*, como definido pelas ciências humanas desde a metade do século XX, se separa do sujeito científico pela sua interioridade (em oposição à exterioridade, como colocada nas ciências raciais do século XIX), entendida enquanto temporalidade. Não por outra razão, para compreender o ser histórico dos CSNs, tanto a historiografia quanto a antropologia são mobilizadas em exaustão. Sua continuidade e agência na cena histórica são, quase sempre, razões para o reconhecimento no palco da diversidade. Dessa maneira, os CSNs adquirem inteligibilidade para a política pós-moderna, tanto nas Universidades quanto no Estado e, potencialmente, no Mercado. Revela-se assim um ser negro transparente para os descritores da modernidade:

Consequentemente, ao articular um projeto emancipatório, o subalterno racial está sempre-já inscrito como sujeito histórico que finalmente passa a fazer parte da representação ao se tornar um Eu transparente. Desta maneira, essa formulação ensaia a transparência, isto é, a pressuposição ontológica moderna, pois mobiliza a universalidade e a historicidade como os descritores ontológicos modernos privilegiados, o que sugere que a emancipação racial ocorre quando a inclusão (jurídica e econômica) dos outros raciais [racial

others] e de suas vozes (representações históricas e culturais) finalmente concretiza a universalidade em configurações sociais pós-modernas.⁵⁴⁵

A análise discursiva de Silva é, obviamente, menos ambígua do que a observação vivida desses embates em processos políticos de reconhecimento da historicidade de um grupo cultural. De toda forma, a consequência disso, na cena ética, como critica Silva, é a fixação do devir negro diante da morte: afinal, quem chora pelo desaparecimento de outro clube negro? Não há crise ética para o Estado quando esses espaços seguros deixam de existir. Para Silva, a explicação ontoepistemológica da historicidade adianta o desaparecimento do ente negro, algo que a autora nomeou de lógica da obliteração:

Na cena da subjugação racial, encontro em ação, resolvida no momento simbólico, a lógica da obliteração (a tradução socio-científica da necessidade da violência total), que, ao ser refigurada na racialidade, exige o aniquilamento do 'outro' racial (e das ideias e práticas que ele desperta) para o retorno ao funcionamento *adequado* da política liberal.⁵⁴⁶

Em determinados momentos, a política do patrimônio significa exatamente essas palavras: “o retorno ao funcionamento *adequado* da política liberal”, descartando toda informação que os CSNs trazem sobre o presente e o passado. Ou descartando os próprios clubes, como sacramentou a historiadora do IPHAN no 4º Encontro de CSNs do RS ao dizer que o “momento da dor” era que seria impossível para as ações se estenderem à totalidade dessas entidades.⁵⁴⁷

Embora rejeite a historicidade enquanto significante essencial dos clubes negros, não é possível, no campo etnográfico, ignorar a complexidade ontoepistemológica que implica o conceito de CSNs e a recuperação de histórias do esquecimento. Desse modo, opto por observar e descrever a historicidade enquanto interpelação, ou seja, um chamado na luta pelo patrimônio a existir enquanto ser histórico, carregando em si, como avalia Silva, o risco da racialidade.⁵⁴⁸ Na cena da significação, a historicidade categoriza os CSNs enquanto coisa temporal-interior — no texto do associativismo

⁵⁴⁵ SILVA, op. cit., 2022, p. 39.

⁵⁴⁶ Tradução nossa de “In the scene of racial subjugation, I find at work, resolved in the symbolic moment, the logic of obliteration (the social-scientific rendering of the necessity of total violence), which, as refigured in raciality, requests the annihilation of the racial “other” (and the unbecoming ideas and practices it arouses) for the return to the *proper* functioning of the liberal polity”. SILVA, op. cit., 2022, p.41. Destaque da autora.

⁵⁴⁷ MACHADO, Sátira. Relatório do 4º Encontro Estadual dos Clubes Sociais Negros do RS. **Clubes Sociais Negros do Brasil.** Disponível em: <<https://clubesnegrorsbr.blogspot.com/2009/07/relatorio-do-4-encontro-estadual-de.html>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

⁵⁴⁸ Sobre interpelação, inspirando em Louis Althusser, ver BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative.** New York: Routledge, 1997.

negro, por exemplo, trata-se da interiorização do tempo do Pós-Abolição, evidenciado nos acervos clubistas. No entanto, da lente analítica das tecnologias quilombolas, os CSNs inventam essa temporalidade a partir da articulação entre si mesmos e a tecnicidade propiciada pelo digital, construindo assim a figura de uma realidade reticular passada dos clubes negros. Essa imagem-passada que emerge no presente é, na verdade, a produção de uma cena externa, uma opacidade. Existe um excesso na política da memória dos CSNs que não é categorizado pelas respostas do IPHAN na tentativa de significar os clubes pela historicidade. Esse excesso, ou melhor dizendo, o sinal de uma realidade pré-individual, é o que orienta, a meu ver, o entendimento dos CSNs em direção oposta à singularidade buscada pelo patrimônio, mesmo que concessões sejam pontuais e estratégicas.

Minha proposta é bem simples: trata-se de descrever e valorizar não a identidade clubista, aquilo que é, mas o que os clubes negros fazem.

O engolfamento⁵⁴⁹ da historicidade, como analisada por Silva, nem sempre é rejeitado pela agência dos outros-subalternizados, quando observamos essa complexidade no campo. Esse também é um antídoto para explicações planificadas, que tendem a se pautar na representação dos subalternos por meio de uma suposta metafísica de radicalidade — o sujeito histórico negro sempre-já insurgente. A realidade não se comporta dessa forma harmônica e bem orquestrada — muito embora o “mundo ordenado”, como diz Silva, aplique uma violência na produção dessas posições — e a cena da sujeição raramente pode ser evitada, nem mesmo por presunções de transparência da autodeterminação.

Quero dizer, com isso, que descrevo a rede clubista enquanto agência, mas também produto, e, ainda assim, estou me propondo a mapear a poética alternativa que concretiza essas realidades que são completamente fora daquilo que poderia ser, racional e cientificamente, provável. Nos casos da patrimonialização dos CSNs, as feições dessas dinâmicas são evidentes, e as posições contraditórias se multiplicam: em vários casos (ou talvez neles todos), o reconhecimento dos clubes negros como patrimônio e objeto da política de tombamento no executivo é resultado de uma figura do passado gestada no âmbito da imaginação da rede clubista, enquanto uma totalidade integrada que excede a simples categorização. Ainda assim, diante da necessidade

⁵⁴⁹ Termo utilizado por Denise Ferreira da Silva para a ação dos descritores do sujeito moderno por ferramentas epistemológicas específicas, como a historicidade. Engolfar, nesse caso, seria o consumo de uma coisa pela ferramenta que lhe dota de significado.

estratégica e inspirada em casos concretos, como o Museu Treze de Maio, esse ente reticular fabrica um conceito que, na mediação com a realidade técnica do digital, se apresenta enquanto Uno, um Mesmo que integra realidades diferentes a partir de operações analógicas entre escalas distintas. Por fim, as instâncias do Estado, do Mercado (da diversidade) e das ciências humanas tendem à singularização dessa realidade a partir do manuseio da historicidade e seus descritores privilegiados: a sequencialidade (temporal) e a separabilidade (espacial). Ambas associadas à determinabilidade do objeto — nesse caso, do *ser-histórico* que será, contraditoriamente, engolfado pelo conceito de patrimônio. Esses três termos são importantes para a descrição da historicidade no campo:

Por um lado, é a imagem guia para os descritores ontoepistemológicos: (a) *separabilidade* — aquilo que deve ser conhecido é exterior ou interiormente distinguido/distinguível de tudo o mais, ou seja, separável espacialmente (com localização em uma grade); (b) *determinabilidade* — que conhecer consiste principalmente em identificar a (interior ou exterior) causa do efeito observável e subsumir os fenômenos sob conceitos ou categorias, apresentáveis como uma grade ou tabela; (c) *sequencialidade* — que os entes e eventos são separáveis temporalmente, com uma posição em uma sequência (imaginada como uma linha ascendente).⁵⁵⁰

Segundo Silva, a articulação desses descritores segue mantendo a premissa da linearidade, parte do projeto categórico kantiano, na interpretação histórica. A meu ver, na cena que observo na luta dos CSNs pelo patrimônio, existe a produção de descritores alternativos que, mesmo que apareçam enquanto “próprios”, são resultados da mediação com a realidade técnica. O que ocorre, nesse caso, é a concorrência entre tecnicidades que aparenta uma divergência entre compreensões históricas distintas.

Os CSNs alcançaram o instrumento do tombamento em várias localidades do Brasil, por diversas estratégias.⁵⁵¹ No entanto, em alguns casos é nítida a relação com a rede clubista. No Rio Grande do Sul, os casos mais notórios foram o Clube Fica Ahí Pra

⁵⁵⁰ Tradução nossa de “On the one hand, it is the guiding image for the onto-epistemological descriptors: (a) *separability* — that what is to be known is exteriorly or interiorly distinguished/distinguishable from everything else, that is, separable spatially (with location in a grid); (b) *determinacy* — that knowing consists principally in identifying the (interior or exterior) cause of the observable effect and subsuming phenomena under concepts or categories, which are displayable as a grid or table; (c) *sequentiality* — that existents and events are separable temporally, with a position in a sequence (imaged as an ascending line).” SILVA, op. cit., 2022, p. 59.

⁵⁵¹ Em São Paulo, os clubes Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio, de São Carlos, a Sociedade Beneficente 13 de Maio, de Piracicaba, e o Clube Beneficente Cultural e Recreativo 28 de Setembro (1897), de Jundiaí, no interior de São Paulo, entraram em processo de tombamento através de estratégias nas suas municipalidades. Um relato sobre o Flor de Maio pode ser lido em SOUSA, op. cit., 2020. Ver também matéria sobre os clubes, MARQUES, Jairo. Clubes negros do final do século XIX entram em processo de tombamento. **Folha de S. Paulo**, 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1459707-clubes-negros-do-final-do-seculo-xix-entra-m-em-processo-de-tombamento.shtml>>.

ir Dizendo, em Pelotas-RS, e o Clube 24 de Agosto, em Jaguarão-RS. Ambos adquiriram o título de patrimônio cultural do Estado frente ao IPHAE, em um contexto político no qual a atuação da rede foi predominante na fundação de um entendimento de que os CSNs são arquivos da experiência negra da diáspora africana. O antropólogo Alexandre Peres de Lima foi a Jaguarão um ano após a titulação do 24 de Agosto e observou a atuação decisiva da rede e da configuração de uma singularidade (étnica), que se tornou o objeto de patrimonialização:

Uma esfera pública de denúncia é fundamental para reverberar o discurso da especificidade que coloca o Clube 24 de Agosto como um espaço de resistência e da cultura negra na cidade de Jaguarão. É esta articulação entre mobilizações de coletivos que passam a transitar no Clube e a denunciar as injustiças sofridas pelo Clube, onde este engajamento é justificado por um discurso de especificidade étnico-racial. Ou seja, há uma união entre mobilização e conceitos teóricos e (cosmo) políticos, que sustentam mesmo observações acadêmicas a respeito destas formações coletivas.⁵⁵²

Na ocasião, o tradicional clube negro vivia uma situação aterrorizante, na qual perderia sua sede por conta de uma dívida com o ECAD muito abaixo do valor de mercado do edifício. O leilão foi considerado injusto e conseguiu mobilizar a comunidade clubista em todo estado a partir da mediação com a rede de CSNs. Essa relação ocasionou uma transformação discursiva, observada por Lima, em que, basicamente, a agremiação saiu da posição de devedora para credora do Estado, parte do discurso da dívida mobilizado pelas comunidades clubistas em todo RS: “o que antes era somente uma dívida pecuniária foi transformada em uma dívida simbólica do aparato Estatal junto a um espaço relevante a um segmento da população.”⁵⁵³

Por fim, é notável, como avalia Lima, que o clube veiculou termos diversos, que não faziam parte necessariamente do seu cotidiano. A isso atribuo a posição do arquivo: “a situação do 24 de Agosto demandava um outro tipo de conjunto argumentativo através da linguagem do patrimônio, da cultura, da preservação, da resistência, da história, negritude, ancestralidade e identidade”.⁵⁵⁴ Nessa cena, diferente de Lima, enxergo o engolfamento da historicidade, que em certo sentido é desejado e estratégico, mas que possui consequências para a existência dos CSNs. Lima não entende a predominância do digital na rede dos clubes negros, nem atenta para a produção ontoepistemológica do campo do Pós-Abolição, de modo que a rede é, para o autor, uma esfera alternativa. A meu ver, no entanto, ela é a expressão de uma realidade reticular e

⁵⁵² LIMA, Alexandre Peres de. **As lutas, os bailes, as retomadas**. 113f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 81.

⁵⁵³ Ibid., p. 121.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 95.

pré-individual, que precede a concretização dos CSNs mediante tecnologias específicas.⁵⁵⁵

A conquista do tombamento foi crucial para o 24 de Agosto. No processo do seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural pelo IPHAE, observa-se a singularização do clube a partir dos descritores: da sequencialidade, emoldurado no tempo do Pós-Abolição e significado pela continuidade histórica; da separabilidade, enquanto significativo e agente da municipalidade na qual foi regionalizado; e da determinabilidade, atrelado a sua sede, intitulado de “espaço de preservação da memória”.⁵⁵⁶ A veiculação da historicidade nessa documentação, um tanto óbvia, dado o caso, tem efeitos materiais esperados: mesmo que o objeto de patrimonialização seja imaterial, intangível, para garantir a manutenção do edifício é preciso nomear a singularidade arquitetônica: “tomba-se: a volumetria da edificação; paredes externas e internas; modenatura e elementos decorativos das fachadas; esquadrias e vãos originais”.⁵⁵⁷ O processo se repete pouco tempo depois, no caso do Fica Ahí Pra ir Dizendo, quando os mesmos argumentos utilizados em Jaguarão são reciclados. O clube é posicionado como “espaço de memória da cultura afro-brasileira” na mesma temporalidade que sua coirmã, e as consequências arquitetônicas são exatamente iguais.⁵⁵⁸

Não estou apontando mais do que a participação da historicidade na cena do reconhecimento dos CSNs como patrimônios. Nesse caso, não vejo uma única realidade histórica (universal) que pode ser determinada em clubes específicos (particulares). Descrevo como a singularização dos CSNs foi um efeito da veiculação da historicidade e de seus descritores privilegiados (e universalizantes). Em esferas alternativas, no entanto, é possível enxergar que a rede clubista movimentou outros significantes em operações técnicas concorrentes com aquelas oriundas das autarquias do Estado.

O relatório emitido pelo IPHAN em 2015, após um exaustivo mapeamento, em parceria com a Fundação Palmares, demonstrou esse processo de engolfamento da historicidade. Como dito antes, essa ação foi fruto do movimento da Comissão Nacional em 2009, tanto em Brasília, frente ao IPHAN, quanto em Porto Alegre, frente ao

⁵⁵⁵ O digital também passou a fazer parte da existência do 24 de Agosto, como é possível deduzir a partir do projeto que Giane da Silva Vargas lidera no clube. Antes disso, a agremiação criou um blog, de vida breve, onde noticiou o tombamento do edifício. Ver AGOSTO, Clube Social 24 De. Oficialização do Tombamento **Clube 24 de Agosto**. Disponível em: <<https://clube24.blogspot.com/2012/01/oficializacao-do-tombamento.html>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

⁵⁵⁶ IPHAE. Processo de Tombamento do Clube 24 de Agosto (Jaguarão-RS). Porto Alegre, 2012, p.37.

⁵⁵⁷ Ibid.

⁵⁵⁸ IPHAE. Processo de Tombamento do Clube Fica Ahí Pra ir Dizendo (Pelotas-RS). Porto Alegre, 2012.

IPHAE. Em 2019, a rede clubista teve acesso ao relatório, que não foi conclusivo sobre o pedido dos CSNs no INRC, exigindo dos CSNs melhores contornos quanto ao objeto de patrimonialização.

Vários pontos no texto são interessantes. As autoras do documento avaliaram que o IPHAN não encontrou o mesmo contingente de clubes informado pelo movimento clubista em listagem inicial. Essa informação caracterizou a interpretação histórica na narrativa: da emergência comum das entidades no contexto do Pós-Abolição enquanto reação à exclusão, que delimitou essas entidades na lógica sociológica da exclusão (“essas redes, no caso dos clubes, foram constituídas em vários lugares do país por comunidades negras que partilhavam entre si uma situação: a exclusão”).⁵⁵⁹ Com isso, os CSNs são determinados enquanto fora do tempo, dessincronizados com o presente (“a motivação inicial que atraía as comunidades para dentro dos clubes eminentemente negros se diluiu com o tempo em função de várias contingências e esse processo tem início quando a segregação nas cidades começa a perder seus contornos mais rígidos”),⁵⁶⁰ desconsiderando as informações que os CSNs podem trazer sobre uma determinada temporalidade.

Com isso, as representantes da autarquia concluíram com um imperativo: a continuidade histórica, mobilizada como persuasão pelos CSNs seja válida, ela não abarca a totalidade das experiências. Seria preciso uma nova discussão conceitual para atender à variedade de clubes negros:

Embora a definição de Clubes Sociais Negros elaborada pelo movimento clubista não mencione nenhuma característica relacionado ao tempo de fundação dos clubes, é necessário atentar para esse ponto, uma vez que um dos requisitos para reconhecimento oficial refere-se à continuidade histórica e, nesse sentido, é importante considerar se o tempo de existência dos clubes corresponde ao mínimo exigido para reconhecimento formal.⁵⁶¹

Chama atenção que a historicidade (enquanto continuidade de uma interioridade no tempo histórico) não era necessariamente predominante no conceito elaborado por Oliveira Silveira e demais membros da Comissão Nacional. Em contraposição, a temporalidade, enquanto significante histórica, é exigida pelo relatório do IPHAN — entendida como espécie de reserva interior que está sempre-já disponível para a historicidade e os procedimentos do conceito de patrimônio. A partir dela, é possível proceder ao entendimento do clube negro enquanto ruína de uma realidade passada, que deve ser salva do risco de desaparecimento. De tal maneira, cada realidade clubista é

⁵⁵⁹ LIMA; SILVA, op. cit., 2015, p. 41.

⁵⁶⁰ Ibid., p. 42.

⁵⁶¹ Ibid., p. 47.

singularizada para fazer parte da regionalidade de um tempo histórico universal, o qual é o tempo do Estado-Nação. Essa sincronia, que não é objeto do conceito da rede clubista, é requisitada pelo IPHAN: “embora haja uma definição do entendimento do que pode ser considerado um clube social negro, conceito elaborado pelo movimento clubista, é necessário considerar a grande variedade de características dos clubes que responderam ao questionário.”⁵⁶²

No caso do relatório do IPHAN, a lógica da obliteração torna-se mais nítida do que na patrimonialização, uma vez que a singularização exige que alguns clubes possam se tornar objetos de uma política pública, enquanto outros, que não atenderem às exigências, seguirão o caminho do desaparecimento. Na prática, nas duas alternativas, do patrimônio ou do esquecimento, o objetivo é que o Estado possa seguir seu caminho denegando a racialidade das suas operações.

Recorro, mais uma vez, a Mariléa de Almeida em sua etnografia sobre as comunidades quilombolas, na qual denomina a burocratização do reconhecimento como uma ferramenta da governamentalidade racista, na qual o “corpo é afetado pelo cansaço da espera”.⁵⁶³ Curiosamente, essa não foi uma das razões elencadas para o esvaziamento dos CSNs. Além disso, a valorização cultural tornou-se, também entre os clubes negros, uma forma sofisticada de invisibilizar os efeitos do racismo no conjunto das entidades. O passo radical do Estado seria, em todos os casos, reconhecer o direito aos espaços seguros, bem como a contemporaneidade da violência racial. Minha posição, quanto a isso, é que as pesquisadoras devem começar a atentar para a realidade possível expressa pelos CSNs, e menos para as informações que deles podem ser extraídas para preencher essa ou aquela categoria. Trata-se, nesse caso, de captar aquilo que se pode nomear de historicidade antes que a historicidade (conceito) seja concretizada, ou seja, um excesso pré-individual desconsiderado na lógica da obliteração do patrimônio.

4. Conclusão: a invenção do tempo ancestral

Em Santa Cruz, encontrei Richard na primeira noite do X Encontro dos CSNs do RS. Conversamos sobre as expectativas para o evento e sobre o que o coletivo clubista aspirava naquela ocasião. Depois de alguns rodeios e confissões, Richard me disse acreditar que seu nome seria cotado para a presidência da Executiva Estadual. Contudo, não acreditava que pudesse exercer essa função. Em silêncio, lembrei que, por menos

⁵⁶² Ibid., p. 49.

⁵⁶³ ALMEIDA, op. cit., 2022, p. 34–35.

aparente que pudesse ser, ele havia perdido sua esposa, com quem dividia projetos e a própria paixão pela Associação Satélite Prontidão. Desde aquele dia, não deixei de me questionar sobre o luto de Richard e sobre o quão decisivo isso seria para meus caminhos no Memorial da ASP e na pesquisa de doutorado.

Na manhã seguinte, assisti à sua fala de abertura no X Encontro, quando propôs o tema da reconexão. As palavras de Richard ecoaram nos depoimentos das demais gestoras clubistas, que retomaram o termo, muito semelhante à retomada que Alexandre Peres de Lima descreveu no cotidiano do Clube 24 de Agosto, em Jaguarão.⁵⁶⁴ O lema resumiu o movimento comum a todas as participantes: buscar no passado aquilo que se quer sobre o presente. Melhor dizendo, fazer do passado e presente um conjunto simultâneo, mesmo que não contemporâneo. Na parede do SCB União, visualizei o *adinkra*⁵⁶⁵ de Sankofa, um símbolo recorrente na cultura africano-brasileira, que enfatiza a ideia de resgatar algo que ficou para trás (ou reverter a flecha do tempo histórico): “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás”.⁵⁶⁶ Richard, logo que pôde, me disse: havia mudado de ideia e, se fosse o caso, aceitaria presidir a direção estadual dos CSNs.

⁵⁶⁴ LIMA, op. cit., 2015.

⁵⁶⁵ Símbolos que representam um conjunto de valores, partes do povo Ashanti, na África Ocidental. Ver VELOSO, Abraão. Tecnologia Ancestral Africana: Símbolos Adinkra. **Espaço do Conhecimento UFMG**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>>. Acesso em: 7 fev. 2025. Sankofa também é o nome do projeto de resgate da memória do SCB União, em Santa Cruz do Sul.

⁵⁶⁶ NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Adinkra**: sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cobogó, 2022, p. 27.



Figura 36 - Adinkra Sankofa grafitado na parede do SCB União.⁵⁶⁷

Essa cena apresenta um pouco do que pude sentir no X Encontro, enquanto convivência temporal entre presente e passado, entre inovação e tradição, e entre totalidade e singularidade, sem uma contradição aparente para ser resolvida. Após a eleição de Richard para a diretoria gaúcha dos CSNs, a normatividade da rede clubista se fez presente no Satélite Prontidão ao longo de 2024, ao passo que Richard incorporaria, cada vez mais, um tornar-se clubista. Atribuo esse fenômeno à força da rede e de suas cinesias temporais — chamadas, por fim, de ancestralidade.

Na cena da mediação da reticulação clubista com a *blogosfera*, descrevi a ancestralidade emergente, expressa na rede nacional dos CSNs enquanto possibilidade apresentada pela internet. A figura de uma realidade passada foi construída e ampliada a partir de encontros e do conceito fabricado por Oliveira Silveira e suas companheiras, que se valeram, a todo instante, das mediações técnicas da digitalidade. Minha hipótese, testada neste capítulo, é que a atual existência clubista (em rede) não pode ser apartada do digital e, por isso, a intensa relação dos CSNs com as plataformas (*YouTube*, *Instagram*, *Facebook*, etc.) representa uma fase dessa comunicação iniciada no início dos anos 2000. Contudo, na cena em que descrevo o encontro entre a rede dos CSNs e a política de patrimônio do Estado, observo que a veiculação da historicidade nesses processos de reconhecimento requer uma singularidade, produzida a partir de

⁵⁶⁷ Acervo pessoal.

descritores específicos (sequencialidade, separabilidade, determinabilidade, nas palavras de Denise Ferreira da Silva). Tal movimento pede a definição categórica dos clubes negros em um sentido oposto ao que o movimento desenvolveu nos últimos anos de mobilização nacional, aparentando, assim, uma divergência entre tecnicidades.

Como me esforcei para descrever, a dinâmica entre o engolfamento da historicidade (do sujeito moderno) e a alternativa, insistentemente produzida pelo coletivo, é complexa e exige uma melhor compreensão do que significa a sujeição aos sistemas técnicos de individuação. Na maior parte das vezes, o resgate da historicidade é um projeto expresso pelos CSNs, muito embora o que é construído em coletividade seja de uma ordem normativa alternativa. Que realidade é essa? Que alternativa existe para os descritores privilegiados da modernidade-racialidade ocidental e sua insistente lógica de obliteração dos outros-racializados?

Nomear isso não é uma tarefa fácil. Faço-o mais pela importância que pode ter de encontrar um texto para expressar minhas impressões do campo etnográfico. Utilizo a ancestralidade e seu tempo fractal (ou espiralar) para descrever aquilo que aparece enquanto excesso nas (tentativas) de individuação do ser-histórico negro pela política da diferença cultural. Porém, ao contrário das autoras que mobilizo, não atesto essa diferença (repetindo assim uma singularização da diferença) e muito menos acredito que a corporeidade pela qual o tempo ancestral é concretizado exista sem qualquer artificialidade (sem um mundo inorgânico organizado, o mundo da tecnologia). Assim, entre a dimensão das redes sociotécnicas e a ancestralidade, a partir da vazão dessa realidade pré-individual, existem processos de analogia (não semelhança),⁵⁶⁸ de modo que ambas se agenciam concomitantemente. Essa analogia, informada e habilitada pelo conceito de CSN gestado na rede, não existe sem riscos, uma vez que não é possível qualquer garantia frente ao avanço da hegemonia técnica e às atualizações das operações de racialização. Deve-se considerar as transformações do digital, nas quais a internet apresenta objetos digitais cada vez mais fechados, modulados e dominados por

⁵⁶⁸ Para Gilbert Simondon, a analogia pode ser operatória ou estrutural, contudo, essa última significa uma semelhança substancial entre os dois entes, enquanto a primeira identifica apenas operações comuns. BARTHÉLÉMY, op. cit., 2023, p.26–27. O recurso à analogia de Simondon se dá pela busca em apreender o que o conjunto clubista, e das tecnologias quilombolas, fazem, sem isso definir qualquer dado estrutural de seu ser. Esse recurso talvez possa garantir a opacidade no trabalho com a memória dos clubes negros. Por ora, ouçamos Simondon sobre a analogia: “Tal é a legitimidade do método analógico. Mas toda teoria do conhecimento supõe uma teoria do ser; o método analógico é válido se ele incide sobre um mundo onde os seres são definidos por suas operações e não por suas estruturas, por aquilo que fazem e não pelo que são: se um ser é o que ele faz, se ele não é independente do que ele *faz*, o método analógico pode ser aplicado sem reservas”. SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020a, p. 567. Destaque do autor.

processos de *feedback* dos algoritmos. Essa desconfiança crítica precisa ser preservada nas mediações com aquilo que se apresenta enquanto inovação. Em resposta a isso, a ancestralidade insiste no retorno à tradição, conjugando passado e inovação (progresso) sem que haja contradição nesses termos.

Essa dinâmica temporal e espacial — ou, como observo, uma espacialização do tempo, à medida que força a flecha a curvar-se sobre si mesmo, tal qual o pescoço de Sankofa — não é uma exclusividade dos Clubes Sociais Negros. Talvez ninguém tenha descrito tão magistralmente tais movimentos quanto a poeta e dramaturga Leda Maria Martins, em suas pesquisas sobre as performances em culturas populares negras no Brasil. Nas palavras de Martins, pode-se entender esse tempo enquanto uma espiral:

Espiralar é o que, no meu entendimento, melhor ilustra essa percepção, concepção e experiência. [...] O tempo pode ser ontologicamente experimentado como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiências ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas, sim, o movimento

Segundo Martins, a experiência basilar da espiral é a reversibilidade, de tal modo que as performances populares negras, como em seu estudo sobre o Reisado em Minas Gerais, concentram passado e futuro, ora contraindo, ora expandindo o tempo, concentrando no presente uma temporalidade que costuma ser compreendida enquanto tripartida, significativamente cortada e distante.

A corporeidade negra, nas palavras da autora, concretiza essa espiral. É ela o vernáculo da linguagem ancestral; é o corpo que espacializa o tempo nos gestos, nas danças, seguindo o ritmo, componentes da cena que desatina a historicidade: “para o alto e para baixo, para trás e para a frente, em todas as direções, o corpo esculpe no ar os anelos da ancestralidade”,⁵⁶⁹ “em outras palavras: o tempo, em sua dinâmica espiralada, só pode ser concebido pelo espaço ou na espacialidade do hiato que o corpo em voltejos ocupa. Tempo e espaço tornam-se, pois, imagens mutuamente espelhadas”.⁵⁷⁰ Na interpretação de Martins, ao menos assim se apresenta, o corpo é informação, é a linguagem que mantém e sustenta a memória:

O corpo de adereços é uma derivação do corpo-tela, um corpo imagem que é película, fundo e volume, um corpo de inputs e outputs digitalizando seu ambiente e suas espacialidades, preenhe de múltiplos sentidos e possibilidades de composição do acontecimento e de uma primorosa produção semiótica. [...] Um corpo hieróglifo. Um corpo que é também memória e traduz, portanto, os mesmos atributos das artes que pulsionam Mnemosine, matéria

⁵⁶⁹ Ibid., p. 70.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 76.

da função poética: tradição e improviso, lembrança e esquecimento, perenidade e fugacidade, permanência e efemeridade, inacabamento e completude, presença e lacunas, ser e devir.

As metáforas técnicas nessa citação de Martins talvez não sejam por acaso. Antes, destaquei a centralidade do corpo na inscrição da memória dos clubes negros, especialmente a partir do meu trabalho junto à equipe do Memorial da ASP. No entanto, menos acentuado por Martins, esse corpo necessita da tecnicidade que compõe (e devolve, lembrando novamente de Beatriz Nascimento) sua imagem.

Por décadas, os clubes negros travaram essa batalha contra o apagamento da imagem negra, que deve ser entendida em oposição à obliteração encampada pelas ciências humanas. Dessa forma, os clubes negros, e as tecnologias quilombolas, de modo geral, atestam que esse tempo espiralar é expressão de uma tecnicidade preta que vaza e escapa da historicidade, demarcando, assim, conjuntos contraditórios: assíncrono e síncrono; irreversível e reversível; linear e circular:

[...] reativação e atualização da ação, similar e diversa, já realizada tanto no antes como no depois do instante que a restitui, em evento. Nessa sincronia, o passado pode ser definido como o lugar de um saber e de uma experiência acumulativos que habitam o presente e o futuro, sendo também por eles habitado.⁵⁷¹

No entanto, como o encontro da rede clubista e a política do patrimônio histórico apresentam, não necessariamente essas contradições são resolvidas. É a própria indefinição que denota a agência histórica do tempo ancestral.

A ancestralidade das tecnologias quilombolas, enquanto alternativa ontoepistemológica à historicidade, implica o conhecimento a partir de operações analógicas, atentando-se ao fluxo das relações, seus componentes e diferentes agências, sem se diluir em uma transparência. Segundo Muniz Sodré, a analogia recusa o princípio de não-contradição das categorias dialéticas: “[...] este princípio diz ser impossível que um determinado material de cor branca seja ao mesmo tempo não branco, preto, digamos. [...] Analogicamente, entretanto, o material preto pode ocupar de maneira *mimética o lugar* do branco e fazer *como se* fosse o mesmo em determinadas funções”.⁵⁷² Assim, como observo no Satélite Prontidão e na rede clubista, é a partir do método analógico que é possível conhecer os CSNs pelos seus conjuntos de operações, possibilidade essa retida na memória dessas entidades. Desse modo, pode-se arriscar e dizer que os clubes não respondem o que são — e por isso a dificuldade de escuta do

⁵⁷¹ Ibid., p. 115.

⁵⁷² SODRÉ, op.cit., 2021, p. 164. Destaques do autor.

IPHAN — mas se apresentam enquanto uma tecnologia de comunicação entre dimensões (temporais) divergentes e irreconciliáveis. Lembro-me das evidências históricas, apresentadas no Pós-Abolição, entre essas agremiações e as tecnologias de informação (a linha férrea, a imprensa negra e, mais recente, a internet). Mas podemos ascender a uma compreensão dos próprios clubes enquanto tecnologias quando os associamos a uma base mítica: Exu. Esse mito, em uma determinada conjuntura técnica, mais aberta a informações e relações externas, operou na constituição da *blogosfera* dos CSNs.

Exu é a entidade que estabelece os canais entre o mundo humano e os orixás.⁵⁷³ “[...] é o canal de comunicação que interpreta a vontade dos deuses e que a eles leva os desejos humanos. Nas narrativas mitológicas, mais do que um simples personagem, Èṣù figura como veículo instaurador da própria narração”.⁵⁷⁴ A encruzilhada, a espacialidade cosmológica da figura mítica de Exu, tem se tornado popular enquanto alternativa ontoepistemológica nos estudos africano-diaspóricos no Brasil. Ela é o “[...] lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, texto e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação”.⁵⁷⁵ Em suma, a encruzilhada comunga singularidade e totalidade, sem contradição nesses termos.

Enquanto alternativa mítica à técnica de comunicação ocidental moderna, Exu não é o instrumento, ou o objeto, mas sim uma narrativa acerca da tecnicidade, de um conhecimento em individuação sobre as tecnologias quilombolas. Seguindo o aforismo — “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje” — Sodré explicou que essa temporalidade não é constituída pelo sujeito, mas é constituinte, ela inventa uma dimensão da experiência que não preexistia antes da pedra ser lançada:

O enunciado do provérbio só é concebível se o *presente* ou o *agora* funda o tempo (*temporaliza*) por meio da ação/ acontecimento (a pedrada mitológica) e assim pode coexistir com o passado — pode tornar simultâneo o que não é contemporâneo. Com Exu, não há começo nem fim, porque tudo é processo e, ao se constituir, cada realidade afeta outra para além do espaço-tempo. Em termos cíclicos ou solares, o nascente coexiste com o poente por causa da força do *agora*.⁵⁷⁶

⁵⁷³ Recordo da especulação de Gilbert Simondon da cisão do mundo mágico na tecnicidade e na religiosidade, o primeiro preservando os aspectos de figura (singular) e o segundo os aspectos de fundo (totalidade). Para o filósofo, o conhecimento atual, em suas diferentes concepções, está na mediação dessa cisão.

⁵⁷⁴ MARTINS, op. cit., 2022, p. 43.

⁵⁷⁵ Ibid., p. 42.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 187. Destaques do autor

Assim, avaliou Sodré, Exu inventa o próprio tempo ancestral ao estabelecer uma poética: “a ideia de que a ação de Exu abriu uma possibilidade que não lhe preexistia em termos reais, mas foi tornada possível por um evento feito metonímia do acontecimento (a pedrada enquanto começo de uma transformação).”⁵⁷⁷

É nesses termos que ancestralidade é gestada na descrição dos Clubes Sociais Negros enquanto tecnologias. A pedra que quebra as cisões do tempo moderno estabelece o cerne da experiência histórica clubista: a reversibilidade. “A chave do provérbio está, assim, na experiência da *reversibilidade* (a restituição pelo sacrifício ou pela oferenda), que é maior do que a da cronologia dos relógios. A situação oposta, isto é, a *irreversibilidade*, está na base de todos os sistemas de poder, africanos ou não.”⁵⁷⁸

“Reconexão” ou “retomada”, entre outros termos que circulam nos espaços clubistas, carregam a consciência de que nada do que ocorreu está congelado em um tempo distante; tudo pode ser recuperado e a flecha pode ser revertida e curvada sob si mesma. É isso que Sodré convidou a experimentar enquanto a singularidade do “real”, em contraposição à singularização pela representação, como ocorre nas categorias analíticas: “[...] não é unidade macroscópica figurada numa representação, mas as partículas ou fragmentos mínimos, diferenciais, sub-representativos, infraproposicionais, tais como se oferecem, de modo caótico e invisível, numa experiência de afeto”.⁵⁷⁹ A partir dessa perspectiva quântica quanto à historicidade, os clubes negros podem ser entendidos enquanto canais de transdução: é por onde uma determinada estrutura se prolonga em um campo em estado de equilíbrio metaestável (em um regime de livre circulação de informação, por exemplo).

É essa a relação que encontrei entre os CSNs e a *blogosfera* nos anos 2000, enquanto emergência de uma realidade reticular que, antes da pedrada (informação) lançada em direção ao passado (a memória inscrita nos suportes técnicos do digital), não era possível. O evento da rede clubista, portanto, foi um evento cosmotécnico. Desse ponto de vista, os desafios da recente retomada da rede passam por repetir essa poética. Para isso, é preciso atenção com as transformações das redes sociotécnicas, do avanço das inteligências artificiais e à plataformização do capitalismo.

As tecnologias quilombolas, como imaginadas por mim e Karla, visam atentar para isso a partir de uma metodologia analógica que aponta para a mediação técnica na

⁵⁷⁷ Ibid.

⁵⁷⁸ Ibid., p.188. Destaques do autor.

⁵⁷⁹ Ibid., p. 136.

memória negra. Elas são também uma contraposição a visões românticas que tendem a imaginar o corpo orgânico independente do mundo inorgânico organizado, e encontram nessas mediações divergências salutares para enfrentar a visão moderna, homogeneizante, progressista e tecnocrata.



Figura 37 — Jacqueline Gonçalves e Sérgio Rosa no X Encontro de CSNs do RS.⁵⁸⁰

⁵⁸⁰ Do autor.

Capítulo 4

O ATLÂNTICO NEGRO COMO ESPAÇO COSMOTÉCNICO: FRAGMENTAR AS TECNOLOGIAS QUILOMBOLAS NA ERA DAS PLANTAÇÕES⁵⁸¹

A máquina é apenas um meio. O fim é a conquista da natureza, a domesticação das forças naturais por meio de uma primeira subjugação: a máquina é um escravo que serve para fazer outros escravos.

Gilbert Simondon⁵⁸²

Sou fixado. Uma vez ajustado seu micrótomo, eles objetivamente realizam cortes na minha realidade.

Frantz Fanon⁵⁸³

O escravizado colonial é mantido numa relação de alienação com o mundo. A política do porão representa essa linha traçada através dos humanos que recusa a alguns as mesmas qualidades que confere a outros, que de imediato exclui alguns da dignidade de uma existência em que se compartilha uma cena, uma Terra, um mundo.

Malcom Ferdinand⁵⁸⁴

Chove muito em Porto Alegre. É o maior desastre hidrológico da história do Rio Grande do Sul, maior que a enchente de 1941, a antiga referência dos gaúchos. Estou em casa, medindo fotos para ampliá-las e expô-las no Memorial da ASP.

Anotação no caderno de campo⁵⁸⁵

⁵⁸¹ A discussão teórica que apresento teve diversas contribuições nesses últimos anos. A primeira ideia dessa discussão surgiu no já extinto Grupo de Estudos em História e Filosofia da Técnica (GTEC), na época, ligado a Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades (APPH), de Porto Alegre. Agradeço, especialmente, à interlocução com Rafael Moscardi e Pedro Telles da Silveira. Em outro momento, em 2021, apresentei um embrião deste texto no *the New Center for Research and Practice*, durante o seminário sobre alienação ministrado por mattin, *performer* e pesquisador da música, a quem agradeço pela leitura crítica. Em 2023, trabalhei uma expansão da versão anterior, a partir de debates na disciplina do professor Henrique Parra, na Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP). Publiquei uma versão reduzida da proposta na revista do *PimentaLab*, laboratório de pesquisa dirigido por Parra e, em seguida, uma versão bilíngue estendida na Revista *Mediações*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Neste capítulo, além de reaproveitar essas elaborações, insiro o contexto do meu estágio no campo etnográfico junto à Associação Satélite Prontidão (ASP), que foi decisivo para a escrita do texto. Também desdobro a última parte da discussão, em que retifico a necessidade da fragmentação da historicidade, em especial das histórias sobre a raça e sobre a tecnologia, de tal modo que ambas se entrecruzam em uma epistemologia antirracista. Ver GONZAGA, Gabriel. *Alienação, tecnicidade e racialidade: por um diálogo entre Frantz Fanon e Gilbert Simondon. Mediações — Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 30, p. 1–20, 2025.

⁵⁸² SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 197.

⁵⁸³ FANON, op. cit., 2020b, p. 131.

⁵⁸⁴ FERDINAND, op. cit., 2022, p.72

⁵⁸⁵ Anotação no caderno de campo, no dia 02 de maio de 2024, em meio às enchentes que inundaram todo o Rio Grande do Sul.

1. Introdução

Durante semanas, era como se o céu desabasse sobre as nossas cabeças.

Em setembro de 2023, em Porto Alegre, era possível assistir passivamente às águas engolirem o Vale do Taquari.⁵⁸⁶ Em abril, a cena voltou e se repetir, mas a postura metropolitana, em especial da prefeitura de Sebastião Melo,⁵⁸⁷ era de indiferença sobre a possibilidade da catástrofe engolir também a capital do estado. Talvez todos nós, cidadãos e modernos, estivéssemos adormecidos por tempo demais. No dia 04 de maio de 2024, trabalhava assiduamente com minhas companheiras para a nossa sonhada cerimônia de abertura do Memorial da ASP, marcada para o próximo dia 14. A data representava muito sobre o que imaginávamos sobre o nosso próprio trabalho. Porém, nossa desatenção em relação às águas que despencavam pelos riachos, arroios e rios apresentava a distância entre o que chamávamos de política antirracista, sobretudo a respeito do patrimônio, da história e da memória, e a crise ambiental na qual estávamos imersos, e sobre a qual os clubes negros já sofriam, impactados.

No fim da tarde, peguei o celular e li mensagens de preocupação da minha esposa, Elisa. O Guaíba — o “encontro das águas”⁵⁸⁸ — havia subido e começava a reivindicar as terras urbanas. O Sarandi, Humaitá e Navegantes, bairros vizinho ao Prontidão, na zona norte, foram severamente atingidos após o rompimento do dique de proteção. O mesmo ocorreu no centro e vários outros locais na cobertura das margens do rio. Naquela tarde, arriscávamos sermos ilhados pela forte chuva, que não cessava.

⁵⁸⁶ Sobre o do Vale do Rio Taquari, “compreende uma região central do Rio Grande do Sul, formada por 36 municípios, com destaque para os municípios de Lajeado e de Estrela. Já a partir das últimas décadas do século XX, a instalação de indústrias e o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços provocaram mudanças significativas na região, se observando um significativo crescimento da população residente nas zonas urbanas (em 2010, por exemplo, 73,4% da população da região viviam em zonas urbanas)”. CADONÁ, Marco André; FREITAS, Valter De Almeida. Enchentes e precarização do trabalho: uma análise do mercado de trabalho em municípios gaúchos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 31, n. 3, 2024, p. 121. Morei na região entre 2018 e 2019, quando lecionei em uma escola privada de Lajeado.

⁵⁸⁷ Sebastião Melo é uma figura política importante na história de Porto Alegre. Filiado ao partido de centro-direita Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Melo foi vereador da cidade por muitos anos, vice-prefeito entre 2013 e 2016, quando perdeu as eleições para Nelson Marchezan (PSDB). Foi finalmente eleito para o executivo municipal em 2020, derrotando Manuela d’Ávila (PCdoB). Suas gestões da prefeitura, desde então, têm sido marcadas por políticas neoliberais de terceirização e privatização do serviço público. Em 2024, o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) mapeou as variadas e numerosas alianças firmadas por Melo para vencer o pleito. A pesquisa liderada por Marcelo Kunrath Silva demonstrou a rede de agentes políticos e econômicos que loteou a cidade de Porto Alegre, influenciou cortes e reduções no orçamento da seguridade social e flexibilizou legislações ambientais em prol de construções e investimentos de interesse privado. A meu ver, a pesquisa representa as diferentes escalas que as ações de enfrentamento por justiça social, racial e ambiental precisam considerar e atuar. Ver SILVA, Marcelo Kunrath. **Os donos de Porto Alegre**. GPACE, 2024. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/12728233>>.

⁵⁸⁸ Significado de “Guaíba” para os povos guaranis.

Lembro-me da ansiedade que senti no trajeto de volta. Muitos veículos, buzinas e o rádio noticiando, minuto a minuto, a altura da cota de inundação, os pontos atingidos e as previsões do tempo para a semana. Em determinado momento, o rio registrou a marca histórica de 5,30 metros de altura na barreira de contenção.

Avisos da defesa civil e políticos fantasiados com coletes de sinalização. Em todo lugar, parecia que a tragédia moderna se repetia. Mas essa ilusão duraria pouco, porque não era o trágico ou a farsa. Assistimos, mais uma vez, à intrusão de Gaia.⁵⁸⁹

As enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, entraram para a relação das piores catástrofes ambientais do Brasil. Segundo a nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 418 municípios gaúchos declararam estado de calamidade pública, de um total de 497 cidades no estado. 2,3 milhões de pessoas foram afetadas. Mais de 870 mil tiveram seus domicílios atingidos (8,8% da população do estado). Dessas, 310 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, no cadastro oficial da União (correspondente a 9,7% da população em situação de vulnerabilidade no RS).⁵⁹⁰ 209 pessoas estão entre mortas ou desaparecidas, e 600 mil pessoas ficaram desalojadas.⁵⁹¹ Os danos causados pelas águas se estenderam a 478 municípios, entre cheias de margens, inundações e deslizamentos de terra. A mancha de lama se espalhou por todo o mapa do rio-grandense (ver Figura 38).

Nos dias do mês de maio, ficamos reclusos em casa e, assim como vários amigos, me dividi entre as tarefas rotineiras e atividades voluntárias para auxiliar as pessoas desabrigadas. Assim como ocorreu na pandemia da Covid-19, pairava a sensação de que nada seria como antes e que as enchentes representavam um ponto de virada, ao menos na vida local. Mas o que se observou foi um movimento de resignação sobre a catástrofe, um conformismo a respeito das condições que empurraram os gaúchos para a tragédia, especialmente pela reiteração das autoridades políticas de que

⁵⁸⁹ Referência de um entre os inúmeros nomes dados ao Sistema Terra no Antropoceno. Ver HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 139–146, 2016.

⁵⁹⁰ PEREIRA, Rafael H. M.; et al. Nota Técnica n. 02 (CGDTI): Uma Estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14337/4/NT_02_CGDTI_Uma_Estimativa.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

⁵⁹¹ PILLAR, Valério D.; OVERBECK, Gerhard E. Learning from a climate disaster: the catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, Washington, v. 385, n. 6713, 2024.

fatores inevitáveis (supostamente técnicos) levaram ao deslizamento da lama pelas águas.⁵⁹²

Rapidamente, quase que concomitantemente à transmissão de imagens de pessoas sendo socorridas dos telhados de suas casas, um discurso acelerado de “reconstrução” ganhou tração nas redes sociais e nas falas públicas dos governos municipais, estadual e federal. Em pouco tempo, foi possível constatar que grupos econômicos responsáveis pelas agendas neoliberais — de privatização de estatais e flexibilização de regras de licenciamento ambiental — criaram propostas de reconstrução que, basicamente, defendiam seus investimentos e propriedades.⁵⁹³ O desejo de retomar o mundo destruído pelas correntezas, isso que chamei de resignação, foi ainda mais notável quando o prefeito de Porto Alegre foi reeleito no pleito de 2024, asseverando, assim, o programa de destruição ambiental que moveu sua gestão. Quando as águas atingiram Porto Alegre, servidores públicos, técnicos do Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE), denunciaram que Sebastião Melo ignorou relatórios do fim de 2023, os quais o alertavam sobre os riscos de que o rio Guaíba ultrapassasse a marca histórica da enchente de 1941 por conta de problemas de drenagem.⁵⁹⁴ Ainda assim, nenhuma medida foi tomada, e a política de aumento de cargos comissionados e corte de verbas se manteve.

⁵⁹² As enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul foram associadas ao fenômeno do El Niño, o aquecimento periódico do Oceano Pacífico, resultando na dispersão da umidade da região amazônica para o sul do país. A hidrografia do estado colaborou com o alto volume de chuvas, sendo uma das maiores do Brasil, dividida entre as bacias do Uruguai, na fronteira oeste, a bacia do Guaíba e a litorânea. No entanto, a intensidade das chuvas foi atrelada ao aquecimento da temperatura média do planeta. 2024 foi considerado o ano mais quente da história planetária, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o primeiro ano a ultrapassar os 1,5 °C estabelecidos pelo Acordo de Paris. Ver ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55 °C acima dos níveis pré-industriais. **As Nações Unidas no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-já-registrado-com-cerca-de-155c-acima-dos-niveis>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

⁵⁹³ CADONÁ, op. cit., 2024.

⁵⁹⁴ MEDINA, Gregório Mascarenhas e Tiago. Prefeitura sabia dos problemas na casa de bombas que inundaram Menino Deus, Cidade Baixa, Centro e Sarandi. **Matinal Jornalismo.** Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/prefeitura-sabia-dos-problemas-na-casa-de-bombas-que-inundaram-menino-deus-cidade-baixa-centro-e-sarandi/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

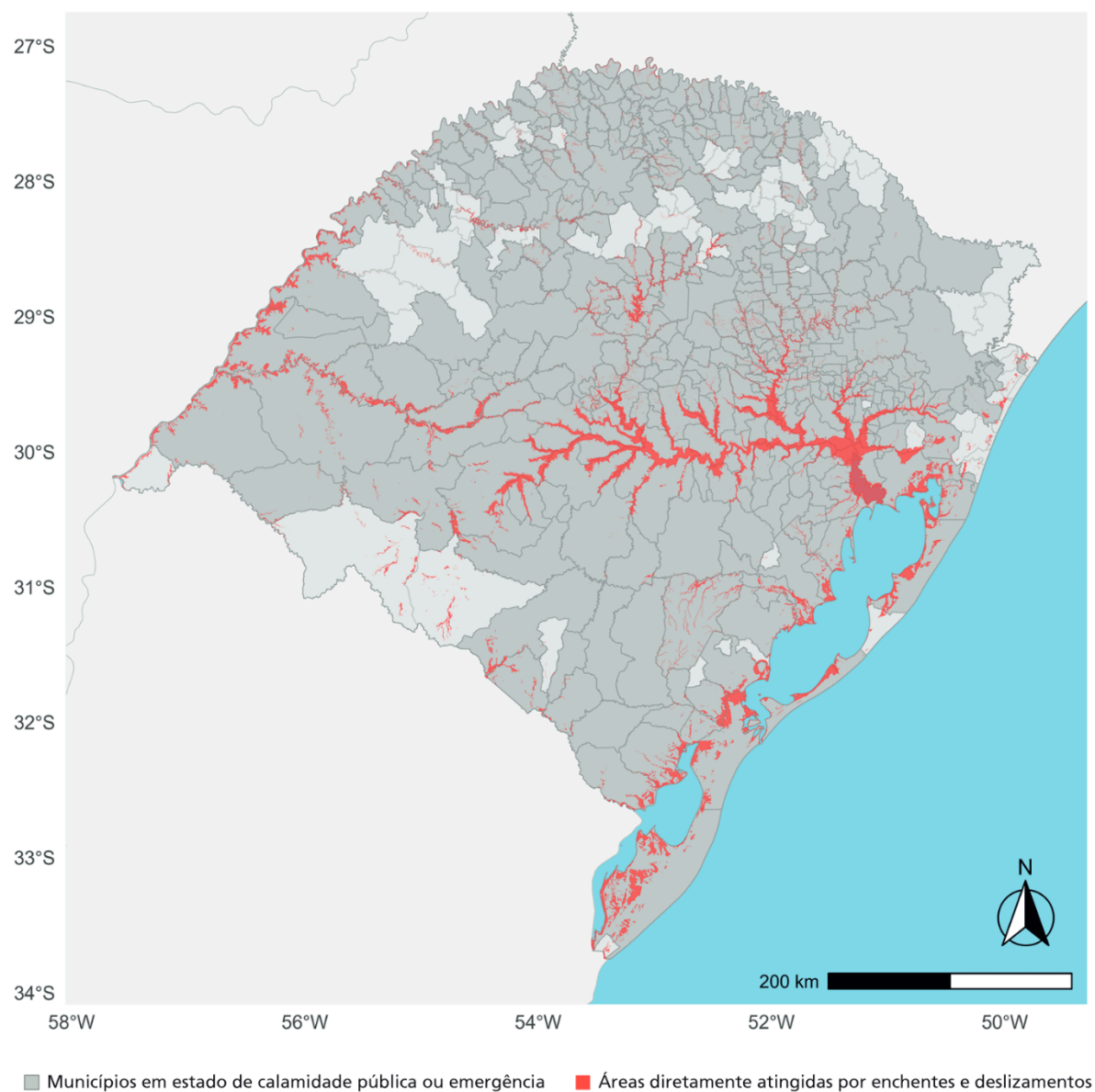


Figura 38 — Impacto das enchentes e municípios atingidos.⁵⁹⁵

⁵⁹⁵ PEREIRA, et. al., op. cit., 2024, p. 5.

Chamei de resignação esse comportamento coletivo de aceitar e reafirmar as condições materiais que levaram à catástrofe, mas poderia ter chamado também de ascensão de uma “consciência infeliz”, termo hegeliano que Yuk Hui utilizou para classificar a filosofia neorreacionária da extrema-direita global, liderada por intelectuais como Nick Land e Alexander Dugin.⁵⁹⁶ Para Hui, a consciência infeliz se depara com a contradição no âmago da natureza, mas é esmagada pelos sentimentos de perda e frustração diante da falta de solução. São nesses termos, segundo o autor, que a extrema-direita enxerga o declínio do Ocidente. É seu tropo recorrente de significação, que desencadeia uma melancolia sobre uma perda e o processo inacabado, o qual não consegue superar.

É assim que se parecem as respostas políticas às enchentes, seja da reposição do modelo econômico de suicídio ambiental, seja da aprovação eleitoral da população. No entanto, essa leitura reduz o cenário por desconsiderar a racialidade daquilo que o filósofo Victor Galdino, inspirado em Achille Mbembe, chama de “partilha colonial do sensível”, a cartografia de um mundo racializado.⁵⁹⁷ Alguma coisa já foi escrita sobre o esforço de manutenção do neoliberalismo, mesmo diante dos seus efeitos mais sanguinolentos, como foram as enchentes;⁵⁹⁸ porém, menos foi ressaltado sobre o componente racial desses eventos extremos.⁵⁹⁹ Não basta evidenciar e qualificar o enunciado que diz que as pessoas racializadas sofrem, com intensidade maior, esses crimes ambientais. É necessário desvelar a racialidade da cadeia de eventos que

⁵⁹⁶ HUI, Y. Sobre a consciência infeliz dos neorreacionários. In.: HUI, op. cit., 2020.

⁵⁹⁷ GALDINO, op. cit., 2024.

⁵⁹⁸ CADONÁ, op. cit., 2024; CADONÁ; FREITAS, op. cit., 2024. Disponível em: <<https://univates.br/revistas/index.php/estudoodebate/article/view/3873>>. Acesso em: 3 mar. 2025; HARTWIG, Elisa; HOHENDORFF, Raquel Von. O capitalismo de desastre no Brasil: enchentes no Rio Grande do Sul e violação dos direitos humanos. **Cadernos do Programa de pós-graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 251–273, 2024; OLIVEIRA, Mara De; CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul: degradação ambiental, negacionismo e minimização do Estado. **RECIMA21 — Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-20, 2025; PILLAR; OVERBECK, op. cit., 2024.

⁵⁹⁹ Sobre o efeito desigual sobre as pessoas em condições de vulnerabilidade social, ver BETTAMIO MENDES, Paola. A luta abolicionista também é justiça climática: uma análise hemerográfica sobre os espaços de privação de liberdade diante das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2024; COSTA, Marco Aurélio; EFFGEN, Julia Frederica; FREITAS, Sávio Nunes De; *et al.* Eventos climáticos e vulnerabilidade social: uma investigação sobre a recente inundação na região metropolitana de Porto Alegre sob o olhar do índice de vulnerabilidade social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA)**, Brasília, n. 33, v. 33, p. 33–42, 2024; NASCIMENTO, Katana; RIGON, Pietra Wannmacher da Silva. A crise climática e as enchentes no Rio Grande do Sul: uma perspectiva sobre racismo ambiental a partir da gestão socioambiental do risco. Disponível em: <<https://escoladaajuris.org.br/2024/11/conheca-os-vencedores-do-3o-premio-eladio-lecey-de-sustentabilidade/>>;

antecedem e sucedem às catástrofes e, ao mesmo tempo, mantém ilesa a fé no progresso tecnológico e social, no tempo histórico linear e unidirecional (na historicidade).

Para tanto, avalia Galdino, em diálogo com Denise Ferreira da Silva, o racismo ambiental não pode ser tratado como efeito “[...] de algo que aconteceu imediatamente antes em uma sequência temporal, mas como composições e recomposições que alimentam o Capital global, não importa se hoje ou há dezoito ou duzentos anos”.⁶⁰⁰ A racialidade é o fundamento sobre o qual o mundo do extrativismo ambiental se alastra, reduzindo ontologias e cosmologias a meros instrumentos e/ou mercadorias:

Isso se deve sobretudo ao fato de que os espaços de extração colonial se tornaram possíveis pelas transformações ou deformações na sensibilidade e na imaginação — racionalizadas de múltiplas formas — que não podemos separar da manufatura de uma soberania imperial, erguida como autoridade sobre *tudo* que não é propriamente humano, sobre toda uma paisagem *naturalizada* que se estendia pelo horizonte insensível dos colonizadores.⁶⁰¹

Sendo assim, o tanto redigido sobre a política econômica que fragilizou o Rio Grande do Sul para os eventos extremos expressa, também, um tipo de anseio por reconstrução — uma melancolia à esquerda — ou um conserto de um mundo que, como se acredita, as pessoas ainda desejariam. Resta, portanto, dizer sobre o que ocorreu nessa dimensão da composição racial da crise climática. Especialmente sobre as alternativas apresentadas por quem resistiu e reelaborou esse novo regime, como as tecnologias quilombolas. Que mundos, afinal, (re)existem para além dessas vontades modernas de retomar o rumo utópico da história, seja do sonho revolucionário comunista, seja das aspirações galácticas dos aceleracionistas (refiro-me a Elon Musk), seja, também, do neorreacionarismo infeliz?

O coletivo de jornalismo Nonada dedicou uma série de reportagens que demonstra dimensões ímpares do racismo ambiental vivenciado por diferentes comunidades durante as enchentes de 2024. Entre as linhas nas quais a racialidade no regime climático é evidenciada, lê-se a respeito dos mais de 250 terreiros de religiões de matriz africana vitimados, sendo 80 somente em Porto Alegre;⁶⁰² a violência enfrentada por territórios ancestrais negros, como o Passo dos Negros, na cidade de Pelotas;⁶⁰³ do

⁶⁰⁰ GALDINO, op. cit., 2024, p. 127.

⁶⁰¹ Ibid., p. 107. Destaques do autor.

⁶⁰² ORTEGA, Anna. “Encontrei meus búzios no portão”: as histórias dos terreiros inundados no Rio Grande do Sul. **Nonada Jornalismo**. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2024/07/as-historias-dos-terreiros-inundados-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

⁶⁰³ CAMPOS, Marisa. Comunidade negra histórica de Pelotas que sofreu na enchente luta contra invisibilidade. **Nonada Jornalismo**. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2024/08/comunidade-historica-de-pelotas-que-sofreu-com-racismo-ambiental-na-enchente-luta-contrainvisibilidade/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

abandono das comunidades de pescadores no bairro do Arquipélago, da capital;⁶⁰⁴ e do descaso com os efeitos em bairros das periferias, de maioria negra, como o Sarandi, um dos mais danificados.⁶⁰⁵

Essas histórias demonstram a importância de tomar outras posições sobre a crise climática. A líder comunitária do Arquipélago, Francine Conde Cabral, em entrevista, disse que a cidade dá as costas para as ilhas: “da orla, lá na Ilha da Pintada, a gente sempre fala que a Capital está de frente para nós. Na verdade, está de costas. Porque ninguém lembra que a gente existe. Agora, Porto Alegre está agindo como se tudo estivesse normalizando. Mas quem vai até lá, outro lado, sabe que não há nada normal”.⁶⁰⁶ A fala de Francine evoca a oposição com o continente, que ressoa a poética do martinicano Édouard Glissant sobre a paisagem do arquipélago em composição com o pensamento da Relação.⁶⁰⁷ Tomar outra posição sobre o clima exige também tomar outra posição diante dessa paisagem urbana — que faz parte dos esforços do trabalho com a memória negra no Memorial da ASP. Da mesma forma, aquilo que pude observar na Associação Satélite Prontidão se diferencia dos discursos da reconstrução e concentra as atenções no cuidado com a ferida provocada por um mundo racializado.

No dia 08 de maio, ainda sob chuva e inundações na cidade, retornei ao Satélite Prontidão para desfazer o trabalho da exposição do Memorial da ASP, guardar e proteger o acervo e atuar como voluntário no recém inaugurado centro de distribuição de doações, que se instalou emergencialmente no clube. Esse centro surgiu de uma aliança, já há muito tempo estabelecida, entre a Rede Afroambiental e o Prontidão, tendo sido composto, também, por lideranças do movimento negro gaúcho e ialorixás e babalorixás, referências para os povos de terreiro. Curiosamente, lembrando a discussão do capítulo anterior, a organização se autodenominou “Rede das redes”.⁶⁰⁸

Além das já citadas, a Rede contou com o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

⁶⁰⁴ PASKO, Priscila. Pescadores artesanais e moradores das ilhas de Porto Alegre têm sua cultura e futuro ameaçados após enchente. **Nonada Jornalismo**. Disponível em: <<https://www.nonada.com.br/2024/08/pescadores-artesanaais-e-moradores-das-ilhas-de-porto-alegre-tem-sua-cultura-e-futuro-ameacados-apos-enchente/>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

⁶⁰⁵ PASKO, Priscila. Ainda é maio no RS: moradores das periferias convivem com estragos três meses após enchente. **Nonada Jornalismo**. Disponível em: <<https://www.nonada.com.br/2024/08/ainda-e-maio-no-rs-moradores-das-periferias-convivem-com-estragos-tres-meses-apos-enchente/>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

⁶⁰⁶ PASKO, op. cit., 2024.

⁶⁰⁷ GLISSANT, op. cit., 2021.

⁶⁰⁸ É possível conferir fotos e vídeos sobre a organização através da página da Rede Afroambiental e de uma página criada pela Rede das redes no *Instagram*. Ver <https://www.instagram.com/redeafroambiental/?hl=en> e <https://www.instagram.com/centralrededasredes/>

(FONSANPOTMA), o Grupo Mulheres de Axé do Brasil, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU). De fato enxerguei nessa composição uma associação de tecnologias quilombolas que estenderam seu regime de informação (uma infosfera) para além das suas determinações originais. A Rede das redes foi criada especialmente para atender aos povos de terreiros afetados pelo avanço das águas, oferecendo cuidado, apoio e um espaço seguro, e se estendeu aos bairros periféricos da zona norte da capital. Algumas pessoas que somaram forças na Rede relataram terem sofrido racismo religioso em outros espaços de voluntariado.⁶⁰⁹

Em entrevista, o presidente da ASP, Richard Evandro Guterres Alves, relatou a estruturação do centro de distribuição e apresentou sua visão sobre o avanço de uma consciência climática nos Clubes Sociais Negros (CSNs). “Então, essas entidades, que têm presença nacional, se organizaram para prestar apoio para os seus integrantes, estabelecendo, na sede do Satélite Prontidão, um centro de distribuição. Ou seja, recursos eram captados, tanto junto ao Estado, seja na esfera municipal, estadual, e federal, como também de doadores privados, por intermédio das articulações dessas entidades e também do Satélite Prontidão com outras instituições. O espaço do Satélite Prontidão foi usado para armazenagem desses suprimentos, organização, repartição desses suprimentos em cestas básicas, e a distribuição para as famílias que estavam sendo recebidas dentro dos ilês, que são as Casas de Santo, como também para a comunidade em geral, em torno do Satélite Prontidão. Cabe dizer que o Satélite Prontidão está localizado na Zona Norte de Porto Alegre, próximo do bairro Sarandi, que foi duramente atingido. Muitas pessoas do bairro Humaitá, que fica na Zona Leste [Norte], se transferiram para a Zona Norte, nas áreas que não foram atingidas pela enchente, também procuraram o Satélite Prontidão para serem atendidas com gêneros, roupas, colchões, remédios. Chegou o caso até das cidades vizinhas, como Alvorada, Cachoeirinha, Canoas e Guaíba, serem atendidas a partir do centro de distribuição instalado na sede da Associação Satélite Prontidão. Teve o caso da Coordenadora Municipal de Promoção da Igualdade Racial, da Prefeitura de Cachoeirinha, que é uma cidade limdeira a Porto Alegre, próxima à Zona Norte, onde o Satélite Prontidão está localizado. Soube da organização do Satélite Prontidão através de contatos do próprio

⁶⁰⁹ MARKO, Katia. Organizações negras unidas atendem mais de 16 mil pessoas dos povos de matriz africana e de terreiro. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/06/18/organizacoes-negras-unidas-atendem-mais-de-16-mil-pessoas-dos-povos-de-matriz-africana-e-de-terreiro/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Movimento Negro, da Rede de Promoção de Igualdade Racial, dos órgãos PIR instalados no Estado, e nos visitou, e saiu de lá com cestas básicas, roupas, material de higiene, pra ser distribuído na área de responsabilidade da Prefeitura de Cachoeirinha, para famílias negras. Então, nós atendemos mais de 15 mil famílias, mais de 30 toneladas de alimentos, fora uma grande quantidade de roupa, remédios e material de higiene”.⁶¹⁰

Durante a entrevista, Richard, que também é presidente do Coletivo dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, relatou que os CSNs estiveram entre as vítimas e as protagonistas nas ações de enfrentamento da enchente. Richard me contou que outros clubes negros, no interior do Estado e na região metropolitana, também se transformaram em centros de distribuição e de ajuda mútua, como, por exemplo, os clubes da cidade de Canoas (severamente atingida pela cheia do Guaíba), o Rui Barbosa e o Castro Alves, o Seis de Maio, de Gravataí, e o Harmonia, de Caçapava do Sul. No entanto, Richard também contou que houve clubes negros que ruíram com a força das águas. Números mais precisos sobre esses efeitos serão trabalhados, segundo meu interlocutor, no XI Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, que será realizado em 2025, na sede do Satélite Prontidão. A devastação da memória negra, nesses casos, lembra o impacto das enchentes de 1941, quando, segundo frequentadoras e prontistas, a ASP perdeu boa parte do seu acervo referente às primeiras formações da Sociedade Bailante Satélite e do Bloco Carnavalesco Prontidão, nas primeiras décadas do século passado.

Quando questionado sobre o papel dos CSNs na crise climática, Richard destacou a educação e a preservação de uma cosmologia, uma relação de cuidado com a natureza. “O Clube Social Negro é uma tecnologia quilombola, é um aquilombamento. E a cosmovisão africana está presente no funcionamento do Clube Social Negro. O Clube Social Negro pode ser carente em vários aspectos. De gestão. Mas não pode ser carente em relação à prática e à preservação, à divulgação para seus integrantes da cosmovisão e da tradição de matriz africana. Onde a preservação do meio ambiente é um fator primordial, porque é a partir do meio ambiente, do convívio e do respeito à natureza que nos dá tudo o que a gente tem, alimento, moradia, vestuário, percebe? Isso precisa ser preservado, precisa ser garantido para as gerações futuras. E o Clube Social

⁶¹⁰ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves, atual presidente da Associação Satélite Prontidão, em 06 de novembro de 2024.

Negro é esse espaço de educação face às tradições e à cosmovisão de matriz africana e, particularmente, em relação à educação ambiental.”⁶¹¹

Contudo, essa não é uma posição consolidada, na visão de Richard. Para ele, ainda é preciso que os CSNs trabalhem uma maior atenção para a pauta ambiental e se afirmem enquanto herdeiros de uma herança africana (a ancestralidade). Dessa forma, os clubes negros podem buscar reconhecimento enquanto “patrimônios cosmológicos”, nome utilizado pelo historiador Walter Lowande para se referir a uma política de conservação que foge do binômio material e imaterial.⁶¹² Assim, a resposta ao novo regime climático passa menos por novas histórias de subalternizadas esquecidas pelas narrativas oficiais e mais pela capacidade de prestar atenção aos outros mundos possíveis que existem a partir desses patrimônios e de protegê-los das ferramentas que, propositalmente, dão conta de incluí-los na transparência do sujeito moderno (a historicidade). Nesse caso, importa pouco se são projetos de musealização, salvaguarda de acervos ou destruições em prol de modernizações (asfalto e concreto armado).

Analisando as diversas proposições sobre o tempo do clima antropocêntrico, Rodrigo Turin avaliou que as diferentes historicidades afetam diretamente o futuro do planeta:

Reconhecer que as mudanças climáticas e suas nomeações já dependem das articulações dentro de determinados regimes de historicidade torna-se ainda mais importante quando recordamos que esse é um evento/processo ainda em plena realização. Como já foi dito acima, dependendo de qual for o teto do aquecimento climático, poderemos habitar planetas muito distintos. E esses futuros possíveis do planeta têm uma relação estreita com as formas presentes através das quais eles são nomeados e figurados. Dito de outro modo: se há uma tensão, que torna difícil unir as duas categorias em uma única, não deixa de haver uma relação recíproca entre regimes de historicidade e Antropoceno. O novo regime climático não apenas condicionará os regimes de historicidade possíveis do futuro, mas também os regimes de historicidade que se configuram no presente terão impacto direto no que será, de fato, esse novo regime climático.⁶¹³

Ao abordar os efeitos das mudanças climáticas nas tecnologias quilombolas, e também recuperando minha discussão anterior sobre a invenção do tempo ancestral,

⁶¹¹ Ibid. Deve chamar atenção da leitora que, nessas alturas da tese, meu interlocutor compartilha comigo o conceito de tecnologia quilombola. É evidência da transformação do campo com a minha presença, e também prova do seu oposto. Afastar sujeito e objeto é um erro, afirmar uma imunologia da identidade para o diálogo entre pesquisadora e nativo é outro equívoco. O trabalho conjunto me parece o caminho, e o objetivo desta pesquisa é processar as informações que retiro disso.

⁶¹² LOWANDE, Walter F. F. Estudos Críticos de Patrimônio e Antropoceno. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. F. (Orgs.). **Antropoceno: perspectivas historiográficas**. Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora, 2024, p. 237–276.; LOWANDE, Walter. Patrimônios cosmológicos: futuros extramodernos emergentes em três encontros patrimoniais. In: BENEVIDES, Gilmar; LOWANDE, Walter (orgs.). **Estudos críticos de patrimônio: abordagens transnacionais**. São Paulo: Tirant Emporio do Direito Editorial, 2023. p. 243–259.

⁶¹³ TURIN, op.cit., 2023, 712–713.

pode-se considerar como “ancestralidades potenciais” as rearticulações temporais na diáspora africana vigentes com a adesão ao discurso de um novo regime climático. Como foi possível observar na experiência da Rede das redes, esse processo está avançado entre os povos de terreiros, que tratam de uma política do cuidado com o planeta e com a ferida do mundo racializado. Esse cuidado vem de uma sincronia entre o mundo dos orixás, portanto, da religiosidade, e a paisagem, o ambiente, na qual essas comunidades se localizam. Se algo assim será desenvolvido também pela rede de CSNs, ainda não é possível dizer, mas dependerá de novas associações e conceitualizações sobre essas associações. Ao fim e ao cabo, esta pesquisa tratou justamente dessa dimensão inacabada, na qual a historicidade, a tecnologia (a memória negra) e a natureza se entrecruzam em diferentes escalas. Agora, portanto, mudamos novamente a escala para falarmos de uma perspectiva planetária.⁶¹⁴

Este capítulo se apresenta inacabado por inúmeras razões: primeiro, porque o próprio processo sobre o qual fala se desdobra com uma velocidade maior do que pude abarcar e observar nos meus trabalhos de campo; segundo, porque, infelizmente, somente após as enchentes voltei minha atenção à questão climática, algo que depõe uma falha grave de quem vos escreve; e, finalmente, pelas minhas limitações de formação intelectual e atuação para destrinchar problemas que exigem muita destreza.

À parte essas confissões, a seguir retorno à discussão sobre a triangulação entre tecnologia, cultura e natureza proposta por Yuk Hui em sua crítica à antropologia simétrica.⁶¹⁵ Dessa vez, altero o termo cultura no trinômio pelo termo raça. Com esse objetivo, analiso os cruzamentos sobre racismo e tecnologia desenvolvidos pelo campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Busco adensar uma perspectiva que pretende fazer mais do que denunciar vieses raciais ou afirmar diversidades do pensamento técnico. Nessas alternativas, a limitação do Mesmo e do Uno se mantém inalterada, reafirmando um monotecnologismo que universaliza a axiomática da ontoepistemologia moderna ocidental, destacadamente pela globalização das máquinas cibernéticas.⁶¹⁶ Demostro que, partindo da ontogênese, indivíduos racializados e máquinas subjugadas compartilham entre si esquemas de escravização, estendidos para a (imagem de) natureza, decaída ontologicamente para a condição de “recurso”. Ao

⁶¹⁴ Sobre uma perspectiva planetária, que sobressai a história humana na Terra e a categoria fenomenológica de Mundo, ver CHAKRABARTY, Dipesh. **O planeta: uma categoria emergente**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

⁶¹⁵ Sobre Yuk Hui e a Antropologia Simétrica, em especial sobre a importância dessa discussão para o conceito de tecnologias quilombolas, retomar o capítulo dois desta tese.

⁶¹⁶ Ver HUI, Yuk. Cem Anos de Crise. In: HUI, op. cit., 2020, p. 189–212.

buscar a emancipação para si (por uma ética abolicionista) ou para o planeta (por uma justiça climática), a questão racial não pode renunciar a pensar também na libertação dos objetos técnicos (não somente aqueles inventados pela história oficial ocidental das invenções tecnológicas). O cruzamento entre a tecnicidade e a racialidade impede, assim, que se afastem os indivíduos de suas condições materiais de individuação.

A partir da conclusão de que será necessária uma capacidade poética e figurativa para escrever novas histórias sobre a tecnologia, em seguida, retorno à categoria do Atlântico negro, reimaginando-a como um espaço cosmotécnico. Nesse caso, talvez eu distancie demais o projeto pensado por Paul Gilroy das suas filiações nos Estudos Culturais. Porém, minha aspiração é multiplicar não somente os discursos e identidades culturais, mas fragmentar as tecnologias que permitem fugir disso que, com ajuda de Malcom Ferdinand,⁶¹⁷ chamei de Plantationoceno, ou Era das Plantações. Essa fragmentação evita tanto a sincronização das vidas negras pelo tempo hegemônico operado no regime sociotécnico cibernético do digital, quanto os efeitos dos discursos neoliberais que ululam a infosfera predominante. Entre esses casos, aponte as contradições entre uma negritude algorítmica e aquela sustentada por décadas pelas tecnologias quilombolas. Quanto mais tecnologias pudermos criar, a partir de diversos processos de individuação, mais estaremos próximos da pluralidade de mundos almejada na cosmopolítica.

Contudo, não me afasto da aspiração planetária de Gilroy com o Atlântico negro. Imaginá-lo enquanto espaço cosmotécnico também serve a uma contra-sincronização entre as tecnologias — em curso a partir dos movimentos afrodiaspóricos por justiça — para fugir concretamente das plantações e erigir uma ética do cuidado com o planeta. Nessa discussão, mantenho de Gilroy a rearticulação entre o local e o global, descrevendo isso a partir da perspectiva das tecnologias quilombolas.

⁶¹⁷ FERDINAND, op. cit., 2022.



Figura 39 - Centro de Porto Alegre inundado pelas águas do Guaíba, 2024.⁶¹⁸

⁶¹⁸ Fotografia de Gustavo Mansur, reproduzida pelo MetSul Metereologia. METSUL. Porto Alegre supera enchente de 1941 pela segunda vez em dez dias. **MetSul Metereologia**, 2024. Disponível em: <<https://metsul.com/porto-alegre-supera-enchente-de-1941-pela-segunda-vez-em-dez-dias/>>. Acesso em: 7 abr. 2025.



Figura 40 - Resgate de refugiados das enchentes em Porto Alegre, 2024.⁶¹⁹



Figura 41 - Destruição no bairro Sarandi, de Porto Alegre, 2024.⁶²⁰

⁶¹⁹ Fotografia de Gustavo Mansur, reproduzida no blog Radis, da Fiocruz. FRANÇA, Thais. Por que é urgente falar sobre crise climática e deslocamentos humanos? **Radis Comunicação e Saúde**, 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/opiniaio/pos-tudo/por-que-e-urgente-falar-sobre-crise-climatica-e-deslocamentos-humanos/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

⁶²⁰ Fotografia de Carlos Macedo, para a Folha de São Paulo. A fotografia reproduz o “efeito de real” que Ariella Azoulay discute como um “evento fotográfico”. Assim como em muitas fotos das enchentes, as pessoas estão unidas às catástrofes como parte da sua paisagem. O indivíduo racializado e a paisagem ambiental arruinada são parte, portanto, de uma mesma realidade, na percepção racializada do obturador. Por conta disso, é muito importante o reforço ao refúgio e cuidado criado pela ASP também no campo



Figura 42 - Prontistas no Centro de Distribuição Rede das redes, na ASP.⁶²¹

simbólico (ver Figura 42). Para uma discussão sobre a crítica da fotografia de Azoulay, ver o capítulo 1 deste trabalho. MENON, Isabella. Reconstrução de bairro mais destruído de Porto Alegre enfrenta falta de emprego e desejo de ir embora. **Folha de São Paulo**, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/reconstrucao-de-bairro-mais-destruido-de-porto-alegre-enfrenta-falta-de-emprego-e-desejo-de-ir-embora.shtml>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

⁶²¹Da direita para a esquerda, Richard Evandro Guterres Alves (presidente da ASP), Nádia Peres Luciane Congo (Rede Afroambiental), Josi Valença (gerente da cozinha solidária), Zila Teresinha (vice-presidenta da ASP), prof.ª Iara Bittencourt Neves e Maria Egídia (prontista). [a última pessoa da foto não pôde ser identificada] MARKO, Kátia. op. cit., 2024.

2. Alienação, Tecnicidade e Racialidade

Se, como defende o filósofo chinês Yuk Hui, é preciso multiplicar as figuras técnicas e o pensamento tecnológico, fragmentar esse devir planetário e dissociá-lo da cibernética e da sua busca pelo automatismo, não parece ser uma tarefa simples desprender os objetos técnicos no Ocidente dos corpos que têm funcionado como seus meios-associados prediletos, campos para o exercício de um poder de redução ontoepistemológica da matéria ao exercício da extração colonial (e tampouco Hui compreende o problema nesses termos)⁶²². Ao abordar a Covid-19 como um dado da crise ambiental, Hui advoga pela tecnodiversidade:

Em outras palavras, sem a tecnodiversidade, não seremos capazes de manter a biodiversidade. O coronavírus não é a vingança da natureza, mas o resultado de uma cultura monotecnológica em que a tecnologia em si mesma perde suas origens e passa a querer dar origem a todo o resto. O monotecnologismo em que vivemos agora ignora a necessidade de coexistência e continua a ver a Terra apenas como *composição* (*Gestell*).⁶²³

A referência a Heidegger é constante em Hui. A noção de *Gestell*, também vinculada à técnica, reduz as outras cosmologias a um atributo de mediação entre o *Dasein* (ser-aí) e o mundo, que, por sua vez, é repetidamente interpretado como primazia ontológica do humano. Animais, objetos e demais não-humanos são reduzidos ao material desta composição.

Como avaliam Denise Ferreira da Silva, Victor Galdino e Achille Mbembe, os povos racializados — se detendo aqui aos que foram racializados em processos de escravização colonial — não são tanto “vítimas” da gerência do Capital, da colonização e da tecnologia empregada, mas sim matéria-prima da qual um mundo fenomenológico é, na falta de termo mais preciso, extraído. De fato, é assim que Mbembe compreende um devir negro⁶²⁴, da globalização de um estado — de redução da humanidade à mercadoria — que, inicialmente, concernia às pessoas escravizadas no Novo Mundo. A era do digital, como disse Mbembe, criou outros modos de liberação pulsional mediados por operações técnicas que permitem pressupor transparência para todas as coisas. Um mundo sem opacidades, sem sombra ou segredo; no fim das contas, um conhecimento pleno, “[...] produto de procedimentos de extração a partir da matéria-prima que são os

⁶²² Existe uma divergência explícita no debate sobre tecnologia entre Yuk Hui e o Ramon Amaro. A meu ver, essa discussão depõe sobre a natureza da relação entre tecnologia e raça no Ocidente. Ver Yuk Hui and Ramon Amaro in conversation with Rana Dasgupta. **Ignota Books**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9O0dZPPEPMY>>. Acesso em: 23 out. 2021.

⁶²³ HUI, op. cit., 2020, p. 210. Destaques do autor.

⁶²⁴ MBEMBE, op. cit., 2014.

dados e informações coletados em massa, analisados em tempo real ou diferido, dos quais são extraídas correlações significativas cuja interpretação é automatizada”.⁶²⁵ O humano se estende cada vez mais sobre o planeta, de tal modo que a subsequente racialização algorítmica repete os axiomas de escravização que antes foram limitados às plantações.

Visto dessa perspectiva, talvez o perspectivismo afrodiaspórico e a tecnodiversidade precisem encarar o nexos entre a racialidade e a tecnicidade moderna no Ocidente. Esse nexos é trabalhado nos estudos sobre raça e tecnologia no campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), sejam quais forem os termos utilizados nessas abordagens, e, por isso, é incontornável atentar para essas contribuições. Contudo, como discuto adiante, há um limite nessas pesquisas, explícito no antagonismo entre a figura do negro e da máquina (em parte, é uma separação que baliza a axiomática dessas pesquisas). Decerto, resta reconhecer que a raça é uma arma que intenta desumanizar o indivíduo, mas também instrumentalizá-lo. Em termos técnicos: decompô-lo, torná-lo abstrato, apenas para depois concretizá-lo na monocultura da plantação — associando-o aos engenhos do açúcar ou às plantações do café. É provável que, nas colônias onde o modelo da *plantation* foi instalado, o africano escravizado foi o primeiro protótipo de autômato. Portanto, se a questão da cosmotécnica é a recuperação da localidade do pensamento técnico, no âmbito da diáspora africana essa problemática é espinhosa e complexa, exigindo o reconhecimento das técnicas de fuga e de recuperação das imagens perdidas — entre elas, as tecnologias quilombolas e, dentre essas, os clubes negros

Este capítulo é uma contribuição ao campo do CTS, considerando principalmente a racialidade da técnica em uma escala planetária. Adiante, proponho um diálogo entre a Filosofia da Técnica e os estudos sobre raça e tecnologia, trabalhando com base na ontogenética da individuação técnica de Gilbert Simondon e na sociogênese racial de Frantz Fanon. Evidencio um caminho que tem ganhado contornos na pesquisa e no ativismo contra o viés racial da tecnologia. Em seguida, pontuo algumas conclusões teóricas a respeito do estatuto ontológico da máquina e sua relação com a racialização. A partir disso, retorno (no sentido de me inspirar em) aos argumentos apresentados pelo Afrofuturismo⁶²⁶ e pela proposição da cosmotécnica,

⁶²⁵ MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: N-1 edições, 2021, p. 91.

⁶²⁶ AMARO, Ramon. Afrofuturism. In: BRAIDOTTI, Rosi; HLAVAJOVA, Maria (org.). **Posthuman Glossary**. London: Bloomsbury Academic, 2018. p. 17–19; ESHUN, Kodwo. Further considerations of afrofuturism. **The New Centennial Review**, East Lansing, v. 3, n. 2, p. 287–302, 2003; ESHUN, Kodwo.

defendendo a imaginação de novas histórias sobre a tecnologia moderna. Essas histórias assumem a perspectiva da invenção técnica.

Desse modo, divido meu argumento em dois momentos. Primeiro, apresento, em linhas gerais, as diferentes perspectivas pelas quais a relação entre racismo e tecnologia digital é trabalhada no campo da CTS. Segundo, elaboro uma apresentação do nexo entre a racialização sociogênica e a individuação técnica ontogenética, termos que serão devidamente explicados adiante a partir da discussão das obras de Fanon e Simondon. Esse nexo triangula os conceitos de racialidade, tecnicidade e alienação nesses autores, a fim de propor a ontogênese do escravo-máquina, ou seja, a região em que uma abordagem simétrica entre a tecnicidade e a racialidade deve ser possível.

Com esse nexo estabelecido, passo a discutir a ampliação dessa abordagem para o novo regime climático, denominado Era das Plantações. Uma vez que podemos reverter a alienação da tecnicidade-racialidade, é possível que uma nova concepção de natureza emerja, não mais como recurso do extrativismo.

2.1 Raça, Racismo e Tecnologia

Recentemente, o campo da CTS entrou em um contexto de impulsão a partir da disseminação do computador pessoal, a expansão do acesso à internet e a plataformização do capitalismo,⁶²⁷ ou o chamado capitalismo de vigilância⁶²⁸. Como consequências políticas, as agressões raciais migraram em massa para a internet, e a extrema-direita global passou a se utilizar da tecnologia em seu projeto de guerra civilizacionista.⁶²⁹ Esse quadro ofereceu os dois principais objetos dos estudos em CTS sobre raça: a ideologia da neutralidade da tecnologia digital, propagada pelo Vale do Silício; e a resposta afirmativa dos saberes técnicos rechaçados pela visão eurocêntrica do progresso. Isso também favoreceu o *boom* de estudos e ativismos contra os vieses racistas da tecnologia digital, que compõem a bibliografia que desejo destacar.⁶³⁰

More brilliant than the sun: adventures in sonic fiction. London: Quartet Books, 1998; NELSON, Alondra. Introduction: future texts. **Social Text**, Durham, v. 20, n. 2, p. 1-15, 2002; NEYRAT, Frédéric. The black angel of history. **Angelaki**, London, v. 25, n. 4, p. 120-134, 2020.

⁶²⁷ BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem:** vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

⁶²⁸ ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 202.

⁶²⁹ GILROY, op. cit., 2018; TRINDADE, op.cit., 2022.

⁶³⁰ Esse recorte desconsidera outras abordagens, em especial aquelas incluídas nas Humanidades Digitais. Criativamente, vários pesquisadores e pesquisadoras estão utilizando a programação para desenvolver ferramentas de pesquisa e ensino das relações étnico-raciais. Citamos, por exemplo, a coletânea que se inspira no conceito de Atlântico negro, *The Digital Black Atlantic*. RISAM; JOSEPHS (Orgs.), op. cit., 2021.

Após uma revisão bibliográfica não exaustiva, organizei os trabalhos sobre raça no campo da CTS em duas teses gerais:⁶³¹ uma sociológica, que se concentra criticamente nos vieses algorítmicos e regimes sociotécnicos; e outra antropológica, da apropriação da tecnologia pelas culturas negras locais. No âmbito da linha antropológica, é possível reunir tanto os estudos etnológicos quanto a pesquisa histórica. O que permite esse movimento é que ambas, a etnologia e a historiografia, podem ser englobadas pela resposta afirmativa ao racismo: em geral, esses trabalhos defendem que pessoas negras também possuem saberes técnicos ou se apropriam criativamente das tecnologias modernas.⁶³² O crítico cultural nigeriano Louis Chude-Sokei⁶³³ nomeou essa (re)invenção técnica, no contexto diaspórico, de tecnopoéticas negras (*black technopoetics*).

Em sua ampla análise, Chude-Sokei destacou a presença dos significantes raciais tanto na tradição da *science fiction* quanto na história da tecnologia, inclusive no desenvolvimento do autômato no campo da cibernética. Pode-se dizer que Chude-Sokei retomou as operações do Atlântico negro, de Gilroy, em um sentido “pós-humanista”. Seguindo as teses de Gilroy sobre a música negra e sua relação com a modernidade ocidental, Chude-Sokei⁶³⁴ abordou o som como o ambiente no qual a cultura negra intercruza informação e tecnologia (a infosfera). As culturas africano-diaspóricas e as diferentes correntes estéticas do Atlântico negro animam essas afirmações sobre o poder de invenção dos/as descendentes de africanos/as escravizados/as.

Seguindo a tese antropológica, o sociólogo afro-americano Andre Brock⁶³⁵ e a historiadora afro-americana Simone Browne⁶³⁶ também afirmaram a criatividade técnica nas culturas negras. Brock direcionou sua análise para as dimensões *online* e *offline*.

⁶³¹ A Rede Negra em Tecnologia e Sociedade (RNTS) realizou um levantamento sobre a prioridade de pesquisa de especialistas negros/as em CTS que elenca uma variedade de temas, principalmente o epistemicídio e a falta de diversidade em setores de gestão em tecnologia. Demonstro que esses temas podem ser incluídos nas duas hipóteses discutidas neste texto. KREMER, Bianca; VIEIRA, Carla; ALMEIDA, Gabriela; DANTAS, Glenda; SOUZA, Gustavo; SENA, Isabela; CINTRA, Juliane; SANTIAGO, Larissa; GOMES, Mariana; HORA, Nina da; NUNES, Pablo; MONTEIRO, Pedro; SILVA, Tarcízio; NEVES, Thiane; GOMES, Vanessa. **Prioridades antirracistas sobre tecnologia e sociedade:** pesquisa com especialistas negros/os. São Paulo: Rede Negra em Tecnologia e Sociedade; Ação Educativa, 2021.

⁶³² Uma apresentação didática dessa posição é o conceito de “criatividade vernácula tecnológica negra” (*Black technological vernacular creativity*) de Rayvon Fouché. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=kLoPSzhz1G0> — Acesso em 15 Mar. de 2024.

⁶³³ CHUDE-SOKEI, op. cit., 2016.

⁶³⁴ Ibid., p. 5.

⁶³⁵ BROCK, André L. Análise crítica tecnocultural do discurso. In: SILVA, op.cit., 2020, p. 67–90; BROCK, André L. **Distributed blackness:** African American cybercultures. New York: New York University Press, 2020b.

⁶³⁶ BROWNE, Simone. **Dark matters:** on the surveillance of blackness. Durham: Duke University Press, 2015.

Com esse propósito, o autor formulou um método heurístico: a análise crítica tecnocultural do discurso (*Critical Technocultural Discourse Analysis*, CTDA). Em suas palavras, a CTDA trabalha a cultura como tecnologia e a cultura da tecnologia. O interesse de Brock recaiu sobre as redes sociais, em especial o *Twitter*, e sobre o modo pelo qual a identidade negra (*blackness*) foi construída *on-line*. Segundo Brock, “pessoas negras transformaram a internet em um ‘espaço negro’ cujos contornos se tornaram visíveis através da socialidade e práticas digitais distribuídas enquanto descentram a identidade branca [*whiteness*] como a identidade padrão da internet”.⁶³⁷ Brock analisou, ainda, a importância do design na prática das culturas locais com o *device* — no caso do *Twitter*, os telefones celulares. Para o sociólogo, é preciso atentar para as dimensões algorítmicas e para a cotidianidade da relação com os aparelhos.

Brock afirmou que as culturas negras possuem uma afinidade “natural” com a internet e os objetos digitais. O autor, contudo, buscou evitar uma visão essencialista, defendendo, por isso, uma perspectiva histórica. Simone Browne corroborou com esse argumento em seu estudo sobre as práticas negras afro-americanas de resistência às políticas de controle da negritude no período pós-abolição.⁶³⁸ Browne construiu uma profunda crítica aos estudos sobre vigilância que, em geral, se centram na figura do panóptico, tal como analisado por Michel Foucault. Seu exercício filosófico pode ser caracterizado como parte da tradição africano-diaspórica, Browne defendeu que a vigilância deve ser pensada a partir de outros arquivos, chamando atenção para a escravidão e as tecnologias de objetificação dos corpos africanos. Estendendo a abordagem foucaultiana, Browne apresentou uma análise do navio *Brooks*, utilizado no tráfico de escravizados/as no século XVIII. A disposição dos corpos e a organização do porão em que essas pessoas eram carregadas ilustram o argumento de que o navio é, ele próprio, uma tecnologia de vigilância:

O que essa representação visual do navio de escravizados aponta é a primazia dada nesses textos abolicionistas para os olhares brancos e as vantagens dada ao trauma da escravidão, onde as figuras menores negras são feitas para parecerem andrógenas, intercambiáveis e replicáveis. Isso é o “truque de deus

⁶³⁷ Tradução livre de “Black folk have made the internet a “Black space” whose contours have become visible through sociality and distributed digital practice while also decentering whiteness as the default internet identity”. BROCK, op. cit., 2020a, p. 15.

⁶³⁸ BROWNE, op. cit., 2015; BROWNE, Simone. The feds are watching: a history of resisting anti-black surveillance. **Medium**, 6 out. 2020. Disponível em: <https://level.medium.com/the-feds-are-watching-a-history-of-resisting-anti-black-surveillance-b2242d6ceaad>. Acesso em: 9 mar. 2024.

de ver tudo de lugar nenhum”, e, como Haraway avisa, “esse olhar fode o mundo”.⁶³⁹

A autora assinalou a produção dos corpos negros como efeito das relações do comércio triangular, a partir de operações técnicas que influenciaram diretamente o desenvolvimento das tecnologias modernas. Essa atenção às continuidades, que sempre retorna nas narrativas e críticas da diáspora, reverbera em análises da relação de pessoas negras na cotidianidade. Por exemplo, no capítulo do livro *Dark Matters* sobre os aeroportos nos contextos após o 11 de setembro de 2001, Browne analisou a disseminação da biometria como consequência do atentado. Em outro momento, ela afirmou que esse acontecimento impulsionou o processo de “epidermização digital”.⁶⁴⁰

Mesmo que não haja uma fronteira rígida entre essa primeira afirmação antropológica e o que categorizei como tese sociológica, é possível distinguir outro grupo de trabalhos focados em responder ao avanço das tecnologias digitais. Essa bibliografia busca avançar a discussão sobre os vieses do algoritmo a partir de pesquisas que descrevem a intersecção entre objetos técnicos e o pensamento científico racial, inseridos nos estudos culturais, de mídia e da história das ciências.⁶⁴¹ Mais recentemente, a tese sociológica se voltou para críticas explícitas às *Big Techs*. Nesse grupo, destaco as cientistas da informação Ruha Benjamin e Safiya Noble, responsáveis por sedimentar um campo emergente de estudos e ativismo.

Noble realizou uma pesquisa pioneira sobre a reprodução do racismo nos mecanismos de busca do *Google*.⁶⁴² Sua contribuição foi fundamental para expandir a pauta sobre o controle dos dados no combate às discriminações raciais e de gênero. Noble desenvolveu dois argumentos gerais: as decisões da inteligência artificial não podem se sobrepor às decisões humanas, combatendo a tecnocracia do neoliberalismo; e os algoritmos operam reproduzindo e expandindo relações *offline* de opressão. Noble advertiu sobre a conscientização a respeito do manejo dos dados e a necessidade de

⁶³⁹ Tradução livre de “What this visual representation of the slave ship points to is the primacy given in these abolitionist texts to white gazes and vantage points to the trauma of slavery, where the tiny black figures are made to seem androgynous, interchangeable, and replicable. This is the “god-trick of seeing everything from nowhere,” and, as [Donna] Haraway warns, “this eye fucks the world”. BROWNE, op. cit., 2015, p. 49.

⁶⁴⁰ O conceito de epidermização é atribuído aos trabalhos de Frantz Fanon. BROWNE, Simone. Digital epidermalization: race, identity and biometrics. *Critical Sociology*, Washington, D.C, v. 36, n. 1, p. 131–150, 2010.

⁶⁴¹ BRAUN, Lundy. **Breathing race into the machine: the surprising career of the spirometer from plantation to genetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014; CHINN, Sarah E. **Technology and the logic of American racism: a cultural history of the body as evidence**. London: Continuum, 2000.

⁶⁴² NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo**. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

políticas públicas nesse setor econômico. No início dos anos 2000, as *Big Techs* eram caracterizadas pela desregulamentação jurídica e, ainda hoje, se sobrepõem ao controle estatal e social.

Ruha Benjamin também defendeu a não neutralidade das decisões técnicas, radicalizando esse argumento na direção de uma renovada concepção materialista sobre raça e racismo. Benjamin destacou que as representações culturais sobre a tecnologia passaram a tratar, de forma análoga, a posição da máquina e a do escravo. Isso fez dos regimes sociotécnicos, incluindo sua arquitetura e design, modelos de exclusão racial. Segundo a autora, a tecnologia digital opera em duas fases em relação à codificação da negritude: a invisibilidade e a hipervisibilidade. Benjamin evidenciou que a tecnologia atualiza os velhos modelos de racialização, impondo a necessidade de revisar as ferramentas conceituais. Em *Race After Technology*, Benjamin apresentou esse paradigma da atualização/modulação através do Novo Código Jim (*New Jim Code*), que se alimenta das antigas políticas de segregação norte-americanas: “isso não é uma história simples de ‘antes’ versus ‘agora’”. É sobre como processos históricos fazem o presente possível; é sobre a continuidade entre a Jim Crow e o Novo Código Jim”.⁶⁴³

Nessa historicidade recursiva,⁶⁴⁴ em que se considera o passado como *outputs* transformados em *inputs* para o racismo contemporâneo, as máquinas e inteligências artificiais são cruciais. Esse processo permite a convivência do multiculturalismo neoliberal com a racialização, especialmente o Complexo Industrial-Prisional, controlado por empresas privadas e amplamente debatido pelo *Black Lives Matter* nos Estados Unidos.⁶⁴⁵ Conforme Benjamin, os códigos de programação participam da construção de infraestruturas injustas, reunindo (na racialidade) práticas de linguagem com modulações concretas.

Esse conjunto de trabalhos fornece o suporte ao conceito de racismo algorítmico defendido pelo sociólogo afro-brasileiro Tarcízio Silva.⁶⁴⁶ Em termos gerais, Silva argumentou por um complemento à ideia de racismo estrutural⁶⁴⁷ e, ao mesmo tempo, a

⁶⁴³ Tradução livre de “This is not simply a story of “then” versus “now.” It is about how historical processes make the present possible; it is about the continuity between Jim Crow and the New Jim Code.” BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: abolitionist tools for the new Jim code**. Cambridge: Polity Press, 2019, p. 142.

⁶⁴⁴ No sentido dado por Yuk Hui, recursão (ou recursividade) é uma operação cibernética em *looping* que atualiza e modula constantemente uma estrutura. Sobre a recursão, retornar ao que foi discutido no capítulo dois. HUI, op. cit., 2019.

⁶⁴⁵ BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária. In: SILVA, op.cit., 2020. p. 13–26.

⁶⁴⁶ SILVA, op. cit., 2022.

⁶⁴⁷ ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

superação do racismo enquanto discurso (no caráter mais ordinário do termo que o encara como abstração). Em torno da tecnologia, disse Silva, há uma “dupla opacidade” que se refere à constante ocultação das pessoas racializadas e ao seu caráter de exploração. Em outras palavras, se refere às implicações de operações raciais de invisibilidade e hipervisibilidade. O racismo algorítmico englobou os discursos de ódio nas redes sociais (com os quais as plataformas lucram, argumentou o sociólogo Luiz Valério Trindade⁶⁴⁸ e Noble), a extensão das relações racializadas via *machine learning* (aprendizado de máquina) e *deep learning* (aprendizado profundo), as políticas de visibilidade algorítmicas (a visão computacional),⁶⁴⁹ a necropolítica digital (que abrange a prática de “deixar morrer”) e a racialização dos aparatos tecnológicos e suas representações.

Deivison Faustino e Walter Lippold atualizaram o materialismo histórico-dialético para tratar das implicações entre a tecnologia digital e o racismo, e questionaram as consequências do conceito de racismo algorítmico: “[...] não tenderia a escamotear a autoria do racismo, transferindo-a para os códigos enquanto oculta os seus programadores?”.⁶⁵⁰ A alternativa dos autores é pensar em “racialização codificada”, ou em “racialização digital”, para considerar os contextos materiais na área do mercado de cargos técnicos, além da naturalização da codificação dos estereótipos. Giselle Beiguelman, não necessariamente em diálogo com Silva, Faustino e Lippold, também esboçou uma explicação. Para a autora, falar em racismo algorítmico é interessante “[...] porque o universo de dados que o construiu reflete a presença do racismo estrutural da indústria e da sociedade às quais pertence e que o expandem em novas direções”.⁶⁵¹

Essa exposição bibliográfica demonstra o campo no qual trabalho uma dimensão conceitual enquanto nexos entre a racialidade e a tecnicidade. Em sua maioria, os autores e as autoras debatidas acima defendem que a máquina não é neutra, que humanos a criaram, ao mesmo tempo que oferece uma compreensão de mundo racial para diferentes grupos. Ninguém está necessariamente errado, ao meu modo de ver. Contudo, permanece a questão sobre como construir uma saída teórica e política. Considerando que as teses apresentadas são, em certa medida, antagônicas — uma de caráter mais

⁶⁴⁸ TRINDADE, op. cit., 2022.

⁶⁴⁹ AMARO, op.cit., 2022.

⁶⁵⁰ FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022, p.198.

⁶⁵¹ BEILGUELMAN, op. cit., 2021, p. 125.

otimista e outra mais pessimista em relação à tecnologia moderna —, há, nesse ponto, um paradoxo, já indicado por Beiguelman, ao afirmar: “estamos vivendo a paradoxal situação de potencialmente criar a mais rica e plural cultura visual da história, pela democratização dos meios, e mergulhar no limbo da uniformização do olhar”.⁶⁵² A situação descrita por Beiguelman é evidente em várias das pesquisas aqui discutidas, as quais, por sua vez, a enfrentam por meio de diferentes sínteses teóricas.

Para contribuir com esse debate, sigo, como diz Letícia Cesarino, a máxima da explicação cibernética: “quando nos deparamos com um paradoxo, muitas vezes o que precisamos fazer é mudar o nível analítico”.⁶⁵³ Para isso, introduzo um diálogo entre Gilbert Simondon e Frantz Fanon, a fim de sugerir a ontogênese, isto é, a dimensão da individuação técnica, como a abordagem em que essa situação paradoxal pode começar a ser dissolvida. A ontogênese, ao retomar a relação entre a máquina e seu meio associado, alude à escala planetária na qual a digitalidade se encontra implicada.

Embora a intersecção entre racismo e tecnologia tenha sido muito explorada, incluindo a abordagem da raça como uma forma de tecnologia,⁶⁵⁴ meu argumento é que a ênfase na sociogênese, defendida por Fanon, chegou a um limite. Ao integrar a ontogênese a essa problemática, espero contribuir chamando a atenção para a (co)individuação de indivíduos técnicos e humanos, de modo que pensar a racialização não deve envolver somente subjetividades brancas e não-brancas constituídas à revelia de relações técnicas. Proponho enfrentar a alienação da tecnicidade mediante uma abordagem que a articula estruturalmente à racialidade. A essa proposta, denomino ontogênese do escravo-máquina.

2.2 A Ontogênese do Escravo-Máquina

A seguir, mudarei o nível de análise. Quero, com isso, ajustar a sociogênese fanoniana a partir de “mudanças de escalas”, um movimento já proposto por Paul Gilroy⁶⁵⁵ e Ramon Amaro.⁶⁵⁶ Parto do pressuposto de que, na dimensão da ontogênese, a

⁶⁵² Ibid., p. 135.

⁶⁵³ CESARINO, op. cit., 2022, p. 19.

⁶⁵⁴ CHUN, Wendy Hui Kyong. Race and/as technology, or how to do things to race. In: NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter A. (org.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012. p. 38-60.

⁶⁵⁵ GILROY, op. cit., 2007.

⁶⁵⁶ AMARO, Ramon. **Machine learning, sociogeny, and the substance of race**. 281f. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of London, London, 2019; AMARO, Ramon; KHAN, Murad. Towards black individuation and a calculus of variations. **E-flux Journal**, New York, v. 109, p. 1-14, 2020; AMARO, op. cit., 2022.

questão da racialidade da tecnologia está na individuação da figura da máquina enquanto escravo e do escravo enquanto máquina.⁶⁵⁷ Ou, utilizando a gramática de Hortense Spillers,⁶⁵⁸ pode-se dizer que a carne escrava é a substância (racial) na qual o corpo racializado e a tecnologia moderna são concretizados. Para seguir essa experimentação, trabalho através do que Simondon chamou de ação analógica: o nexo entre duas operações⁶⁵⁹ — a racialização e a individuação técnica. Em termos gerais, pode-se dizer que a racialidade da tecnologia e a tecnologia da racialidade são análogas, uma vez que partilham de uma gênese ontogenética.

Raça, racialização e racialidade não são sinônimos. São termos transdutivos, uma vez que expressam a repetição de um princípio operativo em regiões próximas de uma mesma realidade estruturada e que se (re)estrutura junto à operação.⁶⁶⁰ Para raça e racialização, preservo o que é trabalhado pela sociogênese de Frantz Fanon. Para a racialidade, como prolongamento de um princípio, recorro, mais uma vez, à definição da filósofa Denise Ferreira da Silva: “[...] um arsenal, um conjunto de dispositivos do conhecimento produtivo. Montada com o suporte da separabilidade, determinabilidade e sequencialidade, a racialidade opera como todo e qualquer arsenal e de acordo com as regras de discurso do conhecimento moderno.”⁶⁶¹ Em uma tentativa de simplificação, a racialidade é a produção do campo ontoepistemológico moderno, de explicação e significação racial, que se apresenta após a clausura ontológica encenada por Fanon. Para Silva, a racialidade reúne as ferramentas utilizadas na produção do espaço global.

A principal dificuldade para a filosofia simondoniana diante da racialidade é da ordem da orientação. Silva afirma que o racial se tornou, no conhecimento produtivo moderno, o significante da diferença cultural.⁶⁶² Desse modo, não basta dizer que uma dada máquina reproduz ou prolonga a individuação do negro/colonizado por estar culturalmente localizada, ou pela intenção dos seus operadores — o que é argumentado

⁶⁵⁷ Essa duplicidade — ou, como prefiro, a transdutividade entre duas operações em regiões distintas, técnica e social — é apontada por Luciana Parisi e Denise Ferreira da Silva como preservação na realidade técnica das consequências do colonialismo global. Parisi antecipou essa hipótese ao questionar a pertinência do retorno à pergunta pelo ser na investigação filosófica sobre a técnica. Essa questão é semelhante ao problema apresentado por Fanon. Ver PARISI; SILVA, op. cit., 2021.

⁶⁵⁸ SPILLERS, op. cit., 2021. p. 29–70.

⁶⁵⁹ Simondon incluiu a ação analógica no programa geral da Alagmática, epistemologia que trabalhou em *A individuação à luz das noções de forma e informação*, que visou transformar em uma cibernética universal. Ver SIMONDON, op. cit., 2020a; VILALTA, op. cit., 2021.

⁶⁶⁰ Seguindo a definição de Simondon, “[...] a transdução corresponde a essa existência de nexos que nascem quando o ser pré-individual se individua; ela exprime a individuação e permite pensá-la; é, portanto, uma noção a uma só vez metafísica e lógica; aplica-se à ontogênese e é a própria ontogênese”. SIMONDON, op. cit., p.30. Destaques do autor.

⁶⁶¹ SILVA, op. cit., 2019, p.116.

⁶⁶² SILVA, op. cit., 2022, p.39.

nos estudos em CTS. Minha proposta é interpretar a racialidade como aquilo que marca a tecnicidade da ontogenética do escravo-máquina, redirecionando a leitura dos exemplos demonstrados de investigações sobre a extensão do racial nas relações técnicas.

Compreendo a tecnicidade na obra de Simondon, principalmente, a partir da discussão sobre a essência da tecnicidade na mediação entre humano e natureza. A tecnicidade precede a concretização dos objetos técnicos, conservada durante sua evolução, na formação de conjuntos e redes. A reticularização (a constituição das redes) retoma a relação da tecnologia com os pontos-chave da realidade mágica defasada — por exemplo, Simondon fala sobre as montanhas como “lugares técnicos” durante uma entrevista com Jean Le Moyne.⁶⁶³ Por um argumento transdutivo, a analogia entre racialidade e tecnicidade inclui, na mediação entre humano e natureza, uma topografia que divide a espacialidade (ou o *milieu*) em zonas de ser e de não-ser. Em reverso, essa topografia e a fragmentação racial do corpo são operacionalizadas e funcionam como princípio de conservação nos objetos técnicos. Alguns casos já citados no capítulo são: o navio negroiro,⁶⁶⁴ o espirômetro,⁶⁶⁵ o twitter,⁶⁶⁶ além da aprendizagem de máquina.⁶⁶⁷

Infelizmente, este exercício especulativo se limita a esboçar alguns conceitos que, por um processo analógico e pela individuação de uma analítica (que ainda precisa ser proposta e trabalhada com o rigor filosófico requerido), podem se comunicar com a sustentação sociogênica dos estudos sobre raça no campo da CTS. Para tanto, acompanho, igualmente, a evolução crítica, teórica e filosófica da literatura que se baseou no caminho aberto por Fanon e o alargou em diferentes direções. Neste capítulo, acabo derrapando entre “fanonismos” e “simondonismos”, sem me comprometer com qualquer grupo de comentadoras. Reconheço que a ontogênese do escravo-máquina necessita incorporar uma engenharia reversa das máquinas, descrevendo suas individualidades (se abertas ou fechadas; as margens de indeterminação; os períodos e pontos críticos), considerando a conservação da racialidade em suas linhas evolutivas até o maior grau de ressonância interna.

Delimito uma posição em que se acredita enxergar que os objetos técnicos se comunicam simetricamente com indivíduos, corpos e sujeitos, embora diferidos e os

⁶⁶³ SIMONDON, Gilbert. **Sobre la técnica**: (1953–1983). Buenos Aires: Cactus, 2017, p. 422–423.

⁶⁶⁴ BROWNE, op. cit., 2015.

⁶⁶⁵ BRAUN, op. cit., 2014.

⁶⁶⁶ BROCK, op. cit., 2020b.

⁶⁶⁷ SILVA, op.cit., 2022b; AMARO, op.cit., 2022.

diferindo, (re)introduzindo-os no contexto ontoepistemológico moderno em que emerge o eu transparente e seus outros raciais. Acredito que a conjunção entre Simondon e Fanon consegue demarcar essa posição.

Simondon (1924–1989) e Fanon (1925–1961) estudaram filosofia e psicologia na França no período da Segunda Guerra Mundial, momento de destaque para o existencialismo, de Jean-Paul Sartre, Karl Jaspers e Martin Heidegger, para o marxismo, e para a psicossociologia, influenciada por Maurice Merleau-Ponty.⁶⁶⁸ Enquanto Simondon se dedicou ao desenvolvimento de uma Filosofia da Técnica voltada (em seus termos) à integração dos objetos técnico na cultura, Fanon foi reconhecido por engajar seu trabalho filosófico e clínico no *front* da luta pela independência da Argélia. Mais tarde, esse material foi apropriado pelas teorias críticas pós-colonial, decolonial, anticolonial, afropessimistas, etc. — os “fanonismos”, como escreveu Faustino.⁶⁶⁹ Existe lastro para um contraste entre as investigações de Fanon e Simondon, especialmente nas publicações dos anos 1950 e 1960. Essa pesquisa, muito maior do que o estudo que embasou este capítulo, pode complementar essa especulação e hipótese, desde que não se limite a uma exegese dos autores.⁶⁷⁰ A comunicação entre os autores deve possibilitar uma igual comunicação entre os debates construídos em torno da sociogênese fanoniana e da ontogênese simondoniana. Um intercâmbio de termos que possa individuar uma abordagem conceitual do nexo entre realidades técnicas e racializadas.

A sociogenia trabalhada por Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*⁶⁷¹ respondeu a duas categorias da psicanálise: a filogenia, que diz respeito a características gerais do comportamento humano relacionadas à morfologia e à fisiologia, e a ontogenia, que prioriza a experiência do indivíduo na constituição psíquica. Para Fanon, influenciado pelo materialismo histórico, era preciso considerar as relações do indivíduo com o contexto histórico e social concreto. Deivison Faustino explicou que “[...] a perspectiva sociogênica se apresenta como uma mediação dialética que não anula nem a

⁶⁶⁸ Para uma leitura ampla da obra de Fanon, que integra elementos biográficos do autor martinicano, ver FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**: teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon. São Paulo: Ubu Editora, 2022. Por sua vez, Vicent Bontems articula a biografia com as teses de Gilbert Simondon para compreender sua predileção pelo estudo dos objetos técnicos. Ver BONTEMS, Vincent. Por que Simondon? a trajetória e a obra de Gilbert Simondon. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 31-46, 2017. Algo mais completo pode ser conferido no portal virtual dedicado à sua memória. Ver <https://gilbert.simondon.fr/content/biography>—Acesso em 15 mar. de 2024.

⁶⁶⁹ FAUSTINO, op. cit., 2022.

⁶⁷⁰ Pode-se, por exemplo, comparar os trabalhos em psicossociologia dos autores — a psicossociologia da tecnicidade e as experiências clínicas na Argélia. Sobre isso, ver FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

⁶⁷¹ FANON, op. cit., 2020b.

experiência individual, nem aquilo que é mais geral, do ponto de vista das capacidades humanas ou dos processos psíquicos”.⁶⁷² Trata-se, portanto, de introduzir outro nível de relações, que integra os grupos sociais, a cultura, os saberes técnicos e as mídias e tecnologias.

É preciso explorar a análise da sociogenia e justificar o desvio pela ontogênese. Sobre isso, é evidente a centralidade do conceito de alienação e seus aspectos positivos e negativos. A racialização é o produto dessa operação de alienação. Tomo um dos objetos teóricos centrais na obra de Fanon: o corpo racializado.⁶⁷³ A “raça”, assim compreendo, é um termo que concentra relações complexas de poder, entre as quais está a alienação.⁶⁷⁴ A colonização impossibilitou, segundo Fanon, uma ontologia do colonizado/negro. O corpo do colonizado/negro foi fragmentado, despossuído de totalidade, na relação com o colonizador/branco. Por essa conceituação, a alienação interrompe uma relação corpo-mundo coerente (ou originária) e instala um suplemento, que o autor chama de “esquema histórico-racial.”⁶⁷⁵ Esse esquema introduz uma operação temporal, a historicidade, que (re)modula o corpo, mediado pela figura do escravo. Nesse sentido, o colonizado/negro é (re)transformado em instrumento⁶⁷⁶ que (re)encena a realidade social e técnica do regime escravocrata.

Fanon descreveu a operação de fragmentação e (re)modulação do corpo, mediada por um suplemento, um esquema histórico-racial, de epidermização.⁶⁷⁷ Os objetos técnicos processam a epidermização a partir de imagens operativas. Para Ramon Amaro, investigando o progresso da *machine learning*, a racialidade da máquina articula a visão computacional ao reconhecer o/a racializado/a somente em critérios pré-estabelecidos pela hierarquia racial: “colocado de outra forma, a pesquisa em

⁶⁷² FAUSTINO, op. cit., 2022, p. 48.

⁶⁷³ Não se deve compreender, por isso, uma abordagem totalizante, ou generalizante, em Fanon. A sociogênese é operativa e transdutiva. O corpo racializado descreve a operação de fragmentação do indivíduo, negando uma (pré)existência ontológica para o negro/colonizado. Resumidamente, é essa operação que instala a segregação colonial no regime de individuação, uma vez que o colonizado/negro não consegue encontrar em si um centro de referência no mundo colonial. O regime de dominação econômica torna-se uma questão prioritariamente existencial — ou, um complexo de inferioridade.

⁶⁷⁴ Alienação é o conceito central nos escritos da juventude de Fanon. O clássico *Pele negra, máscaras brancas* foi originalmente apresentado como uma monografia de conclusão do curso de psiquiatria intitulada *Ensaio sobre a desalienação do negro*. Ver mais informações e discussões sobre alienação em FAUSTINO, op.cit., 2022. e MATTIN. **Social dissonance**. Falmouth: Urbanomic, 2022.

⁶⁷⁵ FANON, op.cit., 2020b.

⁶⁷⁶ Há uma diferença importante para Simondon entre ferramenta e instrumento. A ferramenta prepara o corpo para o gesto técnico. O instrumento prolonga e adapta o corpo para obter uma percepção. Há ferramentas que são igualmente instrumentos. SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 181.

⁶⁷⁷ A epidermização é um eufemismo utilizado, por Fanon, para a interiorização de um “complexo de inferioridade”. A epidermização é processada na cultura através da linguagem. FANON, op. cit., 2020B, p. 25.

computação é uma adaptação do ordenamento fictício e compulsivo dos atributos humanos no interior de uma única imagem coerente da espécie.”⁶⁷⁸ Na *machine learning* e na operação algorítmica, esse ordenamento é um *a priori* na fabricação das *big datas*, na interpelação, fragmentação e organização do corpo — aquilo que Ezequiel Dixón-Roman chama de “disciplinarização da carne.”⁶⁷⁹ No entanto, é igualmente um *a posteriori*, quando o algoritmo opera pela prioridade da coesão.

Alienação, racialidade e tecnicidade se triangulam quando a coerência de uma natureza humana (racial) está presente em uma máquina fechada, um autômato, com pouca margem de indeterminação: “nessas instâncias, o processo da visão computacional começa na pressuposição do observador humano de que a máquina já alcançou um estado de objetificação independente da variabilidade do conhecimento e experiência humana.”⁶⁸⁰

De tal modo, ao se compreender o conceito de alienação articulado com o objeto técnico e o corpo racializado, consideram-se os efeitos de uma metafísica hilemórfica [da separação entre forma e matéria], como diz Amaro,⁶⁸¹ invalidada por Simondon.⁶⁸²

A alienação, para Fanon, é a produção do humano via operações de epidermização.⁶⁸³ Começando com a clausura ontológica, a alienação ataca o nível filogenético. Fanon demonstrou essa fase com a imagem fraturada do seu próprio corpo. Por sua vez, a desalienação significa, para Fanon, tornar consciente o problema criado pelo sistema colonial. Alienação e desalienação são tensionadas quando o corpo luta para desafiar o desejo racial, que atualiza a operação produtiva do humano.

O diagrama abaixo representa o sistema sociogênico construído na conjunção entre a visão de Frantz Fanon do mundo colonial e a crítica epistemológica de Sylvia

⁶⁷⁸ Tradução livre de “Put another way, research in computation is an adaptation of the fictive and compulsive ordering of human attributes into a single coherent image of species”. AMARO, op. cit., 2022, p. 49.

⁶⁷⁹ DIXON-ROMÁN, Ezekiel. Algo-ritmo: more-than-human performative acts and the racializing assemblages of algorithmic architectures. **Cultural Studies Critical Methodologies**, Thousand Oaks, v. 16, n. 5, p. 482–490, 2016.

⁶⁸⁰ Tradução livre de “In these instances, the process of computer vision begins at the presupposition by the human perceiver that the machine has already attained a state of objectification independent of the variability of human experience and knowledge”. AMARO, op. cit., 2022, p. 55–56.

⁶⁸¹ Ibid., p. 57.

⁶⁸² SIMONDON, op. cit., 2020a.

⁶⁸³ Nessa abordagem, a alienação é compreendida de modo diferente do que falseamento, distanciamento ou opressão. Em seu estudo sobre a utilização desse conceito, Mattin afirma que a alienação não é nada do qual devemos escapar, na verdade, ela corresponde a uma parte constitutiva da realidade subjetiva e intersubjetiva. A alienação, segundo Mattin, integra dimensões superiores e inferiores ao indivíduo. No nível da sociogenia, a alienação é compreendida como a produção do sujeito coletivo. MATTIN, op. cit., 2022.

Wynter.⁶⁸⁴ Wynter desenhou a sociogênese como uma totalidade de relações (transdutivas) que engloba a ontogenia e a filogenia. O principal, para Wynter, é a produção do ser humano por meio de um processo de alienação. Em outras palavras, o princípio sociogênico constrói a dimensão em que é possível disputar o sistema de alienação que gesta o mundo (da morte social) e a realidade racial.

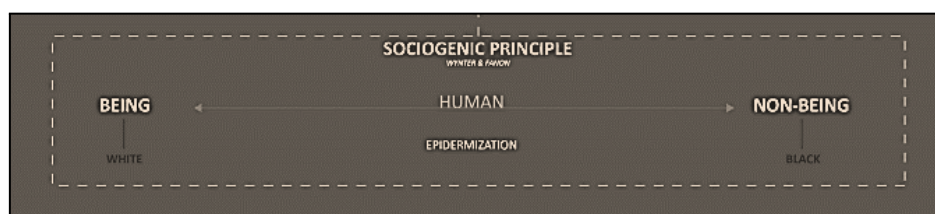


Figura 43 - Princípio sociogênico.⁶⁸⁵

No ensaio *Essa é a voz da Argélia*, parte da compilação de artigos *Sociologia de uma Revolução*, Fanon aborda um objeto particular no contexto histórico do colonialismo na Argélia: o rádio.⁶⁸⁶ Esse texto, e os demais do volume, expressam uma visão sociogênica dos objetos técnicos, demonstrado pelo estudo de Ivo Pereira Queiroz⁶⁸⁷ no campo da CTS. A partir desse ponto, é possível experimentar, no interior da nossa analogia, um contraste entre a abordagem conceitual da transindividualidade de Gilbert Simondon e da revolução de Fanon. Ambos autores problematizam a alienação e o objeto técnico como lugar vantajoso da ação e do processo de desalienação. No ensaio, Fanon questiona: por que o rádio foi rejeitado, no primeiro momento, pelos argelinos? A razão, ele afirmou, foi a configuração da família argelina refratária às tecnologias ocidentais. Fanon experimentou duas explicações diferentes sobre o rádio: primeiro, como um simples instrumento técnico; segundo, como um sistema de rede, de informação. Para Fanon, o rádio é um meio de linguagem em operações de codificação,

⁶⁸⁴ WYNTER, Sylvia. Towards the sociogenic principle: Fanon, the puzzle of conscious experience of “identity” and what it’s like to be “black.” In: GOMEZ-MORIANA, Antonio; DURANCOGAN, Mercedes. **National identities and social-political changes in Latin America**. New York: Routledge, 2013. p. 51–94.

⁶⁸⁵ Esse diagrama foi feito em conjunto com Denise Luna, no seminário *From Alienation from above to alienation from below*, no *The New Centre for Research and Practice*, em outubro de 2021. Para consulta do arquivo desse seminário, ver <https://thenewcentre.org/archive/from-alienation-from-above-to-alienation-from-below/> —Acesso em 15 mar. de 2024.

⁶⁸⁶ FANON, op. cit., 2012. p. 44–71.

⁶⁸⁷ QUEIROZ, Ivo Pereira De. **Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo**: horizonte descoloniais da tecnologia. 205f. Tese (Doutorado em Tecnologia) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

decodificação e expansão. Ou seja, o rádio codificou o princípio sociogênico da sociedade colonizada e o prolongou.

Na narrativa de Fanon, o papel do rádio na revolução foi central — assim como o papel da linguagem e dos objetos técnicos. No começo, o rádio afetou a psique coletiva e individual, produzindo efeitos identificados em relatos da clínica psiquiátrica, os quais associaram o aparelho aos colonizadores franceses. Os movimentos revolucionários se apropriaram do rádio e criaram “A voz da Argélia Livre”, um programa destinado à população argelina colonizada. Isso mudou a relação entre os argelinos e o objeto. O rádio foi transformado em um meio para concretizar a voz da nação, segundo Fanon — ou seja, para concretizar um coletivo.

A partir desse caso, elaboro uma analogia com a tecnicidade e a transindividualidade de Simondon. Como resultado disso, revela-se um ponto forte e outro fraco na sociogenia de Fanon.

Deve-se observar que Simondon desenvolveu uma crítica à metafísica e à separação entre forma e matéria, chamada de hilemorfismo. Para o filósofo francês, é preciso falar em individuação, e não apenas em indivíduo. Para tanto, Simondon introduziu o sentido de metaestabilidade.⁶⁸⁸ Lucas Vilalta explica que Simondon pensa ser e devir, trabalhando, na ontogênese, as fases do ser e seus processos de transdução. Em cada estágio da individuação, existe um pré-individual não aproveitado, que corresponde a um excesso. A técnica, para Simondon, ocupou as zonas de mediação da concretização do indivíduo e de seu meio associado, do sujeito e do objeto, relacionando-se diretamente com o pré-individual da individuação.⁶⁸⁹

Em MEOT,⁶⁹⁰ Simondon afirmou que os objetos possuem relativa autonomia em relação ao humano. Principalmente, descreveu as funções de orientação, de ordenação espacial e temporal, da técnica. Nesse sentido, como foi antecipado, é possível especular que a tecnicidade (compreendida como essência da técnica, que antecede o objeto e o ultrapassa) é análoga ao problema da historicidade (do esquema histórico que media o processo de racialização em Fanon). A ontogênese visa captar, em devir — em processos de transdução e evolução —, a concretização dos objetos técnicos (indivíduos,

⁶⁸⁸ A metaestabilidade compreende um equilíbrio entre forma e matéria que carrega consigo potenciais de estados anteriores. Simondon utiliza a noção de metaestabilidade para substituir a noção de forma pela de informação. A informação é aquilo que dispara a transdução de um equilíbrio metaestável a outro. SIMONDON, op. cit., 2020a.

⁶⁸⁹ Segundo Lucas Vilalta, é possível haver uma metafísica na filosofia simondoniana na suposição de uma realidade anterior à individuação. VILALTA, op. cit., 2021, p. 71-72.

⁶⁹⁰ SIMONDON, op.cit., 2020b.

conjuntos e redes) e seus meios associados (*milieus*). Essa concretização ocorre via operações de alienação, que, segundo Vilalta,⁶⁹¹ equivale a regimes de metaestabilidade.

Simondon considerava o desconhecimento sobre a máquina “a principal causa de alienação no mundo contemporâneo”, o que, em seus termos, levava à desconexão entre cultura e técnica.⁶⁹² Sendo mais preciso, Simondon chamou de alienação um descolamento entre figuras e fundo⁶⁹³: “o meio associado já não efetua a regulação do dinamismo das formas.”⁶⁹⁴ A ontogênese responde à alienação perseguindo um estudo da tecnicidade, buscada em essência na última parte de MEOT. Simondon acreditava que a desalienação da máquina deveria individuar um novo conhecimento sobre a técnica, que visaria recuperar sua essência e o valor do meio. Simondon esboçou um programa nesse sentido chamado de “mecanologia”: uma política das máquinas, isto é, a representação dos objetos técnicos na *pólis*.

Existe, assim, um paralelo humanista entre Fanon e Simondon, revelado quando avanço essa analogia para o transindividual e para o conceito de revolução na história da rádio argelina. A relação transindividual possui duas explicações em Simondon: primeiro, entende-se como um sistema metaestável em que indivíduos interagem entre si; segundo, refere-se a um intercâmbio de informação entre indivíduos. É certo que a transindividualidade concretiza a coletividade — um paralelo com a comunidade nacional de Fanon —, mas depende dos objetos técnicos, a exemplo das mídias argelinas. Essa concretização é transdutiva: cada indivíduo carrega em si o princípio conservado no coletivo, possibilitando, assim, sua modulação. Esse princípio integra, opera e se prolonga na máquina.

É importante compreender esse sentido transoperatório da transindividualidade. Vilalta afirma não se tratar de outra fase do ser, mas de outra significação no qual os indivíduos se relacionam mediante os excessos da individuação, ou seja, da pré-individualidade.⁶⁹⁵ O transindividual é, portanto, uma nova síntese relacional. Segundo Simondon, os objetos técnicos fornecem o suporte da relação transindividual, de modo que a máquina pode ser percebida como invenção e portadora de informações. O conceito de invenção, em Simondon, retoma todas as informações do meu campo etnográfico, que pretendi processar através do conceito de tecnologias quilombolas. Em

⁶⁹¹ VILALTA, op. cit., 2021, p. 131.

⁶⁹² SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 44.

⁶⁹³ Figura e Fundo são dois conceitos da teoria da percepção da *Gestalt*. BARTHÉLÉMY, op. cit., 2023.

⁶⁹⁴ SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 109.

⁶⁹⁵ VILALTA, op. cit., 2021, p. 296.

torno da ideia de invenção, acredito que deve haver um dado de reversibilidade da alienação (racial) da tecnicidade. Isso ocorre por meio de antagonismos generalizados: por exemplo, entre a historicidade da política do patrimônio do Estado e a ancestralidade dos clubes negros, como apresentado no capítulo anterior; ou ainda entre a reafirmação do encontro e as alternativas criadas em realidades digitais das redes sociais, como demonstrei no primeiro capítulo. Nesses casos, a invenção se refere à inserção de informações de (na falta de palavra mais apropriada) outra natureza cosmológica.

Esta especulação se detém nesse caminho.

A perspectiva política de Gilbert Simondon inclui também uma política dos objetos técnicos, que os posiciona em simetria aos humanos. Para o autor, as máquinas têm sido usadas como escravas para criar outros escravos. Pelo estado metaestável de alienação, a máquina possui uma função central no processo de individuação, no social, na relação com outras espécies e com a natureza. Em especial, Simondon se opôs à visão instrumentalista dos objetos técnicos. O argumento humanista de Simondon se concentra na relação transversal (ou transindividual) entre humanos, máquinas e naturezas. Para o filósofo, esses termos precisam ser tratados em unidade, na essência da tecnicidade.

Entre Fanon e Simondon, há diferenças e semelhanças. A sociogenia fanoniana se mostra dependente, em grande parte, da separação entre indivíduos e objetos técnicos. Por sua vez, Simondon abordou uma unidade anterior a essa separação, presente na tecnicidade, que estabelece as bases da ontogênese. Na desalienação da relação tecno-humana, recupera-se a tecnicidade (fundo) descolada pelo processo de concretização dos objetos (figuras).

Em outro sentido, Simondon e Fanon se aproximam quando avaliam que a cultura precisa exercer seu papel diante da técnica, sua função de significação, invenção e regulação. Nesse caso, a ontogênese é oposta e complementar: introduz uma alternativa antropotecnológica, embora individue um conhecimento (conceito) antagônico à sociogenia.

Estendendo ainda mais essa comunicação entre autores, retomo a figura do escravo. Nas notas complementares de sua tese principal, Simondon descreveu o escravo como o primeiro modelo do motor:

[...] O escravo é o primeiro modelo de qualquer motor; ele é um ser que abriga em si mesmo sua completa organização, sua autonomia orgânica, mesmo quando sua ação é submetida a uma dominação acidental; o animal domesticado também é um organismo. Mesmo através da degradação do

estado de domesticação ou de escravidão, o motor orgânico e vivo conserva de sua espontaneidade natural uma inalienável individualidade.⁶⁹⁶

O interessante, nesse recorte, é que, para Simondon, o escravo é compreendido como um ser técnico. Nesse caso, pode-se questionar: como compreender a concretização dos indivíduos técnicos quando opera em conjunto com seres humanos escravizados, nesse caso, percebidos como instrumentos? Minha hipótese, que não será encerrada pelos exemplos trabalhados nesta tese, é que o esquema histórico-racial da escravidão, que, para Fanon, media a individuação do colonizado/negro, ressoa (internamente) na formulação do motor de Simondon. Diante disso, poderia se investigar a possibilidade do esquema epidérmico de racialização repetir a axiomática do motor, de tal modo que o indivíduo escravizado, e o sujeito negro, seguem cativos do objeto técnico (do conjunto, ou da *assemblage*)⁶⁹⁷ do qual se requer a extração energética do ambiente.

A terceira parte de MEOT é dedicada a uma especulação filosófica. Nessa sistematização, a tecnicidade é resultado do desdobramento de uma unidade originária, do mundo mágico. Enquanto fase, a tecnicidade se opõe à religiosidade, concentrando em si as figuras do mundo mágico defasado, enquanto a religiosidade retém seus fundos. Como antecipado, os objetos técnicos, segundo Simondon, são produzidos a partir da objetivação da tecnicidade, repetindo assim os pontos-chave de acesso do mundo mágico primitivo.⁶⁹⁸ Essa sistematização ampara a crítica da modernidade tecnológica de Simondon, mas não desvela a relação entre tecnicidade e racialidade. Em um esforço transdutivo, deve-se considerar a racialização na sociogênese e, com efeito, suas consequências na ontogênese, em especial na tecnicidade. Os efeitos da produção do humano na alienação racial, suponho, devem posicionar a racialidade (a axiomática, o conhecimento, que opera o indivíduo e a realidade racial) em analogia com a tecnicidade.

No sentido inverso, metodologicamente orientados pela sociogênese de Fanon, os estudos críticos em CTS não consideram que os esquemas da racialidade se estendem também às máquinas, mesmo que prolongadas por elas. O exemplo oferecido por

⁶⁹⁶ SIMONDON, op. cit., 2020a, p. 527.

⁶⁹⁷ Dixon-Roman, recorre a Alexander Wehlye e Deleuze e Gatarri para definir *assemblages* como um sistema de organização, arranjo, relações e conexões de atualidades, objetos ou organismos que aparentam operar na totalidade. Se trata de uma constelação de múltiplas forças que operam na produção de um evento, de um compósito ou mesmo do corpo. A meu ver, se assemelha à definição de *Gestell* na ontologia heideggeriana. DIXON-ROMÁN, op. cit., 2016, p. 484.

⁶⁹⁸ SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 245.

Ramon Amaro da *machine learning* demonstra que a alienação racial em larga medida depende também de uma alienação da tecnicidade, concretizando um esquema hilemórfico na máquina, que a aprisiona. Mantêm-se visões de automação e de regimes fechados no algoritmo, nas inteligências artificiais, na robótica, ou no horizonte da relação técnica-humana. Por conta disso, acredito que um campo de relações precisa ser restabelecido, a partir da tecnicidade, entre os indivíduos técnicos e os outros racializados, considerando a alienação como nexo.

Ao fim dessa analogia, é possível pensar uma hipótese principal sobre a alienação: as máquinas e objetos técnicos prolongam um axioma (uma estrutura de operações) de racialização (o esquema histórico-racial) na constituição do mundo colonial/antinegro. A ontogênese pode ser posicionada em complementaridade à sociogenia, enquanto se investiga o nexo entre as operações técnicas e raciais (tecnicidade e racialidade), o que também interpõe uma relação entre o humano e a natureza. Essa relação é inscrita na imagem do corpo racializado (interpelado e fragmentado pelas *Big techs* e sistemas de vigilância) e mediada pela tecnologia. O efeito disso é o que chamei de ontogênese do escravo-máquina, um conhecimento (conceitual) ainda a ser individuado.

A insistência de Fanon sobre um novo humanismo leva à politização da filosofia de Simondon. A desalienação do humano passa pelas máquinas porque se entende que a racialização é também definida pelo modo no qual o humano e a natureza estão se relacionando a partir das operações técnicas. Seguindo essa racialidade transoperatória, pode-se buscar uma resposta na mesma dimensão transindividual, objetivando o desaparecimento da figura do escravo e dos esquemas de escravização que, por ora, atingem indivíduos, máquinas e natureza. Simondon sintetizou essa interpretação humanista:

Não é contra a máquina que o homem, sob a dominação de uma percepção humanista, deve se revoltar; o homem só é submetido à máquina quando a própria máquina já está submetida pela comunidade. E como existe uma coesão interna do mundo dos objetos técnicos, o humanismo deve visar liberar esse mundo dos objetos técnicos que são chamados para devirem mediadores da relação do homem ao mundo. Até hoje, o humano não pôde incorporar muito a relação da humanidade ao mundo; essa vontade que o define, de reduzir ao ser humano tudo o que as diversas vias de alienação lhe arrancaram, descentrando-o, permanecerá impotente enquanto não compreender que a relação do homem ao mundo e do indivíduo à comunidade passa pela máquina.⁶⁹⁹

⁶⁹⁹ SIMONDON, 2020a, p. 544.

Nesse caso, a resposta à racialização e à subjugação da máquina deve ser buscada no nexo analógico entre ambas as alienações que se complementam.

3. O Atlântico negro como espaço cosmotécnico

A sociogênese, proposta por Fanon, contribuiu na crítica sobre a não-neutralidade da tecnologia para os potenciais políticos do antirracismo. No entanto, a abordagem fanoniana levou a uma ramificação de teses sociológicas e antropológicas, que se subdividem em valores otimistas e pessimistas sobre o papel do digital na racialização. Penso que a situação paradoxal atual dessas duas linhas decorre da perda de uma unidade entre o humano e a técnica, ou da simetria relacional trabalhada por Simondon na investigação da tecnicidade. A integração da problemática da individuação dos objetos técnicos no amplo quadro que chamo de racialização introduz, também, uma carga de natureza pré-individual, sobre a qual pesa o conceito de invenção e de transindividual, debatidos anteriormente. A partir do que foi discutido, concluo meu argumento com a intenção de deixar em aberto um caminho de análise, pesquisa e reflexão. Minha hipótese, experimentada nos capítulos em que debati extensivamente os clubes negros, versa sobre a possibilidade de reversibilidade do mundo no qual a racialidade e a tecnicidade estão entrecruzadas de tal maneira que os objetos técnicos operam expandindo esquemas de escravização. A reversibilidade se estende à historicidade, ou à ancestralidade, demonstrada pela observação de campo das tecnologias quilombolas.

Para Ramon Amaro, citando extensamente Simondon, os estudos em CTS correm o sério risco de reintroduzir o indivíduo na realidade racializada quando se limitam a trabalhar por uma epistemologia que somente compreende e explica os componentes sociogênicos:

Embora os estudos predominantes sobre raça e tecnologias estejam conscientes das construções sociais da raça, tecnologia e corpo, eles correm o risco de ‘colocar o indivíduo no sistema da realidade’, como Gilbert Simondon descreve, enquanto ‘explicam as características do indivíduo, sem uma necessária relação com outros aspectos do Ser que podem ser correlativos do aparecimento de uma realidade individuada’.⁷⁰⁰

⁷⁰⁰ Tradução livre de “Although the predominant studies of race and technology are aware of the social constructions of race, technology, and the body, they run the risk of “placing the individual into the system of reality”, as Gilbert Simondon describes, while “explaining the characteristics of the individual, without a necessary relation to other aspects of being that could be correlatives of the appearance of an individuated reality”. SIMONDON, op. cit., 2022, p. 219.

Seguindo Amaro e Simondon, e a premissa cibernética, acredito ser preciso mudar o nível analítico e captar a individuação entre pensamento (conceito) e realidade, na prática de uma ética transindividual.⁷⁰¹ A transindividualidade, como já dito, é sustentada pelos objetos técnicos. Simondon afirmou que se trata de uma relação entre indivíduos a partir de uma carga de realidade pré-individual, “[...] da carga de natureza conservada com o ser individual e que contém potencialidades e virtualidades.”⁷⁰² Para Simondon, a invenção acontece por meio desse excesso, envolvendo mais do que uma ação individual: “[...] não é o indivíduo que inventa, é o sujeito, mais vasto que o indivíduo, mais rico que ele e que comporta, para além da individualidade do ser individuado, certa carga de natureza, de ser não individuado.”⁷⁰³ Desse modo, a invenção técnica acontece através da relação transindividual.

Segundo Simondon, nenhuma antropologia que parte do humano como ser individual consegue dar conta do transindividual.⁷⁰⁴ Quando os estudos em CTS sobre raça e racismo começam a análise a partir do indivíduo, mesmo que diferido entre humanos e não-humanos, e da máquina, ambos individuados, esquecem-se de esquemas de escravização (da racialidade) que operam na concretização do indivíduo técnico (na tecnicidade).

No entanto, o indivíduo racializado e a máquina são análogos, uma vez que ambos são percebidos como escravos/motores. Diante disso, o trabalho de invenção é obrigado a buscar a reversibilidade desses esquemas. Ramon Amaro propõe a formulação de um Objeto Técnico Negro (*The Black Technical Object*), um projeto metodológico que atua na dimensão pré-individual e não prefigura nenhuma espécie de “protótipo branco”: “dentro desse domínio, a existência negra não é pressuposta pela opressão ou pelo olhar da branquitude. É uma relação consigo mesmo, a ser manifesta no domínio após autoatualizado”.⁷⁰⁵ O Objeto Técnico Negro é uma unidade anterior que visa a reversão dos processos de racialização em que indivíduos e máquinas estão comprometidos. Para Maria Fernanda Novo, se trata de tomar a sociedade como uma

⁷⁰¹ VILALTA, op. cit., 2022; COMBES, Muriel. Do transindividual, do inseparável. In: NOVAES, Thiago; VILALTA, Lucas Paolo; SMARIERI, Evandro (org.). **Máquina aberta**: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon. São Paulo: Dialética, 2022, p. 230–256.

⁷⁰² SIMONDON, op. cit., 2020b, p. 360.

⁷⁰³ Ibid., p. 360–361.

⁷⁰⁴ Ibid., p. 360.

⁷⁰⁵ Tradução livre de “Within this domain, Black existence is not presupposed by oppression or the gaze of whiteness. It is a relation itself, to be manifested in the domain after it has self-actualized”. AMARO, op.cit., 2022, p. 221–222.

operação, expandindo a noção de indivíduo.⁷⁰⁶ Nesse sentido, a realidade social é uma fase oposta à fase da individuação. Outra individuação é possível, como enfatizam Frederico Coelho e Bernardo Oliveira, quando exploram a cultura técnica africano-americana no Brasil.⁷⁰⁷

Esses trabalhos, no rastro de um novo interesse na obra de Simondon, possuem semelhanças e divergências com a proposição da cosmotécnica de Yuk Hui, popular no debate das humanidades sobre tecnologia. Como trabalhei no capítulo dois desta tese, para Hui, a inflexão na antropologia contemporânea, que busca a dispersão do conceito fixado de natureza — o multinaturalismo — só faz sentido caso isso também seja viável para a técnica. Após a especulação empreendida sobre a ontogênese do escravo-máquina, esse é o caminho que permanece em aberto.

Ao atentar para a individuação na ontogênese, aponto também para um conjunto que antecede as relações de alienação, da racialidade e da tecnicidade. Esse fundo em que ambas as alienações se tornam análogas é, provavelmente, o da alienação primeira com a Terra na política do porão do navio, como diz Malcom Ferdinand,⁷⁰⁸ ainda periférica nos debates sobre mudanças climáticas no antropoceno, segundo a crítica de Kathryn Yusoff.⁷⁰⁹ Essa alienação descrita por Ferdinand é, ao mesmo tempo, técnica e racial. Ela, no entanto, não pode ser compreendida pela crítica da modernidade de Simondon. Por isso a necessidade de pensar outras histórias e outros começos para a tecnicidade.

A invenção, técnica e conceitual, que reverte a racialidade, só é possível se puder se sobrepor aos esquemas de escravização de fundo, com efeitos na essência da tecnicidade. Por fim, esse é um caminho explorado pelas abordagens sociológicas e antropológicas revisadas anteriormente, mas vai além, requer que o pensamento radical negro, diaspórico e antirracista se disperse em esquemas operativos até sua concretização transdutiva em indivíduos técnicos. Em outras palavras, falo em formas cada vez mais concretas de solidariedade e humanismo a partir das possibilidades das tecnologias quilombolas. Para tanto, será preciso aparatos poéticos que permitam

⁷⁰⁶ NOVO, Maria Fernanda. Transindividual e autodeterminação numa investigação sobre raça e identidade. In: NOVAES, Thiago; VILALTA, Lucas P.; SMARIERI, Evandro (org.). **Máquina aberta: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon**. São Paulo: Dialética, 2022. p. 139–165.

⁷⁰⁷ OLIVEIRA, Bernardo; COELHO, Frederico. O afropolimatismo: cultura técnica africano-brasileira como ferramenta para a individuação. **América**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-31, 2024.

⁷⁰⁸ FERDINAND, op.cit., 2022.

⁷⁰⁹ YUSOFF, Kathryn. **A Billion Black Anthropocenes or None**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

recuperar um fundo — a imagem — perdido nas travessias pelo Atlântico. Não é mais possível ignorar a tecnologia, ao menos não quando tratamos de uma escala planetária, de uma imagem do planeta que se sobrepõe àquela moldada pelo avanço da modernidade. Esses são problemas para os quais não há uma resposta, mas sobre os quais as tecnologias quilombolas estão implicadas.

Considere um quadro (figura 44) em que a tecnicidade, a racialidade e a natureza são trianguladas, de modo que representam um nexo de operação nas relações técnicas e sociais. A alienação da máquina, até a energia que extrai da natureza, é projetada pela figura racial do escravo — ou seja, uma força de decaimento ontológico. Esse triângulo espelha a historicidade e a localidade, a relação de tempo e de espaço que, por ser firmada pela alienação, se constitui enquanto uma relação de extrativismo de tudo aquilo que passa a ser ontologicamente apreendido enquanto recurso.



Figura 44 - Ontogênese do escravo-máquina.⁷¹⁰

3.1 O Antropoceno na Era das Plantações

Prestar atenção, agora, às tecnologias que emergem de outras histórias, mesmo essas histórias alternativas da modernidade, parece um tanto óbvio, um tanto repetitivo e enfadonho, se considerarmos tudo que foi produzido em nome dos discursos pós e decoloniais nas últimas décadas. Contudo, penso que isso nunca foi tão urgente quanto nesse presente transfigurado pela crise climática. Além disso, para mim, essa obviedade

⁷¹⁰ Do autor.

veio após as enchentes de maio de 2024. O Satélite Prontidão, assim como outras tecnologias quilombolas em suas localidades, tornou-se referência de orientação em meio à catástrofe. Em meio a tudo isso, preservar a memória prontista, a memória negra, trata-se de conservar um gesto, uma atitude perante a Terra, a categoria sobre a qual falamos, a qual é cuidar da ferida do mundo racializado. Narrar a história deve ser visto como um gesto menor, portanto, não mais de descobertas continentais, mas de encontros e relações nos arquipélagos, fragmentados, de interesses prosaicos, como essas coisas cotidianas que são reunir as companheiras para um café e inventar novos planos para o Memorial da ASP.

Nem sempre nos demos conta da dimensão ambiental, e esse ainda será um caminho que precisaremos percorrer. Isso exige que atentemos a uma dimensão planetária das catástrofes, dos ventos quentes que correm do Pacífico e deságuam em uma terra devastada pela privatização de Sebastião Melo. Quem feriu este planeta não é uma discussão que precisa ser travada agora. Mas, que ferida é essa?

Na última década, essa ferida foi chamada de Antropoceno por uma espécie de consenso político e científico, e mobilizou diversos grupos no enfrentamento da crise climática. O conceito foi popularizado pelo químico Paul Crutzen, nos anos 2000, com uma série de artigos que debateram a nova era geológica resultante das transformações em curso pela espécie humana, entre as quais: a emissão de gases poluentes na atmosfera, em especial pela utilização de combustíveis fósseis (concentração de dióxido de carbono e metano); a acidificação acelerada dos oceanos e o impacto na fauna e flora marinha (perda de 50% dos manguezais); recorrências de eventos extremos (ondas de calor, enchentes, furacões, etc.); extinção em massa de espécies animais e vegetais; entre outros.⁷¹¹ Em um resumo didático, o Antropoceno sucedeu ao Holoceno na cronologia terrestre.

Criado em 1988, o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Changes*, IPCC), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), tem recorrentemente alertado, em seus relatórios anuais, sobre a iminência de um colapso ambiental. No Acordo de Paris, de 2015, foram estabelecidos “limites planetários”⁷¹² para as consequências da crise — entre os quais está o teto de 1,5 °C para o aumento da temperatura média do planeta acima dos níveis pré-industriais.

⁷¹¹ ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13–24, 2014.

⁷¹² Ibid.

Esses limites modificaram consideravelmente a relação temporal dos humanos (os modernos), uma vez que reduzem a velocidade da flecha do tempo e, em alguns casos, a redireciona. Talvez por enfrentar uma consciência histórica calcificada, esses limites têm sido desrespeitados, ignorados ou deliberadamente negados⁷¹³. No sexto relatório, lançado em 2023, o IPCC noticiou que o planeta já aqueceu entre 1,1 e 1,2 °C. Nem mesmo cientistas e políticos envolvidos na diplomacia do clima acreditam que os tetos estabelecidos serão cumpridos. Na verdade, a maioria pensa ser provável um aquecimento de 2,5 °C até 2100.⁷¹⁴

Os prenúncios do fim reacenderam, nas ciências, as questões éticas e políticas, além da urgência de aliar as práticas de produção de conhecimento com a sustentação (planetária) da vida. É justamente nessa dimensão ontoepistemológica que as tecnologias quilombolas oferecem possibilidades, não somente nas práticas sobre a memória negra, sobre a qual discorri nos capítulos um e três.

Desde que os efeitos da crise climática se fizeram sentir, como a recorrência de eventos extremos e a intensificação da questão da migração pela nova categoria de “refugiados climáticos”,⁷¹⁵ a discussão sobre o Antropoceno se acirrou em torno de vários nomes. Isso indica que a nova era geológica instituiu uma quebra de fundo na historicidade. Segundo Turin e Lowande, o Antropoceno se tornou um daqueles “conceitos históricos fundamentais”, especialmente por toda rede semântica que foi articulada em seu entorno. Porém, existe uma diferença: ninguém sabe ao certo de que experiência histórica se trata. “Afinal, o que a experiência da mudança climática e as suas diferentes categorizações nos colocam é, justamente, a necessidade de repensar e reelaborar profundamente aquilo que entendemos por história”.⁷¹⁶ Desse modo, cada um dos nomes discutidos, cada qual com seus diagnósticos e prognósticos, trabalha diante de uma mesma matéria (talvez, ainda centrada nas humanas, como observou Maria Inês Mudrovcic: a historicidade).⁷¹⁷

⁷¹³ Por limitações, não abordo a questão do negacionismo climático.

⁷¹⁴ TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. Introdução: o Antropoceno como desafio historiográfico. In: TURIN; LOWANDE, op. cit., 2024, p. 7-18.

⁷¹⁵ O termo “refugiado/a climático/a” foi recorrente no contexto das enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul. Ver CARPENTIERI, Isabella Martins. Refugiados climáticos: desafios, legislação e colonialismo. **Jornal da Universidade.** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/refugiados-climaticos-desafios-legislacao-e-colonialismo/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

⁷¹⁶ TURIN; LOWANDE, 2024, p. 9.

⁷¹⁷ MUDROVCIC, Maria Inês. A “Virada Temporal” em perspectiva: o antropoceno a partir da política do tempo. In: TURIN; LOWANDE, op. cit., 2024, p. 85-101.

Trata-se, portanto, de manusear a flecha do tempo e toda sua carga substantiva a fim de responder: de que se trata a trajetória que empurrou as humanas para o seu fim?⁷¹⁸ Entre os mil nomes de Gaia, estão o Capitaloceno, o Plantationoceno (que chamo de Era das Plantações) e o Chthuluceno (esse último faz parte do argumento de Donna Haraway sobre a pluralidade inerente do que a autora chamou de “evento limite”⁷¹⁹). Segundo Haraway, a questão de todas essas redes semânticas é um problema de escala: “quando as mudanças de grau se tornam mudanças de espécies?”⁷²⁰ Segundo a filósofa e bióloga, se deve pluralizar as histórias, conceitos, sistemas, em prol do mais importante, que são as alianças, as “parentes”, nas palavras da autora.

O argumento da invenção técnica é o do antagonismo entre a ontogênese do escravo-máquina, que se dá no espaço global da racialidade, tal como defendido por Denise Ferreira da Silva,⁷²¹ e as tecnologias da diáspora africana, as tecnologias quilombolas. Não considero uma resolução para esse antagonismo, mas uma tensão, um ruído informacional que se mantém, resultando na criação de infinitos espaços de refúgio. Quanto mais pudermos contar as histórias dessas tecnologias, menos estaremos fixando quem quer que seja, e mais poderemos defender seus direitos a serem quem quer que sejam. Fugir, portanto, e fragmentar tudo.

Nesse antagonismo, as tecnologias quilombolas lidam, por um lado, com a tecnofobia no debate sobre o Antropoceno, por outro, com a recente inserção da racialidade na perspectiva planetária. Com o conceito de cosmotécnica, Yuk Hui fez o alerta para o “inconsciente tecnológico” que balizou os discursos modernos e pós-modernos, e se estendeu às propositoras da cosmopolítica e do giro ontológico. Discorri sobre isso antes, quando propus uma política da memória negra pautada na cosmotécnica, com a qual trabalhei, junto a Karla, o conceito de tecnologias quilombolas. Contudo, resta o aviso de que as tecnologias quilombolas não servem a

⁷¹⁸ Denise Ferreira da Silva propõe outra maneira do pensar sobre a questão climática, a partir do que ela chamou de “pensamento composicional”. Ao invés da historicidade, Silva segue o calor (*Heat*), a transferência de energia cinética interna no sistema. Nesse caso, a acumulação de gases na atmosfera é menos um problema histórico do que uma recorrência atemporal de extração da matéria da terra, “na forma de combustíveis fósseis, nutrientes do solo para alimentar as plantações e o gado, e o trabalho (humano e mais-que-humano) que sustenta o capital” (“in the form of fossil fuels, soil nutrients to feed crops and livestock, and the (human and more-than-human) work that sustains capital”). Ver FERREIRA DA SILVA, Denise. On Heat. **Canadian Art**, 2018. Disponível em: <<https://canadianart.ca/features/on-heat/>>. Acesso em: 17 maio 2021.

⁷¹⁹ Mais como um fim de uma era do que necessariamente como a estabilidade sistêmica de uma nova. Haraway dá o exemplo da “fronteira K-PG” entre o Cretáceo e o Paleoceno, o evento que extinguiu boa parte da biodiversidade do planeta, incluindo os dinossauros. HARAWAY, op.cit., 2016, p.140.

⁷²⁰ Ibid., p. 139.

⁷²¹ SILVA, op. cit., 2022.

uma tecnofilia, o fetiche pela tecnicidade moderna, como Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro criticam. As autoras atacaram o “aceleracionismo”, de esquerda e direita, que atribui a superação do capitalismo e da crise ambiental à superestrutura da noosfera,⁷²² sediada por uma espécie de “super cérebro maquínico”, que subsumiria as contradições dialéticas do Capital. Essa posição é combatida pelas autoras, que lhe atribuem uma ontologia de “humanos sem mundo”, pós-orgânico e pós-capitalista:

Esta versão do esquema “humanos sem mundo”, entendido como uma superação da condição orgânica ou mundana da espécie, exprime a crença, e sobretudo o desejo, de que a tecnologia nos levará de um modo inexorável — mas que pode ser titanicamente acelerado ou covardemente retardado — a um melhoramento essencial do homem, um estado *übermenschlich*, uma Nova Era pós-humana em que ‘nós’ nos teremos transformado definitiva e literalmente naqueles configuradores de mundo caros a Heidegger (ironicamente, pela via da técnica).⁷²³

No entanto, embora refutem a tecnofilia aceleracionista, as autoras não encaram a questão da tecnologia a sério, uma vez que não enfrentam o problema do “inorgânico organizado”. Talvez, por isso, jamais trabalham para além de um “primitivismo estratégico”,⁷²⁴ e não dispensam algumas linhas para desdobrar o problema das vidas subsumidas à matéria e energia (em uma perspectiva quântica, trata-se da mesma coisa)⁷²⁵ do Capital como invenção do tráfico transatlântico e das plantações nas Américas.

A ausência, ou inocência, da racialidade na rede semântica do Antropoceno é outro ponto que as tecnologias quilombolas são obrigadas a considerar. Sobre isso, já existe uma crescente bibliografia e ativismo que atenta e combate essa cegueira de cor nos movimentos e discursos da crise ambiental, que leva a uma responsabilização conjunta desproporcional, ao menos no nível das políticas de Estado⁷²⁶. Essa crítica está atenta a como os discursos do Antropoceno figuraram a natureza e sua relação com os seres humanos. A geóloga Kathryn Yusoff, em interlocução com a crítica feminista negra, trabalhou a partir do conceito de “não-humano”, mediante a qual uma “geologia branca” reduz discursivamente a matéria (o solo) a um composto sem sujeito, ao mesmo tempo que fixa os indivíduos racializados nesse mesmo estrato:

A proximidade de corpos negros e pardos com o não-humano, a fim de prejudicar esses corpos, é o que estou chamando de Antropoceno negro. Trata-se de uma proximidade inumana organizada pelas geografias históricas

⁷²² Referente ao conjunto de pensamento humano.

⁷²³ DANOWSKI; CASTRO, op. cit., 2017, p. 49.

⁷²⁴ VIVEIROS DE CASTRO; HUI, op.cit., 2021.

⁷²⁵ Me refiro à dualidade partícula-onda na física quântica.

⁷²⁶ PEREIRA, Allan K. Da porta ao ponto do não retorno: antinegitude e as vidas póstumas da plantação. In: TURIN; LOWANDE, op. cit., 2024, p. 19–36.

de extração, gramáticas da geologia, geografias imperiais globais e o racismo ambiental contemporâneo. Ela se baseia nas supostas qualidades absorventes dos corpos negros e pardos para carregar os fardos corporais da exposição às toxinas e para amortecer a violência da terra. Literalmente, esticando os corpos negros e pardos pelas linhas das falhas sísmicas da terra, os Antropocenos negros subentendem a Geologia branca como um estrato material.⁷²⁷

Essa implicação material entre a figuração da natureza (a imagem do recurso para o extrativismo ambiental e mineral) e a carne dos corpos racializados é, segundo Yusoff, frequentemente ignorada pelo debate sobre o Antropoceno. Em especial, Yusoff demonstra que a discussão dos pontos de virada (*Golden Spike*) do novo regime climático é em si insuficiente, jamais poderá abranger todas as formulações que transformaram essas vidas em combustível para a maquinaria colonial.

Para Yusoff, nomes dados para a catástrofe ambiental, vinculados à era industrial e à corrida nuclear, ignoraram a complexidade ontológica de um mundo racializado. Por isso, a autora, em diálogo com a filósofa afro-jamaicana Sylvia Wynter, imaginou o Antropoceno se estendendo até 1492, o evento da colonização. Não somente da invenção do Novo Mundo, mas também daquilo que seria a imagem primordial do Homem em contraposição com tudo que não é humano ou é menor-que-humano — os/as nativos/as, os/as escravos/as, o solo, a água, a flora, os animais. Para o filósofo martinicano Malcom Ferdinand, isso derivou de uma dessacralização da terra, um “matricídio”, que ao subsumir a relação matricial que o povo nativo caribenho possuía com o planeta, desontologizou a terra a fim de transformá-la em mero recurso para a extração mineral. Em seu lugar, foi instaurado o regime das plantações, baseado fortemente em uma filiação patriarcal, que implicou as relações de gênero importadas do velho continente para as relações raciais, reelaboradas nas Américas: “a colonização significou a passagem de uma terra que venerava uma mãe para uma terra que venerava um pai.”⁷²⁸

Esse imperialismo ontológico compôs a cena da colonização, que, hoje, se estende para trás e para frente, invade o estrato geológico e sobe à atmosfera, em um movimento espiralar, tal qual a ancestralidade sobre a qual narrei no capítulo anterior,

⁷²⁷ Tradução livre de “The proximity of black and brown bodies to harm in this intimacy with the inhuman is what I am calling Black Anthropocenes. It is an inhuman proximity organized by historical geographies of extraction, grammars of geology, imperial global geographies, and contemporary environmental racism. It is predicated on the presumed absorbent qualities of black and brown bodies to take up the body burdens of exposure to toxicities and to buffer the violence of the earth. Literally stretching black and brown bodies across the seismic fault lines of the earth, Black Anthropocenes subtend White Geology as a material stratum.” YUSOFF, op. cit., 2018, p. xii.

⁷²⁸ FERDINAND, op. cit., 2022, p. 62.

mas dessa vez anunciando a catástrofe. Segundo Ferdinand, o novo regime climático é caracterizado pelo e, ao mesmo tempo, consequência do alastramento do sistema das plantações nos modelos produtivos, sociais e de gestão ambiental: “a *plantation* não se limita às fronteiras da propriedade rural ou fábrica. Ela designa as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da terra”.⁷²⁹ A lógica das plantações se espalha aqui e lá, ao norte e ao sul, modulando uma sociedade de consumo e sua passividade fundamental diante dos rumos do planeta. Ainda, segundo o filósofo, tanto os discursos sobre o Antropoceno quanto as teorias críticas da raça, que encaram o trauma mundano da escravidão, são sobrepostas por uma mesma cegueira, que o autor chamou de “dupla fratura da modernidade”: de um lado, a separação entre cultura (humana) e natureza (não-humana); de outro, a humanidade (branca, europeia, cristã) e as menos-que-humanas (não-brancas, não-europeias, não-cristãs). Essa dupla fratura é responsável por um modo de “habitar colonial”:

[...] Todavia, esse interesse inicial deu a entender que a escravidão dizia respeito apenas aos devires dos humanos. As mudanças ambientais seriam consequências importantes, mas independentes da escravidão propriamente dita. Para quem se interessa pelo meio ambiente, ao contrário, a escravidão colonial dos Pretos seria um elemento entre outros no seio da transformação ecológica do sistema de *plantation*. No entanto, esses dois segmentos estão intrinsecamente ligados e fazem parte de um mesmo habitar colonial.⁷³⁰

O mais importante é que o habitar colonial criou uma terra sem mundo, sem relações vitais entre humanos e demais seres não-humanos e mais-que-humanos. Por isso, Ferdinand admitiu a busca por um mundo, no sentido fenomenológico, como horizonte de uma ecologia decolonial: “partindo da pluralidade constitutiva das existências humanas e não humanas na Terra, das diferentes culturas, tomar o mundo como objeto da ecologia é trazer de volta para o centro a questão da *composição política* entre essas pluralidades e, portanto, de um agir conjunto.”⁷³¹

Tal qual Ferdinand demonstrou, existe um valoroso esforço para conjugar a crise ambiental e a questão racial. Contudo, esse mesmo conjunto bibliográfico e ativista não possui um diálogo firmado com o problema da tecnologia, muito embora, por sua vez, o nexos entre racismo e tecnologia tenha sido investigado nas pesquisas no campo da CTS. Isso ocorre, talvez, por uma ontoepistemologia humanista ainda baliza os julgamentos

⁷²⁹ Ibid., p. 67.

⁷³⁰ Ibid., p. 70.

⁷³¹ Ibid., p. 39. Destaques do autor.

nessas produções. A luta contra a desumanização da racialização ainda visa preservar um espaço privilegiado do humano sobre não-humanos, inclusive sobre as máquinas, algo que para Gilbert Simondon era sinal de um péssimo humanismo.⁷³²

A ontogênese do escravo-máquina visa dar conta do “inconsciente tecnológico”⁷³³ da Era das Plantações. Caso Ferdinand esteja certo sobre a produção do negro enquanto recurso energético,⁷³⁴ isso ocorreu a partir de um sistema sociotécnico que implicou os corpos racializados nas invenções tecnológicas. Nessas máquinas, um dado importante dessa realidade colonial foi empregado e reproduzido, e, em alguns casos, cristalizado, a fim de, como disse Simondon, expandir os esquemas de escravização a outros seres humanos e não-humanos. Porém, não era assim que Simondon enxergava a tecnologia moderna, o filósofo francês não compreendia a racialidade enquanto dado da mesma alienação que subjugava as máquinas aos ditames de um *telos* progressista (ao menos, não da mesma forma como compreendeu a relação das máquinas com a alienação do trabalho em Karl Marx). Com vistas ao novo regime climático, será preciso encarar essa dupla alienação, que, na dimensão da ontogênese do escravo-máquina, se apresentam como partes de uma mesma problemática. As tecnologias quilombolas são modos de reverter essa gênese em direção a um mundo, tal qual defendido por Ferdinand. Ao mesmo tempo, as tecnologias quilombolas são tantas quanto são os problemas enfrentados pelos povos racializados.

Meu último compromisso é determinar uma escala em que essas tecnologias quilombolas podem sincronizar uma contra-historicidade a fim de fazer frente às demais redes sociotécnicas das plantações, em especial a suas estéticas de repetição monocultural.⁷³⁵ Para isso, me inspiro nas redes dos clubes negros e recupero o Atlântico negro, que visou imaginar e defender as vidas negras implicadas na história moderna do Ocidente. Assim, argumento que o filósofo chinês Yuk Hui está certo ao

⁷³² Sobre isso, em apresentações que fiz sobre o tema, o argumento contrário recorrente é que máquinas não sofrem. Nessas respostas, o sofrimento é um dado de seres vivos. Porém, caso se opte por pensar o sofrimento enquanto um dado de degradação de energia (como sugeriu Denise Ferreira da Silva e sua abordagem materialista sobre as vidas negras), um dado de entropia, portanto, seria possível deduzir a medida de bem-estar das tecnologias. Uma máquina de sistema fechado, com um alto grau de entropia, da qual se extrai um fluxo acelerado de energia (calor), poderia ser vista como em condição de sofrimento. Assim como está em sofrimento o ambiente no qual essa mesma máquina será descartada em um curto espaço de tempo. O sofrimento não precisa, portanto, ser tratado como um dado humano, histórico e temporalizado, como frequentemente o é.

⁷³³ Tese apresentada pelo filósofo francês Bernard Stiegler, discutida no capítulo 2.

⁷³⁴ Ferdinand utiliza um nome diferente, nesse caso, o qual é o “Negroceno”. FERDINAND, op. cit., 2022, p. 79–80.

⁷³⁵ Ibid., p. 67.

defender a retomada da localidade para a tecnologia, mas que essa problemática possui outros fundamentos quando encarada do ponto de vista da diáspora africana.

Proponho outro quadro (ver figura 45), no qual a ontogênese do escravo-máquina é utilizada para passar da discussão sobre a tecnologia e a crise climática entre o Antropoceno e a Era das Plantações. Nos dois universos, o escravo e a plantação são figura e fundo centrais, derivando termos análogos para ambas as redes semânticas. Os conceitos são espelhados, como entre neoliberalismo e a necropolítica,⁷³⁶ e a crise climática é lida pelas lentes do racismo ambiental. Em ambos os casos, porém, a tecnologia moderna está presente enquanto axioma de escravização. O escravo é o motor das plantações, um autônomo em carne viva e, ao mesmo tempo, é a possibilidade da digitalidade do corpo humano, reduzido a código e informação.

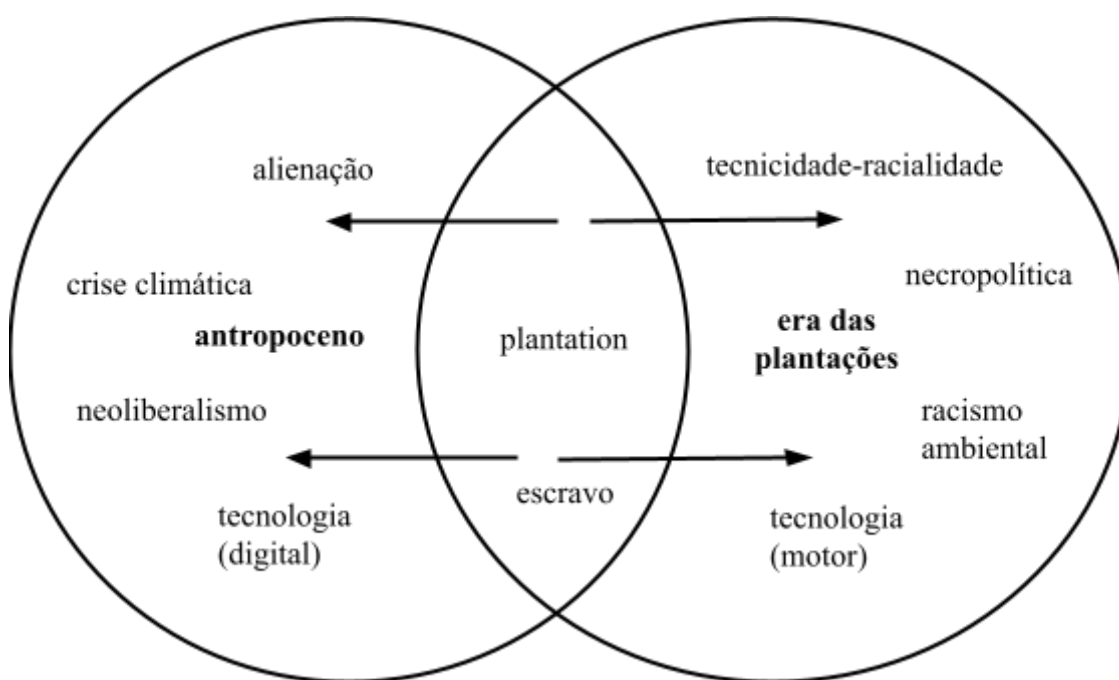


Figura 45 - O Antropoceno e a Era das Plantações.⁷³⁷

3.2 Fragmentar as Tecnologias Quilombolas

A ontogênese do escravo-máquina reforça o nexa entre a racialidade e a tecnicidade moderna, e também faz com que um terceiro campo seja recrutado nessa triangulação, o qual é a natureza. Para a tecnologia, é o meio associado (*milieu*), fonte energética e de troca de informação. Para a cultura, é o recurso, o dado ôntico

⁷³⁶ Conceito do filósofo camaronês Achille Mbembe.

⁷³⁷ Do autor.

significado por sujeitos (necessariamente humanos, do ponto de vista da episteme moderna) que compõem a si diante da matéria. Contudo, a racialidade não é uma interpretação equivocada da cultura, como advertiu Denise Ferreira da Silva, mas uma operação da ontoepistemologia moderna que bifurca o entendimento em interioridade (histórico) e exterioridade (cultural), visando proteger o humano da evolução técnica e científica no século XIX.⁷³⁸ Enquanto a Europa se tornou esse espaço privilegiado para a formulação da historicidade como coisa interior-temporal, o resto do globo foi confinado à definição de cultura enquanto coisa exterior-espacial. Da metade do século XX em diante, as ciências humanas se dedicaram a quebrar a barreira europeia, mas, como consequência, mantiveram, segundo Silva, os arsenais da racialidade nas abordagens de uma episteme interpretativa. Da perspectiva da ontogênese do escravo-máquina, a tecnicidade é análoga à racialidade em suas operações ontoepistêmicas, como um mecanismo que separa a máquina da dimensão privilegiada do sujeito moderno, que determina o si (autopoiético), diferente dos robôs e escravos, que mimetizam o comportamento humano. O meio associado, a localidade, da tecnologia moderna, assim como o racial, no argumento de Silva, é a espacialidade global, produzida pela evolução das máquinas durante século XX, em especial as tecnologias de informação. Disso deriva a proximidade entre as histórias do tráfico de escravizados, do capitalismo e das máquinas.

O Atlântico negro não é tanto um conceito das ciências humanas quanto é um exercício de figuração de uma contra-história da modernidade do Ocidente, pela qual é possível encontrar os rastros de uma tradição cultural e intelectual divergente do triunfalismo da globalização euro-americana.⁷³⁹ Eu disse divergente, mas isso não implica uma simples história subalterna de resistência, que, no geral, repete os binarismos modernos. A proposta de Paul Gilroy, quando do lançamento do seu livro, em 1993, há mais de 30 anos, era a de reconhecer um profundo vínculo entre a modernidade filosófica ocidental e os eventos de racialização que criavam lógicas de desumanização em praticamente todas as dimensões centrais dessa história: do Capital, dos Estados-nação e dos movimentos políticos, das revoluções culturais e da tecnologia.

Desse arcabouço, Gilroy descreveu complexidades e contradições na emergência de uma tradição intelectual africano-americana que se estendia por todo o Atlântico, seja

⁷³⁸ SILVA, op. cit., 2022.

⁷³⁹ Essa explicação polifônica é defendida pelo artista Ekow Eshun. Ver ESHUN, Ekon. **Exploring the Black Atlantic**. London: Tate, 2022. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/art-terms/b/black-atlantic/exploring-the-black-atlantic>>.

na ascensão de pensamentos com base na raça (raciológicos) na comunidade negra, que defendia ideias essencialistas e intransponíveis de etnia e cultura (absolutismo étnico), seja nas vanguardas artísticas e intelectuais que, segundo Gilroy, avançaram na direção de um mundo pós-racial. Gilroy jamais escondeu sua recusa pelo pensamento nacionalista e essencialista étnico,⁷⁴⁰ e sua predileção em explorar os trabalhos de pensadores⁷⁴¹ que forçaram as margens do pensamento humanista europeu, nos quais estão (os mais conhecidos) Frederick Douglass, W. E. B. Du Bois, Richard Wright, Frantz Fanon, C. L. R. James, entre outros. Com êxito, Gilroy construiu uma posição que nomeou de “novo humanismo”, na qual se firma até hoje.⁷⁴²

A intenção de concluir este capítulo retornando ao Atlântico negro é apontar a localidade para a invenção técnica na diáspora africana que corresponde à escala na qual reconheço a ontogênese do escravo-máquina na sistemática da sociogênese da modernidade ocidental. Nesse caso, a tecnicidade-racialidade, que conjuga um devir técnico tanto na máquina quanto no indivíduo racializado (interpelado), representa as forças de fundo das figuras, um excesso que retorna sempre na modulação da tecnologia moderna. Ao mesmo tempo, em um esforço centrípeto e dispersivo, o Atlântico negro aparece como possibilidade de novas histórias de técnicas, oriundas das complexidades e contradições da diáspora africana, que, por vezes, redirecionam a força da alienação. Em todo caso, demonstrar o nexos concretizado entre o pensamento técnico e o racial nas figuras técnicas, seja aquelas da alçada do Estado, seja aquelas do Mercado, é mais importante do que simplesmente endossar narrativas épicas e românticas das subalternizadas.

Não posso afirmar que Gilroy concordaria com a extensão dos argumentos de fundo de *The Black Atlantic* para a questão da técnica. Acredito que sim, considerando o tipo de metáfora que utilizou, em entrevista, quando se referiu ao seu trabalho como um

⁷⁴⁰ As críticas que recebeu a respeito disso são inúmeras, em especial do círculo afrocêntrico e dos *Black Studies* norte-americanos, em ascensão nos anos 90 e 2000. Me detive por mais tempo nessa conjuntura em um trabalho anterior sobre a obra de Paul Gilroy. Ver GONZAGA, op. cit., 2020.

⁷⁴¹ Gilroy cita um pequeno número de mulheres, e mulheres negras especificamente, em seu livro seminal. Sobre isso, Gilroy respondeu às críticas descrevendo a conjuntura na qual escreveu e seu desejo de incluir Ana Júlia Copper, intelectual afro-americana, no Atlântico negro. Ver GILROY, Paul; FISCHER, Rebecka Rutledge; GARCIA, Jay. A Dialogue on the Human: An Interview with Paul Gilroy. In: FISCHER, Rebecka Rutledge; GARCIA, Jay (Orgs.). **Retrieving The Human: reading Paul Gilroy**. New York: SUNY Press, 2014.

⁷⁴² Recentemente, em um perfil publicado no jornal *The Guardian*, Gilroy foi apelidado de “o último humanista”. Ver KOSHY, Yohann. The last humanist: how Paul Gilroy became the most vital guide to our age of crisis. **The Guardian**, 2021. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/news/2021/aug/05/paul-gilroy-britain-scholar-race-humanism-vital-guide-age-of-crisis>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

“software de código aberto”: “olhando para trás, eu gostaria de pensar que isso forneceu algo como um software de código aberto, onde o código está disponível publicamente e, se as pessoas quiserem modificá-lo, estão absolutamente livres para fazê-lo”.⁷⁴³ Nessa entrevista, Gilroy renunciou a qualquer propriedade sobre o Atlântico negro, acolheu as críticas, incentivou projetos contrários e avaliou *The Black Atlantic* como uma resposta, em larga escala, a uma conjuntura específica.⁷⁴⁴ Portanto, talvez seja viável que a refiguração de um humanismo planetário, nas palavras de Gilroy, corresponda às aspirações de Gilbert Simondon e Frantz Fanon.

O Atlântico negro trouxe consigo um dado importante para a correção dos pontos de virada das historicidades (em potencial) do novo regime climático. No entanto, seu próprio estilo figurativo e performático depõe sobre suas limitações para uma perspectiva que diverge da alienação na Era das Plantações. Paul Gilroy foi reconhecido, nos anos 1990, como um dos nomes proeminentes dos chamados Estudos Culturais, um campo de abordagem transdisciplinar, originado na Inglaterra, que foi mundialmente popularizado por figuras como Raymond Williams e Stuart Hall. Mais tarde, Gilroy seria vinculado à crítica pós-colonial e africano-diaspórica, muito embora essas posições não tenham sido defendidas por ele. Rapidamente, seus trabalhos divergiram em propostas teóricas e metodológicas dessas correntes.⁷⁴⁵

De sua formação inicial, Gilroy manteve uma abordagem materialista da cultura, que considera as condições materiais e técnicas como pontos cruciais para a transmissão das formas culturais. Em relação ao culturalismo, Gilroy se distanciou de uma perspectiva meramente construtivista e de interesses que chamou de “provincianos”.⁷⁴⁶

⁷⁴³ Tradução livre de “Looking back at it, I would like to think that it has supplied something like an open-source piece of software, where the code is out in the open and if people want to amend that code, they’re absolutely free to do that”. CRICHLLOW, Camile. Holding Hands with Ghosts: A Conversation with Paul Gilroy. **Black Atlantic Museum**, 2022. Disponível em: <<http://afterallartschool.org/blackatlantic/essays/holding-hands-with-ghosts-a-conversation-with-paul-gilroy/>>. Acesso em: 5 out. 2022.

⁷⁴⁴ Como analisei em outra oportunidade, esse problema de escalas derivou em dois trabalhos similares, mas que comunicava em dimensões e públicos diferentes, publicados ao mesmo tempo: o primeiro foi *Small Acts*, conjunto de ensaios destinados à audiência britânica; o segundo, *The Black Atlantic*, que trabalha uma escala atlântica e dialoga com o público estadunidense, em uma época de recepção dos Estudos Culturais nas universidades americanas. Ver GONZAGA, Gabriel. Paul Gilroy e a Black Britain: a figuração-performativa da narrativa e a escrita antirracista da história. v. 10, n. 18, p. 97–118, 2020b. Também conferir os trabalhos de Gilroy sobre o Reino Unido, GILROY, Paul. **Small acts: thoughts on the politics of Black cultures**. London; New York: Serpent’s Tail, 1993; GILROY, op. cit., 1987.

⁷⁴⁵ Gilroy respondeu com frequência sobre essas divergências em suas entrevistas. Ver BELL, Vikki; APPADURAI, Arjun; GILROY, Paul. Memória histórica, movimentos globais e violência. Uma conversa com Paul Gilroy e Arjun Appadurai. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 289–318, 2001; CRICHLLOW, 2022; KOSHY, op. cit., 2021; SMITH, Marquard; GILROY, Paul. On the state of cultural studies: an interview with Paul Gilroy. **Third Text**, London, v. 49, n. 13, p. 15–26, 1999.

⁷⁴⁶ BELL, op. cit, 2001.

Sobre o pós-colonialismo, se contrapôs à popularização do “essencialismo estratégico”, defendido pela vertente indiana dos Estudos Subalternos, a exemplo da filósofa Gayatri Spivak. Esse tom polêmico percorreu todos seus trabalhos, que, nos anos 2000, se inclinaram para a defesa do “universalismo estratégico” e do “humanismo planetário”, em resposta à ascensão do debate sobre o multiculturalismo.⁷⁴⁷

Gilroy formulou e consolidou análises diversas a respeito dos eventos de racialização no mundo moderno,⁷⁴⁸ mas suas posições, seguindo minha discussão da ontogênese do escravo-máquina, não dão conta de um enfrentamento das questões climáticas e da monocultura tecnológica.⁷⁴⁹ Sigo aqui um exemplo que marcou a trajetória de Gilroy e que, talvez, demonstre a importância de trabalhar o nexo entre a racialidade e a tecnicidade, nos termos que discuti.

Nos anos 2000, Gilroy protagonizou uma polêmica de grande proporção no mundo acadêmico euro-americano anglófono devido a uma proposta considerada ousada, imprópria ou descalibrada, a depender da ferocidade dos seus críticos: banir a raça da gramática política à medida que se identificava uma crise do pensamento racializado (raciologia). Gilroy construiu esse posicionamento em algumas oportunidades no fim dos anos 1990, mas o retificou e o popularizou com a publicação *Between Camps*.⁷⁵⁰ Esse trabalho foi resultado de um tempo em que esteve a cargo dos *African-American Studies* na *Yale University*⁷⁵¹, quando desenvolveu conceitos fundamentais como “infrahumanidade”, “humanismo planetário”, “universalismo estratégico”, “nanopolítica”, entre outros.

Não me interessa trabalhar a variedade crítica que seu trabalho proporcionou, mas especular sobre uma conclusão diferente a esse respeito, caso o autor reconhecesse o nexo crucial entre a tecnicidade e a racialidade. Para isso, é preciso reconhecer que Gilroy, seguindo um materialismo cultural, compreendeu o circuito de informação transformado pela “revolução tecnológica e comunicativa” no final dos anos 1990, ou

⁷⁴⁷ Sobre a posição de Gilroy no debate multiculturalista, ver GILROY, Paul. **After empire: melancholia or convivial culture?** Repr. Abingdon: Routledge, 2009.

⁷⁴⁸ Essa consolidação passou pela criação do *Sarah Parker Remond Centre*, na University College London (UCL). Ver <https://www.ucl.ac.uk/racism-racialisation/>.

⁷⁴⁹ Lamento escrever antes de Paul Gilroy publicar seu trabalho sobre um novo regime climático, prometido por ele em entrevista recente. Ver CRICLOW, op. cit., 2022.

⁷⁵⁰ A Harvard University Press decidiu alterar o título do livro, publicado no Reino Unido como *Between Camps* (Entre Campos, como na tradução brasileira), para *Against Race*, mesmo sob protestos do autor, tornando-se provavelmente uma das causas das leituras polêmicas.

⁷⁵¹ O tempo de Gilroy em Yale, a convite de Hazel Carby, contrastou e acirrou as diferenças entre a política negra europeia e a estadunidense. Ver SHEA, Christopher. A Blacker Shade of Yale: african-american studies takes a new direction. **Lingua Franca**, New York, v. 11, n. 2, p. 42–49, 2001.

seja, a emergência daquilo que se tornaria a rede mundial de computadores (*internet*). Essa revolução, disse Gilroy, enfraqueceu o racial “[...] pela ideia de que o corpo é nada mais do que um momento acidental na transmissão de código e informação, por sua abertura para novas tecnologias de imagem, e pela perda da mortalidade como um horizonte diante do qual a vida deve ser vivida”.⁷⁵² Parte disso ocorreu no campo da percepção, quando a biologia molecular avançou ao nível do genoma, com auxílio da computação. Segundo o autor, isso fez da consciência racializada um dado anacrônico: “[...] grande parte do discurso contemporâneo que anima as ‘raças’ e produz a consciência racializada é um fenômeno anacrônico e mesmo reduzido a vestígios. São as telas em vez das lentes que agora mediam a busca de verdades corpóreas”.⁷⁵³ Com esse auxílio, os discursos raciais, segundo Gilroy, entraram em uma crise sem precedentes, mesmo que tenham buscado, em um movimento contínuo para baixo e para o interior da epiderme, superar o corpo enquanto *quantum*⁷⁵⁴ da raça, tentando atravessar os ossos e sangue e buscar no sequenciamento genético uma estabilidade para a verdade racial.

A escala genômica, para o autor, resultaria na irrelevância da raça, e, mesmo que houvesse o risco de uma reificação, o corpo agora não era mais que “código e informação”:

A genômica pode transmitir o sinal para reificar a ‘raça’ enquanto código e informação, mas há um sentido em que ela também aponta de forma não intencional para a superação da ‘raça’. Esta superação não pode ser um ato único e audacioso de criatividade, uma negação triunfante e para todo o sempre. Em escalas menores do que as microscópicas que submetem atualmente o corpo ao escrutínio, a ‘raça’ torna-se menos significativa, atraente ou saliente em termos das tarefas básicas voltadas para nossa cura e nossa proteção.⁷⁵⁵

A aspiração de Gilroy, nesse trecho, é que o impulso para fora de uma realidade racializada tenha sido criado pelas contradições internas à modernidade tecnológica. A principal alteração se deve à perda do referente da epiderme, central na abordagem da sociogênese de Frantz Fanon. A imagem do corpo tornou-se totalmente protética quando reduzida à informação no processamento computacional.⁷⁵⁶ Disso resultou a alteração no regime racial do visível, no qual o olho perdeu sua autoridade. Assim, dois pontos são

⁷⁵² GILROY, op. cit., 2007, p. 58.

⁷⁵³ Ibid., p. 59.

⁷⁵⁴ Menor partícula discreta de um ente físico.

⁷⁵⁵ GILROY, op. cit., 2007, p. 59.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 66.

cruciais a partir da revolução tecnológica: a superação da escala corporal e a alteração da percepção visual:

Num espaço para além da anatomia comparativa e de todas as preocupações dermopolíticas, o corpo e seus componentes funcionais óbvios não mais delimitam a escala sobre as quais as avaliações relativas à unidade e variação da espécie devem ser feitas. O olho nu foi há muito tempo reconhecido como sendo insuficiente para as tarefas de avaliação e descrição demandadas pela condição constrangedora da vida cotidiana e pelas respostas eugênicas populares aos seus problemas diversos. São mais do que mudanças tecnológicas que fazem o que era até agora invisível não apenas visível, mas também decisivo.⁷⁵⁷

No trecho citado, quando o autor diz que a alteração entre o visível e o invisível foi “mais do que mudanças tecnológicas”, parece haver um anúncio dos rumos do seu trabalho. Nos capítulos seguintes, Gilroy investigou as políticas culturais de imagem e suas aderências à evolução na tecnologia de comunicação no século XX e, com isso, adensou seu argumento sobre a crise da raciologia. Além disso, Gilroy explorou o pensamento de intelectuais que, após vivenciarem a experiência de desumanização nas colônias ou nos campos de extermínio, propuseram uma remodelação do pensamento humanista com base em termos menos triunfalistas.

Como é possível deduzir da experiência contemporânea, a exemplo das insurreições do *Black Lives Matter*, e mesmo com as mudanças no posicionamento de Gilroy, a raça não perdeu sua relevância com as transformações do genoma. É justo dizer que Gilroy jamais afirmou que a passagem para o humanismo pós-racial seria um salto. Segundo o autor, era necessário ações menores e insistentes que não retirassem sua autoridade de ideias de raça ou essencialismos étnicos. Além disso, o momento ímpar da crise da raciologia também deveria ter sido aproveitado. Gilroy manteve a posição de que ali se abriu e fechou uma janela de oportunidades,⁷⁵⁸ mas talvez, com uma atenção mais detida à informação tecnológica que emergia das mudanças que analisou, mesmo que isso talvez fugisse ao seu treinamento acadêmico, pudesse chegar a outras orientações práticas.

Gilroy não atentou ao fato de que o sequenciamento e a identificação do genoma, aliados ao processamento computacional, levaram à questão da visão computacional racializada, como discuti antes em interlocução com Ramon Amaro. A partir das operações de fundo, a máquina interpela, fragmenta e reorganiza a metáfora visual em torno da hierarquia racial. Isso envolve um regime fechado de informação,

⁷⁵⁷ Ibid., p. 72.

⁷⁵⁸ KOSHY, op. cit., 2021.

uma individuação da máquina que mantém um alto grau de entropia, desgaste estrutural e consumo de recursos, nos termos definidos por Simondon. Desse modo, a reificação temida por Gilroy, quando a racialização do indivíduo se tornou codificada (a racialização digital, como discorrido por Faustino e Lippold),⁷⁵⁹ envolveu o nexo entre o devir da técnica e do negro, que chamei de ontogênese do escravo-máquina.

Meu argumento chega mais de 20 anos depois que Paul Gilroy propôs apontar para uma realidade diferente daquela conformada pelos Estados-Nação e o Capital, de tal modo que seria imprudente falar em “correção”. Minha proposta é que o diálogo entre Gilroy e Yuk Hui, entre o Atlântico negro e a tecnodiversidade, possa comungar histórias mais complexas e menos provincianas, e, principalmente, de tom utópico, sobre as vidas racializadas e as tecnologias modernas. Essas histórias devem assumir uma criatividade imaginativa e especulativa em torno da invenção técnica. Em relação ao Atlântico negro, o emprego da cosmotécnica de Hui sofre um ajuste a respeito da sua leitura sobre a raça, elevando a escala de análise no que diz respeito à ideia de localidade e historicidade. Afinal, como é possível falar em localidade a partir de um não-ser⁷⁶⁰ que emerge com a modernidade a partir da passagem pelo Atlântico — portanto, do mar e não do solo? Nesse caso, a historicidade do Atlântico negro não territorializa o tempo, não submete o espaço a uma cronologia dada e concretizada na tradição atávica da nação. É, na verdade, “[...] uma erupção utópica do espaço na ordem temporal linear da política negra moderna, que reforça a obrigação de que espaço e tempo devem ser considerados em relação, na sua interarticulação com o ser racializado”.⁷⁶¹

Não acredito que Hui possua qualquer objeção a uma noção de historicidade que foge do horizonte de temporalização do *Dasein* e apela para uma espacialidade disruptiva, que dispersa histórias menores a respeito da composição do Ocidente. Por outro lado, a tecnodiversidade aponta para o papel fundamental dos objetos técnicos nessa dinâmica. Nesse sentido, recorrendo à ontogênese do escravo-máquina, imagino que seja possível pensar em uma espécie de antagonismo geral entre o horizonte temporal da tecnologia moderna e a espacialidade de outras histórias oriundas da diáspora africana (ver figura 46). Enquanto o primeiro aponta para a alienação da tecnicidade-racialidade, o segundo emprega uma tração contrária em diferentes

⁷⁵⁹ FAUSTINO; LIPPOLD, op.cit., 2022.

⁷⁶⁰ Nesse sentido, Gilroy se inspira no trabalho de Ian Chambers sobre o Mediterrâneo, e diz que enxerga o Atlântico e demais oceanos como “continentes negativos”. CRICLOW, op. cit., 2022.

⁷⁶¹ GILROY, op. cit., 2012, p. 369.

direções. Esse antagonismo, na escala proposta, não é subsumido por nenhuma outra unidade dual, acarretando uma dimensão que a visão computacional não consegue processar — basicamente, repito o argumento de Ramon Amaro.

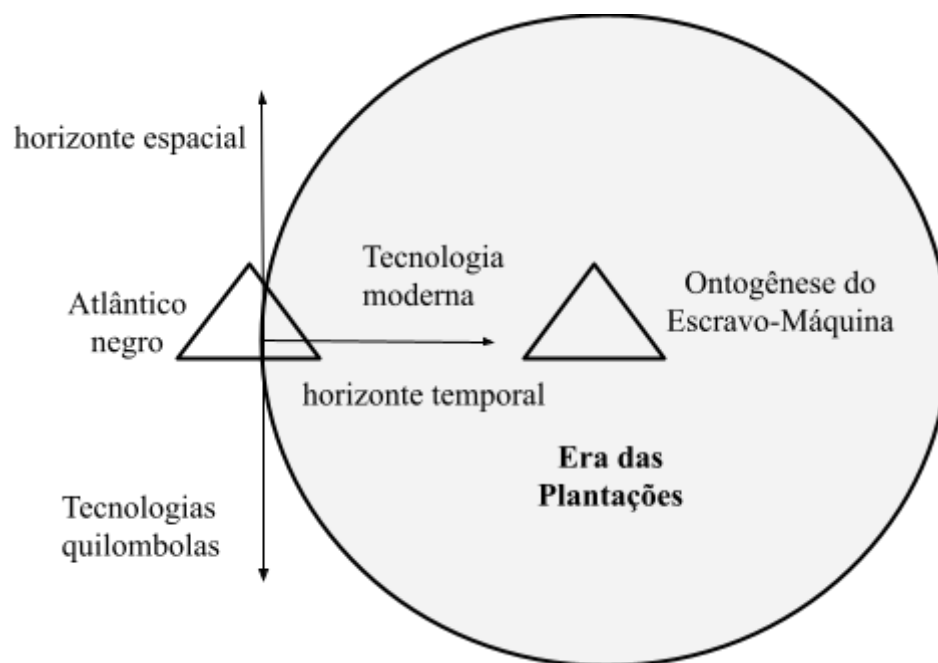


Figura 46 — O Atlântico negro e a Era das Plantações.⁷⁶²

Ao invés de solucionar ou subsumir esse antagonismo, as tecnologias oriundas do Atlântico negro sustentam esses polos e acirram esse campo de forças, orientando a fragmentação dos modos ontoepistemológicos do ser-negro, cada vez mais afastados de um ser-racial. O caso das tecnologias quilombolas com as quais trabalhei nesta tese sustenta essa proposição. A leitora recorda que é justamente em relação ao engolfamento do conceito de historicidade da política de patrimônio do Estado que os Clubes Sociais Negros constituíram uma realidade histórica em rede, a partir das possibilidades abertas pelas tecnologias digitais (anteriores à plataforma da internet). Esse caráter de fragmentação passa decisivamente pela pluralização dos modos de existência da tecnologia. Por conta disso, é importante manter as tecnologias quilombolas nos plurais, de modo que cada uma dessas realidades do Atlântico negro corresponda a uma sustentação inorgânica organizada.

⁷⁶² Do autor.

Como acredito, esse argumento comunga tanto as aspirações de Gilroy no Atlântico negro, quanto as de Hui, com a tecnodiversidade, fornecendo a ambos desvios importantes quando se trata de pensar a realidade técnica e racial na Era das Plantações.

Ambos os autores defendem, hoje, um pensamento planetário. Hui, recentemente, em *Machine and Sovereignty*, dedicou uma monografia ao tema, dessa vez voltada a pensar a tecnodiversidade na chave da geopolítica. Para isso, ele desenvolveu uma noção de planetário que, em termos ontoepistemológicos, significa a sincronização do tempo (História) e a supressão do espaço: “vemos que a conquista da forma elementar do espaço chega finalmente a uma mudança qualitativa: a supressão do espaço e sua conversão em tempo”.⁷⁶³ A planetarização foi um projeto da modernidade, que decorreu na categoria do planeta enquanto objeto comum compartilhado por todos os seres, para além de qualquer barreira. Para esse objeto emergir, disse Hui, é preciso cultivar e proteger a heterogeneidade e a pluralidade. Segundo o filósofo chinês, isso só é possível a partir de três agendas cosmopolíticas: da tecnodiversidade (a diversidade do pensamento técnico); da biodiversidade (ou do multinaturalismo); e da noodiversidade (das diferentes noosferas, da pluralidade epistemológica). Com isso, Hui propõe uma geopolítica baseada na “diplomacia epistemológica.”

Essa comunicação entre as obras de Gilroy e Hui é somente um rascunho, uma vez que há muito potencial criativo que pode emergir daí. Seus trabalhos oferecem interpelações mútuas que reforçam o nexos da alienação da tecnicidade e da racialidade, orientando o desdobramento das tecnologias quilombolas em escalas mais abrangentes. Como consequência disso, penso que o caminho sobre a invenção técnica no Atlântico negro aparenta ter sido (re)aberto.

4. Conclusão: a inauguração do Memorial da ASP

Apesar da elaboração teórica que me propus neste capítulo, especialmente com a correção da sociogênese de Fanon mediante a ontogênese de Simondon, o Atlântico negro, como espaço cosmotécnico, não se limita à crítica. Principalmente porque boa parte do que foi trabalhado até aqui buscou inspiração nos projetos filosóficos de Yuk Hui e Paul Gilroy, ambos com semelhante crença de que a separação entre a teoria e a prática — dimensões que, o tempo inteiro, demandam transposições — faz parte de uma ontoepistemologia moderna que não nos oferece orientação na Era das Plantações. Em

⁷⁶³ Tradução livre de “we see that the conquest of the elementary form of space finally arrives at a qualitative change: the suppression of space and its conversion to time”. HUI, op. cit., 2024, p. 6.

uma entrevista recente, Gilroy reforçou seu posicionamento quanto a um humanismo utópico e pós-racial, apelando para uma teoria que vá além da crítica: “precisamos oferecer às pessoas uma maneira diferente de enxergar as coisas, que não seja apenas uma crítica. A crítica é válida até certo ponto, mas as pessoas precisam de ajuda. Elas precisam de uma mão, e temos que ser imaginativos o suficiente para conseguir responder a essa necessidade”.⁷⁶⁴ Para isso, é crucial aderir a um gesto poético, parte de um tom figurativo e especulativo, e ir além da empiria conformista do realismo historicista.

Desse modo, o objetivo dos últimos meses da minha estadia no campo etnográfico, em 2024, era impulsionar a concretização do conceito de tecnologias quilombolas, como eu e Karla imaginamos e escrevemos. Refletindo sobre a solidariedade durante a pandemia do coronavírus, em 2020, Yuk Hui separou formas solidárias concretas e abstratas, se baseando na diferenciação dada por Gilbert Simondon aos objetos técnicos: os objetos abstratos são móveis e desmontáveis, enquanto os objetos concretos são aqueles ligados aos mundos humano e natural e medeiam as relações entre eles.⁷⁶⁵ Quão mais concreto o objeto, mais ele assume seu papel em um meio associado específico, uma localidade, e adere a uma historicidade, que lhe serve de orientação no espaço-tempo. Também são nesses termos que imagino o trabalho de uma teoria situada, em que a historicidade sobre a qual se investiga é imaginada e paulatinamente concretizada no campo. Igualmente, são nesses termos que as tecnologias quilombolas oferecem modos de aterrar e se orientar na Era das Plantações.

Mas, como disse antes, nada disso era evidente, para mim, durante a experiência catastrófica das enchentes de maio de 2024. Após conviver com o trabalho de solidariedade do Satélite Prontidão, acreditava que uma mudança estrutural estava prestes a ser iniciada nos CSNs, agora que um novo regime climático esmagou suas paredes com grandes torrentes de água e pedidos de ajuda. Em conversa sobre o assunto, meses depois, Richard me disse que foi essa dificuldade que fez com que a ASP estreitasse laços com o território da zona norte de Porto Alegre. “[...] E isso trouxe, então, efetivamente, o conhecimento da comunidade da zona norte da existência do Satélite Prontidão naquele território. Antes se pretendia ter essa visibilidade a partir da

⁷⁶⁴ Tradução livre de “We have to offer people a different way of looking at things that isn’t just a critique. The critique is fine as far as it goes, but people need help. They need a hand and we have to be imaginative enough to be able to speak to that need”. CRICLOW, op. cit., 2022.

⁷⁶⁵ HUI, op. cit., 2020, p. 209.

realização de festas, mas foi na dificuldade que o Satélite Prontidão se tornou conhecido, repetindo o apoio à comunidade que o Satélite Prontidão executava lá no seu início, lá na sua criação, com a Associação Satélite Porto-alegrense, com o Bloco Carnavalesco Prontidão, apoio direto às famílias negras necessitadas.”⁷⁶⁶

A história do Satélite Prontidão é paradigmática no que diz respeito à concretização das tecnologias quilombolas. Tendo migrado do centro para a zona sul, e dessa para o Rubem Berta, a ASP, hoje, sincronizada com a rede de clubes negros e os movimentos da ancestralidade, persegue sua concretização em outro território apelando para a memória negra: sua piscina é a memória, como afirmou Richard.

Foi com esse mesmo objetivo que a equipe do Memorial da ASP retornou em julho de 2024, dois meses após as enchentes chegarem na capital gaúcha. O centro de distribuição recém havia sido desfeito, e pudemos regressar para nossas salas, que haviam sido cuidadosamente protegidas pelas prontistas que trabalharam nas campanhas solidárias. Escrevi no caderno de campo que Karla sempre bateu nessa tecla: era preciso que um processo de valorização da memória começasse a partir da comunidade prontista. Diante do otimismo com os trabalhos do Memorial que encontrei nos meses seguintes, me perguntei diversas vezes se esse processo não havia (re)começado. No passado, quando fora capitaneada pelo africanista Nilo Alberto Feijó, a concretização da memória prontista ocorreu nos termos da ancestralidade composta na emergência da rede clubista. Agora, a catástrofe no Rio Grande do Sul nos impôs outro processo, do qual será possível imaginar ancestralidades em potencial, a partir de histórias que conversam diretamente com a questão climática.

Porém, essa problemática chegou tarde, e essa descrição que ofereço requer mais esforços: o começo reencontra o começo. A memória prontista passou a ser ainda mais valorizada após o enfrentamento das enchentes. Um grupo de senhoras prontistas, as “vanguardieras prontistas”, entusiastas do nosso trabalho, nos sugeriu que a data de aniversário do clube (referente à fusão entre as duas entidades que originaram a ASP) tivesse a memória negra como temática, com a inauguração prévia do espaço físico do Memorial da ASP. No dia 29 de setembro de 2024, realizamos a primeira abertura da exposição, recebendo exclusivamente a comunidade prontista e simpatizantes do clube. O evento se chamou “Reencontro com a memória”, em homenagem ao projeto, repetindo o movimento da ancestralidade de Sankofa. Nessa ocasião, além da exibição

⁷⁶⁶ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves, atual presidente da Associação Satélite Prontidão, em 06 de novembro de 2024.

do acervo, fotos antigas ornaram o salão principal e tentaram conversar com as lembranças das presentes, buscando ativar a solidariedade vivida no passado.

A repercussão foi positiva para nosso projeto, e, com isso, nos preparamos para uma solenidade formal, realizada no dia 10 de dezembro de 2024. Além de reunir e comemorar com a comunidade negra e clubista, queríamos também homenagear nossa mentora com a inauguração oficial do espaço expositivo Karla dos Santos Guterres Alves. Uma placa com seu nome foi instalada na sala. Na mesa principal, eu, Jane e Ana falamos sobre a trajetória do projeto até aquele momento. Também conversamos sobre os desafios das enchentes e os planos do Memorial da ASP. Com isso, o sonho de Karla foi concretizado, sua trajetória, em vida e em memória, se prolongava e profetizava o que havia por vir. Eu, talvez, tenha finalmente aprendido algo essencial sobre o trabalho realizado por Karla no Memorial da ASP: é que a memória prontista é a extensão das práticas concretas de cuidado e solidariedade.



Figura 47 — Flyer de inauguração do Memorial da ASP.⁷⁶⁷

⁷⁶⁷ Acervo da ASP.



Figura 48 — Inauguração do Memorial da ASP, 2024.⁷⁶⁸



Figura 49 — Homenagem à Prof.^a Dr.^a Karla dos Santos Guterres Alves, 2024.⁷⁶⁹

⁷⁶⁸ Fotografia Feijão. Acervo da ASP.

⁷⁶⁹ Fotografia Feijão. Acervo da ASP.



Figura 50 — Richard, Ana e Cássio na Inauguração do Memorial da ASP, 2024.⁷⁷⁰



Figura 51 — Eu e Jane na Inauguração do Memorial da ASP, 2024.⁷⁷¹

⁷⁷⁰ Fotógrafo Feijão. Acervo da ASP. Fotografia: Feijão.

⁷⁷¹ Fotógrafo Feijão. Acervo da ASP.



Figura 52 — Inauguração do Memorial da ASP, 2024.⁷⁷²



Figura 53 — Inauguração do Memorial da ASP, 2024.⁷⁷³

⁷⁷² Fotógrafo Feijão. Acervo da ASP.

⁷⁷³ Fotógrafo Feijão. Acervo da ASP.



Figura 54 — Ação do Memorial da ASP no Chá do Reencontro, 2024.⁷⁷⁴

⁷⁷⁴ Acervo da ASP.



Figura 55 — Camile Conceição, atual rainha da ASP, no Memorial da ASP, 2024.⁷⁷⁵

⁷⁷⁵ Fotografia Feijão. Acervo da ASP.



Figura 56 — Rainha de 1980, Miriam Machado Pinto, no Memorial da ASP, 2024.⁷⁷⁶

⁷⁷⁶ Acervo da ASP.

PALAVRAS FINAIS SOBRE O COMEÇO

Qualquer interpretação do que acontece, do que aconteceu e do que pode acontecer é fundamentalmente poética — nominalmente, política (ética), prática, poética.

Denise Ferreira da Silva⁷⁷⁷

Tudo que nós tem é nós

Emicida⁷⁷⁸

Em 2022, durante uma entrevista, a professora e mentora do Memorial da ASP, Karla dos Santos Guterres Alves, confessou que temia pelo futuro do trabalho com a memória prontista, principalmente quando não pudesse mais liderar essas ações. “Porque cada ano o grupo muda, então também muda uma forma de olhar e conceber esse lugar. Confesso que também me preocupa muito que, como é eu que assumo a liderança desse processo, o dia que eu não puder fazer mais, tenho medo que acabe. Confesso que estou um pouco cansada, então fico com medo que o dia que eu parar, pare tudo, que não haja uma sequência nesse processo. Também talvez essa seja a minha angústia de ter um espaço físico, porque dentro tem algo constituído, talvez as pessoas procurem dar, valorizar, quando você enxerga esse espaço, para que isso não morra”.⁷⁷⁹ No dia 10 de dezembro de 2024, a Associação Satélite Prontidão (ASP) inaugurou seu espaço expositivo, homenageando Karla. As aspirações da professora, finalmente, tomaram uma forma concreta, e ela passou a integrar a memória sobre a qual trabalhou. Um ciclo se cumpriu: Karla passou para o plano das ancestrais, e a mensagem, agora, pode ser transmitida.

Em 2024, as águas do rio Guaíba varreram as ruas da capital gaúcha. Em meio a isso, algo mais perturbou minha vida: Elisa, minha companheira, engravidou. Ter filhos não estava fora dos nossos planos e conversas. Porém, os exames de Elisa indicavam que era muito difícil que uma gravidez viesse a nos transformar — como de fato transformou. Nos meses seguintes, fiquei minhas anotações de campo e todos os textos

⁷⁷⁷ Tradução livre de “[...] any reading of what happens, what has happened, and what may come to happen is fundamentally poethical — namely, political (ethical), practical, poetical”. SILVA, op. cit., 2022b, p. 294.

⁷⁷⁸ EMICIDA. **Principia**. Participações especiais: Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Álbum: AmarElo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 faixa sonora (5 min 55 s). Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1wTuMYmA3AJC7zKg6cuu19>. Acesso em: 2 jun. 2025.

⁷⁷⁹ Entrevista realizada com Karla dos Santos Guterres Alves, op. cit., 2022.

que estavam espalhados e desorganizados na minha escrivaninha. Entre meu trabalho na escola, no Memorial da ASP, exames de pré-natal e a reforma do apartamento, encontrei espaços e tempos de segurança e cuidado para escrever. Em janeiro de 2025, meu filho, Tomás, nasceu. Com ele, um amor imenso, um amor indescritível (algo que eu deixo a cargo da interpretação da leitora). E também um abalo sísmico no tempo: o futuro se tornou o corpo do meu bebê.

Novamente, o texto da tese mudou, tornou-se irreconhecível para mim. Algo como um sinal: de Karla, da ancestralidade, do passado. Era inevitável que isso ocorresse. Do tempo do agora para atrás, tudo havia de começar. Mais uma vez. Escrevi entre despedidas e começos.

Em 2025, eu e minhas companheiras, Sônia, Jane e Ana, redigimos um projeto para o Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), envolvendo o Memorial da ASP com a economia criativa da comunidade negra. Fomos contemplados. No entanto, enfrentamos problemas burocráticos para cumprir os documentos requeridos pelo edital. Havia atas de anos anteriores que não foram devidamente registradas em cartório. Sem tempo hábil para corrigir o problema, perdemos a verba. Isso foi um golpe duro para nossa equipe, provocando um desânimo geral e frustração. Contudo, mais sério do que isso é que ficamos sem orientação. Afinal, havíamos concretizado o sonho de Karla: o Memorial possuía seu espaço físico. Porém, para onde iremos? Existem pistas (vestígios e rastros), mas não há nenhuma resposta.

O processo sobre o qual Karla discorreu não acabou, e não sei se algum dia acabará. Ainda é preciso muito trabalho para que a ASP possa ser chamada de um lugar de memória negra, como disse Karla. E esse trabalho carrega elementos que não foram adiantados pelas profecias da nossa mentora. O que será a memória negra do Satélite Prontidão?

Em abril de 2025, uma nova companheira se juntou aos nossos esforços, somando-se corporal e intelectualmente. Agatha Rolim é estudante de História, jovem, negra de pele clara e estatura baixa. É oriunda de uma família ligada às religiões de matriz africana. Durante uma conversa informal, em um dia de trabalho na ASP, Agatha contou que sua avó frequentava um terreiro na Areal da Baronesa, próximo ao Boteko do Caninha,⁷⁸⁰ antes do avanço dos processos de urbanização e gentrificação. A região do terreiro era próxima ao antigo bairro da Ilhota, um dos territórios negros da cidade, ao qual a ASP também já foi vinculada. A avó de Agatha conheceu a ASP na época em

⁷⁸⁰ Sobre o Boteko do Caninha, ver página 95.

que era localizada na Aparício Borges, na zona sul. Agatha chegou ao projeto graças à sua amizade com Ana Aguilhera, com interesse de realizar seu estágio curricular no Memorial. Graças a esses laços, tanto na comunidade negra quanto na universidade, Agatha se tornou nossa companheira.

As parcerias com as universidades são formas de recrutamento que estabelecemos para o Memorial da ASP. A partir dessas relações, a ASP transmite sua mensagem para jovens em formação acadêmica, especialmente negras, abrindo-se para novas possibilidades existenciais. As jovens são convidadas a permanecer e a inventar com as tecnologias quilombolas que, além do próprio clube, cercam o Satélite Prontidão. Também são incentivadas a captar recursos para garantir a perenidade da memória prontista. Desse modo, novas trocas podem ser observadas. Outro tipo de potencialização de pessoas negras, como Karla dizia.

No entanto, a recepção de novas pessoas sem uma vida pregressa nos encontros promovidos pelo Satélite Prontidão implica riscos e uma responsabilidade ontoepistemológica. Afinal, como escrevi no capítulo 1, de toda forma, os clubes negros estão posicionados diante da obliteração: seja pela transformação em ruínas, seja em museus (como o exemplo do Museu Treze de Maio em Santa Maria-RS), os Clubes Sociais Negros são arrastados pelo tempo histórico (do mesmo modo que alguns deles foram arrastados pelas águas da enchente de maio). Discuti, ao longo desta tese, especialmente no capítulo 3, que essa situação é complexa, implica agências decisivas dos clubes e a expansão de suas ações em rede, possibilitada por meios técnicos digitais. Muitas vezes, uma aparente sujeição a categorias epistemológicas das ciências humanas (como nos lugares de memória ou da condição de patrimônio imaterial) representa uma tentativa subterrânea de torção, um reposicionamento estratégico a fim de preservar esses espaços negros.

É possível especular que tem sido assim ao longo das trajetórias centenárias dessas instituições, que, maravilhosamente, se disseminaram pelo mapa latino-americano, marcadamente no território riograndense. No Memorial da ASP, eu e minhas companheiras nos perguntamos qual conceito de memória e de patrimônio pode dialogar com essa contra-historicidade e conservar suas operações mais valiosas. Mantenho em mente as palavras da filósofa Denise Ferreira da Silva: toda interpretação sobre o tempo, do agora, do passado ou do futuro, é um ato poético, político e ético.⁷⁸¹

⁷⁸¹ SILVA, op. cit., 2022.

No capítulo 2, apresentei os contornos de um conceito que eu e Karla, em nossos diálogos, estávamos pensando, que visava responder a essa situação. Por conta de algo imprevisível, essas conversas foram interrompidas e só retornaram ao fim desta tese, quando finalmente consegui conversar com Karla a partir da sua memória, permitindo que sua voz finalmente compusesse, decisivamente, meu texto. Desse modo, no campo etnográfico, a ancestralidade também me (re)educou.

Com o conceito de tecnologias quilombolas, eu e Karla pensávamos os clubes negros diante dos objetos técnicos, principalmente das tecnologias digitais. A junção do entusiasmo e da precaução de Karla em relação a essas possibilidades resultou no questionamento: afinal, quais são as operações de um clube negro que devem ser conservadas? A partir das interlocuções com Maria Beatriz Nascimento, com a comunidade prontista e com os objetos do acervo da ASP, que apresentam as cenas descritas no capítulo 1, foi possível especular sobre os procedimentos básicos das tecnologias quilombolas: a fuga, o encontro, o cuidado e a recuperação da imagem negra. Em uma dimensão axiológica, essas seriam as operações que sustentam a vida, o pensamento e a articulação de ambas, dos Clubes Sociais Negros (CSNs).

Mais importante é que o conceito de tecnologias quilombolas apresenta um tipo de trabalho sobre a memória e a história desses espaços que defende a mediação,⁷⁸² jogando para o segundo plano outras figuras do pensamento, como a categorização e a explicação. Com a mediação, busca-se a preservação da opacidade quando o que está em questão é a produção de conhecimento a partir do encontro. Para isso, as tecnologias quilombolas defendem a conservação da tecnicidade preta dos espaços negros na composição dos conceitos de patrimônio, memória e história. Em última instância, essa tecnicidade preta é, em si, a historicidade quilombola sobre a qual discorri.

A conservação da tecnicidade preta na mediação dos trabalhos do Memorial da ASP é um compromisso derivado deste trabalho de tese. Isso significa uma posição: de que não se pode ignorar que, em muitos casos, a preservação da memória negra é a guarda de objetos enquanto se arremessa corpos às águas. Sendo menos dramático: extraem-se informações, retêm-se papéis e artefatos, e se fecha instituições centenárias. É preciso reconhecer que essas coisas chamadas de objetos tridimensionais ou bidimensionais, nas categorias dos museus, são os alicerces artificiais que sustentam os mundos de outras pessoas.

⁷⁸² Para tratar da mediação entre historicidades opostas, me inspiro no trabalho sobre a organização política do filósofo Rodrigo Nunes. NUNES, op. cit., 2024.

Entendi uma coisa, como disse Nastassja Martin: “o mundo desmorona simultaneamente em todos os lugares, apesar das aparências.”⁷⁸³

A partir da chave de leitura das tecnologias quilombolas, foi possível interpretar e reconhecer que, em seus conjuntos e redes, os CSNs trabalham nesse sentido, desde a formação dos encontros clubistas, da composição do conceito e dos diálogos com as autarquias do Estado, a SEPPIR, a Fundação Palmares, o IPHAN e o IPHAE. De um lado, a política de patrimônio do Estado deseja transformar os clubes em ícones da representatividade multicultural, assim como faz o Mercado, de modo que pode aceitar proteger uma ou outra entidade a partir das suas singularizações estratégicas, enquanto a totalidade é negada. Como narrei no capítulo 3, a história do movimento clubista, desde os anos 2000, apresentou o caminho inverso, utilizando-se das possibilidades do digital para emergir uma existência em rede, uma totalidade que produziu outros modos de compreensão. Assim, o significante da ancestralidade foi disseminado em rede, consolidando existências singulares, mas integradas, presentes no próprio conceito de CSNs.

Lida dessa maneira, a ancestralidade se assemelha a uma informação, que preserva a tensão com o conceito de historicidade da política de patrimônio do Estado, enquanto provoca mutações em uma escala expandida. Trata-se de uma situação de oposição real, como explicou Rodrigo Nunes, em que duas forças igualmente verdadeiras se contrapõem.⁷⁸⁴ Ao máximo, o que pude observar foi essa agência agindo no tempo e no espaço do Rio Grande do Sul e do Brasil. No entanto, é perceptível que essas articulações, ontem e hoje, ultrapassam as fronteiras nacionais, como demonstraram as pesquisas de Fernanda Oliveira, Giane Vargas e outras pesquisadoras do campo do Pós-abolição.

Em 2025, o coletivo de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul retomará a “reconexão” (re)iniciada em setembro de 2023, durante o X Encontro regional. Enquanto escrevo, as clubistas preparam encontros sub-regionais a fim de organizar os clubes negros para o evento previsto para acontecer em Porto Alegre. Em pauta, além da luta histórica pela preservação dos clubes e pela capacitação das gestoras clubistas, também estarão os efeitos da pandemia da Covid-19 e das enchentes de 2024. Esses episódios posicionam os clubes diante de novos desafios, inseridos em um novo regime climático. A justiça climática e o racismo ambiental devem aparecer nessas ocasiões.

⁷⁸³ MARTIN, Nastassja. **Escute as feras**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021, p.84.

⁷⁸⁴ NUNES, op. cit., 2024, p.99.

Embora tenha presenciado as articulações da ASP para resistir aos efeitos da necropolítica na comunidade negra, e também o interessante crescimento do movimento da Rede Afroambiental, que se articula nacionalmente na luta por justiça climática, não é certo que a ancestralidade, enquanto um regime de historicidade potencial, possa ressignificar e responder ao novo regime climático terrestre. Para que seja possível uma nova retomada clubista, será preciso olhar para trás e reconhecer a destreza das existências clubistas anteriores — os modos como conseguiram compreender a racialidade que se alastra pelas instituições, pelas políticas públicas, pelas ações do Capital e pelos objetos técnicos — e, por fim, reverter esse processo em favor da vida dessas agremiações.

Nos anos 2000, isso foi possível graças à extensão da infosfera clubista pela internet e às articulações da diplomacia de Oliveira Silveira e suas companheiras. Hoje, no entanto, os objetos digitais são mais complexos: agem em escalas muito menores e maiores, conseguem cooptar os desejos por reconhecimento e emancipação em favor de políticas neoliberais⁷⁸⁵ e se estendem pelo globo, criando a imagem do planeta que as telas nos apresentam. Em determinada altura do texto, demonstrei que essas mudanças também apresentam outro discurso da negritude, que aparece entre as pessoas mais jovens. Chamei esse fenômeno de negritude algorítmica, para denotar sua presença *online*.

Além disso, as mudanças climáticas podem apagar as memórias clubistas e sua emergência nas próximas décadas, caso o Estado permaneça com sua burocracia cínica em relação ao racismo escancarado pela distribuição dos recursos do patrimônio. Diante das catástrofes que se aproximam, as tecnologias quilombolas, incluindo os clubes negros, podem defender uma transformação radical pela bandeira do que Walter Lowande sugeriu como “patrimônios cosmológicos”.⁷⁸⁶ o foco é a conservação dos mundos. Mas isso não será possível sem a reprodução técnica, dos suportes artificiais que sustentam esses mundos. Pelas minhas observações, as tecnologias quilombolas interpelam também a tecnologia moderna e tentam reverter sua alienação racial congênita, do mesmo modo que fazem diante do Estado e das ciências.

⁷⁸⁵ Paul Gilroy escreveu também sobre a “negritude neoliberal”, uma projeção do Capital com apropriações de pessoas negras, no contexto do norte global. Ver GILROY, Paul. “... We Got to Get Over Before We Go Under ...” Fragments for a History of Black Vernacular Neoliberalism. **New Formations**, London, v. 80, n. 80, p. 23–38, 2013.

⁷⁸⁶ LOWANDE, op. cit., 2023, 2024.

Nós, pesquisadoras, precisaremos admitir que talvez aquilo que a filósofa Denise Ferreira da Silva chamou de “arsenais da analítica da racialidade”⁷⁸⁷ jamais tenha deixado nossas metodologias e nossos axiomas teóricos, muito embora os esforços para que isso ocorresse. Agora, diante dos riscos apresentados às heranças cosmológicas negras na Era das Plantações, e caso queiramos colaborar para uma cosmopolítica que inclua vários mundos, será preciso pensar em outros começos.

No capítulo 4, tentei responder a esse cenário da maneira como ele se impôs ao Memorial da ASP durante as enchentes de maio. A escala planetária colocada pela Era das Plantações, os mil nomes de Gaia, nos força a trabalhar, mesmo na dimensão conceitual, movimentos infra e supra-posicionais: em direção à Terra e à escala quântica. Afinal, de um lado, temos a imagem inédita do planeta em nossas mentes e, de outro, a urgência em preservar a variabilidade da matéria, das múltiplas naturezas e ontologias.

Acredito que o Atlântico negro, repensado nesta conjuntura, pode ser imaginado como um espaço cosmotécnico, por reverter a flecha do tempo, reproduzida impiedosamente pela tecnologia moderna. Dessa forma, várias naturezas podem ser visualizadas e/ou inventadas quando as máquinas e as pessoas racializadas reverterem a alienação da tecnicidade-racialidade que atravessa objetos, humanos e não humanos. A expansão dessa perspectiva em relação ao que significou o mundo racializado das plantações, talvez auxilie as tecnologias quilombolas a se orientarem no regime climático por vir.⁷⁸⁸ Observando os desafios dos clubes negros no Rio Grande do Sul, acredito que as agendas da cosmopolítica, da justiça climática e da tecnodiversidade podem fornecer às clubistas negras instrumentos para que novos momentos ontoepistemológicos, frente ao conceito de patrimônio e memória, possam ressurgir, assim como ocorreu há 20 anos.

Os Clubes Sociais Negros são alicerces de coisas simples, mas que, por conta dessa simplicidade, dessa mundanidade, melhor dizendo, são combatidas e negadas pelo neoliberalismo individualista e racista. Os clubes são as pessoas; o rosto de um e o reflexo do rosto do outro, como disse Maria Beatriz Nascimento. Os clubes são os encontros; são objetos que inventam encontros e alicerçam a ancestralidade, a alternativa (poética) clubista diante do mundo das plantações. Os clubes, por fim,

⁷⁸⁷ SILVA, op.cit., 2022.

⁷⁸⁸ Não apenas humanos, máquinas, mas a matéria e até mesmo os animais sofrem as consequências de um mundo organizado em torno dos valores preconizados pela raça. Ver FAUSTO, Juliana. **A Cosmopolítica dos Animais**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

sustentam a ética da convivialidade, ou, como canta o rapper Emicida, a máxima da solidariedade concreta negra: tudo que nós tem é nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e trabalhos acadêmicos

ALAM, Caiuá Cardoso; OLIVEIRA, Fernanda. A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o pós-abolição por meio dos Clubes Negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, n. 3, p. 503–517, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/historiaunisinhos.2021.253.06>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ALAM, Caiuá; ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara Teixeira (Orgs.). **Clube 24 de Agosto (1918–2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018, p. 201–207.

ALBERT, Bruce. Postscriptum: Quando eu é um outro (e vice-versa). In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomamí**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 512–556.

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ALMEIDA, M. DE. **Devir quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Elefante, 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVES, K. DOS S. G. A. Um Clube Social Negro em um Programa de Extensão: Associação Satélite Prontidão, Resistência e Ancestralidade. **Viver IFRS**, v. 1, n. 10, p. 133–138, 2022.

ALVES, Nereidy Rosa; VARGAS, Giane da Silva (Orgs.). **Floresta Aurora: 150 anos fazendo história**. Porto Alegre–RS: Libretos, 2022.

AMARO, R. **The Black technical object: on machine learning and the aspiration of Black being**. London: Sternberg Press, 2022.

AMARO, Ramon. Afrofuturism. In: BRAIDOTTI, Rosi; HLAVAJOVA, Maria (org.). **Posthuman Glossary**. London: Bloomsbury Academic, 2018. p. 17–19.

AMARO, Ramon. **Machine learning, sociogeny, and the substance of race**. 281f. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of London, London, 2019.

AMARO, Ramon; KHAN, Murad. Towards black individuation and a calculus of variations. **E-flux Journal**, New York, v. 109, p. 1-14, 2020.

ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013.

ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História: O(A) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13–24, 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisCIPLINAR o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 229–252, 2021.

AZOULAY, Ariella. Imagine Going on Strike: Museum Workers and Historians. **E-flux Journal**, New York, n. 104, p. 50–56, 2019.

AZOULAY, Ariella. **Potential History: unlearning imperialism**. London; Brooklyn, NY: Verso, 2019.

AZOULAY, Ariella. **Historia potencial: y otros ensayos**. México: Conaculta, 2014.

AZOULAY, Ariella. **História Potencial**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2024.

BALDRAIA, Fernando. Epistemologies for Conviviality, or Zumbification. **Mecila Working Papers Series**, São Paulo, n. 25, 2020. Disponível em: <https://mecila.net/wp-content/uploads/2021/01/WP_25_Fernando_Baldráia.pdf> Acesso em: 13 jul. 2024.

BALDRAIA, Fernando. **Time Between Spaces: the Black Atlantic and the Recent Brazilian Historiography of Slavery**. 330f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Livre de Berlim, Berlim, 2017.

BALDWIN, James. Nota autobiográfica. In: BALDWIN, James. **Notas de um filho nativo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

BALDWIN, James. The white man's guilt. In: BALDWIN, James. **Collected essays**. New York: Library of America, 1998.

BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcízio (Orgs.). **Griots e Tecnologias Digitais**. São Paulo, SP: LiteraRUA, 2023.

BARTHÉLÉMY, Jean-Hugues. Glossário Simondon. Tradução de Gabriel Pereira Gioppo, Matheus Pedrini e Cezar Maxwell do Prado. **Cadernos PET-Filosofia**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 21–62, 2023.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BEINER, Ronald. **Dangerous minds: Nietzsche, Heidegger, and the return of the far right**. Philadelphia: PENN, University of Pennsylvania Press, 2018.

BELL, Vikki; APPADURAI, Arjun; GILROY, Paul. Memória histórica, movimentos globais e violência: uma conversa com Paul Gilroy e Arjun Appadurai. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 289–318, 2001.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge, UK: Polity Press, 2019.

BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 13–26.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241–252.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992. [1936]

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BETTAMIO MENDES, Paola. A luta abolicionista também é justiça climática: uma análise hemerográfica sobre os espaços de privação de liberdade diante das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1–14, 2024.

BIANCHI, Guilherme. **Historicidades em deslocamento: tempo e política entre os Ashaninka da Amazônia peruana e os Misak dos Andes colombianos**. 2020. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

BITTENCOURT JUNIOR, I. C. Os percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: BITTENCOURT JUNIOR, I. C.; SOUZA, V. V.; VILASBOAS, I. S. (Eds.). **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Do autor, 2010.

BITTENCOURT JUNIOR, I. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.). **Leiras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2010.

BONTEMS, Vincent. Por que Simondon? A trajetória e a obra de Gilbert Simondon. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 31–46, 2017.

BRAGA, G. G. “Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 6–24, 2019.

BRAUN, Lundy. **Breathing race into the machine**: the surprising career of the spirometer from plantation to genetics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

BROCK, André L. Análise crítica tecnocultural do discurso. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020a. p. 67–90.

BROCK, André L. **Distributed blackness**: African American cybercultures. New York: New York University Press, 2020b.

BROWNE, Simone. **Dark Matters**: on the surveillance of blackness. Durham: Duke University Press, 2015.

BROWNE, Simone. Digital epidermalization: race, identity and biometrics. **Critical Sociology**, Washington, D.C, v. 36, n. 1, p. 131–150, 2010.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech**: A Politics of the Performative. New York: Routledge, 1997.

CADONÁ, Marco André; FREITAS, Valter De Almeida. Enchentes e precarização do trabalho: uma análise do mercado de trabalho em municípios gaúchos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 31, n. 3, p. 121, 2024.

CADONÁ, Marco André. Qual Reconstrução do Rio Grande do Sul? Enchentes de 2024 e o projeto político de reconstrução da burguesia industrial. **Redes**, Santa Cruz, v. 29, p. 1–24, 2024.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 290f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2014.

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Averso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Al Margen de Europa**: pensamiento pós-colonial y diferencia histórica. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O planeta: uma categoria emergente**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

CHINN, Sarah E. **Technology and the logic of American racism**: a cultural history of the body as evidence. London: Continuum, 2000.

CHUN, Wendy Hui Kyong. Race and/as technology, or how to do things to race. In: NAKAMURA, Lisa; CHOW-WHITE, Peter A. (org.). **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012. p. 38–60.

CLEVES, Felix Raul. La farmacia de Bernard Stiegler: pensar la memoria y abrir la historia para que la vida merezca ser vivida. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 77–101, 2022.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2010. p. 13–14.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: BEZADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

COMARROF, Jean; COMARROF, John. **Etnografia e imaginação histórica**. Proa — Revista de Antropologia e Arte, Trad. Iracema Dulley; Olivia Janequine. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 1–73, 2010.

COMBES, Muriel. Do transindividual, do inseparável. In: NOVAES, Thiago; VILALTA, Lucas Paolo; SMARIERI, Evandro (org.). **Máquina aberta**: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon. São Paulo: Dialética, 2022. p. 230–256.

COSTA, João. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119–134, 2018.

COSTA, Marco Aurélio; EFFGEN, Julia Frederica; FREITAS, Sávio Nunes De; et al. Eventos climáticos e vulnerabilidade social: uma investigação sobre a recente inundação na região metropolitana de Porto Alegre sob o olhar do índice de vulnerabilidade social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA)**, Brasília, n. 33, v. 33, p. 33–42, 2024.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlântico**: teoria-social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRUZ, Matheus. **Clubes Sociais Negros**: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande-RS, 1969–1992). 118f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CUNHA, Camila Rosângela da Silva. **A Associação Satélite Prontidão**: uma história social dos negros no pós-abolição. 20f. Monografia (Graduação em História) — Universidade La Salle, Canoas, 2018.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2. ed. Desterro; São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DETONI, Vicente da Silveira. **A pós-vida do Império do Brasil:** movimentos monarquistas e políticas do tempo no ocaso da Nova República (2013–2022). 2025. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

DIJCK, José Van. Memory Matters in the Digital Age. In: DIJCK, José Van. **Mediated memories in the digital age.** California: Stanford University Press, 2007. p. 27–52.

DIXON-ROMÁN, Ezekiel. Algo-ritmo: more-than-human performative acts and the racializing assemblages of algorithmic architectures. **Cultural Studies Critical Methodologies**, Thousand Oaks, v. 16, n. 5, p. 482–490, 2016.

DOLTO, Françoise. **A imagem inconsciente do corpo.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–22, 2023.

DORNELES, M. da S. **Protagonismo negro e ações educativas configuradas no projeto do Centro de Referência Afro-Brasileiro/CRAB em Porto Alegre–RS.** 57f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

DU BOIS, W. E. B. **As Almas da Gente Negra.** Porto Alegre: Lacerda, 1999.

ESCOBAR, Giane; OLIVEIRA, Fernanda. Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul: das recentes lutas por permanência às antigas lutas por existência. In: AL-ALAM, Caiuá; ESCOBAR, Giane Vargas (Orgs.). **Clubes Sociais Negros:** lugares de memória e identidade. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018. Cap. 3.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros:** lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 221f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”:** identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960–1980). 385f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ESCOBAR, Giane Vargas; MORAES, Ana Luiza Coiro. Rodas de Lembranças de mulheres negras: comunicação e cidadania no Museu Comunitário Treze de Maio. **Anais — IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2013.

VARGAS, Giane da Silva. Sociedade Floresta Aurora: Organizando, Documentando, Sistematizando e Preservando 150 anos de História. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. Cap. 10.

ESHUN, Kodwo. Further considerations of afrofuturism. **The New Centennial Review**, East Lansing, v. 3, n. 2, p. 287–302, 2003.

ESHUN, Kodwo. **More brilliant than the sun**: adventures in sonic fiction. London: Quartet Books, 1998.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UJFJ, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

FANON, Frantz. **Sociología de una revolución**. Gualeguaychú: Tolemia, 2012. p. 44–71.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**: teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022.

FAUSTO, Juliana. **A Cosmopolítica dos Animais**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

FEIJÓ, Nilo. A. Recordar é viver. In: SANTOS, I. (Org.). **Negro em Preto e Branco**: história fotográfica da População Negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do autor, 2005.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FÉLIX, R. C. S. Damas de Ébano nos Clubes Sociais Negros: Trancinhas e Batom. **Comunicações**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 39–53, 2014.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRISCH, M. A História Pública não é uma via de mão única, ou de shared authority à cozinha digital. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (Orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GALDINO, Victor. Então eu cantaria porque saberia como é ser livre: sobre o estatuto ontológico da raça. In: GALDINO, Victor. **Imagens da raça**: ensaios sobre raça e racialização. São Paulo: Glac Edições, 2024.

GILROY, Paul. **There ain't no black in the Union Jack'**: the cultural politics of 'race' and nation. London: Hutchinson, 1987.

GILROY, Paul. **After empire**: melancholia or convivial culture? Repr. Abingdon: Routledge, 2009.

GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 17–34, 2018.

GILROY, Paul. **Entre campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GILROY, Paul. **Small acts**: thoughts on the politics of Black cultures. London; New York: Serpent's Tail, 1993.

GILROY, Paul. “... We Got to Get Over Before We Go Under...” Fragments for a History of Black Vernacular Neoliberalism. **New Formations**, London, v. 80, n. 80, p. 23–38, 2013.

GILROY, Paul; FISCHER, Rebecka R; GARCIA, Jay. A Dialogue on the Human: An Interview with Paul Gilroy. In: FISCHER, Rebecka Rutledge; GARCIA, Jay (Orgs.). **Retrieving The Human**: reading Paul Gilroy. New York: SUNY Press, 2014.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, Édouard. **Tratado do Todo-Mundo**. São Paulo: N-1 Edições, 2024.

GLISSANT, Édouard. **O Quarto Século**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GOMES, Fabrício R. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934–1988). 220f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GONZAGA, Gabriel. A indisciplina como arma, ou como ferramenta. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 28, n. 44, p. 292–298, 2022.

GONZAGA, Gabriel. **Clubes Sociais Negros, Tecnologias Quilombolas**: retomando o debate conceitual. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025a. Cap.7

GONZAGA, Gabriel. Territórios negros: patrimônio, diáspora e tempo. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 7, n. 2, p. 54–72, 2015.

GONZAGA, Gabriel; SILVA, Alex S. M. **Cosmotécnica como Cosmopolítica da Memória**: uma proposta analítica a partir da obra de Yuk Hui. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 1, p. 314–330, 2024.

GONZAGA, Gabriel. **A Imaginação Histórica de Paul Gilroy**: formas narrativas e performances textuais de uma tradição diaspórica. 163f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020a.

GONZAGA, Gabriel. Alienação, tecnicidade e racialidade: por um diálogo entre Frantz Fanon e Gilbert Simondon. **Mediações — Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 30, p. 1–20, 2025b.

GONZAGA, Gabriel. Notas sobre uma teoria situada: a Associação Satélite Prontidão (ASP) e as Tecnologias Quilombolas (TQs). In: LONGONI, G.; NICOLAZZI, F. (Orgs.). **Anais do EPETH — Encontro de Pesquisa em Teoria da História e História da Historiografia**. Porto Alegre: L3 Soluções em Tecnologia Ltda., 2024, p. 115–121.

GONZAGA, Gabriel. **O Satélite Prontidão ainda existe?** Etnografia, arquivo e a poética da historicidade quilombola. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GONZAGA, Gabriel. Paul Gilroy e a Black Britain: a figuração-performativa da narrativa e a escrita antirracista da história. **Revista História e Diversidade**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 97–118, 2020b.

GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e de(s)colonização do conhecimento. **Epistemologias do Sul**, Coimbra, v. 1, n. 1, p. 110–126, 2017.

GORDON, Lewis R. What Does It Means To Be a Problem? W. E. B. Du Bois on the Study of Black Folk. In: GORDON, Lewis R. **Existential Africana**: understanding Africana existential thought. New York; London: Routledge, 2002.

GOURHAN, Andre. Fascículo 3. Nota sobre as relações entre tecnologia e sociologia. **Cadernos do Ateliê**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1–22, 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Voltando a Thales de Azevedo: *As elites de cor*. Cap. 5. In: **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo–SP, Brasil: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. Constituting an archive. **Third Text**, London, v. 15, n. 54, p. 89–92, mar. 2001.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 139–146, 2016.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. **The undercommons**: fugitive planning & black study. Wivenhoe; New York; Port Watson: Minor Compositions, 2013.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. **Tudo incompleto**. São Paulo: GLAC Edições, 2023.

HARTMAN, Sadiya V. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020.

HARTOG, François. **Evidência da História**: os que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTWIG, Elisa; HOHENDORFF, Raquel V. O capitalismo de desastre no Brasil: enchentes no Rio Grande do Sul e violação dos direitos humanos. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 251–273, 2024.

HEIDEGGER, Martin. **Língua de tradição e língua técnica**. Lisboa: Vega Passagens, 1995.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375–398, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes, 2012. Edição bilíngue.

HERMANN, Daiana. **Tempo de Carnaval no Cotidiano dos Clubes Sociais Tabajara e Mocidade**: etnografia das memórias dos habitantes negros de Encruzilhada do Sul. 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HIRSCH, Eric; STEWART, Charles. Introduction: ethnographies of historicity. **History and Anthropology**, London, v. 16, n. 3, p. 261–274, 2005.

HOOKS, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Escrever além da raça**: teoria e prática. Tradução: Jess Oliveira. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2022.

HUI, Yuk. A contribution to the political economy of personal archives. In: LANGLOIS, Ganaele; REDDEN, Joanna; ELMER, Greg (Orgs.). **Compromised Data: from social media to big data**. London: Bloomsbury Academic, 2015a.

HUI, Yuk. **Art and Cosmotechics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2021.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

HUI, Yuk. For a Cosmotechical event: in honor of Don Ihde and Bernard Stiegler. In: MILLER, Glen; SHEW, Ashley (Orgs.). **Reimagining Philosophy and Technology, Reinventing Ihde**. Cham: Springer International Publishing, v. 33, p. 87–102, 2020b.

HUI, Yuk. **Machine and Sovereignty: for a planetary thinking**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2024.

HUI, Yuk. Modulation after control. **New Formations**, London, v. 84–85, p. 74–91, 2015b.

HUI, Yuk. **On the Existence of Digital Objects**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016a.

HUI, Yuk. **Recursivity and Contingency**. London; New York: Rowman & Littlefield International, 2019.

HUI, Yuk. **The Question Concerning Technology in China: an essay in cosmotechics**. London: Urbanomic, 2016b.

ILLICH, Ivan. **Tools for Conviviality**. London: Fontana/Collins, 1975.

JESUS, Nara Regina Du Bois. **Clubes sociais negros em Porto Alegre–RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. 101f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEINBERG, Ethan. **Historicidade espectral: teoria da história em tempos digitais**. Vitória: Mil Fontes, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KREMER, Bianca; VIEIRA, Carla; ALMEIDA, Gabriela; DANTAS, Glenda; SOUZA, Gustavo; SENA, Isabela; CINTRA, Juliane; SANTIAGO, Larissa; GOMES, Mariana; HORA, Nina da; NUNES, Pablo; MONTEIRO, Pedro; SILVA, Tarcízio; NEVES, Thiane; GOMES, Vanessa. **Prioridades antirracistas sobre tecnologia e sociedade:**

pesquisa com especialistas negras/os. São Paulo: Rede Negra em Tecnologia e Sociedade; Ação Educativa, 2021.

LA GRECA, Maria Inés. **Historia, figuración y performatividade**: crítica y persistência de la narración en la Nueva Filosofía de la Historia. 289f. Tesis (Doctorado en Filosofía) — Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

LA GRECA, Maria Inés. A narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma historiografia progressista refigurado através da teoria da performatividade de Judith Butler. In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Veronica (org.). **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-História. Serra: Mil Fontes, 2017.

LAMEIRA, Leonardo Veronimo. **Museu Treze de Maio**: Espaço de Preservação e Difusão da Cultura Afro-Brasileira. 88f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Santa Maria, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA, Guilherme Carvalho. **Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil**: análise e sistematização de informações. Brasília: IPHAN, 2015.

LIMA, Alexandre Peres de. **As lutas, os bailes, as retomadas**. 113f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio (orgs.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 246–261.

LOOMBA, Ania. **Colonialism, Postcolonialism**. London: Routledge, 2004.

LOWANDE, Walter. Patrimônios cosmológicos: futuros extramodernos emergentes em três encontros patrimoniais. In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter (orgs.). **Estudos críticos de patrimônio**: abordagens transnacionais. São Paulo: Tirant Emporio do Direito Editorial, 2023. p. 243–259.

LOWANDE, Walter F. F. Estudos críticos de patrimônio e Antropoceno. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (orgs.). **Antropoceno**: perspectivas historiográficas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024. p. 237–276.

MACHADO, Igor José de Renó. **A memória como um campo etnográfico**: antropologia *ex post facto*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2023.

MACHADO, Sátira. **Clubos negros e imprensa negra**: elo social para a mobilidade afro-gaúcha. Acervo da Associação Satélite Prontidão.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo-RS). 289f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MAGNANI, José G. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129–156, 2004.

MARTIN, Nastassja. **Escute as feras**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MATTIN. **Social dissonance**. Falmouth: Urbanomic, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **The power of the archive and its limits**. In: HAMILTON, Carolyn et al. (org.). *Refiguring the archive*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MELLINO, Miguel. **La crítica poscolonial**: descolonização, capitalismo y cosmopolitismo en estudios poscoloniales. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MEZZADRA, Sandro; RAHOLA, Federico. **La condición postcolonial**. In: MEZZADRA, Sandro (org.). *Estudios Postcoloniales*. Madrid: Traficante de Sueños, 2008.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOTEN, Fred. **Na quebra**: a estética da tradição radical preta. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

MOTEN, Fred. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Zagatto; ARIAS, André. **Pensamento negro radical**: antologia de ensaios. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MUDROVCIC, Maria Inés; AVELAR, Alexandre de S.; RODRIGUES, Lidiane S. Rebelia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021.

MUDROVCIC, Maria Inés. A “virada temporal” em perspectiva: o antropoceno a partir da política do tempo. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. F. (Orgs.).

Antropoceno: perspectivas historiográficas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024. p. 85–101.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Adinkra:** sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

NASCIMENTO, Maria B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria B. **O negro visto por ele mesmo:** ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

NASCIMENTO, Maria B. **Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NELSON, Alondra. Introduction: future texts. **Social Text**, Durham, v. 20, n. 2, p. 1–15, 2002.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido:** desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

NEYRAT, Frédéric. The black angel of history. **Angelaki**, London, v. 25, n. 4, p. 120–134, 2020.

NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de Tlálóc. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Eds.). **A História (In)disciplinada:** teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 211–243.

NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo; ÁVILA, Arthur L. D. (Eds.). **A História (In)disciplinada:** teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 171–209.

NOBLE, Safiya U. **Algoritmos da opressão:** como os mecanismos de busca reforçam o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993.

NOVO, Maria F. Transindividual e autodeterminação numa investigação sobre raça e identidade. In: NOVAES, Thiago; VILALTA, Lucas P.; SMARIERI, Evandro (Orgs.). **Máquina aberta:** a mentalidade técnica de Gilbert Simondon. São Paulo: Dialética, 2022. p. 139–165.

NUNES, Rodrigo. **Nem horizontal, nem vertical:** uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

OLIVEIRA, Bernardo; COELHO, Frederico. O afropolimatismo: cultura técnica africano-brasileira como ferramenta para a individuação. **América**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1–31, 2024.

OLIVEIRA, Mara de; CAMARDELO, Ana M. P.; STEDILE, Nilva L. R. As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul: degradação ambiental, negacionismo e minimização do Estado. **RECIMA21 — Revista Científica Multidisciplinar**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1–20, 2025.

PARISI, Luciana; SILVA, Denise F. da. Black feminist tools, critique, and techno-poetics. **E-flux Journal**, New York, v. 123, p. 4–14, 2021.

PARRA, Henrique Z. M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. In: KLEBA, John; CRUZ, Cristiano; ALVEAR, Celso (Orgs.). **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas**. Vol. 3. Diálogos interdisciplinares e decoloniais. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022. p. 339–394.

PATTERSON, Orlando. Autoridade, alienação e morte social. In: **Escravidão e morte social**. São Paulo: EdUSP, 2008. p. 64–119.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014.

PEREIRA, Allan K. **Impróprios para a História**: rebelião, tempo e antinegitude em Ferguson (2014–). 249f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

PEREIRA, Ana C. B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88–114, 2018.

PEREIRA, Allan K. Da porta ao ponto do não retorno: antinegitude e as vidas póstumas da plantação. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. F. (Orgs.). **Antropoceno**: perspectivas historiográficas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024. p. 19–36.

PEREIRA, Ana Carolina B. **Na transversal do tempo**: natureza e cultura à prova da história. 245f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Lúcia Regina B. **Cultura e afrodescendência**: organizações e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872–2002). 314f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PEREIRA, Mateus Henrique de F.; BIANCHI, Guilherme; ABREU, Marcelo Santos de. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279–315, 2018.

PEREIRA, Rafael H. M.; et al. **Nota Técnica n. 02 (CGDTI): Uma Estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14337/4/NT_02_CGDTI_Uma_Estimativa.pdf >. Acesso em: 16 mar. 2025.

PILLAR, Valério D.; OVERBECK, Gerhard E. Learning from a climate disaster: the catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, Washington, D.C., v. 385, n. 6713, 2024.

PINHO, Osmundo. **Cativeiro: antinegitude e ancestralidade**. Salvador: Segundo Selo, 2021.

PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: COSTA, Joaze B.; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PINN, Mônica L. de G. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 140–156, 2020.

POETAS VIVOS. **Nós: versos de liberdade e melanina**. Escola de Poesia: Porto Alegre, 2021.

QUEIROZ, Ivo Pereira de. **Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo: horizonte descoloniais da tecnologia**. 205f. Tese (Doutorado em Tecnologia) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2020. p. 325–370.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

RHUKUZAGE, Serge Katembera. **Mobilização e cidadania: o ciberativismo na África francófona**. 263f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004.

RISAM, Roopika; JOSEPHS, Kelly B. (Org.). **The digital Black Atlantic**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2021.

RITTA, Luísa S. **Há segregação espacial urbana em Porto Alegre?** Um estudo preliminar. 49f. Monografia (Bacharelado em Economia) — Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ROSA, Marcus V. de F. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884–1918). 309f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RUDIGER, Francisco. Humanismo, arte e tecnologia segundo Heidegger. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 7/9, p. 433–451, 2011.

RUFER, Mario. El archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial. In: RUFER, Mario; GORBACH, Frida (Orgs.). **(In) disciplinar la investigación:** archivo, trabajo de campo y escritura. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2016.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, v. 14, n. 28, p. 11–31, 2010.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** São Paulo: Zahar, 1990.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane T. (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Quantas perguntas mais? In: RODRIGUES, Rogério R.; ALMEIDA, Juniele R. de (Orgs.). **História pública em movimento.** São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, vários significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO, Juliana A.; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.

SANTOS, Irene (Ed.). **Negro em preto e branco:** história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L.; PEREIRA, Mateus H. de F. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161–186, 2017.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da História. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO, Juliana A.; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 160f. Tese (Doutorado em

Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 173–189, 2013.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negritude e existência. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SHEA, Christopher. A Blacker Shade of Yale: african-american studies takes a new direction. **Lingua Franca**, New York, v. 11, n. 2, p. 42–49, 2001.

SILVA, Cássio Henrique Silva da. O Satélite é como fênix, vai renascer das cinzas: a retomada de uma associação negra sob uma perspectiva etnográfica. In: VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (Orgs.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025a. Cap. 9

SILVA, Cidinha da. **Tecnologias ancestrais de produção de infinitos**. Goiânia: Martelo, 2022.

SILVA, Conceição de M. F. **Barravento, Orí e Santo Forte**: representação das religiões afro-brasileiras no cinema. 213f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, Denise F. da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. In: **Histórias afro-atlânticas**. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP, 2018. p. 407–411.

SILVA, Denise F. da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

SILVA, Denise F. da. **Homo modernus** — Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022a.

SILVA, Denise F. da. **Unpayable debt**. London: Sternberg Press, 2022b.

SILVA, Fernanda O. da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870–1960). 285f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda O. da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820–1943). 207f. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda O. Mulheres negras no sul do Brasil: um diálogo sobre gênero, raça e classe no Pós-Abolição. In: MACEDO, J. R. (Org.). **Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre**. Porto Alegre: Evangraf, 2024. p. 63–86.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Os donos de Porto Alegre**. Porto Alegre: GPACE, 2024. Disponível em: < <https://zenodo.org/records/12728233> > Acessado em: 07 jun. de 2025.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020.

SILVEIRA, Oliveira. Clubes negros no Brasil. In: NÚNCIA, Jaime B. A.; ALVES, Nereidy R.; VARGAS, Giane da S. (Orgs.). **Floresta Aurora**: 150 anos fazendo história. Porto Alegre: Libretos, 2022.

SILVEIRA, Oliveira. **Obra reunida**. 2. ed. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2022.

SILVEIRA, Pedro. **História, técnica e novas mídias**: reflexões sobre a história na era digital. 273f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. São Paulo: Editora 34, 2020a.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b.

SIMONDON, Gilbert. **Sobre la técnica**: (1953–1983). Buenos Aires: Cactus, 2017.

SMITH, Christen L. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memórias e imagens negras. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana F. M.; PIRES, Antônio L. C. S. (Orgs.). **Pensadores negros, pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 29–70.

SMITH, Marquard; GILROY, Paul. On the state of cultural studies: an interview with Paul Gilroy. **Third Text**, London, v. 49, n. 13, p. 15–26, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. **Lumina**, Campo dos Goytacazes, v. 1, n. 1, p. 23–32, 1998.

SOKEI, Louis. **The sound of culture**: diaspora and black technopoetics. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2016.

SOUSA, Karina A. **Corpo, transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização**: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afrodiaspórico. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SOUTO, Sirlene. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 133–144, 2020.

SOUTO, Sirlene. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021.

SPILLERS, Hortense J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (Orgs.). **Pensamento negro radical**: antologia de ensaios. São Paulo: N-1 edições, 2021. p. 29–70.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442–464, 2018.

STEWART, Charles. **Historicity and anthropology**. Annual Review of Anthropology, Palo Alto, v. 45, n. 1, p. 79–94, 2016.

STIEGLER, Bernard. Memory. In: MITCHELL, William J. T.; HANSEN, Mark B. N. (Orgs.). **Critical terms for media**. Chicago; London: University of Chicago Press, 2010. p. 66–87.

STIEGLER, Bernard. **Technics and times 1: the fault of Epimetheus**. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.

STRATE, Lance; BRAGA, Adriana; LEVINSON, Paul. O mais célebre aforismo: o meio é a mensagem. In: **Introdução à ecologia das mídias**. Rio de Janeiro: Loyola, 2019, p. 41–65.

STREVA, Juliana. Aquilombar democracy: fugitive routes from the end of the world. **Mecila Working Papers Series**, São Paulo, n. 37, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.46877/streva.2021.37>. Acesso em: 9 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação).

TRINDADE, Luiz V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: ÁVILA, Arthur L. D.; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Eds.). **A História (In)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Mil Fontes, 2019a.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019b.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703–724, 2023.

TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. Introdução: o Antropoceno como desafio historiográfico. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (Orgs.).

Antropoceno: perspectivas historiográficas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024. p. 7–18.

VIEIRA, Daniela M. **Territórios negros em Porto Alegre–RS (1800–1970)**. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VILALTA, Lucas P. **Simondon:** uma introdução em devir. São Paulo: Alameda, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora; n-1 edições, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; HUI, Yuk. For a Strategic Primitivism: a dialogue between Eduardo Viveiros de Castro and Yuk Hui. **Philosophy Today**, Chicago, v. 65, n. 2, p. 391–400, 2021.

WEBER, Lucinéia Inês. **Memórias de um Clube Social Negro:** sociedade cultural ferroviária treze de maio. 71f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

WEBER, Lucinéia Inês; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Museu Treze de Maio: um espaço de memória e identidade negra em Santa Maria–RSS. **Identidade!**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 44–54, 2014.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995.

WHITE, Hayden. What is a history system? In: BRECK, A.; YOURGRAU, W. (orgs.). **Biology, History and Natural Philosophy**. Denver: University of Denver, 1972. p. 233–242.

WILDERSON III, Frank. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2020.

WYNTER, S. Nenhum humano envolvido: carta aberta aos colegas. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. **Pensamento negro radical:** antologia de ensaios. São Paulo: N — 1 Edições, 2021.

WYNTER, Sylvia. Towards the sociogenic principle: Fanon, the puzzle of conscious experience of “identity” and what it’s like to be “black.” In: GOMEZ-MORIANA, Antonio; DURANCOGAN, Mercedes. **National identities and social-political changes in Latin America**. New York: Routledge, 2013. p. 51–94.

XAVIER, R. C. L.; BOHRER, F. R. **Africanos, afrodescendentes:** imagens de Porto Alegre. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.

YATES, Frances. As três fontes latinas da arte clássica da memória. In: YATES, Frances. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 17–47.

YOUNG, Robert J. C. **White mythologies:** writing history and the West. 2. Ed. London: Routledge, 2005.

YUSOFF, Kathryn. **A Billion Black Anthropocenes or None**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

Textos disponíveis online

AGOSTO, Clube Social 24 De. Oficialização do Tombamento Clube 24 de Agosto. **Clube24**, Jaguarão, 27 jan. 2012. Disponível em: < <https://clube24.blogspot.com/2012/01/oficializacao-do-tombamento.html> > Acesso em: 5 fev. 2025.

AZEVEDO, Wagner Fernandes de Yuk Hui e a pergunta pela cosmotécnica. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 14 set. 2020. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602804-yuk-hui-e-a-pergunta-pela-cosmotecnica> > Acesso em: 20 jan. 2021.

BROWNE, Simone. The feds are watching: a history of resisting anti-black surveillance. **Medium**, [s.l.], 6 out. 2020. Disponível em: <https://level.medium.com/the-feds-are-watching-a-history-of-resisting-anti-black-surveillance-b2242d6ceaad> > Acesso em: 9 mar. 2024.

BURKE, Peter. A história social dos clubes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2402200203.htm> >. Acesso em: 6 ago. 2024.

CAMPOS, Marisa. Comunidade negra histórica de Pelotas que sofreu na enchente luta contra invisibilidade. **Nonada Jornalismo**, Porto Alegre, 19 ago. 2024. Disponível em: < <https://www.nonada.com.br/2024/08/comunidade-historica-de-pelotas-que-sofreu-com-racismo-ambiental-na-enchente-luta-contrainvisibilidade/> > Acesso em: 24 fev. 2025.

CARPENTIERI, Isabella Martins. Refugiados climáticos: desafios, legislação e colonialismo. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 23 maio 2024. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/jornal/refugiados-climaticos-desafios-legislacao-e-colonialismo/> > Acesso em: 26 mar. 2025.

CRICHLLOW, Camile. Holding Hands with Ghosts: A Conversation with Paul Gilroy. Black Atlantic Museum. **Black Atlantic Museum**, London, 2022. Disponível em: < <http://afterallartschool.org/blackatlantic/essays/holding-hands-with-ghosts-a-conversation-with-paul-gilroy/> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

FERREIRA DA SILVA, Denise. On Heat. **Canadian Art**, 29 out. 2018. Disponível em: < <https://canadianart.ca/features/on-heat/> > Acesso em: 09 jun. 2025.

GONZAGA, G. Por que fazer um doutorado em História agora? Reflexões sobre os públicos e os passados, políticas de tempo e a crise da História. **Medium**, [s.l.], 30 jan.

de 2021. Disponível em: <
<https://medium.com/@gabrielgonzaga/por-que-fazer-um-doutorado-em-hist%C3%B3ria-agora-24bcda46c07a>> Acesso em 26 jul. 2024.

HUI, Yuk. The notion of information in Simondon [1] — **Digital Milieu**, [s.l.], 20 set. 2011. Disponível em: <
<http://digitalmilieu.net/119/the-notion-of-information-in-simondon-1/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

KOSHY, Yohann. The last humanist: how Paul Gilroy became the most vital guide to our age of crisis. **The Guardian**, London, 05 ago. 2021. Disponível em: <
<http://www.theguardian.com/news/2021/aug/05/paul-gilroy-britain-scholar-race-humanism-vital-guide-age-of-crisis>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

LEAL, Bruno. History Workshop: a história próxima das massas. **Café História**, [s.l.], 31 dez. 2018. Disponível em: <
<https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MACHADO, Sátira. Carta de Santa Maria. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 26 nov. 2006. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/carta-de-santa-maria.html>> Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Clubes e sociedades negras definem plano de trabalho para atender demandas do setor. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 07 jun. 2007. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2007/06/clubes-e-sociedades-negras-definem.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Clubes Sociais Negros do Brasil ganham espaço na agenda nacional de promoção da igualdade racial. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 30 nov. 2006. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/clubes-sociais-negros-do-brasil-ganham.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Câmara recebe ministra Matilde Ribeiro em audiência pública. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 10 maio 2006. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/05/cmara-recebe-ministra-matilde-ribeiro.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Oficinas da SEPPIR com os Clubes Sociais Negros. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 20 jul. 2009. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2009/07/oficinas-da-seppir-com-os-clubes.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Prefeitura participa de criação do Museu Ferroviário. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 20 ago. 2003. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2003/08/prefeitura-participa-de-criao-do-museu.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Prédio do Museu Treze de Maio é tombado. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 13 maio 2004. Disponível em: < <https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2004/05/prdio-do-museu-treze-de-maio-tombado.html> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Relatório do 4º Encontro Estadual dos Clubes Sociais Negros do RS. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 20 jul. 2009. Disponível em: < <https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2009/07/relatorio-do-4-encontro-estadual-de.html> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. Representantes de clubes negros discutem atividades e são recebidos pelo ministro Edson Santos. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 03 mar. 2008. Disponível em: < <https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2008/03/representantes-de-clubes-negros.html> > Acesso em: 09 jun. 2025.

MACHADO, Sátira. UNIFRA dá assessoria de comunicação no 1º Encontro de Clubes e Sociedades Negras. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 26 nov. 2006. Disponível em: < <https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/11/unifra-d-assessoria-de-comunicacao-ao-1.html> >. Acesso em: 3 fev. 2025.

MARKO, Katia. Organizações negras unidas atendem mais de 16 mil pessoas dos povos de matriz africana e de terreiro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 jun. 2024. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/18/organizacoes-negras-unidas-atendem-mais-de-16-mil-pessoas-dos-povos-de-matriz-africana-e-de-terreiro/> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

MARQUES, Jairo. Clubes negros do final do século XIX entram em processo de tombamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1459707-clubes-negros-do-final-do-s-eculo-xix-entram-em-processo-de-tombamento.shtml> >. Acesso: 09 jun. 2025.

MEDINA, Gregório Mascarenhas e Tiago. Prefeitura sabia dos problemas na casa de bombas que inundaram Menino Deus, Cidade Baixa, Centro e Sarandi. **Matinal Jornalismo**, Porto Alegre, 20 maio 2024. Disponível em: < <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/prefeitura-sabia-dos-problemas-na-casa-de-bombas-que-inundaram-menino-deus-cidade-baixa-centro-e-sarandi/> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

MENON, Isabella. Reconstrução de bairro mais destruído de Porto Alegre enfrenta falta de emprego e desejo de ir embora. **Folha de São Paulo**, 13 jun. 2024. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/reconstrucao-de-bairro-mais-destruido-de-porto-alegre-enfrenta-falta-de-emprego-e-desejo-de-ir-embora.shtml> >. Acesso em: 09 jun. 2025.

NASCIMENTO, Katana; RIGON, Pietra Wannmacher da Silva. A crise climática e as enchentes no Rio Grande do Sul: uma perspectiva sobre racismo ambiental a partir da gestão socioambiental do risco. **Escola da Ajuris**, Porto Alegre, 01 nov. 2024.

Disponível em: <
<https://escoladaajuris.org.br/2024/11/conheca-os-vencedores-do-3o-premio-eladio-lecey-de-sustentabilidade/>> Acesso em 07 jun. 2025.

OLIVEIRA, Luís Carlos De. Chegamos pra ficar!!! **Coletivo de Sociedades de Negros CCFNR-RS**, [s.l.], 31 jul. 2007. Disponível em: <
<https://ccfnr-rs.blogspot.com/2007/07/chegamos-para-ficar.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

ORTEGA, Anna. “Encontrei meus búzios no portão”: as histórias dos terreiros inundados no Rio Grande do Sul. **Nonada Jornalismo**, Porto Alegre, 31 jul. 2024. Disponível em: <
<https://www.nonada.com.br/2024/07/as-historias-dos-terreiros-inundados-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PAIM, Lisandro. Governo Federal assume compromissos com Clubes Sociais Negros do Brasil. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 30 jan. 2010. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2010/01/governo-federal-assume-compromissos-com.html>> Acesso em: 09 jun. 2025.

PASKO, Priscila. Ainda é maio no RS: moradores das periferias convivem com estragos três meses após enchente. **Nonada Jornalismo**, Porto Alegre, 14 ago. 2024. Disponível em: <
<https://www.nonada.com.br/2024/08/ainda-e-maio-no-rs-moradores-das-periferias-convivem-com-estragos-tres-meses-apos-enchente/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PASKO, Priscila. Pescadores artesanais e moradores das ilhas de Porto Alegre têm sua cultura e futuro ameaçados após enchente. **Nonada Jornalismo**, Porto Alegre, 26 ago. 2024. Disponível em: <
<https://www.nonada.com.br/2024/08/pescadores-artesanais-e-moradores-das-ilhas-de-porto-alegre-tem-sua-cultura-e-futuro-ameacados-apos-enchente/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SILVEIRA, Oliveira. Clubes/Sociedades Negras: patrimônio e potencial. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 07 maio 2006. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/05/clubessociedades-negras-patrimnio-e.html>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SILVEIRA, Oliveira. Nasce uma Ideia: 1ª Encontro de Gestores de Clubes/Sociedades Negras do BR. **Clubes Sociais Negros do Brasil**, Santa Maria, 07 maio 2006. Disponível em: <
<https://clubesnegrosbr.blogspot.com/2006/05/nasce-uma-idea-1-encontro-de-gestores.html>> Acesso em: 09 jun. 2025.

VELOSO, Abraão. Tecnologia Ancestral Africana: Símbolos Adinkra. **Espaço do Conhecimento** UFMG, Belo Horizonte, 16 ago. 2022. Disponível em: <
<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

VIEIRA, Lidiane Dias. Covid-19 e a população negra: desigualdades no contexto da pandemia. **UFRGS — Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 16 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/covid-19-e-a-populacao-negra-desigualdades-no-contexto-da-pandemia/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

WRITER, Liz Mineo Harvard Staff. Harvard professor reflects on the Kerner Report, 50 years on. **The Harvard Gazette**, 21 mar. 2018. Disponível em <<https://news.harvard.edu/gazette/story/2018/03/harvard-professor-reflects-on-the-kerner-report-50-years-on/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

Audiovisual

ALMEIDA, Gabriela de; SILVA, Maria Eduarda; DIAS, Maria Fernanda. **O Clube Treze**. Santa Maria: Spotify, 01–16 jul. 2024. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/0G7DzVLo0VixtZ4iR8eTWU>> Acesso em: 09 jun. 2025.

ARISTOCRATA — O Filme. Direção: Fábio Amarante. São Paulo: Zion Criações, 2015. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dRFudNGTkqA>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

EXPLORING the Black Atlantic. Direção: Ekow Eshun. London: Tate, 2022. Vídeo Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/art-terms/b/black-atlantic/exploring-the-black-atlantic>> Acesso em 09 jun. 2025.

MEU Chão — Clubes Negros do Rio Grande do Sul. Direção: Geslline Giovana Braga; Jorge Jesus. Caxias do Sul: Transe Filmes, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>> Acesso em: 09 jun. 2025.

PÉROLA Negra: 90 anos de História da SCB União. Santa Cruz do Sul: Nawal Produtora; Produtora Pé de Coelho, 2018. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ywbdG_YvNI>. Acesso em: 09 jun. 2025.

QUEM conta uma história aumenta um ponto na memória do Clube Recreativo Harmonia. Caçapava-RS: Cilene Cultura e Educação, 2024. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=84V8hvydYwY>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

RAINHAS Negras do Clube 24 de Agosto. Jaguarão-RS: Projeto de Pesquisa Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto, 2019. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tyYT302e1Gg>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SOB a Estrela de Salomão. Direção: Geslline Giovana Braga; Otavio Zucon. Curitiba: Projeto de Pesquisa Sob a Estrela de Salomão, 2013. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wzKQY9Tr_Gs>. Acesso em: 09 jun. 2025.